

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**IMAGENS MONETÁRIAS NA JUDÉIA/PALESTINA SOB
DOMINAÇÃO ROMANA**

TOMO I

A moeda na Judéia/Palestina entre os séculos II a.C. e II d.C.: Histórico e Análise

VAGNER CARVALHEIRO PORTO

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**MONETARY IMAGES IN THE JUDAEA/PALESTINE
UNDER ROMAN DOMINATION**

TOMO I

A moeda na Judéia/Palestina entre os séculos II a.C. e II d.C.: Histórico e Análise

VAGNER CARVALHEIRO PORTO

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

IMAGENS MONETÁRIAS NA JUDÉIA/PALESTINA SOB DOMINAÇÃO ROMANA

Tomo I

A moeda na Judéia/Palestina entre os séculos II a.C. e II d.C.: Histórico e Análise

VAGNER CARVALHEIRO PORTO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Orientador: Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano

**São Paulo
2007**

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutorado às minhas queridas avós Mariquinha e Conceição, que lá do céu observam orgulhosas, esta nossa conquista.

À dona Irene, minha mãe, e ao seu Moacyr, meu pai, a quem tudo devo, à minha amada esposa Nice por todo carinho e compreensão, e aos meus queridos filhos Nicolas e Lorena que se constituem na minha grande fonte de alegria.

AGRADECIMENTOS

Depois de quatro anos de pesquisa, muitas são as pessoas que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que esse trabalho chegasse a sua conclusão.

Antes de qualquer coisa devo agradecer a minha orientadora, a Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano, pela amizade, pela paciência, pelo incentivo que sempre me foram dedicados, pelos imprescindíveis ensinamentos e por ter acreditado em meu potencial como pesquisador e numismata. Gostaria que o resultado deste trabalho viesse premiar todo o seu esforço e toda a sua dedicação.

Agradeço a todos os professores que muito contribuíram para a minha formação, em especial, a Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming, a Profa. Dra. Elaine Veloso Hirata e o Prof. Dr. Francisco Marshall que estiveram comigo nesta jornada desde os primeiros instantes, transmitindo-me conhecimentos, orientando-me, e oferecendo-me sua amizade.

Devo agradecer mais uma vez a profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming por ter criado o grupo de estudos: Roma e suas províncias, cujas leituras permitiram que eu amadurecesse meu tema de pesquisa. As leituras e discussões foram realmente muito importantes para a confecção desse trabalho. Agradeço igualmente a todos amigos do grupo: Silvana, Tatiana, Márcia Severina e Irmina que fizeram parte de todo esse processo e que contribuíram demais com as leituras e com os debates.

Agradeço ao Dr. Milton Soldani Afonso, chanceler da Universidade de Santo Amaro, pelo carinho e pela confiança a mim dedicada. Igualmente agradeço por ter confiado a mim a responsabilidade pela Coleção Notória da Unisa.

Agradeço a todos os amigos da Unisa principalmente minha querida amiga Silvia, minha coordenadora Nely e ao professor Claudiney que muito me auxiliou com as questões tecnológicas. Agradeço aos amigos da Fig, principalmente o Paulo, Tereza e Stella pela amizade e pelas idéias que sempre me clareavam a mente. Aos amigos do Vera Athayde, não poderia deixar de mencionar: Dalva, Fabiane, Maura, Evander e tantos outros, pelas conversas, pelas idéias, pela paciência, pela ajuda e pela grande amizade que nasceu e se fortaleceu ao longo destes anos.

Devo fazer um agradecimento especial aos amigos do Archeologos: Cristina, Álvaro, Silvana, Leila e Adriana que sempre se prontificaram a me ajudar e me ajudaram muito ao longo desses anos.

Agradeço à Ângela Maria Gianese Ribeiro do Museu Paulista pela amizade e pela sempre pronta ajuda.

Agradeço ao cnpq pelo apoio à pesquisa.

Devo agradecer a todos os amigos que fui conquistando no MAE. Depois de 10 anos de convívio certamente me esquecerei de alguém, mas saibam que sem o auxílio de vocês eu jamais teria conseguido. Obrigado: Cibele, Cíntia, Tatiana, Gizele, Raquel, Camila, Carol, Pedro, Paula, Irmina, Márcia Severina, Juliana, Márcia Arcuri, Paulo, Ivana, Ricardo, Juliana, Denise, Patrícia, Eliana, Verinha, Cida, Carla, Fabinho, Vanusa o meu muito obrigado.

Agradeço à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e aos colegas da Diretoria de Ensino Sul 3 por terem me apoiado, e me concedido licença das minhas atribuições no momento que mais precisei.

Preciso agradecer meus irmãos Déia, Flávio e Thiago e seus respectivos cônjuges e aos meus velhos amigos, principalmente Tatá, Clóvis, Lu, Fernando, e Ione que sempre acreditaram e me apoiaram na realização deste sonho.

SUMÁRIO

TOMO I – A MOEDA NA JUDÉIA/PALESTINA (SÉCULOS II A.C. AO II D.C.): HISTÓRICO E ANÁLISE

LISTA DE FIGURAS	8
RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	15
1. OS GREGOS NA PALESTINA: O COMPLEXO JOGO POLÍTICO DA REGIÃO	22
2. O DOMÍNIO ROMANO NA JUDÉIA/PALESTINA	39
3. AS FUNDAÇÕES DE CIDADES NA PALESTINA: OS ROMANOS E A HERANÇA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO PERÍODO HELENÍSTICO	66
4. BREVE HISTÓRICO DAS EMISSÕES MONETÁRIAS NA REGIÃO DA JUDÉIA/PALESTINA	78
5. ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS MOEDAS PRODUZIDAS NAS CIDADES PALESTINAS À ÉPOCA DA DOMINAÇÃO ROMANA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA	92
6. UMA LEITURA INTERPRETATIVA DO REPERTÓRIO NUMISMÁTICO	100
CONCLUSÃO	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
GRUPOS POLÍTICO-RELIGIOSOS JUDAICOS	246
TÍTULOS E HONRAS NA CUNHAGEM ROMANA	254
TÍTULOS NA CUNHAGEM IMPERIAL GREGA	256
GLOSSÁRIO NUMISMÁTICO	257
GLOSSÁRIO DE TERMOS USADOS NAS DESCRIÇÕES DAS MOEDAS	260

**TOMO II - REPERTÓRIO DOS TIPOS MONETÁRIOS EMITIDOS
NAS CIDADES DA JUDÉIA/PALESTINA ENTRE OS SÉCULOS II A.C. AO II D.C.**

INTRODUÇÃO	5
MAPA DAS 23 CIDADES PRODUTORAS DA JUDÉIA/PALESTINA ENTRE OS SÉCULOS II A.C. AO II D.C.	8
CIDADES COSTEIRAS:	
ACCO-PTOLEMAIDA	10
ASCALON	31
CESARÉIA MARÍTIMA	63
DORA	112
GAZA	122
CIDADES DO INTERIOR:	
JERUSALÉM-AELIA CAPITOLINA	134
CITÓPOLIS	238
GABA	242
GAMALA	250
MARISA	251
NEÁPOLIS	253
SEBASTE- SAMARIA	258
SÉFORIS	267
TIBERÍADES	273
CIDADES DA TRANSJORDÂNIA:	
BOSTRA	293
CANATA	300
FILADÉLFIA	304
GADARA	310
GERASA	325
HIPPOS-SUSITA	327
PANIAS	329
PELLA	369
PETRA	371

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa da Judéia/Síria Palestina, Arábia Ocidental do século I ao III d.C.	14
FIGURA 2 – Mapa do Império de Alexandre, o Grande	22
FIGURA 3 – Mapa do Mundo Helenístico – 240 a.C.	28
FIGURA 4 - Quadro parcial da família hasmonéia	32
FIGURA 5 – Mapa dos territórios conquistados pelos Macabeus/Hasmoneus	38
FIGURA 6 – Mapa do Mundo Helenístico – 90 a.C.	48
FIGURA 7 - Arrendamento estatal republicano	51
FIGURA 8 - Herodes e os Hasmoneus	54
FIGURA 9 – Mapa da expansão máxima do reino de Herodes	55
FIGURA 10 – Mapa do reino de Herodes, o Grande e os territórios de seus filhos	58
FIGURA 11 – Mapa da primeira guerra dos judeus contra os romanos	63
FIGURA 12 - Ponte do período romano	75
FIGURA 13 - Aqueduto romano construído no caminho para a Cesaréia Marítima	76
FIGURA 14 - Dárico de ouro. Século V a.C.	81
FIGURA 15 - emissões de tipos monetários por cidades – Costeiras	102
FIGURA 16 - emissões de tipos monetários por cidades – Interior	102
FIGURA 17 - emissões de tipos monetários por cidades – Transjordânia	102
FIGURA 18 - Cidades Costeiras - característica de emissão / distinção de status	103
FIGURA 19 - Tipos Principais nas moedas de Acco-Ptolemaida	106
FIGURA 20 - Tipos Secundários nas moedas de Acco-Ptolemaida	107
FIGURA 21 - Heliogábalo - Zeus-Heliópolis - os signos do Zodíaco	108
FIGURA 22 - Tipos Principais nas moedas de Ascalon	111
FIGURA 23 - Tipos Secundários nas moedas de Ascalon	111
FIGURA 24 - Fachada do templo de Fanebal em Ascalon	112
FIGURA 25 - Tipos Principais nas moedas de Cesaréia	116
FIGURA 26 - Tipos Secundários nas moedas de Cesaréia	117
FIGURA 27 - Tipos Principais nas moedas de Dora	121
FIGURA 28 - Tipos Secundários nas moedas de Dora	121
FIGURA 29 - Tipos Principais nas moedas de Gaza	124
FIGURA 30 - Tipos Secundários nas moedas de Gaza	124
FIGURA 31 - Cidades do Interior - característica de emissão / distinção de status	127
FIGURA 32 - Tipos Principais nas moedas de Jerusalém	130

FIGURA 33 - Tipos Secundários nas moedas de Jerusalém	131
FIGURA 34 - Selo de impressão em alça de jarro: YHD	132
FIGURA 35 - Moeda Ateniense do século V a.C.	133
FIGURA 36 - Atena em estilo oriental - flor de lírio	134
FIGURA 37 - Capitel em estilo de lírio de Ramat Rahel	135
FIGURA 38 - Marfim esculpido - base com colunas e capitéis em forma de lírio	135
FIGURA 39 - Selo de Pedayahu “filho do rei”	135
FIGURA 40 - Lírio sobre um anel de Jerusalém do século II a.C.	136
FIGURA 41 - Lírio em um sarcófago de Jerusalém	136
FIGURA 42 - O Lírio nas moedas de João Hircano	137
FIGURA 43 - O Lírio nas moedas de Antíoco VII	137
FIGURA 44 - O Lírio nas moedas de Alexandre Janeu	137
FIGURA 45 - cachos de uvas e folhas em lamparina do século I d.C.	140
FIGURA 46 - cacho de uvas e lírio em sarcófago de Jerusalém do em século I d.C.	140
FIGURA 47 - Representações da palmeira nas moedas judaicas	141
FIGURA 48- As quatro espécies da Festa dos Tabernáculos	142
FIGURA 49 - Gema carneliana com a representação de uma palma (lulav)	145
FIGURA 50 - Grinalda nas moedas dos Hasmoneus	146
FIGURA 51 - Grinalda nas moedas da Segunda Revolta dos judeus	146
FIGURA 52 – Representação da mesa dos pães e menorah	147
FIGURA 53 - Rei Davi tocando harpa (nebel). Mosaico de uma sinagoga de Gaza	148
FIGURA 54 - Tipos Principais nas moedas de Aelia Capitolina	153
FIGURA 55 - Tipos Secundários nas moedas de Aelia Capitolina	153
FIGURA 56 - Tipos Principais nas moedas de Citópolis	155
FIGURA 57 - Tipos Secundários nas moedas de Citópolis	155
FIGURA 58 - Tipos Principais nas moedas de Gaba	158
FIGURA 59 - Tipos Secundários nas moedas de Gaba	158
FIGURA 60 - Mên em moeda 234 de nosso repertório	160
FIGURA 61 - Tipos Principais nas moedas de Gamala e Marisa	161
FIGURA 62 - Tipos Secundários nas moedas de Gamala e Marisa	161
FIGURA 63 - Tipos Principais nas moedas de Neápolis	164
FIGURA 64 - Tipos Secundários nas moedas de Neápolis	164
FIGURA 65 - Monte Garizim representado nas moedas	165
FIGURA 66 - Tipos Principais nas moedas de Sebaste	167

FIGURA 67 - Tipos Secundários nas moedas de Sebaste	167
FIGURA 68 - Tipos Principais nas moedas de Séforis	170
FIGURA 69 - Tipos Secundários nas moedas de Séforis	170
FIGURA 70 - Tipos Principais nas moedas de Tiberíades	172
FIGURA 71- Tipos Secundários nas moedas de Tiberíades	172
FIGURA 72 - Cidades da Transjordânia - característica de emissão / distinção de status	175
FIGURA 73 - Tipos Principais nas moedas de Bostra	176
FIGURA 74 - Tipos Secundários nas moedas de Bostra	177
FIGURA 75 - Tipos Principais nas moedas de Canata	179
FIGURA 76 - Tipos Secundários nas moedas de Canata	179
FIGURA 77 - Tipos Principais nas moedas de Filadélfia	180
FIGURA 78 - Tipos Secundários nas moedas de Filadélfia	181
FIGURA 79 - Tipos Principais nas moedas de Gadara	183
FIGURA 80 - Tipos Secundários nas moedas de Gadara	183
FIGURA 81 - 'Naumachia' Gravura de 1581	184
FIGURA 82 - Tipos Principais nas moedas de Gerasa	186
FIGURA 83 - Tipos Secundários nas moedas de Gerasa	186
FIGURA 84 - Tipos Principais nas moedas de Hippos-Susita	188
FIGURA 85 - Tipos Principais nas moedas de Panias	190
FIGURA 86 - Tipos Secundários nas moedas de Panias	191
FIGURA 87 - Tipos Principais nas moedas de Pella	194
FIGURA 88 - Tipos Secundários nas moedas de Pella	195
FIGURA 89 - Tipos Principais nas moedas de Petra	196
FIGURA 90 - Tipos Secundários nas moedas de Petra	197
FIGURA 91 - Cerimônia de fundação da Colônia	200
FIGURA 92 - moeda "Judaea Capta" emitida por Tito em Roma	207
FIGURA 93 - moeda "Judaea Capta" emitida por Vespasiano em Roma	207
FIGURA 94 - Sestércio de bronze de Nerva	208
FIGURA 95 - Mapa da diáspora judaica no século I d.C.	209
FIGURA 96 - Um dos dois relevos do Arco de Tito	210
FIGURA 97 - Tyche-Ísis com seu filho Harpócrates. Basílica de Ascalon	215
FIGURA 98 - Ísis-Fortuna segurando um leme com a mão direita	216
FIGURA 99 - Tyche com atributos marítimos	219
FIGURA 100 - Divindades / Entidades Divinas nas cidades do Litoral	220

FIGURA 101 - Divindades / Entidades Divinas nas cidades do Interior	223
FIGURA 102 - Divindades / Entidades Divinas nas cidades da Transjordânia	224
FIGURA 103 – Tyche como Deméter	225

RESUMO

Foi nossa intenção neste trabalho estudar a imagética das emissões locais das vinte e três cidades cunhadoras da Palestina, durante os séculos II a.C. ao II d.C., a fim de entender em que medida a tipologia dessas emissões locais revelam a afirmação política e/ou contraposição à dominação romana no caso das populações locais e os aspectos de instrumentalização política da moeda por parte dos romanos.

Também foi nossa intenção neste trabalho, a partir dos estudos monetários, analisar a paulatina influência que a civilização romana estabelecera na região da Palestina, assim como seu relacionamento com a cultura grega e hebraica já presentes na região.

Para tanto analisamos as moedas que foram cunhadas nas cidades costeiras: Acco (Ptolemaida), Ascalon (Ashkelon), Cesaréia Marítima, Dora (Dor), e Gaza; nas cidades do interior: Jerusalém (Aelia Capitolina), Citópolis (Nysa, Beth-Shean, Beisan), Gaba, Gamala, Marisa (Maresh), Neápolis (Nablus, Shechem), Sebaste (Shomron, Samaria), Séforis (Zipori, Diocaesarea) e Tiberíades (Tveriah) e nas cidades da Transjordânia: Bostra (Beser), Canata (Keneth), Filadélfia (Rabbat Ammon), Gadara (Gader), Gerasa (Geresh), Hippos-Susita, Pnias (Cesaréia Filipe, Baniyas), Pella (Pehal), e Petra (Reqem) durante o período acima apontado; procuramos nos aprofundar no estudo das fontes textuais e da bibliografia existente; e por fim utilizamos os métodos de análise disponíveis para a iconografia monetária de sorte a atingirmos os objetivos propostos.

PALAVRAS-CHAVE: presença romana na Palestina; interação romana com as populações locais; iconografia monetária, emissões locais; tipos monetários.

ABSTRACT

It was our intention in this work was to study the imagnetic of local coinage from Palestine of the twenty three city-coins during the roman domination between II century BC. until II century AD. Observing the monetaries types we intended to understand how the local typology reveals: a) aspects of political instrumentalization of the coin for the romans; b) political affirmation and the counterpoint to roman domination in the case of the local populations.

Also it was our intention in this work from the moneatries studies, to analyse the gradual influence that the roman civilization establishes in the region of Palestine, as well as its relationship with the greek and hebrew culture present in the region.

For this we analyse the coins that was struck in the coastal cities: Akko (Ptolemais), Dora (Dor), Caesarea, Ascalon (Ashkelon) e Gaza; in the inland cities: Jerusalem (Aelia Capitolina), Nysa-Scythopolis (Bet-Shean, Beisan), Gaba, Gamala, Marisa (Maresh), Neapolis (Nablus, Shechem), Sebaste (Shomron, Samaria), Sepporis (Sippori, Diocaesarea) e Tiberíades (Tveriah) and in the cities of Transjordan: Bostra (Beser), Canatha (Keneth), Philadelphia (Rabbat Ammon), Gadara (Gader), Gerasa (Geresh), Hippos-Susita (Susita), Paneas (Caesarea Philippi, Baniyas), Pella (Pehal), e Petra (Reqem) during the period above pointed; we tried to deep in the study of literal sources and the actual bibliography; finally we use the available methods of analysis for the monetary iconography with the finality to attain our goals.

KEY WORDS: roman presence in Palestine; roman interaction with the local populations; monetary iconography; local mints; monetary types.

Judéia/Síria Palestina, Arábia Ocidental do século I ao III d.C.



Fig 1 - Mapa extraído de MILLAR, 2001, p. 570, cf. Bibliografia.

INTRODUÇÃO

Quando sugeri à minha orientadora, a Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano, que desenvolvêssemos um projeto sobre a presença romana na Palestina, tendo como objeto de pesquisa a moeda, tinha em mente trabalhar com questões relativas à iconografia monetária.

A partir das possibilidades que a análise iconográfica sugeria estabelecemos hipóteses de abordagem sobre a resistência das populações locais da Judéia-Palestina diante da dominação romana; sobre as emissões autônomas¹ (produções locais) e suas relações com as moedas de Roma que por ali circulavam. Com o passar do tempo, graças às novas leituras empreendidas, percebíamos claramente que seria muito mais produtivo para nosso intento direcionarmos nosso estudo para a análise das emissões locais, confrontando os tipos monetários² das vinte e três cidades situadas na faixa litorânea, no interior e na região da Transjordânia. Isso porque fomos percebendo que os tipos monetários das cidades litorâneas modificavam-se, adquirindo novas características, com o seu deslocamento em direção ao interior do país. Do mesmo modo, nossas leituras nos evidenciavam, cada vez mais, que estudar a confrontação das emissões locais com as emissões imperiais romanas que circulavam na região, conduziria a desdobramentos impossíveis de se realizar dado o prazo estabelecido para a conclusão de uma tese de doutoramento.

Nossa proposta inicial era de reunir toda bibliografia disponível até o momento e os dados dos catálogos numismáticos de que dispúnhamos no MAE/USP somados aos xerox dos catálogos que trouxemos da Biblioteca da Universidade de Tel Aviv quando de nossa ida a Israel.

A princípio nossa principal pergunta foi: até que ponto as moedas locais se contrapunham às moedas imperiais romanas, e em que medida as moedas imperiais gregas

¹ Toda vez que utilizarmos os termos: *moeda local*, *emissão autônoma*, *emissão pseudo-autônoma* ou ainda *cunhagem imperial grega* estaremos nos referindo às moedas produzidas nas vinte e três cidades por nós estudadas. Do mesmo modo, quando for utilizado o termo *moeda imperial romana*, estaremos nos referindo às moedas emitidas por Roma que circulavam pela região da Judéia/Palestina no período abordado.

² Quando utilizarmos os termos: *tipologia* ou *tipos monetários*, estaremos nos referindo ao conjunto de imagens e inscrições que figuram tanto no anverso quanto no reverso das moedas. É importante lembrar que um repertório de tipos monetários não se preocupa com a quantidade, dimensão ou metal, mas sim com as imagens representadas em cada moeda.

podiam servir de instrumento de resistência ou não dos judeus e povos não judeus em relação à dominação romana? Todavia, com o desenrolar das leituras e com uma sensibilidade maior sobre a temática estudada, podemos dizer que a pergunta se desdobrou em: por um lado, o impacto da política romana na região influenciou os reis Selêucidas nas emissões de suas moedas “nacionais”? e por outro lado, até que ponto as emissões autônomas das vinte e três cidades produtoras do período recortado, se contrapunham entre si, tendo como discussão o relacionamento de Roma com as elites locais?, e em que medida essas emissões locais podiam servir de instrumento de resistência ou não dos judeus e povos não judeus em relação à dominação romana?

Pensamos que diretamente ligadas a esta questão estavam outras que fechariam o grupo das questões iniciais: a) até que ponto ia a autonomia das cunhagens locais? b) até que ponto, a partir da iconografia, essas emissões locais nos permitem conhecer mais sobre os cultos desenvolvidos nos locais onde essas moedas foram cunhadas? (uma das hipóteses que pensamos no início é de que a análise iconográfica das moedas poderia contribuir com informações que os textos não nos apresentam sobre divindades locais); c) em quais períodos e em quais cidades, há uma maior incidência de cunhagens autônomas e que significados essas informações trazem; d) em quais cidades as emissões autônomas demonstram uma maior resistência à presença romana na Judéia/Palestina? e por que? e, e) quais são as fontes que respondem ou insinuam respostas para estas perguntas? o que dizem as fontes sobre isso?

Tínhamos em mente que para responder a estas questões e todas as outras que possivelmente surgiriam no desenvolver de nosso trabalho, precisaríamos: a) fazer um levantamento completo de todos os catálogos sobre as moedas da Palestina (não sabíamos a princípio da importância em se vincular as emissões e circulação da Palestina com moedas da Fenícia ou Nabatéia); b) fazer um estudo acurado da bibliografia existente, confrontando-a com o máximo de dados numismáticos que conseguíssemos obter; e c) fazer um mapeamento das cidades emissoras e toda a sua área de circulação.

Este último item se revelou – se revelava a cada nova leitura – de difícil resolução, não tanto o mapeamento das cidades emissoras, mas a cobertura de toda a sua área de circulação, dada principalmente à escassez de fontes de pesquisa e o pouco tempo que o doutorado nos oferece para efetuarmos um levantamento da circulação das moedas por todas essas cidades.

Graças a alguns estudos disponíveis³, conseguimos saber que a área de circulação das moedas das cidades emissoras era bastante restrita, e limitava-se a uma circulação nos mercados locais. Pensamos que essas informações sobre a circulação monetária das moedas das vinte e três cidades emissoras da região – presentes ao longo do trabalho –, nos ofereceram os subsídios necessários para a confecção de nosso trabalho dentro da proposta de estudar o impacto da presença romana na Judéia/Palestina utilizando a metodologia de análise iconográfica da moeda.

Entre os autores e textos que nos auxiliaram nesta empreitada, em princípio estão, D. North, “The influence of Greek mythology on Roman foundation Myths and their portrayal on Roman coins”. *MoJNum*, (1987); um importante trabalho sobre como os gregos e os romanos valeram-se de tipos mitológicos nas moedas produzidas em suas colônias com o intuito de impor sua cultura em detrimento da cultura local. Também o trabalho de E. R. Goodenough, *Jewish symbols in the Greco-roman period* (Nova York e Toronto, 1965), trabalho que mostra por um lado como se relacionam, se contrapõem e se sobrepõem os símbolos judaicos, em detrimento dos símbolos gregos e romanos, e por outro a interação cultural desses povos durante o período em que a Palestina esteve sob jugo grego e romano. Um de seus capítulos dedica atenção especial a todo esse relacionamento a partir dos objetos e da simbologia de suas imagens, seja em vasos cerâmicos, seja nas moedas produzidas na região.

Em artigo escrito para a revista *Anos 90*, publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o professor Carlos Roberto Galvão Sobrinho juntamente com a professora Maria Beatriz Borba Florenzano, ofereceram uma contribuição muito importante para uma maior compreensão minha acerca das fontes primárias que estavam diretamente relacionadas à região por mim estudada. Com um subtítulo *Fontes escritas pertinentes ao estudo do território de Apolônia em época de dominação romana*, Galvão e Florenzano apresentam, ao mesmo tempo em que discutem com riqueza de possibilidades a História, a Geografia e as relações entre os diversos povos que habitavam a região pelo olhar dos autores antigos.

A princípio decidimos que o recorte inicial seria estabelecido entre os séculos I ao III d.C. Todavia, hoje, depois de tantas outras leituras feitas e da observação de vários outros catálogos, concluímos que este recorte deveria ser ampliado, pois as emissões helenísticas na

³ Principalmente os trabalhos de ANDERSON, 1985, p. 446-469; APPLEBAUM, 1976, p. 631-700; CASEY, 1998, 53-61 e GITLER, 1980, p. 271-282.

região nos pareceram – por todo o contexto – indissociáveis das emissões do período romano. Desse modo, organizamos nosso repertório de moedas partindo das emissões que estão entre o século II a.C. até as emissões do século II d.C. Assim, decidimos por recuar até o século II a.C., mais especificamente a partir das primeiras moedas emitidas pelos reis Hasmoneus, a saber, João Hircano I. Do mesmo modo que em algumas cidades que não houve a presença dos Hasmoneus, paralelamente são consideradas as emissões dos reis Selêucidas para o respectivo período, a saber, o rei Antíoco VII, conhecido como Evergetes ou Sidetes.

Quanto ao limite cronológico final da pesquisa, as leituras iniciais nos sugeriam a voltar nossas atenções até as emissões do século III d.C. Todavia, depois da realização exaustiva de novas leituras e a observação dos diversos catálogos numismáticos a que tivemos acesso, decidimos por considerar até o governo de Adriano, ou seja, primeira metade do século II d.C. e verificar os reflexos de sua política pós Segunda Revolta para a região. Assim, pensamos que tanto o início quanto o fim do período pesquisado tiveram como premissa considerar a influência dos romanos na região, desde suas intervenções com Hasmoneus e Selêucidas, até sua definitiva interferência após a supressão da Segunda Revolta dos judeus.

O tema central de nossa pesquisa é a análise da iconografia monetária. Poderá ser observado ao longo das páginas seguintes em que medida o estudo dos tipos monetários pode nos oferecer subsídios para identificarmos a resistência ou não dos judeus e de outras comunidades que habitavam a Palestina frente à dominação romana ou para identificarmos a presença romana nas moedas.

Trataremos a questão metodológica de forma bastante detalhada no capítulo cinco. De todo modo, aqui cabe uma explanação da proposta. Não são muitos os autores que trabalham a questão da análise iconográfica da moeda. Destacamos os trabalhos de Leon Lacroix, Caccamo Caltabiano, Rosella Pera e Christine Pérez. Nenhum desses autores citados trabalha com as moedas da região da Judéia/Palestina. Concentram seus estudos principalmente nas moedas gregas ou romanas, batidas na Europa. Também destacamos o método de análise iconográfica, desenvolvido por François Lissarrague e Claude Bérard. Tal metodologia de análise não foi pensada para trabalhar moedas e sim a iconografia presente na cerâmica. Todavia, nos valem de algumas estratégias sugeridas por esses autores para confeccionar nossa proposta de análise iconográfica dos tipos monetários das cidades cunhadoras da Judéia/Palestina. Por fim procuramos destacar alguns estudiosos que se enveredaram, mesmo

que timidamente, pelo caminho da análise iconográfica das moedas emitidas na região. Assim, consideramos respeitáveis os trabalhos de Ya'akov Meshorer e de John Casey.

Temos consciência de que os modelos de análise iconográfica ao qual nos apegamos, nos fornecem apenas um mapa sugestivo-hipotético das relações entre romanos e habitantes da Palestina. Contudo, procuramos não negligenciar os dados da cultura material, das fontes textuais e dos catálogos numismáticos, para verificarmos a eficácia dos resultados desses modelos.

Optamos por dividir o trabalho em *tomo I* e *tomo II*. Tal decisão deveu-se principalmente à grande proporção que o trabalho adquiriu, e a conseqüente dificuldade física que os leitores teriam em manusear o trabalho. A parte redacional do trabalho ficou no *tomo I*, sendo a introdução, mais, seis capítulos, a conclusão, a bibliografia e algumas informações suplementares que auxiliarão o leitor tanto na leitura do corpo do trabalho quanto na leitura do repertório de imagens. Ao colocarmos o repertório de imagens no *tomo II*, não tínhamos em mente transformá-lo em um apêndice ou anexo (muito pelo contrário, pois entendemos que ele seja a parte mais importante da pesquisa), mas pensamos que com isso facilitaríamos a visualização e a manipulação das informações.

O capítulo primeiro de nosso trabalho apresenta o título: *Os gregos na Palestina: o complexo jogo político da região*. Nossa proposta de argumentação pretendeu seguir o sentido que o próprio título sugere: mostrar como os romanos trabalharam bem a presença grega na região, como souberam utilizar isso a seu favor. Assim, seguindo a organização didática quase que de um manual no qual se apresenta inicialmente o histórico da região (neste caso a presença helenística em detrimento da presença persa e o entendimento entre as esferas desta interferência seja no plano político, econômico, cultural ou religioso), pretendemos nesta primeira parte expor algumas questões que contribuam para o esclarecimento e melhor entendimento dos problemas que nos propomos a trabalhar no período posterior, durante a dominação romana.

No capítulo dois do trabalho, intitulado *o domínio romano na Judéia/Palestina*, procuramos inserir Roma na complexa história da região, abrangendo não só Roma e a Palestina, mas a relação de Roma com suas províncias, sua proposta de “romanização” e como a região e os povos que habitavam a Palestina reagiram a este projeto. Muito do conteúdo desenvolvido sobre essa temática partiu das leituras, discussões e observações feitas

pelo grupo de estudos coordenado pela Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming no MAE/USP e que tem por preocupação fundamental estudar o relacionamento de Roma com suas províncias pelo viés da cultura material.

Já o capítulo três: *As fundações de cidades na Palestina: os romanos e a herança político-administrativa do período helenístico*, procurou abordar nesta seqüência do texto a questão das fundações de cidades na região da Palestina, a importância dessas fundações já em período helenístico e posteriormente no período de dominação romana. Junto a isso procurei abordar as tributações dos governantes Selêucidas, Ptolomaicos, Hasmoneus e em seguida romanos e suas implicações na estrutura político-administrativa da região.

Preparado o terreno para a introdução do assunto “moeda”, dispusemo-nos no capítulo quatro intitulado, *Breve histórico das emissões monetárias na região da Judéia/Palestina* a mergulhar no universo deste objeto e por meio dele tratar das emissões, da circulação e da análise da iconografia monetária. Nesse sentido, acreditamos que nossas explicações anteriores sobre os diversos momentos históricos e sua profunda complexidade, poderão auxiliar muito o leitor, para que este possa se situar melhor quando tratamos das emissões que se iniciaram no período da dominação persa, passando pelos reis helenísticos, até chegarmos às moedas emitidas pelos procuradores romanos. Assim, questões como a emissão de moedas pelos sumo sacerdotes Hasmoneus em substituição das emissões monetárias de reis Selêucidas em dado período e/ou dado lugar podem ser mais facilmente assimilados por aqueles que não estão muito familiarizados com a enorme gama de nomes de dinastias e reis que ocuparam esta região.

No capítulo cinco de nosso trabalho, intitulado, *Análise iconográfica das moedas produzidas nas cidades palestinas à época da dominação romana: uma proposta metodológica*, nos preocupamos mais em justificar a aplicação de um método de análise iconográfica para as moedas e como este método pode contribuir para trazer à luz questões que as fontes textuais nunca conseguiram por si só solucionar. O capítulo seis intitulado, *Uma leitura interpretativa do repertório numismático* teve como finalidade – depois das observações dos dados do repertório e da montagem dos gráficos – , responder às questões que foram apresentadas no começo desta introdução. Como poderá ser observado, é principalmente pelo cruzamento das informações somado às informações contidas nas fontes e na bibliografia estudada que chegaremos às respostas pretendidas. Acreditamos que a metodologia de análise iconográfica da moeda por nós proposta contribua para elucidar

algumas questões ainda obscuras para aqueles autores que se debruçam nos estudos dos símbolos culturais e religiosos das cidades da Judéia/Palestina. Assim, queremos crer, pudemos contribuir para um melhor entendimento dos símbolos presentes nas moedas da região, para uma nova possibilidade metodológica e finalmente para ampliar os debates referentes à presença romana na Judéia/Palestina partindo dos estudos relativos à moeda.

O Repertório dos tipos monetários emitidos nas cidades da Judéia/Palestina entre os séculos II a.C. ao II d.C., apresenta a compilação de todos os tipos monetários das moedas da Palestina que foram repertoriados. Partindo de uma organização em cidades litorâneas, interioranas e da Transjordânia, destacamos: a cidade (dispostas em ordem alfabética dentro dos três grupos), a autoridade emissora, a data, o local da emissão (por exemplo, região do interior da Judéia/Palestina em que se situa tal cidade), a denominação e o metal, as informações de anverso e reverso, as legendas e as referências. Diferenciamos-nos de uma organização tradicional de um catálogo numismático, pois nossa disposição promove o destaque à iconografia dos tipos apresentados. Desse modo, informações referentes ao peso, diâmetro e ao eixo tão comuns nos catálogos tradicionais, são prescindíveis aqui, pois um repertório de tipos monetários não necessita de tais informações.

1. OS GREGOS NA PALESTINA: O COMPLEXO JOGO POLÍTICO DA REGIÃO

Alexandre, o Grande entrou com seus exércitos na Ásia Menor em 334 a.C., depois de ter subjugado a Grécia. Aos 23 anos de idade, o macedônio derrotou o principal exército persa em Isso. Bastou cerca de um ano – 333 a.C. – para que os macedônios detivessem o controle de todo o Oriente, até o vale do rio Indo. A presença de Alexandre no Oriente representou o fim do Império Persa e o começo de uma nova era, conhecida na historiografia tradicional por Período Helenístico.

A rota das conquistas de Alexandre passou pela Síria, Fenícia, Palestina e Egito. E, de volta, em direção à Babilônia, Susa e Persépolis (ver mapa abaixo). Na Fenícia e na Palestina, somente as cidades de Tiro e Gaza ofereceram a Alexandre alguma resistência: Tiro resistiu heroicamente a 7 meses de cerco e Gaza, fiel aos persas, caiu após 2 meses. Durante as campanhas macedônias, toda a Palestina, que pertencia à V satrapia persa, foi anexada ao novo império de Alexandre, sem maiores dificuldades. A comunidade judaica que vivia em Jerusalém e arredores foi incorporada ao domínio macedônio. Durante as campanhas de Alexandre contra Tiro e Gaza, em 332 a.C., a Palestina foi anexada ao novo império.

O Império de Alexandre, o Grande



 The Empire of Alexander the Great. Alexander's conquests united Eurasia from Greece to India into a cultural and, briefly, a political unity.

Fig. 2 - mapa extraído do site wps.ablongman.com

De acordo com Flávio Josefo quando Alexandre chegou à Síria, pilhou Damasco, apoderou-se de Sidon e cercou Tiro. De lá enviou uma carta ao sumo sacerdote dos judeus, pedindo-lhe que lhe mandasse reforços, que fornecesse provisões para o seu exército e que, aceitando a amizade dos macedônios, lhe mandasse os presentes que costumava mandar a Dario; e acrescentou que os judeus não teriam nada a temer. O sumo sacerdote respondeu aos mensageiros que tinha prometido com juramento a Dario que não pegaria em armas contra ele, e que não ia faltar à palavra jurada enquanto Dario fosse vivo. Ainda segundo Josefo, ouvindo isto, Alexandre se encolerizou muito (...) Depois de tomar Gaza, Alexandre se apressou em subir a Jerusalém. O sumo sacerdote Judus, ao ouvir isto, encheu-se de angústia e temor, não sabendo como se apresentar aos macedônios, cujo rei devia estar muito irritado com a sua recente desobediência (Josefo *Antiguidades Judaicas*, XI, 316). Josefo ainda nos diz que Alexandre (depois que o sumo sacerdote se desculpou) foi ao Templo, onde sacrificava a Deus, e depois atendeu a vários pedidos do sumo sacerdote em benefício de seu povo (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XI, p. 317).

Segundo Christiane Saulnier e Charles Perrot, Jerusalém ou a Judéia ficavam fora da rota de Alexandre, o Grande. Assim, Alexandre jamais esteve nesses lugares. O que ele pode ter feito foi ter enviado até lá um de seus oficiais para obter a submissão da comunidade judaica aos novos senhores da região⁴. Saulnier e Perrot observam sobre a *Recensão C do Pseudo Calístenes*, que a história deve ter sido forjada por volta da metade do século II a.C., em um círculo filo-heleno, provavelmente alexandrino, sob a inspiração de romances gregos e mais especialmente do romance de Alexandre (SAULNIER e PERROT, 1985, p. 71).

Para Saulnier e Perrot, assim como na Judéia, a anexação de Samaria foi a princípio tranqüila. Contudo, logo em seguida à anexação, eclodiu uma revolta na qual Andrômaco, o prefeito de Alexandre na Síria, foi queimado vivo pelos samaritanos. A punição determinada aos samaritanos por Alexandre, quando este voltava do Egito, foi exemplar. Samaria foi destruída e no lugar se estabeleceu uma colônia macedônia (SAULNIER e PERROT, 1985, p. 72).

⁴ Além de Flávio Josefo, o encontro do sumo sacerdote de Jerusalém com Alexandre é narrado também na "Recensão C do Pseudo-Calístenes" (um conjunto de lendas sobre Alexandre, atribuídas a Calístenes, sobrinho de Aristóteles, que se cristalizaram por volta do século III a.C.), no Anexo Tardio ao Meguillat Taanit (= Rolo dos Jejus) e no Talmud da Babilônia (Yoma 69a).

Como dissemos linhas acima, a mudança da Judéia de mãos persas para mãos macedônias em 332 a.C. não alterou significativamente a vida judaica e as condições econômicas e políticas vigentes.

O autor alemão Hans Gerhard Kippenberg em publicação de 1978, apresentou um importante estudo que foi traduzido para a língua portuguesa, por João Aníbal G.S. Ferreira com revisão de José Joaquim Sobral, em 1988. Em *Religião e formação de classes na antiga Judéia*, Kippenberg apresenta um estudo sobre a formação do judaísmo pós-exílico. Essa obra apresenta-se como uma proposta de interpretar social e antropologicamente os temas da história religiosa da antiga Judéia. Segundo este autor, os movimentos judaicos de resistência contra os gregos e contra os romanos tiveram interpretações divergentes por parte dos especialistas, como M. Hengel, H. Kreissig, S. K. Eddy, A. Causse e M. Weber. Ao mesmo tempo os estudos concernentes à sociologia etnológica desenvolvia-se basicamente em três frentes: etnologia do parentesco, etnologia econômica e antropologia política. Com isso, Kippenberg obteve as ferramentas necessárias para interpretar a antiga literatura judaica em relação aos conceitos e métodos da etnologia ou antropologia social. Utilizando a etnologia, ele tenta reconstruir o tipo de ordem social da Judéia antiga, comparando-o com o de outras sociedades do Antigo Oriente Médio. Neste processo, diz o autor, considera-se ainda a relação do indivíduo com a sociedade e da idéia religiosa com a ordem social mais como contradição do que como unidade (KIPPENBERG, 1988, p. 8-14).

Os movimentos judaicos de resistência levantam, para Kippenberg, a seguinte questão: existia uma relação intrínseca entre determinados conteúdos da tradição religiosa e as lutas de resistência, ou a relação era extrínseca ou casual? A hipótese do autor será: a tradição se uniu com duas tendências antagônicas: a tendência à formação de classes⁵ e a tendência à solidariedade. Formam-se, então, dois complexos divergentes de tradição que fundamentam os conteúdos religiosos dos movimentos judaicos de resistência (KIPPENBERG, 1988, p. 18-23).

Para Hans Gerhard Kippenberg, a sociedade judaica tradicional fundamentava-se no clã (*mishpâhâh*). O clã era constituído por um agrupamento de famílias ampliadas (*beth-’âbhoth*) que moravam na mesma região e se auxiliavam tanto social quanto economicamente,

⁵ Chamamos a atenção para os cuidados que devemos ter ao utilizarmos o conceito “classes” para o mundo antigo. Este termo é muito utilizado por diversos autores, todavia, se não for observada a devida atenção, pode nos colocar em uma armadilha conceitual de teor anacrônico. Lembremo-nos que o conceito de “classes sociais” foi cunhado pelo marxismo no século XIX para interpretar o mundo que se formatava àquela época.

constituindo uma comunidade jurídica local (KIPPENBERG, 1988, p. 22-25). A *mishpâhâh* caracterizava-se por: ser um grupo de descendência patrilinear (a linha de descendência corre de pai para filho); era unidade de convocação do exército tribal; pela residência comum de seus membros; transmitia o direito de posse por herança: a terra, os rebanhos, enfim, a propriedade era comunal e não podia ser vendida, mas devia ser mantida em poder do grupo através da herança de pai para filho; era formada de famílias ampliadas; seus membros tinham responsabilidade mútua, gerando uma solidariedade de sangue muito coesa. Tinham regras específicas de casamento, com preferência pelo casamento entre primos patrilinares e com a obrigatoriedade do dote; integrava, em circunstâncias específicas, uma tribo. A partir da época persa a família (*beth-'abh*) tornou-se a unidade econômica fundamental, deixando o clã (*mishpâhâh*) em segundo plano (KIPPENBERG, 1988, p. 22-25)⁶.

Entre 323 e 301 a.C. a Palestina foi cruzada cerca de oito vezes por exércitos em luta. Daí os vários sobressaltos que atingiram a região: pilhagens, requisições, deportações, desmantelamento de defesas e bens imóveis para prejudicar o inimigo, sustento das guarnições etc. Assim podemos observar a situação da Palestina neste período de vinte e dois anos de conflito entre os herdeiros de Alexandre.

Ptolomeu I, por exemplo, na sua luta pela posse da Celessíria⁷, tomou Jerusalém em 312 a.C., deportando alguns milhares de judeus para o Egito. A maioria foi destinada ao trabalho escravo das minas e da agricultura. Aliás, somadas às migrações e aos mercenários, tais situações acabaram aumentando espetacularmente o número de judeus no Egito, fazendo da diáspora alexandrina a maior comunidade judaica fora de Israel (ABEL, 1952, p. 30-32).

De acordo com Felix-Marie Abel, mesmo com todas as atribulações, as guerras acabaram por trazer também alguns benefícios para a região. A presença do exército macedônio seja sob o comando de Pérdicas, Antípater, Eumênio ou Antígono, produziu uma movimentação política e econômica incomum na Palestina. A região da Síria, na verdade, acabou ficando bem no centro das disputas entre os generais de Alexandre. Junto com o

⁶ Para entender melhor as relações de parentesco e suas implicações político-econômicas cf. Kippenberg, 1988: 31-52.

⁷ Celessíria significava "Síria Côncava" e compreendia os territórios do sul da Síria, da Fenícia e da Palestina. A origem do nome é controvertida. É possível que venha do semítico, algo assim como o hebraico *kl sûryh*, "toda a Síria", que teria se tornado, em grego, por assonância, *koilê syrîa*. Originariamente a Celessíria compreendia toda a Síria, mas na época helenística já se distingue entre a *syrîa hê ânô* (Síria do norte) e a *koilê Syrîa*. "Celessíria", entretanto, só se torna designação oficial da região sob o governo dos Selêucidas, após 198 a.C. Os Ptolomeus chamavam a região de Síria e Fenícia. Cf. STERN, M., *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism I*, Jerusalem, The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1976, p. 14.

exército veio o comércio, pois milhares de civis acompanharam as tropas: mercadores, traficantes de despojos, escravos, mulheres e crianças. Os veteranos se fixaram nas colônias militares, núcleos de futuras cidades. A guerra colocou em circulação, além disso, enormes quantias de dinheiro. As grandes construções navais - pois esquadras são montadas e destruídas - fizeram prosperar as cidades da costa (ABEL, 1952, p. 22-25).

O domínio dos Ptolomeus sobre a Celessíria durou 103 anos. Durante todo este tempo Ptolomeus e Selêucidas lutaram pela Síria. Os Ptolomeus lutavam porque não podiam se sentir seguros no Egito se suas fronteiras não estivessem protegidas pela Celessíria. E também por razões comerciais: a posse dos portos da Celessíria lhes garantia o controle do Mediterrâneo Oriental e a ligação com a terra-mãe, a Macedônia. Os Selêucidas lutaram pela região porque precisavam cortar as bases dos Ptolomeus instaladas na costa da Ásia Menor. Deste conflito decorreram as chamadas "guerras sírias"⁸.

Politicamente, a região da Celessíria é composta das seguintes "etnias": cidades fenícias ao longo da costa, de Ortozia a Gaza; o distrito do Templo de Jerusalém, com seu povo judeu; os povos samaritano e idumeu; grupos descendentes de cananeus e sírios; várias cidades no interior, incluindo as colônias militares macedônias; e as tribos dos nabateus e dos árabes, no sul e na Transjordânia.

O modo de vida grego se implantara mais rapidamente nas cidades fenícias, mas também as *poleis* mais significativas do interior, tanto na Judéia quanto na Iduméia, na Samaria como na Galiléia, foram inexoravelmente helenizadas.

Não havia cidades livres, no sentido da Grécia clássica, dentro do reino ptolomaico. Mas havia cidades que se aproximavam do modelo da *pólis* grega, com seus magistrados e seu território. Como exemplo podemos mencionar as mais importantes cidades fenícias e palestinas: como Tiro, Sidon, Acco-Ptolemaida, Gaza, Ascalon, Jope e Dora; ou ainda Marisa, na Iduméia (HENGEL, 1981, p. 287-289 e SAULNIER, 1985, p. 118-121). Uma importante instituição que se desenvolveu provavelmente durante o domínio ptolomaico é a *gerousia*, uma assembléia aristocrática composta pelos chefes das famílias mais influentes, pelos sacerdotes e pelos escribas do Templo. De modo geral, convém observar que o desenvolvimento econômico da região da Celessíria fez parte de uma estratégia política bem

⁸ Sobre as Guerras Sírias Cf. PRÉAUX, C., 1987/1988, p. 139-155; WILL, E., 1982, p. 146-150; 234-261; ABEL, F.-M., 1952, p. 44-87. Sobre a 4ª e a 5ª guerras sírias temos boas informações em POLÍBIO, *História* V, 63-87; XVI, 18-19, Brasília, Editora da UnB, 1985, p. 293-311; 457-458.

definida por parte dos Ptolomeus. Estratégia essa que visava, acima de tudo, impedir o avanço de seus rivais Selêucidas sobre a região. Essa política foi implantada principalmente por intermédio da aliança grega com os aristocratas locais.

Um decreto de Ptolomeu II, Filadelfo⁹, provavelmente de 261/260 a.C. resume bem a política empreendida pelos Ptolomeus para a região da Celessíria:

Ordem do rei. Os habitantes da Síria e da Fenícia, que compraram um nativo livre (*sôma laikòn eleúteron*) ou dele se apropriaram com violência, ou o adquiriram de um ou outro modo, devem declará-lo e apresentá-lo ao ecônomo¹⁰ em qualquer hiparquia¹¹ dentro de vinte dias após a publicação deste decreto.¹²

Também os arquivos de Zenão¹³ são importantes para a compreensão da administração ptolomaica da Palestina¹⁴. Outro dado interessante para se conhecer a administração

⁹ Estes títulos dos reis helenísticos - Soter, Filadelfo, Theos, Evergetes, Epífanos etc - lhes foram, em geral, atribuídos por cidades às quais eles prestaram algum serviço ou libertaram de algum inimigo. Ptolomeu I, por exemplo, é chamado de Soter, "Salvador", porque salvou os ródios de um cerco imposto por Demétrio. Evergetes significa "Benfeitor", Epífanos é o "Manifesto", Theos é o "deus" etc. Cf. PRÉAUX, C., 1987/1988, p. 194-195; 245-251.

¹⁰ Ecônomo (*oikonómos*): administrador que é o encarregado das finanças e do comércio de cada distrito.

¹¹ Dentro do governo Ptolomaico da Celessíria, hiparquia era um distrito territorial governado por um hiparco. Este distrito, assim como os nomos egípcios, dividiam-se em aldeias (*kômê*) que eram chefiadas por um comarca.

¹² CARTA DE ARISTEAS A FILÓCRATES, 22, em DIEZ MACHO, A., *Apócrifos del Antiguo Testamento II*, Madrid, Cristiandad, 1983-1987, p. 22-23. Cf. ABEL, F.-M., 1952, p. 62-63. PRÉAUX, C., *Le monde hellénistique II*, 1987/1988, p. 568 acredita na autenticidade deste documento, pelo menos nos seus termos mais gerais.

¹³ Trata-se de uma coleção de cerca de 2.000 papiros, encontrados após 1910, perto da antiga Filadélfia, localizada nas vizinhanças do oásis de Fayum, onde o dioceta (*dioikêtês*, administrador ou tesoureiro. Depois do rei ele é o homem mais importante do governo, pois é ele que se encarrega de todo o setor econômico e administrativo do Estado) de Ptolomeu II, Filadelfo, o poderoso Apolônio, mantém sua *dôréa* (terras doadas pelo rei aos altos funcionários do governo, eram conhecidas como *dôreai* = doações). Descobertos por escavadores clandestinos, os papiros de Zenão foram dispersos pelo mundo afora durante a 1ª Guerra Mundial. Estão em Londres, no Cairo, em New York, na Alemanha e na Itália. Os papiros cobrem um período de 32 anos, entre 261 e 229 a.C., e trazem os arquivos de Zenão, originário de Caunos, cidade da Cária controlada por Ptolomeu II. Zenão foi para o Egito, onde entrou para o serviço de Apolônio, no qual permaneceu por 13 anos, de 261 a 248 a.C. A partir deste ano, Zenão deixou Apolônio - do qual não temos mais notícias após 245 a.C. - e se dedicou a seus negócios particulares em Filadélfia. O seu último documento datado é de 14 de fevereiro de 229 a.C.

¹⁴ Cf. ORRIEUX, 1983, p. 42-43. Os arquivos de Zenão foram redigidos em abril/maio de 259 a.C. O documento segue as regras mais estritas para este tipo de escrito: ano de reinado, corregência, sacerdotes epônimos dos cultos dinásticos, fiador e testemunhas.

ptolomaica da Palestina é a história de José, o Tobíada¹⁵ e de seu filho Hircano, transmitida por Flávio Josefo (*Antiguidades Judaicas*, XII 158-236).

Em 198 a.C. o rei Selêucida Antíoco III, o Grande (223-187 a.C.), venceu os egípcios em Panias (Banias), junto às nascentes do Jordão, e expulsou definitivamente os Ptolomeus da Ásia, começando um projeto de expansão de seus domínios. Segundo Flavio Josefo, quando Antíoco III, o Grande, venceu os exércitos dos Ptolomeus, os judeus de Jerusalém o apoiaram nesta luta. O ‘partido’ Selêucida, em Jerusalém, estava mais forte do que o ptolomaico. Por isso em 197 a.C., Jerusalém foi contemplada com um programa de reconstrução e repovoamento – a cidade havia sofrido três assédios consecutivos, em 201, 199 e 198 a.C. (JOSEFO *Antiguidades Judaicas* XII 138-144). A proposta de reconstrução, a contribuição real para os sacrifícios, em animais, vinho, óleo, incenso, flor de farinha, trigo e sal, a isenção de impostos durante três anos e o repovoamento de Jerusalém eram medidas necessárias para o fortalecimento do governo e dos interesses de Antíoco III naquela região disputada pelos Ptolomeus. Entretanto, a expansão Selêucida sob Antíoco III, o Grande, foi impedida por Roma na medida em que seus interesses entraram em choque com a forte república na Europa.

O Mundo Helenístico – 240 a.C.



Fig. 3 - Mapa extraído do site da Universidade de Oregon.

¹⁵ Sobre José e os Tobíadas, SAULNIER, 1985, p. 451-454; PRÉAUX, 1987/1988, p. 571-572.

Acontece que Aníbal¹⁶, general cartaginês, após ser derrotado por Roma, refugiou-se na corte Selêucida e instigou Antíoco III a lutar contra Roma. Após muitas negociações frustradas, Roma enfrentou e venceu Antíoco III na batalha de Magnésia, no começo de 189 a.C. O exército romano era comandado por Lucius Cornelius Cipião - depois cognominado "o Asiático" -, ajudado por seu irmão Cipião, o Africano. Antíoco, que tinha 72 mil soldados, perdeu 50 mil homens de infantaria, 3 mil cavaleiros, 15 elefantes e Cipião fez 1400 prisioneiros. Os romanos perderam apenas 400 homens. Em 188 a.C. a paz entre Roma e os Selêucidas foi estabelecida em Apaméia da Frígia, quando foram impostas humilhantes condições a Antíoco III (WILL, 1982, p. 210-215). De acordo com Apiano o tratado de Apaméia nos informa que:

Antíoco deverá abandonar tudo o que ele possui na Europa e, na Ásia, as províncias aquém do Taurus - as fronteiras serão traçadas em seguida. Ele entregará todos os seus elefantes e todos os navios que indicaremos. No futuro ele não terá mais elefantes e terá somente o número de navios que nós fixaremos. Ele fornecerá vinte reféns, segundo a lista elaborada pelo cônsul. Ele pagará pelas despesas desta guerra, da qual ele é o responsável, 500 talentos eubóicos imediatamente, 2.500 após a ratificação do tratado e 12.000 em doze anos, cada anuidade devendo ser paga a Roma. Ele nos entregará todos os prisioneiros e os desertores e restituirá a Eumênio tudo o que ele ainda retém das possessões adquiridas em virtude do acordo feito com Átalo, pai de Eumênio. Se Antíoco respeitar lealmente estas condições, nós lhe oferecemos paz e amizade sob condição de ratificação do Senado¹⁷.

De acordo com Michael Ivanovich Rostovtzeff "A situação geral do mundo helênico não foi afetada por esta guerra. O equilíbrio de poder de que Roma se tornara guardiã continuou a existir, embora de forma peculiar" (ROSTOVITZEFF, 1977, P. 71). O que Rostovtzeff pretendeu afirmar é que Roma resolvia todas as disputas internas da Grécia, sem consultar, porém, a opinião grega, nem mesmo em assuntos gregos. Todos os reinos helênicos eram independentes, mas nenhum deles tinha poderes para levantar-se contra Roma. A todos eles, e especialmente às cidades gregas, Roma garantia 'liberdade', mas no momento em que qualquer um desses reinos se mostrasse disposto a realizar uma política independente, Roma imediatamente tomava as devidas precauções no sentido de contê-las.

¹⁶ Para saber mais sobre a presença de Aníbal na Judéia/Palestina ver ROSTOVITZEFF, M., *História de Roma*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 56-78; PEIXOTO, P. M., *Aníbal, o pai da estratégia*, São Paulo, PAUMAPE, 1991; BRADFORD, E., *Aníbal, um desafio aos romanos*, São Paulo, Ars Poetica, 1993.

¹⁷ APIANO *Syriaka*, 38-39. *apud* SAULNIER, C., 1985, p. 372-373. Apiano é natural de Alexandria e morreu aproximadamente em 160 d.C. Trabalhou como advogado em Roma e compilou narrativas em grego de várias guerras romanas em 24 livros, dos quais temos hoje dez.

De todo modo, foi a partir da guerra entre Antíoco III e Roma que começou o declínio do império Selêucida. Daquele momento em diante, Antíoco III e seus sucessores se debateriam em crescentes lutas internas pelo poder, assistindo à fragmentação progressiva dos seus domínios e lutando com grandes dificuldades financeiras. Só a Roma, Antíoco deveria pagar 15.000 talentos eubóicos. O talento eubóico, do nome da ilha de Eubéia, pesava cerca de 26 kg. Logo, Antíoco deveria pagar a Roma o equivalente a 390.000 kg de prata.

A falta de condições dos sucessores de Antíoco III de manter o acordo de isenção tributária, em relação a cidades como Jerusalém, por conta dos encargos provenientes da derrota na guerra, e a automática pressão exercida por Roma, conduziu os Selêucidas a uma crise sem precedentes. No calor da situação, Antíoco III foi morto em 187 a.C., pela população revoltada, quando saqueou um templo elamita, para conseguir dinheiro para pagar o que devia aos romanos. De acordo com F. M. Abel, Antíoco foi "ao templo de Bel, famoso por possuir muito ouro e prata dedicados ao deus, e tendo-o assaltado de noite com suas tropas, não levou em conta a coragem vigilante das populações desta região rude. Ele foi morto, ele e os seus, pelos habitantes que acorreram em defesa do santuário. Este foi o fim pouco glorioso de Antíoco, dito o Grande, após trinta e seis anos de reinado com a idade de cerca de cinquenta e cinco anos, em 187 a.C." (ABEL, 1952, p. 22-25).

Seu sucessor, Selêuco IV, Filopator (187-175 a.C.), apoiado por judeus dissidentes do sumo sacerdote Onias III, tentou apoderar-se do dinheiro depositado no Templo de Jerusalém (2 MACABEUS III, 4-40). Em 175 a.C. Selêuco IV foi assassinado. Seu irmão Antíoco IV, Epífanes (175-164 a.C.)¹⁸, que voltava de Roma onde era refém desde 188 a.C. quando seu pai Antíoco III perdera a batalha de Magnésia e assinara o tratado de Apaméia, assumiu o poder Selêucida. A instabilidade do reino Selêucida aumentou e Antíoco IV tomou medidas helenizantes como forma de consolidar o seu poder. Concedeu o status de pólis a várias cidades, promoveu a adoração de Zeus e reivindicou para si prerrogativas divinas (ABEL, 1952, p. 109-132).

Em Jerusalém o processo de helenização avançara bastante desde o século anterior, especialmente entre a aristocracia sacerdotal e leiga. Formou-se um forte partido pró-helênico, que pretendeu incrementar o avanço civilizatório grego e, por isso, esteve em luta com os judeus tradicionais e fiéis à lei judaica. Estes helenizantes defendiam a urgente revogação do decreto de Antíoco III, que os impedia de se integrarem totalmente no modo de vida grego. F.-M. Abel observa, por exemplo, que a Judéia estava cada vez mais cercada por cidades

¹⁸ Para o reinado de Antíoco IV e seu confronto com os judeus, Cf. BRIGHT, 1978, p. 570-576; ABEL, p. 109-132; HENGEL, p. 277-290; SAULNIER, p. 105-121; e WILL, p. 326-341.

helenizadas e era impossível ao judeu não tomar contato com o seu modo de vida. Quem vai a Acco-Ptolemaida passa por Samaria ou Dora; se alguém negocia na Galiléia não pode fugir de Citópolis ou Filotéria; ou na Transjordânia é necessário ir a Pella, a Gadara ou a Filadélfia. Do lado do mar, Marisa está na rota de Gaza ou Ascalon. Jâmnia, Gazara e Jope também não podem ser evitadas (ABEL, 1952, p. 109-132). A propósito desse processo de helenização, em 174 a.C. foi instalado um ginásio¹⁹ em Jerusalém, aos pés da acrópole, contíguo à esplanada do Templo.

Em 169 a.C., Antíoco IV, depois de ter feito campanha militar contra o Egito, campanha esta vitoriosa, em seu retorno saqueou o Templo de Jerusalém. A real causa deste saque é desconhecida, muito possivelmente tenha ocorrido por causa da sempre crescente necessidade de dinheiro (1 MACABEUS I, 21-23). Políbio nos narra que em 168 a.C., em sua segunda campanha contra o Egito, Antíoco IV foi impedido de entrar em Alexandria, e de assim anexar o país pelo legado romano Popilius Laenas. Roma defendia, deste modo, o fraco Egito e vigiava de perto os Selêucidas (POLÍBIO *História* XXIX 27). Antíoco IV motivou financeiramente a aristocracia local que por sua vez começou a pressionar sempre mais na direção da helenização total, como modo de quebrar as barreiras da tradição de solidariedade baseada nas leis dos judeus e sua aliança com Deus. O enriquecimento fácil desta aristocracia, baseado na tributação e na manutenção de seus privilégios, chocou-se com as normas da lei dos judeus mais tradicionais, fundamentadas na solidariedade familiar e no direito de posse por herança.

A revolta dos macabeus se inseriu no confronto econômico entre a aristocracia filo-helenista e os judeus fiéis às leis judaicas – lembremo-nos que o arrendamento estatal dos impostos à aristocracia foi o principal deflagrador dos conflitos. Os sacerdotes Macabeus, líderes da resistência judaica, e seus partidários assídeos defendiam a manutenção dos laços de parentesco, da solidariedade étnica contra a instalação do regime de pólis em Jerusalém. Enquanto os partidários da helenização seguiam as ordens do rei (1 MACABEUS II, 19-20; VI, 21-27), os revolucionários²⁰ Macabeus faziam valer os antigos mandamentos

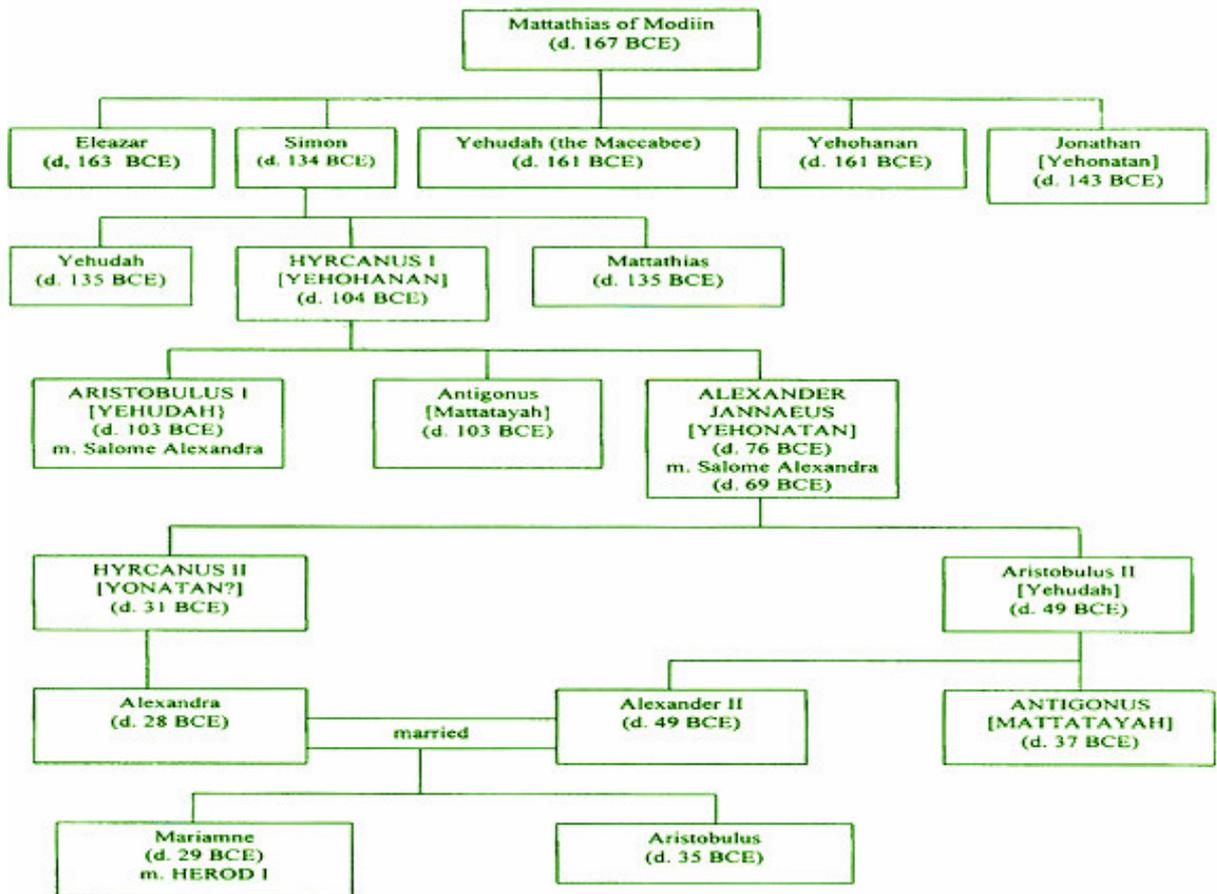
¹⁹ Lembremo-nos de que o ginásio grego não é mera praça de esportes. É uma instituição cultural das mais importantes, usada no processo de helenização de várias cidades orientais. Além dos esportes gregos, o ginásio implica a presença de divindades protetoras, como Hércules e Hermes e ensina a maneira grega de se viver e de se ver o mundo. Falar o grego corretamente, vestir-se à moda grega, conhecer e discutir a cultura grega são algumas das atividades praticadas no ginásio.

²⁰ Temos consciência da abrangência do significado do termo revolução, e que existe uma sedutora inclinação em utilizá-lo com o sentido moderno do termo. No caso dos Macabeus, trata-se de uma mudança no sentido a

(IMACABEUS II, 29-38: o sábado; 2,42-48: a circuncisão; 4,36-51: a purificação do Templo). Com a proibição das tradicionais práticas judaicas em 167 a.C. desencadeou-se uma feroz perseguição àqueles que não se submetiam às ordens do rei Selêucida Antíoco IV, Epífanes. A posse de livros da lei judaica, a prática da circuncisão ou qualquer observância de um ritual judaico levava a pessoa à morte.

Recusando-se a prestar culto aos deuses gregos, um sacerdote de Modin chamado Matatias, que se retirara de Jerusalém desgostoso com o rumo das coisas, começou um movimento de rebelião armada contra os gregos e seus associados da aristocracia judaica (ver quadro da família dos hasmoneus abaixo).

Quadro parcial da família hasmonéia



CAIXA ALTA: reis que emitiram moedas; **m.:** casada com; (): data da morte; []: nome

Fig. 4 - Quadro extraído de HENDIN, 2001, p. 158, cf. Bibliografia.

retomar os antigos valores judaicos de solidariedade existentes no clã (*mishpâhâh*) e na família (*beth-'abh*) já mencionados anteriormente. Para saber mais sobre a história do conceito de revolução, ver Alain Rey. *Révolution, histoire d'un mot*. Paris:Gallimard, 1989.

Junto aos seus cinco filhos e grande grupo de camponeses fiéis às tradições judaicas ele fez uma guerra constante aos “helenizantes”, que culminou, nesse primeiro momento, com a liderança do filho de Matatias, Judas Macabeu, na libertação de Jerusalém e na purificação do Templo, apenas três anos após a proibição dos sacrifícios javistas. Christiane Saulnier comenta que "esta vitória, aparentemente fácil, de Judas Macabeu explica-se pelos problemas que enfrentava neste momento o governo Selêucida. Com efeito, Antíoco IV partira no princípio do ano 165 a.C. para uma campanha nas satrapias superiores (alta Ásia) deixando Lísias em Antioquia para assegurar o governo e a guarda de seu jovem filho" (SAULNIER, 1987, p. 29). Foi então que, em dezembro de 164 a.C., livre de represálias Selêucidas, Judas e os seus tomaram Jerusalém, purificaram e dedicaram novamente o Templo. Para comemorar o fato foi instituída a festa da *Hanukka*, isto é, "Dedicação", celebrada no dia 25 de Casleu (15 de dezembro).

A luta contra a helenização foi comandada por um grupo sacerdotal, os Macabeus, o que fez parecer que os motivos religiosos fossem prioritários ou mesmo os únicos para a resistência. Todavia é importante lembrarmos de que havia uma coincidência de interesses dos sacerdotes e levitas²¹ empobrecidos com os interesses dos camponeses. Por isso lutavam lado a lado. Sacerdotes e levitas viviam da contribuição dos camponeses, pois o culto e o sacerdócio não tinham propriedades, excetuando-se, é claro, uns poucos sacerdotes da nobreza. Os sacerdotes prestavam serviços em Jerusalém só de tempos em tempos, morando no mais, em suas cidades e aldeias. O financiamento do culto ficava, na maioria das vezes, por conta do Estado. Deste modo, a classe sacerdotal sem terras estava interessada no controle público das terras, como manda a lei judaica, e não na privatização da propriedade da terra, que era a tendência da aristocracia filo-helênica. Somente dessa maneira os sacerdotes poderiam ter certeza das contribuições para o templo e para o sustento de suas famílias.

Se a terra pertence a Iahweh, como diz a lei judaica, e os sacerdotes são os intermediários entre Iahweh e o povo, através da instituição do Templo, a sua sobrevivência está garantida. Mas se a terra pertence ao rei, como o quer o direito do conquistador grego, os sacerdotes que não pertencem à aristocracia e não se associam aos gregos são prejudicados (KIPPENBERG, 1988, p. 59-64).

²¹ Os levitas eram as pessoas que pertenciam à tribo de Levi. A tribo de Levi foi separada exclusivamente para o serviço religioso (Dt. 18:5). Eram encarregados pela guarda (Nm 1:53), pela administração (Nm 1:50) e pelo cuidado do tabernáculo bem como por todos os utensílios da tenda da congregação (Nm 1:50). Eles também tinham como função ministrar (servir) todo o povo de Israel (Nm 3:7-8). No reinado de Davi, os levitas foram designados para dirigir o canto e para utilizarem instrumentos musicais no templo (I Cr. 6:31-32, I Cr. 15:16).

C. Saulnier crê que a resistência dos judeus ‘piedosos’ assumiu, aos olhos de Antíoco IV, as características de uma verdadeira revolta e de uma oposição política perigosa. "Ao mesmo tempo, a profunda divisão dos judeus permite-nos compreender que os filo-helênicos deviam se sentir ameaçados e acolhessem de boa vontade o apoio e a proteção das forças gregas. Assim, o começo dessa crise é ambivalente, porque mistura a perseguição religiosa à guerra civil. Então, o que é interpretado em termos de perseguição pela literatura judaica, pode ser compreendido pelo historiador como uma reação contra a agitação que não parava de aumentar e a repressão de uma verdadeira revolta armada" (SAULNIER, 1985, p. 126).

Jônatas, irmão de Judas Macabeu, foi o primeiro sumo sacerdote da família, ocupando um cargo que, embora estivesse vago, não lhe pertencia, pois ele não pertencia à linhagem dos sumo sacerdotes. Isto começou a criar divisões internas, pois os judeus mais tradicionais não podiam admitir essa atitude. Aproveitando-se do aprofundamento da divisão interna do império Selêucida e de seu enfraquecimento político e econômico, os irmãos Macabeus foram pouco a pouco consolidando as suas conquistas na Judéia. Jônatas aproveitou-se das lutas internas dos Selêucidas nas suas disputas dinásticas e consolidou um espaço cada vez mais amplo de liberdade judaica. Com efeito, apareceu um novo pretendente ao trono Selêucida, Alexandre Balas, que se disse filho de Antíoco IV, e teve o apoio dos romanos.

Emil Schürer diz que o jovem Balas, vivia em Esmirna, era muito parecido com Antíoco V, Eupator, filho de Antíoco IV, Epífanês. Átalo II, rei de Pérgamo, coroou-o rei, opôs-no a Demétrio, e Balas obteve o apoio do Senado romano, além de contar com as boas graças de Ptolomeu VI, Filometor, do Egito, e de Arirate V, da Capadócia. Assim, Balas iniciou sua guerra contra Demétrio, de quem os sírios estavam saturados (SCHÜRER, 1985, p. 238).

Para consolidar a sua posição na região Alexandre Balas precisava ganhar o apoio dos judeus. Por isso nomeou Jônatas sumo sacerdote em 152 a.C. Jônatas oficiou pela primeira vez na festa dos Tabernáculos, em outubro de 152 a.C. Além disso, ele recebeu o título honorífico de "amigo do rei"²² (IMACABEUS X, 18-2). Por sua vez Demétrio I, para superar

²² Quanto ao título de "primeiro amigo do rei", Claire Préaux observa que se conhece uma hierarquia de títulos que, começando do mais importante, é a seguinte: *parente do rei*, equivalente aos parentes do rei; *os primeiros amigos*, *archisômatophylakes*; *os amigos*, *somatophylakes*; e *os sucessores*. A partir destas promoções, Jônatas, antes líder de uma insurreição contra os Selêucidas, passou a ser funcionário do Estado que então combatia (PRÉAUX, 1988, p. 209-210).

as ofertas de Alexandre Balas, ofereceu aos judeus uma isenção de tributos, além de vários outros benefícios (1MACABEUS X, 25-45).

Após a morte de Jônatas, a luta dos Macabeus continuou com seu irmão Simão a partir de 143 a.C. Simão, ao dominar a Acra, a poderosa fortaleza Selêucida de Jerusalém, conseguiu, finalmente, a independência da Judéia.

Assassinado, Simão²³ é sucedido por seu filho João Hircano I, que continuou o processo de judaização da Palestina. Nesta época destacam-se as importantes cidades palestinas: Mádaba, Samega, Siquém, Adora e Marisa. A. Paul lembra que a expansão territorial e os métodos imperialistas dos Macabeus vão se tornando cada vez mais fortes:

A maior parte das guerras terminou com a conversão forçada dos vencidos e muitas vezes com extermínios que lembravam o anátema praticado por Josué. João Hircano destruiu o templo do monte Garizim e a cidade helenizada de Sebaste-Samaria e reduziu seus habitantes a escravos. Os idumeus e os itureus²⁴ da Galiléia foram obrigados a se circuncidarem (...) Era necessário aniquilar a civilização grega com suas realizações, e não só suas resistências. 'Ou o judaísmo ou a morte': esta frase poderia resumir o programa político dos grandes Hasmoneus. Foram destruídas assim muitas cidades de importância econômica e cultural tanto para a Palestina como para os territórios vizinhos. Tal foi, em particular, o destino das grandes e prósperas cidades costeiras e das cidades helenísticas fundadas a leste do Jordão (PAUL, 1983, p. 191-192; JOSEFO, *Guerra dos Judeus I*, 64-66 descreve o cerco e a queda de Samaria).

De acordo com Flávio Josefo, para se libertar da tutela Selêucida, João Hircano I apelara para os romanos, com quem renovava o tratado de amizade, já antes estabelecido por seus antepassados. Os romanos, apesar dos problemas que já tinham tido anteriormente com os judeus, apoiariam qualquer iniciativa que pudesse vir a enfraquecer os Selêucidas, cujo território ambicionavam. O Senado romano renovou então a amizade (*filia*) e a aliança (*symmachía*) com os judeus em 126 ou 125 a.C., mas também mandou dizer que, no

²³ Com a morte de Simão, os judeus fizeram em sua homenagem placas de bronze na qual gravaram inscrições com os feitos de Simão e da família dos Macabeus (1MACABEUS XIV, 27-49). Essas inscrições nos revelam que ele é etnarca (líder da etnia judaica), tem o direito de usar a púrpura e a fivela de ouro (v. 44) - o que faz dele um dinasta - é estrategista (tem autoridade sobre o exército), é chefe (*hegoumênos*, expressão grega usada na LXX para traduzir *sar*, "príncipe", ou *rosh*, "chefe") e sumo sacerdote hereditário.

²⁴ Idumeu, proveniente da Iduméia; itureu, proveniente da Ituréia, ver mapa da página 37.

momento, havia outros problemas mais urgentes em Roma. Logo que pudesse, o Senado procuraria defender os interesses dos judeus (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* XIII, 259-266).

Entretanto, as crueldades cometidas por João Hircano I contra as cidades conquistadas e as populações forçadamente judaizadas provocaram a primeira reação dos fariseus contra os governantes Macabeus. João Hircano rompeu então com os fariseus e se aproximou dos saduceus. Essa troca de aliados se refletiria numa paradoxal aproximação com o helenismo. Na verdade, para conseguir as suas conquistas e garantir o seu território, João Hircano I começou a incorporar ao seu exército mercenários não judeus, naturalmente pagos com os tributos recolhidos do povo judeu, o que já desagradou bastante aos aliados dos Macabeus. Paolo Sacchi explica: "Os gentios engajados eram impuros que viviam junto ao povo judeu. Para os essênios a contaminação da cidade crescia, para os assideus surgiam problemas sobre a pureza que antes não existiam. A suspeita em relação ao Hasmoneu devia crescer" (SACCHI, 1976, p. 115).

Aristóbulo I, filho e sucessor de João Hircano, apesar de ter governado apenas por um ano, continuou o processo de reaproximação com a elite grega da região. E a luta pelo poder no seio da família dos Macabeus era bastante forte: Aristóbulo encarcerou sua mãe e seus irmãos (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* XIII, 303).

Após a morte de Aristóbulo I, sua viúva Salomé Alexandra, libertou seus irmãos da prisão e se casou com o mais velho, seu cunhado, Alexandre Janeu, que se tornou, assim, rei e sumo sacerdote (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* XIII, 320). Continuou o processo de anexação de territórios na Palestina, levando suas fronteiras a um ponto que o país nunca mais tivera desde que fora destruído por Nabucodonosor em 586 a.C. Entretanto, Janeu enfrentou pesada guerra civil no seu confronto com os fariseus. Estes vinham aumentando constantemente sua influência junto ao povo, ao mesmo tempo em que os Macabeus se distanciavam progressivamente de suas aspirações, colocando-se os dois poderes em nítido contraste. Os fariseus não estavam inclinados a aceitar como sumo sacerdote um guerreiro do tipo de Alexandre Janeu que não cumpria as rigorosas prescrições que o cargo exigia. Agindo com extrema dureza, ele controlou a situação após seis anos de violentos conflitos (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* XIII, 372-375).

Estes acontecimentos estavam relacionados com a crise vivida por Roma nessa época e que por conseqüência fez com que os romanos recuassem temporariamente de defender seus interesses na região. A guerra conhecida como "Guerra dos aliados" (*Bellum sociale*) - na verdade, violentas guerras civis entre o proletariado e a aristocracia romana e também entre os aliados italianos e os cidadãos romanos - fizeram com que Roma perdesse por breve período o

controle do Oriente. Somado a isso aconteceu o enfraquecimento definitivo do poder Selêucida que já não ameaçava Roma.

Aproveitando-se do conflito interno em Roma, o rei do Ponto Mitridates VI, aliou-se aos partos, armênios, egípcios e sírios para cortar a influência romana na região. Esta "ausência" de Roma, de curta duração, é que permitiu igualmente a Alexandre Janeu promover o seu expansionismo judaizante, segundo muitos autores. André Paul, por exemplo, comenta: "É, pois, sob o impulso de 'reorientalização' dos territórios e Estados do Oriente Médio que acompanhava o declínio dos Selêucidas gregos, que se deve situar o combate impiedoso de Alexandre Janeu contra as cidades helenísticas e sua decisão de impor, pela força ou pela morte, o elemento judaico em toda a Palestina" (PAUL, 1983, p. 198-199).

Após a 'pacificação' interna, Alexandre Janeu dedicou-se novamente às conquistas territoriais, expandindo o processo de judaização. Conseguiu grandes vitórias, apesar de um confronto mal sucedido com o rei nabateu Aretas que o obrigou a fazer algumas concessões a este povo²⁵ (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* XIII, 392). Alexandre conseguiu, durante seus 37 anos de reinado, levar o território judaico à sua extensão máxima desde que o país fora devastado pelos babilônios cerca de 500 anos antes. A mulher de Alexandre Janeu, Salomé Alexandra, assumiu o poder depois dele e fez as pazes com os fariseus, governando com grande habilidade. Salomé Alexandra mal acabara de morrer, e teve início um conflito entre seus dois filhos, Hircano II e Aristóbulo II. O filho mais velho e sumo sacerdote Hircano II, assumiu o posto de rei à morte de Salomé Alexandra. Mas Aristóbulo II não concordou, deflagrou-se a guerra entre os dois irmãos e, próximo a Jericó, Aristóbulo venceu Hircano. Este ainda se refugiou em Jerusalém, mas foi obrigado a render-se ao irmão que possuía forças superiores.

Foi justamente na época do conflito entre os irmãos Hircano II e Aristóbulo II que surgiu no cenário político da Judéia Antípater, pai de Herodes, o Grande. Segundo Flávio Josefo, Antípater era, na época do conflito entre Hircano e Aristóbulo, o estrategista da Iduméia, como o fora seu pai, também de nome Antípater, este nomeado para o posto por Alexandre Janeu (JOSEFO *Antiguidades Judaicas* XIV, 10). Isso explicaria a sua interferência nos negócios judaicos: para a família de Antípater, que vinha construindo seu poder através de

²⁵ JOSEFO, F., *Antiguidades Judaicas* XIII, 392. Josefo não especifica que concessões são essas. Apenas diz: "Ele [Aretas] entrou com soldados na Judéia, venceu o rei Alexandre, perto de Adida, e voltou depois de ter conversado com ele".

alianças e amizades com árabes, ascalonitas e gazenses, o ambicioso Aristóbulo II representava real perigo, enquanto o fraco Hircano II poderia ser mais facilmente manobrado. Foi então que Antípater se posicionou politicamente do lado de Hircano II e começou a manobrar para que este reconquistasse o poder. Ainda de acordo com Flávio Josefo, Antípater procurou influenciar os judeus mais ilustres, lembrando-lhes que Aristóbulo era um usurpador do trono que pertenceu a Hircano, por ser o mais velho (Josefo *Antiguidades Judaicas* XIV, 11).



Fig. 5 - Mapa extraído de GALBIATI e ALETTI, 1991: 173, cf. Bibliografia.

2. UMA DISCUSSÃO SOBRE ROMA E SUAS PROVÍNCIAS: A PRESENÇA ROMANA NA PROVÍNCIA PALESTINA

Questões gerais a respeito da dominação romana nas províncias

Para estudar o impacto da presença romana na Palestina, pensamos ser importante apresentar, mesmo que brevemente, algumas questões que dizem respeito a Roma e suas províncias. A primeira e talvez mais urgente questão que se apresenta é a da “romanização”.

As aspas, por nós colocadas na palavra romanização, já evidenciam que a palavra requer algum entendimento prévio. O termo romanização aparecia nos textos, até algum tempo atrás, sem apresentar nenhum tipo problema. Ainda hoje vemos em alguns textos a palavra romanização sendo usada sem os cuidados que esse termo sugere. Acontece que os novos estudos sobre o mundo romano nos mostraram que o sentido da romanização estava diretamente ligado a uma leitura inflexível do mundo romano, na qual os exércitos romanos chegavam, conquistavam e Roma finalmente podia impor sua dominação e, desse modo, sua cultura. Essa leitura possui alguns problemas. Primeiro, porque as fontes textuais que chegaram a nós sempre enfatizaram o caráter vitorioso das legiões romanas. Tal leitura positivista, diria, propõe a construção de uma história do Império Romano sob o prisma de Roma e seu poder, seja ele, militar, cultural ou religioso. Essa história enfatizou a força de Roma anulando os subjugados como objetos ativos da construção histórica. Segundo, porque os historiadores construíram uma imagem de uma Roma necessária para “civilizar” o “bárbaro” do mundo provincial.

Paolo Desideri em seu artigo *La romanizzazione dell'impero*, escrito em *Storia di Roma*, no ano de 1991, exemplifica de maneira clara a abordagem do conceito ‘romanização’ acima destacado. Diz o autor que: “a romanização talvez tenha sido o processo mais grandioso na história da civilização humana” (DESIDERE, 1991, p. 580). Ora, tal afirmação está impregnada de um componente ideológico: lembra a questão da vocação imperial de Roma enquanto um governo que se pretendia universal. Assim, após o aspecto sangrento da vitória militar, considerando os efeitos sobre a população submetida (sobre a vida material e moral) o autor toma, a investida de Roma sobre as províncias como “positiva”. Portanto,

Desidere busca legitimar a dominação efetuada por Roma a partir de duas situações: 1) o império traria uma paz duradoura e uma estabilidade política que promoveria um florescimento das atividades econômicas e culturais; e 2) traria, para a elite, uma promoção social conectada com a cidadania romana (DESIDERE, 1991, 581-583).

A construção do conceito romanização, enquanto assimilação por Roma das populações que passaram a fazer parte do Império, é facilmente encontrada nos escritores do séculos I e II d.C., que deram conta da vivacidade do debate já na Antiguidade. A passagem da fase do domínio militar para a da concessão da cidadania, e também a eliminação da diferença institucional entre vencedores e vencidos, através da concessão da cidadania, representa “o elemento culminante, o ponto de chegada de todo o processo de romanização nas partes do Império habitadas por populações para as quais Roma representa um modelo superior de organização política e cultural” (DESIDERE, 1991, p. 584).

Ao contrário do que enfatizou por tanto tempo a historiografia tradicional e mesmo autores da atualidade que não aprofundam o debate, como é o caso visto acima de Desidere, pensamos que as relações de poder de Roma com as províncias aconteça de forma flexível e não unilateral. Ao contrário, alicerçados em alguns autores como David Mattingly, acreditamos que as relações de Roma com as províncias era uma relação de mão dupla, ou seja, não podemos partir de uma posição pré-determinada promovendo a grandeza de Roma em detrimento da população “pouco civilizada” das províncias; devemos sim – e a arqueologia é fundamental para essa abordagem – construir uma história que pense nas relações entre Roma e as províncias sob uma ótica multilateral. Nas palavras de Mattingly: “É necessário repensar as sociedades indígenas em contato com Roma – não há vítimas totalmente passivas ou agentes totalmente entusiásticos nestas relações” (MATTINGLY, 1997, 7-9). De acordo com Charles Whittaker a idéia de Imperialismo se baseava tanto na imposição feita pelo centro, quanto pelo que era apropriado pelos nativos. Para o autor as duas hipóteses não são conflitivas, mas sim convergentes. Whittaker propõe uma teoria do interesse em que as idéias são armas na tensão e na batalha política (WHITTAKER, 1997: 148).

Inseridos ainda nesse debate estão as questões relativas à existência de uma resistência da população das províncias frente o Império Romano. Nesse ponto, tanto Mattingly quanto também Whittaker concordam. Esses autores questionam até que ponto é correto assumir que os povos das províncias resistiam à presença romana. A esse respeito M. Beard, J. North, e S.

Price afirmam que havia interesse da elite local em ir ao encontro da novidade imperial, ou seja, ao encontro do culto imperial promovido por Roma para certas áreas das províncias. Porém, o problema é saber o quanto essa elite estava ou não incorporando os valores religiosos romanos (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 321-324). Mattingly e Whittaker concluem que a resistência é uma questão relativa, pois depende do momento histórico e dos interesses e conveniências da elite local; de como Roma procura manipular as elites que estão no poder em relação às que fazem oposição e como os interesses de ambos podem ser equacionados. Whittaker, nessa perspectiva de resistência e romanização, sugere que usemos o termo, *adaptação resistente*, no lugar de romanização. T. J. Cornell, abordando o momento inicial da expansão do Império, sugere que Roma estipulava alianças com as elites conquistadas e defendia estas aristocracias contra insurreições populares. Sacrificando sua independência, os aliados de Roma obtinham segurança e proveito (CORNELL, 1995, p. 348-351).

Para Whittaker havia duas formas de romanização: a intervenção mais direta, por exemplo a interdição de cultos, e uma intervenção mais sutil em outros momentos. O autor mostra que o poder imperial era coerente conseguindo contrabalançar essas duas formas de agir. Whittaker também mostra que a cultura imperialista era mais sutil do que uma intervenção direta (o que não significa que não causasse estragos também). As aristocracias aliadas deveriam ser eficientes no controle da população. Era necessário integrar as camadas inferiores e inseri-las dentro da proposta “romanizante” (WHITTAKER, 1997, p. 149-153).

Mattingly, em seu texto, *Dialogues of power in the Roman Empire*, 1997, relata problemas que dizem respeito às relações de poder e experiências vividas pelos romanos e pelos povos locais, no Império Romano. Também destacamos outros autores que discutiram a questão, Huskinson, Hanson, Alcock e Hingley. Este último, ao discutir os assentamentos romanos na Bretanha, procura mostrar como se deu a interação cultural de romanos e bretões observando as suas construções, mostrando que os próprios romanos também aceitavam o padrão de construção daqueles edifícios. Este padrão construtivo é encontrado tanto na camada aristocrática quanto nas camadas mais baixas da população (HINGLEY, 1997, p. 86). É interessante observar que esse olhar focado em um ponto específico, por uma leitura principalmente da arqueologia, pode oferecer subsídios para uma melhor compreensão do mundo romano, em detrimento de uma leitura mais abrangente, por consequência, mais diluída do mundo romano.

Outra questão que se faz pertinente abordar é a questão da identidade e alteridade. Como os romanos preservaram sua identidade frente à diversidade do Império? Quais as “fronteiras” entre ser ou não ser romano? Janet Huskinson sugere que identidade, gênero e etnicidade são construídas e também que a concessão da cidadania aos habitantes das províncias tem bastante a ver com a resposta a estas questões. Huskinson diz que a experiência cultural compartilhada foi essencial para a coesão do Império. Porém, a autora diz que a natureza cultural das elites locais faz parte dessa complexidade e que devem ser consideradas na análise (HUSKINSON, 2000, p. 6-9). Mattingly acrescenta que a identidade dos romanos e sua relação com os habitantes das províncias passa por uma transmissão cultural – multidirecional (MATTINGLY, 1997, 19-22). Mattingly mostra a cultura da elite aristocrática local: o papel dos jogos, a arquitetura, as artes, a educação. Mostra a tradição greco-romana da elite cultural. Evidencia a identificação da elite com o modelo greco-romano. Nesse contexto, um ponto importante que Mattingly enfatiza é que as tradições greco-romanas não são simplesmente absorvidas, mas “reinventadas” pelos povos locais. A arte provincial romana, por exemplo tem múltiplas leituras (MATTINGLY, 1997, p. 18). Segundo John Richardson, Roma absorveu em seu proveito o contato com o diferente, o outro, o não romano. E que o contato com a comunidade teria ocorrido também no campo militar (RICHARDSON, 1994, p. 578).

A importância do exército também é ponto passível de debate entre os estudiosos. Willian S. Hanson, por exemplo, em seu trabalho *Forces of change and methods of control*, discute sobre qual a real importância que devemos dar ao exército quanto à dominação romana das províncias. O autor diz que o poder não é mensurável e que a força é finita e mensurável. Também enfatiza a importância em considerar o comércio nas estratégias estabelecidas pelos romanos para atingir as elites locais. Assim, presentes diplomáticos faziam-se necessários para se obter o apoio da população das áreas dominadas. Nesse sentido, é imprescindível saber qual era a relação dos romanos com as elites locais (HANSON, 1997, p. 68). John Rich, apresenta uma abordagem destacando a idéia de que o império romano era defensivo. Esse autor, citando William Harris, diz que Harris sustenta que a guerra era motivada pelo desejo de glória e vantagens econômicas, ou seja, de acordo com Rich, esse autor minimiza o papel defensivo da guerra. Uma questão paradoxal que Rich nos apresenta é que a expansão do Império Romano teria sido fruto do medo que os romanos tinham, a princípio, de verem suas fronteiras invadidas, mas que culturalmente eles estavam preparados para a expansão. Segundo o autor, as guerras começam a partir de situações complexas, nas

quais a agressão, o medo mútuo, a confusão, acidentes, falha de comunicação, ambições pessoais e políticas e muitos outros fatores podem ser o motor propulsor que gerará as batalhas entre romanos e outros grupos (RICH, 1993, p. 42).

M., Beard, J. North, e S. Price, no capítulo *Roman religion and Roman Empire* de seu livro *Religions of Rome*, destacam a importância do exército, pois que era a fonte mais pura de reprodução do modelo romano. Nesse contexto, o exército teria sido o principal responsável pela transmissão das normas religiosas dos romanos. Esses autores também destacam que entre o exército havia vários profissionais para a realização dos cultos religiosos – haruspices, áugures (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 324-325). Nesse contexto, T. J. Cornell, lembra-nos que recentes estudos sobre o Imperialismo Romano colocam em relevo seu caráter militar. A República estava constantemente em guerra e grande parte do poder dos cidadãos estava ligada ao serviço militar. Porém, esses fatos são importantes, mas não explicam o imperialismo. Eles, ao contrário, são sintomas do fenômeno que pretendem explicar. Por que os romanos eram tão beligerantes, conquistaram a Itália tão rapidamente e seu controle sobre o povo conquistado foi tão completo? A resposta a essas questões deve ser procurada na natureza das relações de Roma com seus vizinhos desde os primeiros tempos (CORNELL, 1995, p. 349-353) .

Para Cornell, os fundamentos do poder militar romano foram firmemente estabelecidos nos assentamentos que se seguiram à revolta latina de 338 a.C. Foram estabelecidas hierarquias de relações, a partir das quais os povos submetidos foram categorizados como: cidadãos completos, cidadãos *sine suffragio*, latinos e aliados (CORNELL, 1995, p. 364-367). De acordo com E. Gabba, em *Rome and Italy in the Second Century B. C.*, todos esses grupos tinham uma coisa em comum – deviam fornecer tropas para o exército romano em tempos de guerra. Eram parceiros militares de Roma, tratados por *foedera*. Os tratados eram diferentes mas tinham em comum a obrigação por parte dos aliados de fornecer provisão militar para Roma em suas empreitadas militares. Como resultado a comunidade romana possuía enormes reservas de poder militar. No seu curso triunfante, Roma concedeu a cidadania, fundou colônias, aumentou o número de aliados (GABBBA, 1989: 197).

Segundo Gabba, havia o confisco de terras daqueles que não eram aliados de Roma. Os maiores beneficiários eram os membros da elite. Essa elite aristocrática se apropriava do *ager publicus* que era a produção em larga escala, ou seja, se apropriava dos produtos para a

exportação. A exploração das terras pela aristocracia dominante diferia de região para região (GABBBA, 1989, p 197-198). Embora o autor não discorra sobre a questão das províncias, em cada uma delas a questão dos latifúndios²⁶ e da exploração agrícola era diferente, de acordo com o social, o econômico e o geográfico.

Um outro ponto importante a se considerar é a diferença que existe entre as províncias do Oriente e do Ocidente. Charles Richard Whittaker em, *Imperialism and culture: the Roman initiative*, expõe de forma muito interessante a questão. No mundo grego era necessário restaurar a disciplina e no ocidente bárbaro era preciso criar a ordem. Os instrumentos de poder utilizados para a empreitada: para a manutenção das fronteiras, o exército; para o interior, cidades com características romanas (WHITTAKER, 1997, p. 158). Havia a questão da ordenação dentro do espaço, podemos citar como exemplo os teatros. A distribuição dos locais regulados por leis era um reflexo das hierarquias das ordens públicas.

O Culto Imperial aparece como forma de integração. A uniformidade do culto imperial se propunha como elemento de coesão, de unidade. De acordo com M., Beard, J. North, e S. Price, o Culto imperial se traduzia em diferentes tipos de culto e em diferentes formas de interação com os deuses locais. Esses autores propõem uma diferenciação entre Oriente – local propício para a substituição de um culto por outro, pois havia a tradição de veneração ao poder – , e Ocidente, em que o culto era imposto por Roma (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 334). Segundo esses autores o Ocidente não possuía uma estrutura estatal e os grupos rivalizavam entre si.

Uma questão discutida por T. J. Cornell, sobre as origens de Roma, nos faz pensar sobre a questão que colocamos acima: os romanos preservaram sua identidade frente à diversidade do Império? Quais as “fronteiras” entre ser ou não ser romano? Para esse autor, Roma estava aberta à presença de estrangeiros. Fato que, por um lado, poderia se constituir em um perigo pois se Roma não estivesse com sua *romanidade* estabelecida, ficaria suscetível a desvirtuá-la ou mesmo perdê-la. Por outro lado, esta situação estava interligada à obtenção de contingentes militares. Roma não precisava cobrar impostos diretamente, seus aliados tinham participação nos saques e nas terras. O comando da guerra era invariavelmente

²⁶ Segundo Gabba, latifúndios no mundo antigo significam várias propriedades que formavam um grande latifúndio. Essa característica tinha tanto um caráter produtivo quanto também defensivo, pois os romanos procuravam evitar uma grande quantidade de escravos num único local (GABBA, 1989, p. 199).

realizado pelos romanos. A título de exemplo Cornell enfatiza que as alianças salvaram o Lácio de ser invadido no final do século IV a.C. (CORNELL, 1995, p. 354).

De acordo com Cornell, Roma tratava cada comunidade de modo particular, de acordo com as características peculiares que observava em cada grupo. Roma enxergava o modo de ser do outro de acordo com as vantagens que isto traria à comunidade como um todo. Por outro lado, Roma não perdia de vista sua tradição mais básica – havia valores fundamentais.

Para finalizar esse debate, gostaria de introduzir as idéias discutidas por John Richardson em *The administration of the Empire*. Escrito para *The Cambridge Ancient History*, em 1994.

A primeira questão que gostaria de enfatizar é que para Richardson o significado da palavra “província” modificou-se ao longo do tempo. Na atualidade províncias são definidas enquanto propostas administrativas; na Roma Antiga, contudo, província era entendida como uma tarefa atribuída ao magistrado ou pró-magistrado romano específico, na qual ele poderia exercer o *imperium*²⁷ cedido a ele em virtude de sua eleição ou indicação.

Richardson nos apresenta as bases e limites do poder do governador da província. Como vimos acima, seu maior poder é que ele possuía o *imperium*, e que ele deveria ser um magistrado ou pró-magistrado romano. Possuir o *imperium* significa que seu cargo lhe conferia um caráter militar. Nos últimos cem anos da República várias mudanças ocorreram, de modo que magistrados e pró-magistrados foram designados como *provinciae*. Estas mudanças foram resultantes do crescimento dos comandos além mar (meados do séc. II a.C. em diante). A separação do controle das províncias das magistraturas da cidade prenunciou o padrão que surgiu com a reorganização do comando feito por Augusto (províncias senatoriais, consulares, imperiais). Esta diferenciação estava voltada para a questão do comando. A unidade estava na idéia de que este conjunto diferente deveria ser visto como um todo. Em cada local deveria haver um tipo de estratégia.

A participação do Senado, segundo Richardson foi muito importante. É o Senado que não quer perder o controle das coisas que acontecem na província, assim enviam dinheiro (“equipamento” do governador, renovação da província). O governador tinha que manter uma

²⁷ Richardson coloca *imperium* como o poder executivo do povo romano e um comando militar, dentro de uma área de uma área geográfica particular. O *imperium* surgiu com comandos que se tornaram permanentes. Com isso houve uma gradual transformação em um Império territorial. (RICHARDSON, 1994, p. 564)

presença obrigatória na área durante um determinado período. Ele deveria agir de acordo com critérios compatíveis com sua posição. Para controlar o abuso da autoridade – foram criadas leis. Abusos eram descritos não em termos da província, mas em termos de ações inapropriadas que eram praticadas por aquele que detinha o *imperium*. Teoricamente um governador poderia ser destituído de seu *imperium*, mas esta era uma medida severa, usada em circunstâncias excepcionais. A partir de 171 a.C. temos registro de comunidades provinciais que puderam levar a Roma queixas contra seus governadores provinciais.

O governador tinha a seu serviço o questor, que lidava com as finanças. O questor era uma pessoa no início da carreira política e tinha uma relação estreita com os veteranos. Os legati eram seus conselheiros. Tanto legati quanto questores eram nomeados pelo Senado. Os apparitores tinham várias funções, por exemplo, litores, carregavam as liteiras. Os escribas que faziam os registros. Os amigos – *cohors amicorum* – assessores genéricos: faziam parte do conselho. O governador era obrigado a consultar o conselho. Prevalece, aqui, a idéia de conjunto, não existia uma pessoa soberana pura e simplesmente. Os amigos e legati eram remunerados. Havia a equipe doméstica, os serviçais: não recebiam verba oficial e os *publicani* – agiam em nome do povo romano – financiavam grandes obras e o suprimento do exército. Também eram responsáveis pelas taxas alfandegárias e dízimos nas províncias orientais como veremos mais adiante. Seu contrato era mais longo do que a permanência do governador.

Quanto às taxas, havia vários tipos, uma delas era a quantia fixa: o *stipendium*. Os meios de coleta eram bastante variados. Segundo Richardson, Cícero relata duas formas de taxas na província: uma a quantia fixa, chamada *stipendium*, e as taxas que eram estipuladas pelos censores em Roma CÍCERO *Att.*, VII, 7-5 *apud* RICHARSON, p. 572). Outras taxas eram as “ortoria”: impostos alfandegários. Fronteiras alfandegárias eram consideradas diferentes das fronteiras provinciais. Richardson nos informa que o Oriente teve um importante papel para o comércio e para a movimentação da economia com sua taxaço

Do ponto de vista da jurisdição foram criadas leis específicas para as províncias. A *Lex provinciae* que determinava a extensão do poder do governo, inclusive sua jurisdição. Ela também poderia limitar o escopo do governador. A *Lex provinciae* – para que o governador evitasse se envolver em disputas locais. Havia preocupação em não expor o governador. Segundo Richardson, Roma estava bem preparada para exercer sua autoridade no

Mediterrâneo. E segundo esse autor o fato de exercer constantemente esta autoridade levou à extensão da mesma.

Do ponto de vista legal, cada povo, era cidadão romano (*cives*) ou não romano (*peregrini*), e permanecia assim enquanto estivesse dentro de uma área provincial ou não. Em termos de relações internacionais – os povos que eram considerados cidadãos eram vistos como aliados e, novamente, cada status não dependia do indivíduo estar em uma província. O mesmo padrão irregular podia ser visto nas variações de status das comunidades. A administração provincial – era ainda no tempo de Cícero virtualmente idêntica ao que o governador fazia. Por esta razão, e porque o que o governador empreendia era determinado em parte pela situação particular da área, havia pouca semelhança entre uma província e outra. A única linha geral que era aplicada a todas as províncias pode ser encontrada em leis como a *Lex Cornelia* (de Sulla), a *Lex Julia de repetundis* (de César). Estas leis não eram colocadas enquanto instruções administrativas, mas enquanto parte de leis criminais, especificando punições criminais que podiam ser levadas a cabo contra indivíduos detentores do *imperium* (RICHARDSON, 1994, p. 594-595). Tal questão poderia levar à conclusão de que na República Tardia o Império não existia como um todo na mente romana, senão como uma série de comandos militares em separado. Isso, no entanto, não leva em conta as mudanças que tiveram lugar durante os últimos dois séculos da República, e que começaram a transformar as *provinciae* nas províncias do império.

Histórico de Roma na província Judéia/Palestina

As ameaças orientais à hegemonia romana cresceram em consequência do esfacelamento do poder dos Selêucidas e de sua "ausência" da região em função dos conflitos internos. A pirataria no Mediterrâneo oriental, baseada na Cilícia tornara-se fortíssima e era apoiada por Mitridates VI que, em 88 a.C., massacrou cerca de 80 mil italianos na província romana da Ásia, onde foi acolhido como libertador pelas cidades da região. Libertador do jugo romano, pois os impostos da região eram cobrados pelos publicanos e as arbitrariedades destes eram tão grandes que as populações locais sentiam-se escravizadas.

O Mundo Helenístico – 90 a.C.



Fig. 6 - Mapa extraído do site da Universidade de Oregon.

Ainda em 88 a.C. Mitridates VI tomou a Grécia. Sula, que veio combatê-lo, retomou Atenas em 86 a.C. e negociou uma paz em 85 a.C. que nada resolveu. Por volta de 80 a.C. Roma criou a província da Cilícia, na verdade uma base de operações militares na Panfília e na Lícia, mas não alcançou qualquer resultado na luta contra os piratas. A situação se complicou ainda mais quando Nicomedes, rei da Bitúnia, ao morrer, deixou seu reino para Roma e Mitridates VI o invadiu. Lúculo, que comandava as forças romanas na Cilícia contra-atacou, venceu e expulsou Mitridates VI, que se refugiou na Armênia junto a seu genro Tigranes. Tigranes controlava a Síria, mas foi vencido por Lúculo e obrigado a deixar a Síria. Todavia, Mitridates VI retornou ao Ponto, visto que Lúculo, graças às intrigas de seus adversários em Roma, caiu em desgraça e viu seus poderes serem retirados um a um pelo Senado (WILL, 1982, p. 509-512; KIPPENBERG, 1988, p. 103-105).

De acordo com Kippenberg, a missão de Pompeu, na parte oriental dos domínios romanos, não estava desvinculada de interesses financeiros. Para financiar propósitos políticos internos e para ganhar os ricos, Caio Graco entregara à associação dos arrendadores de impostos (à *ordo publicanorum*) a coleta dos impostos da província da Ásia. Quando a exploração dos produtores (88 a.C.) desencadeou o levante apoiado por Mitridates, do Ponto, o comandante geral romano Lúculo, que como vimos dirigia a guerra contra Mitridates, tentou

amenizar o peso dos provincianos. Com isso, os interesses dos publicanos foram prejudicados. Entretanto, a transferência do comando geral a Pompeu, em janeiro de 67 a.C., representou um ganho para os publicanos. Cícero, cuja retórica apoiava a lei do ano 66 a. C. (a lei Manília), defendeu, com toda a sua capacidade, os interesses dos publicanos, como se fossem os da República (CÍCERO *De imperio Cn. Pompeii*, IV, 2 *apud* KIPPENBERG, 1988, p. 103).

As associações dos publicanos dependiam da coleta regular dos tributos²⁸. A simples preocupação de sofrer um ataque dos dois poderosos reis Mitridates e Tigranes levava à suspensão dos trabalhos dos campos, das viagens de navios comerciais, bem como do trabalho dos empregados das sociedades de arrendamento. Um prejuízo de toda a província da Ásia, cujas contribuições superavam a de todas as outras províncias, iria levar à quebra das instituições de crédito e de dinheiro em Roma (CÍCERO *De imperio Cn. Pompeii*, IV, 14-19 *apud* KIPPENBERG, 1988, p. 104). Por isso, o importante era insistir na guerra e transferir a Pompeu o comando supremo.

Gnaeus Pompeius nasceu em 106 a.C. de uma família rica. Combateu Mário, ajudou Sula, venceu Sertório na Espanha e eliminou os últimos escravos do grupo de Espártaco. Foi eleito cônsul no ano 70 a.C., ao mesmo tempo em que Crasso. Nos anos 69 e 68 a.C. os piratas atacaram com força, chegando até mesmo ao porto de Óstia, na foz do Tibre, a cerca de 20 km de Roma. Para combater os piratas, o Senado deu um comando extraordinário a Pompeu, o *imperium*, neste mesmo ano – 67 a.C. – morria Salomé Alexandra e principiava o conflito entre Hircano II e Aristóbulo II em Jerusalém.

O poder de Pompeu era extraordinário. Ele tinha o *imperium* sobre o mar e o litoral, até 75 km para o interior, com autoridade acima dos governadores locais; ele tinha direito de recrutar seus legados - o que seria prerrogativa do Senado -, tinha a ordem de equipar 500 navios e de requisitar suprimentos onde e quando necessitasse (SAULNIER, 1985, p. 474-484). Pompeu atacou com perícia e rapidez os piratas e os venceu em 67 a.C., fazendo crescer notavelmente sua popularidade em Roma. Conquistou o Ponto no verão de 66 a.C. Entre esse ano e o seguinte submeteu a Armênia: Tigranes continuou no poder, só que agora aliado a Roma e despojado de todas as suas conquistas na Síria, na Fenícia e na Cilícia. Em seguida,

²⁸ A característica principal da sociedade romana, em relação à grega, era seu direito de se organizar como corporação, de dirigir os negócios através de mestres e peritos, e de ter bens em comum. Deste modo havia possibilidade de os ricos investirem, sem participar pessoalmente na cobrança dos impostos (ROSTOVITZ, 1904, P. 372-374 *apud* KIPPENBERG, 1988, P. 103).

Pompeu organizou a Ásia Menor, onde todos agora eram aliados de Roma (PASTOR, 1997, p. 87).

Em 64 a.C. Pompeu ocupou o que restava do reino Selêucida e criou a província da Síria, nomeando Gabínio como pró-consul em 57 a.C. As razões para a criação desta província parecem vir de dois lados: a segurança da região, ameaçada pelos partas de um lado e pela pirataria de outro, parece ser uma das razões. Mas a outra é econômica: como vimos, Pompeu restabeleceu no Oriente - e expandiu extraordinariamente - os interesses dos publicanos que cobravam o tributo dos povos dominados. Pode-se perceber que a aristocracia romana - que dava poderes tão extraordinários a Pompeu - e que era a maior beneficiária da tributação imposta aos conquistados, não era tão alheia assim à criação de novas províncias (PASTOR, 1997, p. 87).

Pompeu não apenas fez guerra, mas regulamentou também a ordem prática das regiões sob seu controle. Depois de intervir, já no ano 64 a.C., em Damasco na luta entre Hircano e Aristóbulo, a resistência do rei hasmoneu Aristóbulo contra os romanos levou Pompeu a, no ano 63 a.C., estabelecer uma nova organização na região da palestina (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XIV, 73-76). É importante frisar que o Estado romano não tratava a província como unidade, mas firmava contratos com suas partes (STEVENSON, 1932 *apud* KIPPENBERG, 1988, p. 104). Como já haviam feito os Selêucidas, Pompeu arvorou-se no direito de nomear o sumo sacerdote, e substituiu Aristóbulo por Hircano, libertou as cidades sírias (a lista das cidades conquistadas é longa. Ver em JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XIII 395), subjugadas pelos Hasmonéus, da liga política da Judéia e devolveu-lhes a liberdade (autonomia e suspensão dos tributos). Mas Jerusalém e o território a ela pertencente, foram obrigados a pagar tributo (juridicamente trata-se de um *stipendium*), sem que a jurisprudência fosse tocada. Esse tributo era prêmio pela vitória e castigo pela guerra (CÍCERO *Verr.*, *Quase victoriae praemium ac poena belli*, III, 6 *apud* KIPPENBERG, 1988, p. 104).

Além desse tributo, os judeus deveriam pagar um imposto para Jerusalém: uma quota em produtos, sem a intermediação do sumo sacerdote. A quota a ser paga era de um quarto da renda, em vez de um terço, como ocorria no tempo dos Selêucidas. Flavio Josefo nos transmite que o recolhimento desse estipêndio era arrendado aos publicanos (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XIV, 200). No tempo entre 63 e 44 a.C. uma sociedade de publicanos, sediada em Sidon, tinha adquirido o direito do Estado romano de recolher, como tributo dos

produtores, um quarto da colheita. Os agricultores firmavam um pacto com a *societas* (*pactio*), às vezes sem a intermediação dos magistrados, às vezes por intermédio dessas *societas* (ver quadro abaixo).

Mais uma vez, procurando estabelecer um paralelo entre a administração Selêucida e a empreendida por Roma, percebemos que, o específico desse sistema, em comparação com o arrendamento dos Selêucidas, era a exclusão da aristocracia local. Tanto a supervisão das colheitas como a troca dos produtos, ficavam a cargo da Sociedade dos Publicanos. Daí entendermos a força que teve a Primeira Revolta dos judeus contra os romanos, sobretudo partindo da área rural.

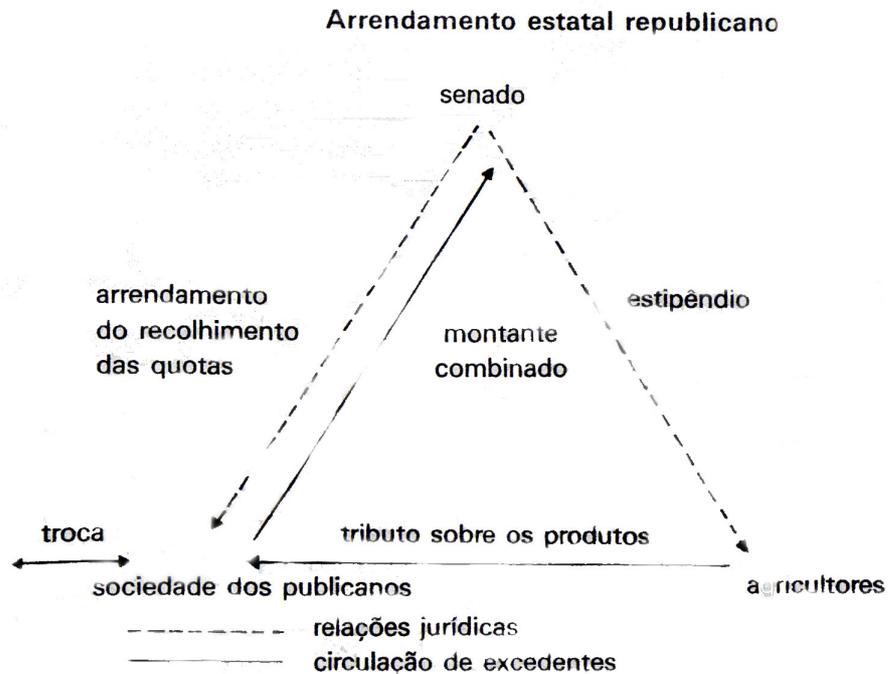


Fig. 7 - Gráfico extraído de KIPPENBERG, 1988, P. 106, cf. Bibliografia.

Gabínio interferiu na Judéia a propósito do conflito entre Hircano II e Aristóbulo II, que, em luta pelo poder, levaram o seu caso ao representante de Roma na Síria. De acordo com Josefo, Gabínio depois de consulta a Pompeu ordenou que se levantasse o cerco a Jerusalém, mas apoiou Hircano II. Aristóbulo II refugiou-se no Templo com seus adeptos, entre eles muitos sacerdotes. Assediado, o Templo foi tomado por Pompeu e cerca de 1.200

judeus foram mortos pelos romanos. Aristóbulo e seu filho Antígono foram levados presos para Roma (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* XIV, 4-6).

Apesar de Roma ter estabelecido laços de amizade com judeus desde a época do conflito dos Macabeus com os Selêucidas no século II a.C., agora, com a criação da província da Síria, o expansionismo dos Macabeus tornara-se um risco para os romanos. Do mesmo modo como os perigosos nabateus na Transjordânia representavam uma ameaça.

Hircano II foi reconduzido ao sumo sacerdócio e a Judéia ficou sob a jurisdição do legado romano na Síria, Emílio Escauro. Hircano II perdeu os territórios não-judeus, conservando apenas a Judéia, a Galiléia, a Peréia (território "além do Jordão", em grego, *perán tou Iordánou*), o sul da Samaria e o norte da Iduméia. O idumeu Antípater tornou-se uma espécie de ministro de Hircano II e controlava, de fato, os negócios judaicos, trabalhando para os romanos. A Judéia pagava os tributos a Roma, recolhidos por uma sociedade de publicanos sediada em Sidon.

No outono de 63 a.C., quando tomou o Templo, Pompeu entrou com seu estado maior no Santo dos Santos²⁹, o mais sagrado espaço dos judeus, acessível apenas ao sumo sacerdote. Este gesto marcou definitivamente o domínio de Roma sobre a terra de Israel e o povo de Iahweh.

Nos anos seguintes à interferência de Pompeu (63 a.C.) houve relativa paz na Palestina. Todavia, em Roma as coisas se complicavam. De 69 a 62 a.C. Roma foi governada pelo triunvirato Crasso, Pompeu e César. Depois, enquanto César lutava na Gália, governaram os cônsules Crasso e Pompeu (55-54 a.C.), mas Crasso foi derrotado em 53 a.C. pelos partas, ficando somente Pompeu como cônsul (51-49 a.C.). Entretanto, chegou César, tomou a Itália e a Espanha, confrontou-se com Pompeu que foi finalmente vencido em Farsália, na Grécia, no ano 48 a.C. No Egito, um pouco mais tarde, Pompeu foi assassinado (PASTOR, 1997, p. 87).

César nomeou Cleópatra VII, a famosa herdeira dos Ptolomeus, rainha do Egito e, nessa luta pelo controle do Egito, recebeu apoio de Hircano II que lhe enviou tropas comandadas por Antípater. Foram essas tropas que conquistaram Pelúcio, no delta do Nilo, para César. Quando, em 47 a.C., César chegou à Síria, como prêmio, deu a Hircano II o título

²⁹ Santo dos Santos, ou Santíssimo, era uma sala do Templo de Salomão onde ficava guardada a Arca da Aliança. Era nesse lugar que se realizava anualmente uma cerimônia de sacrifício expiatório de um cordeiro sem mácula (Ex. 12:5) pelos pecados do povo (Lev 4:35) e era este o único momento em que o Sacerdote podia falar diretamente com Deus. Esta sala ficava separada do templo por uma cortina de linho.

de etnarca³⁰ da Judéia, confirmando-o também no cargo de sumo sacerdote. Antípater recebeu a cidadania romana e foi nomeado prefeito ou pró-consul da Judéia, enquanto seus dois filhos Fasael e Herodes foram nomeados respectivamente estrategos de Jerusalém e da Galiléia .

Entretanto, as intrigas na Palestina continuaram: Antípater foi envenenado em 43 a.C. pelo copeiro de Hircano II. Em 41 a.C. Antônio nomeou Herodes e Fasael etnarcas, enquanto Hircano II permaneceu apenas como sumo sacerdote (JOSEFO *Guerra dos Judeus* II, 501-507). Como podemos ver, as coisas não começaram muito bem para Herodes. Em Jerusalém estourou uma revolta contra ele (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, I, 236). Enquanto a aristocracia judaica enviava ao vencedor Antonio suas embaixadas, queixando-se do poderio absoluto de Herodes (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XIV, 301-303, 324), a tomada da Síria pelos partas, descendentes do antigo império persa, dois anos mais tarde (40 a.C.), trouxe outra alteração: contra um tributo de 1000 talentos e de 500 mulheres, os partas recolocaram Antígono, filho de Aristóbulo II, como sumo sacerdote e rei da Judéia (40-37 a.C.). Antígono cortou as orelhas de seu tio Hircano II, incapacitando-o, assim, para o cargo de sumo sacerdote³¹ (cf. Lv. 21, 17-23). Fasael suicidou-se. Quando finalmente Antônio e o Senado romano cederam às pressões do repellido Herodes, o e empossaram como anti-rei³² em oposição ao rei Antígono (JOSEFO *Antiguidades Judaicas* XIV, 381-385), então não se confrontavam apenas dois pretendentes rivais, mas dois posicionamentos políticos.

Os partidários de Antígono encontravam-se principalmente na Judéia e Galiléia, enquanto Herodes tinha seu apoio em Samaria e na Iduméia, bem como em partes da Galiléia (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, I, 302). Unida a diversidade territorial dos partidos, havia uma diversidade social. Os seguidores de Herodes eram uma aristocracia etnicamente indiferente, mas economicamente bem situada, havendo entre eles ricos latifundiários. Depois da derrota de uma parte do exército de Herodes, “os galileus revoltaram-se contra os possuidores de bens³³ em sua terra, e afogaram no lago aqueles que defendiam os interesses de Herodes, e

³⁰ governador de um grupo ‘racial’ com o seu território.

³¹ Y. Meshorer faz um interessante estudo sobre a representação de uma orelha sobre o anverso de uma moeda *Yehud* produzida pelos judeus durante o período persa. Meshorer argumenta que a presença da orelha na moeda está diretamente ligada à importância do ouvir na religião judaica (MESHORER, 2001, p. 11-13).

³² Mais tarde, quando lhe foi dado a Herodes o direito de determinar o sucessor, tratava-se igualmente não de título real hereditário, mas sobre um poder testamentário discriminativo, cujas determinações necessitavam da ratificação de César (KIPPENBERG, 1988, p. 110).

³³ De acordo com Kippenberg, W.W. Buehler (1974, p. 42) provou que *dynatoi* em AJ. designa a classe dos capitalistas do comércio. De acordo com isso, trata-se de conceito da área econômica. Políticos locais, portadores de cargos (seja de magistrados, seja de conselheiros), Flávio Josefo chama de *hoi en telei*, respectivamente *archontes* (KIPPENBERG, 1988, 110).

uma grande parte da Judéia revoltou-se. Flávio Josefo e Nicolau de Damasco relacionam, esses seguidores de Antígono com o banditismo galileu, que vivia em ‘espeluncas’, estava organizado, e não escolhia aleatoriamente seus adversários, mas atacava sobretudo a estrangeiros de outra etnia (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, I, 205). As razões de seu surgimento encontram-se na impossibilidade de os camponeses pagarem os tributos.

Ezequias, o chefe dos bandidos, conquistou na Galiléia e na Judéia uma enorme simpatia. Todavia, tal simpatia não alcançou os aristocratas: “Tirando sua decisão ou capacidade de não se submeter, os bandidos não tinham outras idéias além do resto dos camponeses”³⁴ (RHOADS, 1973 , p. 178 *apud* KIPPENBERG, 1988, p. 110).

Depois de enfrentar Antígono e seus partidários por aproximadamente dois anos (39 a 37 a.C.), Herodes, finalmente tomou Jerusalém e em 37 a.C., tornou-se o senhor da Palestina. Casou-se com Mariana I, neta de Aristóbulo II e Hircano II, entrando definitivamente para a família Hasmonéia. Herodes Magno governou o povo judeu durante 34 anos (37-4 a.C.).

Herodes conseguiu equilibrar-se no delicado jogo do poder porque sabia ser servil a Roma. Primeiro apoiou Antônio, mas quando este foi vencido por Otaviano na famosa batalha naval de Áccio, no ano 31 a.C., Herodes foi imediatamente visitar o vencedor, que estava na ilha de Rodes, e, em um gesto teatral, depôs a coroa a seus pés. Com isso foi reconfirmado rei por Otaviano e ainda conseguiu favores: como o engrandecimento de território, a exoneração de tributo a Roma, a isenção de tropas de ocupação, a autonomia interior para as finanças, a justiça e o exército.

Herodes e os Hasmoneus

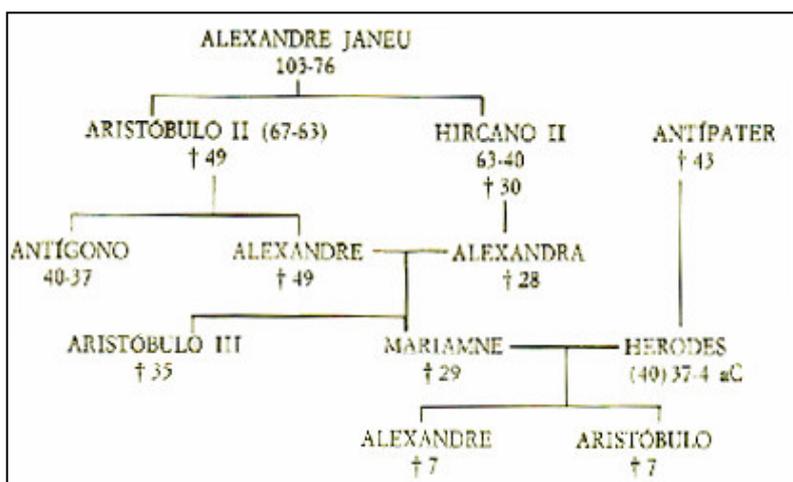


Fig. 8 – Quadro da ligação familiar entre Herodes e os Hasmoneus.

³⁴ Segundo Kippenberg, D.M. Rhoads pesquisou mais profundamente a difamação posterior de que os revolucionários eram ladrões. Trata-se de preconceito dos aristocratas da cidade contra os revolucionários rurais (*Some Jewish Revolutionaries from 6. A. D. to 73 A. D. according to Josephus*. Duke University, 1973).

Expansão máxima do reino de Herodes



Fig. 9 - Mapa extraído de: GALBIATI e ALETTI, 1991, p. 187, cf. Bibliografia.

Consolidado o poder, Herodes empreendeu um processo de construção de obras grandiosas na Judéia. Templos, teatros, hipódromos, ginásios, termas, cidades, fortalezas, fontes. Reconstruiu totalmente o Templo de Jerusalém, a partir do inverno de 20-19 a.C.

Reconstruiu Samaria, dando-lhe o nome de Sebaste, feminino grego de Augusto, em homenagem ao Imperador romano; construiu um importante porto, Cesaréia Marítima; Mambré, lugar sagrado ligado a Abraão, recebeu uma grande construção que o valorizou; fortalezas foram reedificadas ou totalmente construídas como Alexandrium, Heródion, Massada, Maqueronte e Hircania. Jericó foi embelezada e tornou-se sua residência favorita. Observemos os nomes de suas construções, reveladores de seu espírito político: Sebaste (Samaria), em homenagem a Augusto; Cesaréia (Marítima), em homenagem a César Augusto; Antípatris, em homenagem a seu pai Antípater; Fasélida, em homenagem a seu irmão Fasael; Cipros, em homenagem a sua mãe; Heródion, em homenagem a si mesmo; fortaleza Antônia (em Jerusalém), em homenagem a Marco Antônio.

Valorizando o culto, Herodes Magno procurava ganhar para si o povo. Construindo fortalezas, controlou possíveis revoltas. Matando seus inimigos, selecionou seus herdeiros. Apoiando a cultura helenística, apareceu diante do mundo. Servindo fielmente a Roma, mantinha-se no poder. Entretanto, Herodes não tinha legitimidade judaica, pois descendia de idumeus e sua mãe era descendente de árabes. Assim, por ser estrangeiro, não tinha para com os judeus nenhuma relação de reciprocidade, e sua legitimidade se fundava na própria estrutura do poder exercido (KIPPENBERG, 1988, p. 109-116). Quando venceu os seguidores de Antígono, Herodes construiu uma estrutura de poder independente da tradição judaica: nomeou o sumo sacerdote do Templo, destituiu os Hasmoneus e nomeou um sacerdote da família sacerdotal babilônica e, mais tarde, da alexandrina; exigiu de seus súditos um juramento que obrigava a pessoa a obedecer às suas ordens em oposição às normas tradicionais - se a pessoa recusasse o juramento, era perseguida; interferiu na justiça do Sinédrio; mandou vender os assaltantes e os revolucionários políticos capturados como escravos no exterior, sem direito a resgate; a venda à escravidão e a execução pessoal (a morte) tornaram-se normas comuns do arrendamento estatal.

A estrutura de poder do Estado sob Herodes era bem diferente da estrutura da época dos Macabeus. Herodes mesmo violando as tradições judaicas, conseguiu legitimar seu governo ao mudar as leis locais. De acordo com Kippenberg, na época de Herodes, o rei era

legitimado como pessoa e não por descendência; o poder não se orientava pela tradição, mas pela aplicação do direito pelo senhor; o direito a terra era transmitido pela distribuição: o dominador a dá ao usuário, é a "*assignatio*"; a base filosófica helenística é que legitima o poder do rei, quando diz que o rei é "lei viva" (*émpsychos nómos*), em oposição à lei codificada, ou seja: o rei é a fonte da lei, porque ele é regido pelo "*nous*": o rei tem função salvadora e, por isso, dá aos seus súditos uma ordem racional, através das normas do Estado. "O rei em sua pessoa é a continuação do seu reino e o salvador de seus súditos" (KIPPENBERG, 1988, p. 114).

O poder militar de Herodes era baseado na presença de mercenários estrangeiros que ficavam em fortalezas ou em terras dadas aos mercenários (cleruquias) por ele (terras no vale de Jezrael), e nas cidades não-judaicas por ele fundadas, a cujos cidadãos ele dava como posse o território que as rodeava.

Quando Herodes morreu seu reino foi dividido entre seus três filhos. Arquelau (4 a.C.- 6 d.C.) foi nomeado etnarca da Judéia, Samaria e Iduméia. Herodes Antipas (4 a.C.-39 d.C.) herdou, como tetrarca³⁵, a Galiléia e a Peréia. Felipe (4 a.C.- 34 d.C.) recebeu como tetrarca, a Gaulanítide³⁶, Batanéia³⁷, Traconítide³⁸, Auranítide³⁹ e Ituréia⁴⁰.

³⁵ Tetrarca: do grego *téttara*, *téssara* = quatro, e *árcho* = senhorio; portanto, tetrarca = senhor de um quarto (de território). Os romanos usavam o título mesmo quando o território era dividido em apenas duas ou três partes.

³⁶ Gaulanítide: região da Transjordânia, assim chamada por causada cidade de Golan.

³⁷ Batanéia: região que ocupava parte da antiga Basan.

³⁸ Traconítide: região situada ao sul de Damasco, entre as montanhas do Antilíbano e a Batanéia. Significa "região pedregosa"

³⁹ Auranítide: nome proveniente de uma antiga província assíria denominada Auran.

⁴⁰ Ituréia: região da Transjordânia, ocupada por uma tribo árabe aramaizada. Sua capital era Cálcis.

Reino de Herodes, o Grande e os territórios de seus filhos



Fig 10 - Mapa extraído do site da Universidade de Oregon.

Arquelau foi deposto por Augusto no ano 6 d.C., por causa das numerosas arbitrariedades que cometeu, entre elas a troca indevida de sumos sacerdotes. Uma delegação de judeus influentes foi a Roma falar com o Imperador e foi atendida. A Judéia, a Samaria e a Iduméia passaram, então, a ser governadas diretamente por procuradores romanos. A capital da província passou a ser Cesaréia.

Herodes Antipas construiu, a capital de sua tetarquia às margens do lago de Genezaré no ano 17 d.C., e deu-lhe o nome Tiberíades, em homenagem ao Imperador Tibério. Antipas era muito simpático aos romanos e parecido, nas atitudes, com seu pai. Casou-se com uma filha do rei nabateu, Aretas IV, todavia Antipas a repudiou para casar-se com Herodíades, esposa de seu irmão Felipe. O rei nabateu, Aretas IV, não gostou nada de ver sua filha repudiada, e em represália ao fato, atacou Antipas, derrotando-o em 36 d.C.

Herodes Antipas foi acusado por Herodes Agripa I, irmão de Herodes de Calcis, de preparar um golpe contra os romanos. O Imperador Calígula o depôs no ano 39 d.C. e o baniou para a Gália. Sua tetarquia passou para Herodes Agripa I.

De acordo com Flávio Josefo, Felipe foi um bom governante. Transformou a aldeia de Betsaida em capital e lhe deu o nome de Julias, em homenagem à filha de Augusto. Reedificou Panias e lhe deu o nome de Cesaréia (de Felipe) em honra de Augusto. Morreu sem herdeiros e sua tetarquia foi anexada à província da Síria. Felipe foi casado com Salomé III, a mesma referida em Macabeus VI, 22-28 (JOSEFO, *Guerra dos Judeus* II, 305-311).

Herodes Agripa, amigo de juventude de Calígula (37-41 d.C.), recebeu deste a tetarquia de Felipe, com o título de rei (37-44 d.C.). Dois anos depois, ao ser desterrado Antipas, recebeu sua tetarquia e as terras de Abilene, tetarquia de Lisânias. Em 41d.C., quando Calígula tornou-se Imperador, Herodes Agripa foi coroado, Agripa I, rei da Judéia, Samaria e Iduméia. Foi feito assim, rei de um território tão grande quanto o de seu avô, Herodes Magno. Era judeu observante e amigo dos fariseus. Começou a construção da terceira muralha de Jerusalém, que tornaria a cidade simplesmente inexpugnável. Contudo, não pôde concluí-la, pois o Imperador, alertado pelo governador da Síria, proibiu-o de continuar a obra. Morreu repentinamente no ano 44 d.C., em Cesaréia.

Logo após a morte de Agripa I, os romanos não entregaram logo o governo para seu filho Agripa II, pois este se encontrava na ocasião com 17 anos e vivia em Roma. Os romanos preferiram transferir, provisoriamente, o reino de Agripa I para os procuradores. O procurador ou prefeito era um administrador em ligação com o legado que governava a província romana da Síria e dependia dele. Residia em Cesaréia, mas subia a Jerusalém e podia lá permanecer conforme as circunstâncias ou as necessidades. Por causa de Flávio Josefo⁴¹ se pensava que a Judéia fosse governada por *procuradores* (*epítropos*, em grego, *procurator*, latim), mas hoje se sabe, graças a uma inscrição de Pilatos encontrada em Cesaréia, que, até Cláudio, os governadores romanos da Judéia tinham o título de *éparchos* ou *praefectus* = prefeito⁴². Após Cláudio, que se tornou Imperador no ano 41 d.C., podemos falar de “procuradores”. Portanto,

⁴¹ “O território de Arquelau foi assim reduzido à província e Copônio, um romano da ordem dos cavaleiros, foi enviado por Augusto como procurador (*epítropos*), com plena autoridade (JOSEFO, *Bellum Iudaicum* II, 117)”.

⁴² A inscrição foi encontrada no teatro romano de Cesaréia Marítima por uma expedição arqueológica italiana dirigida por Antonio Frova. Diz: TIBERIEVM PON]TIVS PILATVS PRAEF]ECTUS IVDA[EA]E (SCHÜRER, 1985, p. 442).

a partir de Cúspio Fado (44-46 d.C.). Entretanto, os dois títulos, para as províncias imperiais, como era o caso da Judéia, eram equivalentes, tendo perdido o significado original da época da República. Tanto o prefeito como o procurador, tinham funções fiscais, militares e judiciais (SCHÜRER, 1985, p. 241-244).

Mas em 48 d.C. Agripa II recebeu o governo de Cálcis, território antes dirigido por seu tio. Em 52 d.C. Agripa recebeu também a antiga tetarquia de Felipe e partes da Galiléia e da Peréia. Já antes, em 49 d.C., ele havia sido nomeado Inspetor do Templo, com direito de designar o sumo sacerdote, embora a Judéia continuasse governada por procuradores romanos. Agripa II foi o último governante da família herodiana. Com relação a sua morte, existe uma controvérsia se ele teria morrido em 100 d.C. como nos informa Fotius, em sua *Biblioteca* (FOTIUS *Biblioteca*, 33 *apud* MILLAR, 2001, p. 91), ou em 93/94 como nos sugere Flavio Josefo (JOSEFO *Antiguidades Judaicas apud* MILLAR, 2001, p. 92). Schürer enfatiza a idéia de Fotius ao chamar a atenção da evidência numismática (SCHÜRER, 1985, 147-148). É sabido que Agripa II iniciou sua produção monetária em 53 d.C. e cunhou moedas até 95/96 d. C., ou seja, Agripa não poderia estar morto em 93/94 e ao mesmo tempo emitindo moedas em 95/96 d.C. (HENDIN, 2001, 206-207).

De acordo com Schürer, a crescente revolta judaica contra a ocupação romana foi, com freqüência, atribuída ao sempre vivo espírito nacionalista judaico e à sua constante fé na libertação messiânica, mas historicamente estava condicionada e ocasionada pela inabilidade dos procuradores e até mesmo de alguns Imperadores (SCHÜRER, 1985, p. 303). Calígula, nesse contexto, proclamara-se deus e obrigou todas as províncias, inclusive a Judéia, a cultuá-lo, oferecendo-lhe sacrifícios. Quando os judeus se recusaram a cultuá-lo, foram perseguidos tanto na diáspora (em Alexandria, por exemplo) como na Judéia e demais províncias. O imperador romano exigiu que uma estátua sua fosse colocada no Templo. Petrônio, legado da Síria, tentou dissuadi-lo de seus propósitos: foi condenado à morte, ou seja, recebeu ordem do Imperador para se suicidar. Calígula foi assassinado em 41 d.C., e Cláudio, seu sucessor, dispensou os judeus do culto ao Imperador, salvando também a vida de Petrônio.

De acordo com Flávio Josefo, quando Ventídio Cumano (48-52 d.C.) era procurador, aconteceu uma violenta revolta dos judeus durante a festa da Páscoa, por causa de um ultraje cometido por um soldado romano. Cumano reprimiu o tumulto e vinte mil judeus perderam a vida (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XX 5.2; 6.3; *Guerra dos Judeus* II 12.1; III 2.12.5-7).

No tempo de seu sucessor Antônio Félix (52-60 d.C.) a tensão aumentou consideravelmente. Foi em seu tempo que surgiu o grupo dos sicários, assim chamados por usarem em suas ações uma adaga curva e curta chamada “sica”. Sua tática era provocar tumultos e desestabilizar o governo através de assassinatos inesperados de personagens importantes.

Escondiam a sica sob as vestes e misturados na multidão eliminavam não só romanos, mas também aqueles que colaborassem com a ocupação estrangeira. Um dos assassinados nesse tempo pelos sicários foi o sumo sacerdote Jônatas.

De acordo com Lester L. Grabbe, outros grupos tentaram despertar no povo os sentimentos messiânicos, proclamando-se profetas e fazendo promessas utópicas. Tais grupos foram duramente reprimidos pelos romanos através de grandes matanças. Félix mandou crucificar inúmeros zelotas durante o seu mandato (GRABBE, 1992, p. 341-342).

Outro procurador conhecido pela corrupção e por seu caráter repressor foi Lucéio Albino (62-64 d.C.). Seu sucessor Géssio Floro (64-66 d.C.), após muitas arbitrariedades, requisitou 17 talentos do tesouro do Templo, a população judaica se revoltou. Os judeus escarneceram do procurador, fazendo uma coleta para o “pobre” Floro. Resultado: Floro entregou para os seus soldados uma parte de Jerusalém, para que fosse saqueada e crucificou alguns homens importantes da comunidade judaica. Então, os revolucionários chefiados por Eleazar, filho do sumo sacerdote, ocuparam o Templo e a fortaleza Antônia. Agripa II, tentou conter a revolta e não conseguiu. Céstio Galo, legado da Síria, atacou com uma legião, mas foi rechaçado com pesadas perdas, assim como ocorrera com Floro, Céstio Galo teve que se retirar para Cesaréia ao ser derrotado.

Uma verdadeira guerra contra a ocupação romana se armava entre os judeus. A Galiléia foi entregue ao sacerdote fariseu Josefo, o nosso conhecido historiador Flávio Josefo. Josefo fortificou várias cidades e se preparou. Também as fortalezas de Massada e Heródion foram ocupadas pelos rebeldes (JOSEFO, *Guerra dos Judeus* II, 408-409).

O Imperador Nero confiou então a Palestina a um experiente general, Vespasiano. Em companhia de seu filho Tito, Vespasiano atacou a Galiléia na primavera de 67 com 10 legiões (60 mil soldados, sem contar as tropas auxiliares, o que duplica este número). Conquistaram

facilmente o território, mas a fortaleza de Jotapata só caiu após 47 tentativas de assalto. Josefo foi aprisionado e muito bem tratado. Até o outono a Galiléia estava nas mãos dos romanos.

Na primavera de 68 d.C. Vespasiano ocupou sucessivamente a Peréia, a costa, as montanhas da Judéia, a Iduméia e a Samaria. Estava para atacar Jerusalém quando Nero se suicidou. Vespasiano esperou se definir a situação em Roma. Três Imperadores passaram pelo trono, mas nenhum conseguiu se manter no poder. Finalmente Vespasiano foi aclamado Imperador no dia primeiro de julho de 69 d.C. e marchou para Roma, deixando a guerra sob o comando de seu filho Tito.

Tito cercou Jerusalém pouco antes da Páscoa de 70, com quatro legiões (24 mil soldados). A cidade estava repleta de peregrinos. Uma cidade com cerca de 30 mil habitantes fixos. Mas nesta época ultrapassava os 180 mil.

Tito ocupou o setor norte da cidade, abriu um fosso ao seu redor para que ninguém escapasse e em julho de 70 tomou a fortaleza Antônia, um dos redutos rebeldes. Como os muros do Templo não cediam, Tito o incendiou. Toda a construção foi consumida pelas chamas, mas os rebeldes conseguiram se refugiar no palácio de Herodes. Finalmente em setembro de 70 d.C. ruiu o palácio. Os chefes rebeldes, João de Gíscala, zelota, e Simão Bargiora, sicário, foram aprisionados e levados triunfalmente para Roma. A cidade foi saqueada e os habitantes assassinados, vendidos ou condenados a trabalhos públicos.

Três fortificações rebeldes ainda estavam de pé: Heródion, Massada e Maqueronte, defendidas pelos sicários e zelotas. Heródion e Maqueronte caíram logo, mas Massada resistiu um ano de cerco. Quando finalmente foi tomada, os rebeldes incendiaram-na e se suicidaram em massa para não caírem em mãos romanas. A Judéia foi então separada da Síria e feita uma província pretoriana administrada por um legado senatorial, com a nova capital Cesaréia eclipsando a supremacia política de Jerusalém (LEVINE, 1975a, p. 32). De acordo com Anderson, para os judeus, somou-se a essa perda de poder de Jerusalém, a destruição do Templo e adoração nesse lugar, evidências sugerem um período de condições agrárias ruins criadas por opressivos tratados e taxas de Roma sobre os judeus (ANDERSON, 1995, p. 464).

A primeira guerra dos judeus contra os romanos



Fig. 11 - Mapa extraído de GALBIATI e ALETTI, 1991: 221, cf. Bibliografia.

Em 105-6 d.C. Trajano consolidou o controle do Mar Vermelho – o comércio mediterrâneo por via terrestre com a criação da província da Arábia do que tinha sido a Nabatéia. A Província da Arábia agora compreendia o Negev e a Transjordânia, assim como, distante ao norte, compreendia a Bostra.

Nova revolta judaica eclodiu na época do reino de Adriano (117-138 d.C.). Essa nova revolta ocorreu devido à opressiva situação agrária (perda de autonomia para os contratos de arrendamento, criação de novos impostos agrários) vivida na região (KIPPENBERG, 1988, p. 104-105). Somado a isso, fontes antigas colocam a precipitação da revolta graças a um plano de Adriano para converter Jerusalém em uma colônia pagã e por mandar fazer um templo dedicado a Júpiter no mesmo local onde existira o Templo de Salomão (DIÃO, *Trabalhos* LXIX, 12-14 *apud* STEIN, 1990, p. 212), e a proibição sobre a circuncisão. Nessa leitura Aelia Capitolina teria sido fundada em 130 d.C., portanto, antes da Segunda Revolta.

Simão Bar Kosiba é o chefe desta nova revolta, começada em 131 d.C. Ele é chamado também de Bar-Kokhba (filho da estrela), numa interpretação messiânica de Números XXIV, 17, feita por Rabi Aqiba ben Joseph (KIPPENBERG, 1988, p. 150-151).

Os rebeldes ocuparam Jerusalém e algumas fortalezas espalhadas pelo território judaico. As escavações têm provado que a revolta foi finalmente suprimida no deserto da Judéia (BAR-ADON; KOCHAVI, 1972, p. 25 *apud* ANDERSON, 1995, p. 449), e as fontes sugerem que a revolta esteve centrada na Judéia. A evidência numismática apóia a idéia de que ela não se expandiu para o interior da Galiléia (APPLEBAUM, 1976, p. 23; MEYERS *apud* ANDERSON, 1995, p. 450).

Alla Stein ao citar Eusébio, nos informa que depois de muita luta, um enviado especial de Adriano, Júlio Severo, conseguiu dominar a revolta em 135 d.C., vendendo, em seguida, os rebeldes como escravos. Jerusalém tornou-se, então, *Colonia Aelia Capitolina*, e um templo dedicado a Júpiter Capitolino foi levantado no local do antigo Templo dos judeus (EUSÉBIO, *História Eclesiástica* IV, 6 *apud* STEIN, 1990, p. 212) .

A Segunda revolta resultou na aniquilação de dois terços da população de judeus da Judéia (APPLEBAUM, 1989, p. 157). Roma impôs uma restrição para que os judeus não entrassem em Jerusalém, se desobedecessem ‘sentiriam a dor da morte’ (EUSÉBIO, *História Eclesiástica* IV, 6.3). Houve uma emigração em massa de judeus da Judéia para as cidades

costeiras e para a Galiléia, a qual tornou-se doravante o centro de aprendizagem judeu e instituições autônomas.

A província, a partir desse momento, oficialmente nomeada Palestina (uma lembrança do termo usado por Heródoto I, 105), parece ter adquirido uma nova importância no Império depois da segunda revolta. Realmente, ela foi feita consular (ISAAC, B.; Roll, I., 1979, p. 54-66), outra legião foi adicionada (SMALLWOOD, 1981, p. 546), e amplas forças militares foram estacionadas em Jerusalém.

A partir do período Severiano (193-235 d.C.), não somente foi renovado o processo de urbanização (JONES, 1931, p. 82-5), mas muitos dos imperadores desenvolveram relações favoráveis com os judeus – sobretudo estudantes representando os líderes judeus. Por exemplo, Severo autorizou que judeus se tornassem decuriões e assim participassem dos negócios municipais, e Caracala alimentou uma relação estreita com Rabi Judá (LEVINE, 1975a, p. 65). Como resultado a Palestina se tornou mais pacífica, judeus e pagãos desenvolveram laços de proximidade, e a nação prosperou economicamente.

Com o reinado de Diocleciano as províncias do Império, incluindo a Palestina, entraram em um período de transição radical. Depois do século III d.C. o poder político, o poder individual dos governadores provinciais foi diluído pela divisão de amplas unidades geopolíticas. Diocleciano transferiu a *Legio X Fretensis* da Aelia para Aila (Aqaba) em face da nova pressão das tribos árabes (295 d.C.). Das terras herodianas além do Jordão, somente o Golan permaneceu na Palestina. Em adição, burocracias foram centralizadas, inflacionadas e divididas entre os militares e Estado.

3. AS FUNDAÇÕES DE CIDADES NA PALESTINA: OS ROMANOS E A HERANÇA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO PERÍODO HELENÍSTICO

Ao conquistar o Império Persa, Alexandre, o Grande procurou manter a ordem político-administrativa então vigente. Com relação à Judéia a situação era a mesma: a comunidade continuou governada pelo sumo sacerdote, regida pela Torá e ligada ao Templo. De acordo com Flávio Josefo, as disposições tomadas por Alexandre a respeito do povo judeu, a pedido do sumo sacerdote, eram plausíveis: "a liberdade de viverem segundo as leis de seus pais"; "a isenção de impostos a cada sete anos"; "que os judeus de Babilônia e da Média vivessem segundo suas próprias leis" (JOSEFO *Antiguidades Judaicas* XI, 315).

O sistema administrativo ptolomaico foi também implantado na Palestina, durante os 103 anos de domínio de Alexandria sobre a região. Contudo, com algumas modificações, pois a estrutura social da região era diferente da egípcia e a complexidade política era maior. Os Ptolomeus implantaram um sistema de arrendamento da terra às famílias ricas, dando-lhes direito de cobrar os impostos locais, repassados, por estas ricas famílias, aos senhores estrangeiros. O centro administrativo parece ter sido Acco, (rebatizada Ptolemaida por Ptolomeu II entre 285-246 a.C.). À época dos Ptolomeus, os judeus que habitavam na Galiléia, na Iduméia e na Transjordânia não tinham qualquer estatuto especial, mas o distrito de Judá era considerado como "Estado do Templo", território sagrado, onde valiam as leis tradicionais do povo judeu e onde o sumo sacerdote era o chefe principal. Acredita-se, entretanto, que já teria havido, no tempo dos Ptolomeus, um oficial especial que se encarregava, ao lado do sumo sacerdote, da administração das finanças (HENGEL, 1981, p. 24-29).

Antíoco III, o Grande, depois de vencer os exércitos dos Ptolomeus com auxílio dos judeus, concedeu um decreto a Jerusalém. Esse decreto instituía que fosse dada uma contribuição real para os sacrifícios, em animais, vinho, óleo, incenso, trigo e sal; que a madeira retirada da Judéia e do Líbano para os trabalhos de construção do Templo e dos pórticos fosse isenta do imposto alfandegário, que incidia sobre todas as mercadorias em circulação; que todos os membros do povo judeu vivessem segundo as leis de seus pais; que a *gerousia*, os sacerdotes, os escribas do Templo e os cantores do Templo, ficassem isentos da

capitação, do imposto coronário⁴³ e da taxa sobre o sal. Provavelmente pagava-se determinado valor ao governo, ou talvez, na Palestina, que tem boas salinas, se aceitasse o produto "in natura". Os habitantes da cidade, finalmente, foram isentos durante três anos do *phóros*, o tributo, em prata ou em produtos, exigido de uma província, de um templo, de um *éthnos* ou de uma cidade, este último sendo o caso de Jerusalém.

Deve-se observar que, com este decreto, Antíoco III reforçou o papel da aristocracia, associada há muito ao poder através da *gerousia* e que, sob outro aspecto, ligava o destino do *éthnos* judeu às decisões reais. Pois as leis dos antepassados (a Torá) deviam ser obedecidas não porque assim o decidiam os judeus, mas porque o queria o governo Selêucida (KIPPENBERG, 1988, p. 77-81). Apesar de parecerem benevolentes, estas medidas não devem, entretanto, nos enganar, pois não superam as decisões comuns tomadas em relação a outras cidades naquela época. O que Antíoco III fez foi seguir a velha política persa em relação aos judeus.

Os sucessores de Antíoco III não tiveram condições de manter a prometida isenção tributária a Jerusalém, pois devido à derrota sofrida junto aos romanos deveriam pagar-lhes altas taxas (Cf. páginas 24-27). Neste contexto, as dificuldades econômicas enfrentadas por Antíoco IV, Epífanes, geradas pela pressão romana, a quem devia pagar mil talentos por ano, levou-o a sobrecarregar seus súditos e o instigou ao saque de templos para a obtenção de fundos.

H. G. Kippenberg observa que "este decreto tem paralelo no documento de administração persa (Esd. 7,12-26). Na carta de nomeação de Artaxerxes a Esdras (do ano 398 a.C.), está incluída a ordem ao encarregado das finanças da província Transeufratiana, que regulamenta o apoio material ao culto, bem como a isenção de tributos para sacerdotes, levitas, cantores, porteiros e servos do templo (vv. 21-24)". É preciso observar também que a reconstrução e o repovoamento da cidade são medidas necessárias para o fortalecimento do governo e dos interesses de Antíoco III naquela região disputada pelos Ptolomeus (KIPPENBERG, 1988, p. 80).

⁴³ A coroa de folhas era, para os gregos, o símbolo da vitória, concedida aos vencedores dos jogos ou a um rei vitorioso. Com o tempo, as cidades começaram a oferecer aos seus reis coroas de ouro ou uma soma equivalente em dinheiro. O que antes era espontâneo acabou institucionalizado e obrigatório, podendo somente o rei conceder a isenção.

Inseridos na política de fundação ou re-fundação de cidades, os Selêucidas imprimiram uma maciça helenização das cidades por eles dominadas. A fundação de cidades foi um instrumento fundamental para a helenização do Oriente com o conseqüente fortalecimento do poder macedônio. De acordo com Pierre Lévêque "A civilização arcaica e clássica tinha coincidido com o desenvolvimento da *polis* e era nos grandes centros urbanos, tais como Mileto, Corinto, Atenas, Siracusa, que se tinha desenvolvido a civilização grega. Alexandre tinha mostrado bem ser o herdeiro da tradição, ao semear o Império que acabava de conquistar com numerosas Alexandrias" (LÉVÊQUE, 1987, p. 59).

As cidades mais antigas da Palestina começaram a contar a sua história a partir dos reinados dos soberanos helenísticos, assim como ocorreu com o período dos Ptolomeus no século III a.C. (o qual foi contado pelos anos governados por seus reis) e o período Selêucida no século II a.C. A cidade de Ascalon, por exemplo, conquistou status autônomo em 103 a.C., e seu período mais notável iniciou-se a partir daquele ano. Schürer nos informa que a partir desse momento a cidade começou a utilizar seu próprio calendário em detrimento do calendário Selêucida que utilizava até então (SCHÜRER, 1985, p. 121).

As cidades da Judéia/Palestina tiveram mudanças de status de acordo com os vários momentos políticos que a região viveu, e um novo status se evidenciava a cada nova fundação e/ou re-fundação das cidades. Na verdade, a fundação é seguida da elevação de status, mas podia se alcançar uma mudança de status sem necessariamente acontecer uma fundação ou re-fundação da cidade (KINDLER, 1982/3, p. 84). As fundações mais freqüentemente utilizadas nas moedas para datar uma cidade são: data de fundação Selêucida, data de fundação Pompeiana, data de fundação Cesariana, data de fundação Acaciana e, data de fundação Herodiana.

Como vimos no capítulo anterior, Antíoco IV, graças a sua política helenizantes, concedeu o status de pólis a várias cidades⁴⁴. Esse foi um privilégio que muitas cidades não obtiveram dos governantes helenísticos. Todavia, aquelas cidades que obtiveram o status de polis, o receberam por diversos motivos, os quais Alla Stein enumera em sua tese de doutorado *Studies in Greek and Latin inscriptions on the Palestinian coinage under the principate*. A autora nos informa que, primeiro, os critérios diferiam de cidade para cidade, e segundo, de governante para governante. Mas, de qualquer modo, esse novo status da cidade

⁴⁴ *Polis* não foi o único status concedido pelos reis helenísticos às cidades da Judéia/Palestina. Os títulos de *hiera kai asylos* ("Santa e Inviolável"), *autonomus* e *metropolis*, também foram títulos concedidos às cidades.

estava diretamente ligado à sua fundação ou re-fundação. Assim, por exemplo, no caso de Capitolias, a concessão do status de polis está diretamente ligada a medidas administrativas mais amplas, graças à reorganização da região depois da morte de Agripa II e à incorporação de seu reino à província da Síria. No caso de Cesaréia Marítima, Séforis e Neápolis, a elevação de status parece estar diretamente ligada a uma recompensa pela lealdade demonstrada por essas cidades durante a Primeira Revolta dos judeus contra os romanos.

Segundo Stein, Nicópolis, cidade situada entre Jope e Jerusalém, – último centro urbano que permite datação de sua re-fundação por evidência numismática – era anteriormente chamada Emaús. Próximo a tornar-se uma polis, Emaús seguiu o exemplo de suas vizinhas Dióspolis e Eleuterópolis, não somente mudando seu nome semítico para um nome grego, mas também adotou denominações derivadas do imperial *tria nomina*⁴⁵: ela agora recebia a denominação de M (arcia) Aur (reliana) Antonin (iana) Nicopolis. Eusébio⁴⁶, inequivocamente registra que Emaús foi elevada ao status de polis por Heliogábalo e que o nome da cidade mudou para Nicópolis ao mesmo tempo em que alcançou sua elevação de status (EUSÉBIO *Chronicon Paschale*, I, 499 *apud* STEIN, 1990, p. 159). Essas observações de Alla Stein nos permitem inferir que outra característica das cidades que alcançavam o status de polis, era a mudança de seus nomes semíticos para gregos (mesmo em época romana).

Também é importante destacar que cidades que obtiveram o privilégio de ter sua cidade elevada ao status de polis tinham características urbanas bastante acentuadas. Como, por exemplo, uma população considerável. Ernst Klimowsky, nos diz que essa mudança de status, em tempos helenísticos, começava com uma população aproximada de 10.000

⁴⁵ Os nomes próprios em latim eram dispostos em forma tríplice: o nome de seu grupo consanguíneo, devido ao seu antepassado comum, a *gens* de onde a família descendia: *Cornelius, Tullius, Iulius*, etc.; cognome, identificando o grupo familiar menor: *Scipio, Gracchus, Cicero, Caesar*, etc.; os prenomes, a identificação individual: *Publius, Tiberius, Marcus, Caius*. O que formava um *tria nomina*, uma característica do povo romano: *Tiberius Cornelius Gracchus, Marcus Tullius Cicero, Caius Iulius Caesar*. A Igreja consagrou o prenome no batismo. Amós Coêlho da Silva. *Presença do Latim Clássico*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/>>. Acesso em: mai. a out. de 2006.

⁴⁶ É relevante dizer que os testemunhos das fontes antigas podem nos trazer à luz, informações importantes sobre a elevação de status das cidades com suas fundações ou re-fundações. Todavia, paradoxalmente, a data de fundação/re-fundação das cidades, verificada por outras fontes, como a numismática por exemplo, pode, por seu turno, clarificar ou mesmo corrigir algumas informações oferecidas pelas fontes escritas.

cidadãos livres. Tal projeção está alicerçada em Flávio Josefo, mas que, mesmo assim, é muito difícil sustentar (KLIMOWSKY, 1974, p. 142).

Com respeito à Palestina, o período de expansão de suas datas de fundações e/ou re-fundações, visto na perspectiva de sua distribuição geográfica, apresenta um quadro razoavelmente coerente. As cidades são encontradas em duas áreas somente – a região litorânea e a Decápolis; todas são centros urbanos que tiveram sua origem no período Helenístico. Nenhuma elevação de status surgiu antes do Principado, e somente uma ou outra cidade surgiu em regiões montanhosas a norte da Decápolis ou são territórios habitados por judeus ou samaritanos.

No final do período Helenístico somente cidades com direito de autonomia possuíam sua própria data de fundação, ou seja, seu status de polis estava diretamente associado a sua data de fundação ou re-fundação. Tal autonomia conferia a essas cidades também a prerrogativa de organizar seu calendário de maneira autônoma, independente do calendário das outras cidades. As poleis que tiveram sua fundação no período helenístico utilizavam a data de fundação Selêucida, por outro lado, está claro que, em tempos romanos, uma polis poderia introduzir sua própria data de fundação, se esse fosse o seu desejo. Segundo Alla Stein, se a mudança de status seguida de uma nova data de fundação da cidade estava diretamente ligada a uma ativa intervenção romana, estamos distante de saber. Mas é certo que os romanos – inseridos numa política integracionista – tenham dado autonomia a alguns reis e/ou às elites de algumas cidades para decidirem sobre seus próprios dispositivos (STEIN, 1990, p. 167-168).

O domínio grego sobre o povo judeu e a conseqüente estrutura desenvolvida pelos gregos na Judéia/Palestina a qual mencionamos linhas acima também favoreceram os romanos em sua proposta para confecção de uma nova política fiscal. Esta nova política fiscal vinha ao encontro das fundações e re-fundações das cidades, da já falada influência grega na região e do grau de adesão das comunidades judaicas às novas regras impostas pelos romanos. Nesse contexto, as cidades produtoras de moedas mais importantes foram: Cesaréia na Capadócia, Antioquia na Síria e Tiro na Fenícia; todas com produções muito abundantes que circulavam nos mercados da província da Síria e na Judéia (KINDLER, 1982/3, p. 79-81).

Uma das principais características dos romanos foi promover a elevação de status das cidades da Judéia/Palestina à condição de *municipium* ou *colonia*. É importante dizer também

que, a grande maioria das cidades que receberam essa concessão, já tinham o status de *polis*, status esse concebido pelas autoridades helenísticas na região como vimos acima. Mas a cidade não necessitava obrigatoriamente ter o status de *polis* para adquirir o status de *municipium* ou *colonia*. Muitos aldeamentos sem status de *polis* adquiriram o status de *municipium*, por exemplo, por realizarem alguma política de aliança com os romanos em algum determinado momento, em virtude de alguma questão específica, como ficar ao seu lado na luta contra os judeus insurgentes da Primeira Revolta.

Pensamos que valha aqui uma breve explanação do conceito de *colonia* e *municipium* observados em Alla Stein e em Mary Beard, John North e Simon Price. Um *municipium* era o segundo mais elevado grau atribuído a uma cidade do Império Romano, inferior, no entanto, ao estatuto de *colonia*. Para conseguir o estatuto de *municipium*, uma cidade deveria dispor de algumas infra-estruturas mínimas, como aquelas necessárias para o governo local. Os cidadãos dos *municipia* de primeira ordem (entenda-se uma elite favorável a Roma), possuíam uma cidadania romana plena, e direitos associados (*civitas optimo iure*), onde se incluía o direito de voto. Os cidadãos do *municipium* tinham direito a uma auto-gestão.

Um segundo nível de *municipia* era tipicamente constituído diretamente pelos centros tribais mais importantes. Ao contrário dos ditos *de primeira ordem*, os residentes nestes municípios não eram cidadãos romanos "completos" (embora, dependendo da cidade e do relacionamento de Roma com as elites locais, seus magistrados poderiam ganhar tal estatuto), mas partilhavam com os primeiros os deveres dessa cidadania em termos de obrigatoriedade de taxas e serviço militar. Mais especificamente, não tinham também o direito de voto (o derradeiro direito em Roma, e um claro sinal da totalidade dos direitos). Um *municipium* era governado por apenas um côsul, eleito entre quatro oficiais, todos sob o governo central romano. Quando essas comunidades locais tornavam-se *municipia* elas ganhavam uma cópia da constituição municipal de Roma (autorizada pelos imperadores e publicada como série de leis).

A *colonia* romana originalmente era um assentamento de veteranos de alguma legião romana, que havia recebido terras como parte do pagamento por sua aposentadoria. Com o tempo, o termo virou sinônimo de grande status. Todos os cidadãos das *coloniae* eram considerados cidadãos romanos. As *coloniae* – tal qual o exército – reproduziam o sistema religioso romano no exterior. O seguimento do calendário romano pelas *coloniae* sugeria que

a ordenação das práticas religiosas romanas ditavam o ritmo da vida nas *coloniae*. Os procedimentos sacerdotais também eram os mesmos que os de Roma.

Os romanos substituíam as já existentes *poleis* por intermédio de um ritual de fundação da nova *colonia*. Mary Beard, John North e Simon Price no capítulo *Roman religion and Roman Empire* no livro *Religions of Rome*, comentam, a propósito da fundação das novas *coloniae* que:

“todas as estruturas simbólicas da *colonia* enfatizam seu status como ‘mini-Romas’ a partir do momento de sua fundação, conduzida com ritos que ecoam a fundação mítica de Roma propriamente dita: os auspícios foram tomados – como Rômulo no bem conhecido mito – o fundador arando em torno do lugar, suspendendo o arado onde os portões deveriam estar; dentro dessas fronteiras definidas, nenhum sepultamento poderia ser feito” (BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S., 1998, p. 313).

Algumas dessas cidades deixaram a condição de polis para trás, pois foram elevadas, agora, à categoria de Colônia, um status novo para a região, que conferia privilégios importantes para os habitantes locais, incluindo cidadãos romanos e isenção das taxas pagas por outros povos vivendo nas províncias (ANDERSON, 1995, p. 450). Flávio Josefo nos diz que as fundações das cidades começaram sob Gabínio, pró-consul da Síria em 57-55 a.C. (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XIV, 5.3.88; *Guerra dos Judeus*, I, 8.4.166). Contudo, com exceção das casas e de um muro construído por Gabínio em Sebaste (Samaria) (CROWFOOT, 1975, p. 5 *apud* ANDERSON, 1995, p. 450), as escavações locais não produziram evidências para as construções durante este período. Por outro lado, a arqueologia confirma muito do que dizem as referências textuais a respeito das fundações de cidades por Herodes e seus filhos (ANDERSON, 1995, p. 450). Contudo, a despeito de suas várias fundações, o período herodiano representa um hiato no processo cívico⁴⁷: as cidades eram governadas mais diretamente pelos herodianos do que pelos romanos (SCHÜRER, 1985, p. 97). Herodes, substituindo os modelos Ptolomaicos, parece ter centralizado seu poder e administração com *toparquias* divididas em aldeamentos e chefiadas por uma aldeia escolhida pelo rei (ANDERSON, 1995, p. 450).

⁴⁷ Discutiremos com mais atenção essa questão do “cívico” mais adiante, no próximo capítulo, quando estivermos tratando da questão da autonomia das cidades produtoras e de como os romanos concebiam essa autonomia.

Mesmo as cidades palestinas mais antigas começaram alcançar o status de Colônia a partir do período flaviano (69-96 d.C.). Contudo, exceto no renascimento promovido por Adriano (117-138 d.C.) e com a transformação de Jerusalém na Colônia de Aelia Capitolina, a política de urbanização não se desenvolveu novamente até o período Severiano (193-235 d.C.).

De acordo com Flávio Josefo, uma influência mais contundente de Roma sobre a Palestina começou com a conquista de Pompeu sobre o país em 63 a.C. (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XIII, 10.2.211). Muitas cidades foram fundadas novamente naquele ano começando a contar o início de sua história a partir de 63 a.C., ou alguns anos depois (principalmente com Gabínio como vimos na página 66). Nesse sentido, Anderson afirma que Pompeu em um esforço para separar o que os Hasmoneus tinham unido, removeu o controle judeu das cidades gregas da costa, da Transjordânia (conhecida como a Liga da Decápolis) e do interior. A Palestina “romana” incluía, a partir daí, a própria Judéia, Galiléia, Peréia e Iduméia (ANDERSON, 1995, p. 446).

Entretanto, a partir dos registros arqueológicos, não se pode afirmar que tenha havido uma imediata transformação política da Palestina em 63 a.C., passando de um reino alicerçado sobre um estatuto Hasmoneu para a categoria de uma província sujeita a Roma. Por outro lado, o que a cultura material da Palestina nos permite observar é que houve uma integração gradual da região ao sistema romano durante o governo do rei Herodes, o Grande (37-4 a. C) (ANDERSON, 1995, p. 446).

De acordo com Flávio Josefo, depois da invasão da Judéia pelos partas em 40 a.C., e precisamente em 37 a.C., Herodes, “o Grande”, com apoio romano, reivindicou aos romanos o poder sobre Jerusalém e conseqüentemente governou a Judéia como “rei cliente” de Roma (Cf. acima p. 32-33). Tanto em recompensa pelos inolvidáveis serviços prestados como rei, quanto por sua diplomática bravura e destreza, (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, I, 2.4.242; *Antiguidades Judaicas*, XIV, 11.2.274), Herodes recebeu de Augusto diversas cidades gregas e territórios circunvizinhos do Jordão. As escavações do novo porto da cidade de Cesaréia e seu opulento palácio, de vilas em Jericó, de Massada e de Herodion, e aquelas realizadas nas residências aristocráticas no quarteirão judeu de Jerusalém, revelaram a extensão da difusão da cultura romana na Palestina a partir da descoberta de estilos e técnicas, da arte arquitetural e da arte decorativa (ANDERSON, 1995, p. 446).

Os romanos ao ocuparem a Palestina encontraram na região uma sólida estrutura política, econômica e cultural dos gregos. Todavia, apesar disso a cidade romana desenvolveu sua própria morfologia. Os romanos trataram de fazer do entorno urbano um lugar digno para viver, providenciando o que era necessário: o esgoto, os aquedutos, as fontes, as pontes, as termas, os banhos, o pavimento, os serviços de incêndios e de polícia, os mercados e tudo aquilo que era necessário para que vivessem as pessoas do campo e com todos os refinamentos possíveis para melhorar a saúde pública. Havia edifícios públicos para o governo, o culto e a diversão: os palácios, templos, foros, basílicas, teatros, anfiteatros, circos, mercados, banho etc.; todos eles construídos a partir de uma nova organização. Além disso, havia elementos de adorno do espaço e de comemoração como as colunas e os arcos do triunfo.

A presença romana afetou a arquitetura de toda a Ásia Menor e toda a Palestina de várias maneiras. Primeiro, o impacto romano preservou e fomentou no lugar os estilos helenísticos de arquitetura que tinham proliferado por todo o Mediterrâneo Oriental antes da conquista romana. Estruturas helenísticas, como hipódromos, que incluíam pistas para corredores de bigas e teatros para espectadores, foram escavadas 600 m ao sul de Jericó, também ao leste do porto em Cesaréia, e em Citópolis, mais ao sul, na Baixa Galiléia. Um estádio recuperado por Herodes na parte nordeste de Sebaste e templos gregos dedicados a Augusto construídos por Herodes em Sebaste e Cesaréia também se enquadram neste contexto (ANDERSON, 1995, p. 454-55).

Em segundo lugar, a tecnologia de construção romana, assim como cúpulas, arcos e galerias, pontes e escadarias foram incorporadas e usadas para a construção de várias estruturas por todo o território. Elementos como estes são encontrados com frequência na reconstrução do Segundo Templo⁴⁸ em Jerusalém, e palácios de Herodes, Jericó e Massada, tão bem como na restauração do grande *temenos* em Mamre próximo a Hebron (MADER, 1957 *apud* ANDERSON, 1995, p. 445). Os modelos da arquitetura imperial romana foram usados a partir do período herodiano. De fato, todos os teatros na Palestina, com exceção possivelmente daquele de Dora, são mais de tipo romano do que de tipo helenístico. Cesaréia

⁴⁸ Os períodos de existência do Primeiro e do Segundo Templo são importantes para distinguir dois períodos importantes da história dos judeus: o período correspondente ao Primeiro Templo vai desde a construção do Templo por Salomão no século XI a.C. até a sua destruição por Nabucodonosor II, da Babilônia, em 586 a.C. O período correspondente ao Segundo Templo, vai desde a libertação e regresso dos judeus, do cativeiro da Babilônia, em 516 a.C., até a destruição do Templo pelos romanos, em 70 d.C., a propósito da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos.

ostentou um teatro herodiano na parte sudeste da cidade, e outros foram construídos em Gerasa pelos flavianos, e em Neápoles e Citópolis pelos severianos.



Fig. 12 - Ponte do período romano. Citópolis. Fotografia de T. A. Whetstone.

Em terceiro lugar, inovações arquitetônicas romanas foram empregadas na Palestina, assim como os tradicionais banhos romanos nos palácios de Herodes e em residências (GICHON, 1978 *apud* ANDERSON, 1995, p. 445). Cada complexo de banho consistia de um *caldarium* (quarto quente), *tepidarium* (quarto morno), *frigidarium* (sala fria), um *apodyterium* (entrada e quarto de despir), e uma fornalha localizada mais freqüentemente no pátio (ANDERSON, 1995, p. 446). Antonino Pio, construiu uma casa de banho em Cesaréia, e textos talmúdicos atestam a proliferação de banhos romanos e seu uso pelos judeus⁴⁹.

No último quarto do período conhecido como Segundo Templo, aquedutos traziam água para Jerusalém a partir de fontes ao sul da cidade em Wadi Arrub, Biyar e dos reservatórios de Salomão (ANDERSON, 1995, p. 455). Em Cesaréia, O aqueduto, que garantia um abundante suprimento de água, foi construído no período herodiano; foi posteriormente reparado e aumentado por Adriano para conduzir um canal duplo, quando a cidade cresceu. O aqueduto superior tinha seu início nas fontes localizadas a uns 9 km a nordeste de Cesaréia, no sopé do Monte Carmelo. Ele foi construído com considerável conhecimento de engenharia, permitindo que a água corresse, pela ação da gravidade, das fontes até a cidade. Em alguns trechos, o aqueduto era sustentado por fileiras de arcos, e

⁴⁹ Sobre a utilização de textos talmúdicos para a compreensão das cidades na Palestina romana ver Sperber D. *The city in Roman Palestine*. Nova York: Universidade de Oxford, 1998.

atravessava a cadeia de *kurkar* ao longo da costa passando por um túnel. Entrando na cidade pelo norte, a água corria por um sistema de tubulação até cisternas e fontes por toda a cidade. Várias inscrições no aqueduto testemunham que os responsáveis por sua manutenção eram a Segunda (*Legio II Traiana*) e a Décima (*Legio X Fretensis*) Legiões (ANDERSON, 1995, p. 457).



Fig. 13 - Aqueduto romano construído no caminho para a Cesaréia Marítima. Fotografia de Vagner Carvalheiro Porto

Finalmente, a “cobertura” romana permitiu que o rei cliente Herodes realizasse, sem barreiras, seus projetos de construção por toda a Palestina (especialmente em Jerusalém, onde o esplendor monumental do período do Segundo Templo, iniciado com a propagação da arquitetura helenística sob os Hasmoneus alcançou o ápice). Herodes também construiu um novo centro administrativo e defensivo ao edificar um novo palácio real no lado noroeste da

Cidade Superior, onde erigiu três torres de proteção, que tanto defendiam o palácio quanto flanco mais fraco da cidade. Hoje, somente a base da mais larga das três torres, Fasael, existe.

Uma das maiores preocupações das autoridades romanas na Palestina foi com a constituição da rede de estradas. O exército romano organizou o sistema na Palestina, de forma a atravessar todas as províncias do Império, para que estivesse assegurada a autoridade dos romanos sobre a população do território conquistado (ANDERSON, 1995, p. 457-58). Os romanos investiram grandes esforços na forma de recursos, planejamentos, trabalhadores e tecnologia especializada na construção de estradas. A construção de uma estrada romana envolvia traçado, nivelamento, afundamento e preenchimento do leito da estrada, pavimentando e colocando meio-fio ao longo da via (ROLL, 1996, p. 549).

Ainda Roll, nos diz que no caso de Cesaréia que se tornara o principal centro urbano da Província da Judéia, sete foram as rodovias que ligavam a cidade com praticamente toda a Palestina: a *Via costeira Cesaréia-Ptolemaida*, que era uma artéria de tráfego típica para terras planas e por isso seguia um alinhamento o mais reto possível; a *Via nordeste Cesaréia-Gaba*, que se estendia de Cesaréia, passando por Shuni, e mais provavelmente até Gaba. Dois marcos miliários foram encontrados nas proximidades de Shuni: um em latim, do tempo de Adriano (120 d.C.), e outro em grego: ambos indicam a distância de 19 milhas de Légio até Gaba. (ROLL, 1996, p. 550); a *Via Cesaréia-Légio*, localizada na entrada norte da passagem estratégica de Wadi Ara; a *Via Cesaréia-Ginae*, que consiste de um longo segmento de duas mãos de meios-fios com trechos de pavimentação e um marco miliário sem inscrições; a *Via Cesaréia-Antipatris*, principal linha de tráfego do *cursus publicus*⁵⁰. Deve-se acreditar que esta via pertencia à mesma artéria que ligava Cesaréia a Jerusalém; por fim, a *Via Cesaréia-Jope*, que fazia seu traçado todo pela costa (ROLL, 1996, p. 552-58).

⁵⁰ Na Roma antiga o *cursus publicus*, correio imperial, fazia uso de uma extensa e bem planejada rede de estradas pavimentadas e rotas marítimas, que faziam com que as informações e ordens do império circulassem rapidamente entre as terras conquistadas e permitiam ao governo tomar decisões e reagir rapidamente a qualquer problema.

4. BREVE HISTÓRICO DAS EMISSÕES MONETÁRIAS NA REGIÃO DA JUDÉIA/PALESTINA

A região da Judéia/Palestina – dentro do período cronologicamente recortado por nossa pesquisa, ou seja, do século II a.C. ao século II d.C. – com tantas ocupações externas, sempre oscilou entre as emissões batidas sob a autoridade dos dominadores (na região mesma ou em outras localidades e só com circulação na região) e as emissões batidas sob a autoridade de poderes menores, subalternos (ao poder ou em oposição), nas diferentes localidades da região.

De modo geral, ainda que existam exceções, quem tem a prerrogativa da emissão de moedas em metais mais preciosos são os poderes externos, ou os poderes dominadores da região como um todo. O poder mais localizado fabrica numerário menos valioso, de uso mais restrito, em geral de bronze.

Dentro desse período cronológico estabelecido pela pesquisa, vários foram os governantes que emitiram moedas na Judéia/Palestina. Ptolomeus, Selêucidas, hasmoneus, herodianos, romanos, promovendo uma verdadeira confusão de emissões, o que, para os especialistas, gerou uma nomenclatura confusa, que muitas vezes sobrepõe nomes ou termos. Os termos mais comuns são: moedas “nacionais”, emissão judaica, moedas “nacionalistas”, cunhagem pré-imperial, cunhagem imperial grega, moeda local, cunhagem provincial, moedas cívicas, emissão autônoma, emissão pseudo-autônoma ou moedas imperiais romanas.

Para as emissões dos Selêucidas e Ptolomeus utilizaremos os termos, emissões “nacionais”. Ya’akov Meshorer, colocando as moedas de Selêucidas e Ptolomeus em oposição às gregas que as antecederam, chama-as de moedas “nacionais”, ou seja, são as moedas dos reis helenísticos que pretendiam criar um sistema monetário uniforme e único para todas as cidades do Império. Contudo, a despeito dessa uniformidade, as cidades poderiam ser distinguidas pelas marcas das emissões de cada uma, o que lhes concedia até certo ponto um caráter de autonomia.

Para as emissões dos Hasmoneus, dos Herodianos e dos judeus da Primeira e Segunda Revolta utilizaremos o termo emissões judaicas, todavia, precisamos deixar claro que essas

três emissões possuem características diferentes. As moedas dos Hasmoneus foram batidas pelos sumo sacerdotes, em Jerusalém, e são consideradas emissões autônomas. As emissões dos Herodianos são consideradas emissões pré-imperiais gregas, pois os reis herodianos são reis clientes de Roma e suas emissões ocorrem um pouco antes do domínio efetivo de Roma na região. Por fim, os judeus da Primeira e da Segunda Revolta promoveram uma série de emissões ditas “nacionalistas”, pois tinham um caráter de resistência aos romanos neste momento em que os judeus pretendiam a libertação do jugo romano.

Para as moedas batidas pelos romanos fora da Judéia/Palestina, mas que circulavam pela região utilizaremos o termo moedas imperiais romanas. Para as moedas batidas na Judéia/Palestina durante o período de dominação romana utilizaremos o termo emissões imperiais gregas (quando a cidade emissora tem autonomia para realizar suas cunhagens) e utilizaremos o termo emissões provinciais, para a situação em que Roma se apropria da oficina monetária de determinada cidade para bater moedas, tendo normalmente um caráter emergencial (como é o caso da guerra com os judeus) ou para diminuir a hegemonia econômica que uma cidade, pudesse exercer nos mercados locais.

As moedas pré-imperiais gregas e as moedas imperiais gregas podem ser tanto autônomas quanto pseudo-autônomas. As moedas autônomas têm como característica principal serem produzidas com autorização das autoridades romanas. Segundo Klimowsky, o direito para emitir cunhagem autônoma tem sido considerado como uma “típica instituição romana”, e a concessão era um privilégio conferido, em tempos romanos, para muitas cidades asiáticas, especialmente aquelas da Síria. Tal permissão era concedida pelo Imperador, pelo pró-consul ou pelo procurador, depois de Cláudio. (KLIMOWSKY, 1974, p. 117).

As moedas pseudo-autônomas têm como característica principal não possuírem a efígie dos imperadores romanos. David Sear nos diz que essas emissões estão inseridas entre as emissões imperiais gregas e dentre suas características destacam-se a ausência do nome ou imagem do imperador romano, sendo exibidos em seu lugar uma diversidade enorme de tipos no anverso (SEAR, 1991, p. xiv).

É importante entender a relação que existe entre a autoridade dominadora e as cidades autorizadas a bater moedas. A princípio, os reis Selêucidas preferiram as cidades que já possuíam uma oficina monetária e uma estrutura deixada pelo império persa na região. Em seguida foi adotado como critério para autorizar uma cidade a cunhar moedas, a aliança

estabelecida com certas cidades, a elevação de status culminando no direito de bater moedas. Os romanos utilizaram uma estratégia semelhante: em uma relação baseada na confiança e no jogo de alianças, concediam a permissão para que cidades batessem moedas. As duas guerras contra os judeus foram fundamentais nesse movimento de autorização para cunhagem. Enquanto cidades eram punidas por terem se posicionado contra os romanos, tendo sua cunhagem proibida, outras, ao contrário, puderam continuar ou até mesmo iniciar uma nova fase da vida da cidade produzindo moedas com a autorização do Império Romano.

Antes dos romanos dominarem o Oriente Próximo, já eram cunhadas moedas na Palestina desde o século V a.C., quando a região se encontrava sob o domínio dos persas. Essas primeiras produções eram constituídas por pequenas moedas de prata que possuíam desenhos da arte persa ou imitavam moedas que já circulavam pela região, notadamente as de Atenas. A propagação dessas moedas em terras judaico-palestinas é o grande diferencial do período de dominação persa em relação às épocas anteriores. Contudo, é importante destacar que o dinheiro, como medida de valor na troca de produtos já existia muito antes da moeda. B. Laum já provou isso no caso da Grécia Antiga (LAUM, 1924), mas o mesmo vale também para as relações judaico-israelitas. Aqui também as relações são caracterizadas por identidade entre riqueza e posse de gado, do mesmo modo como existia na antiga Grécia. Uma série de textos do Antigo Testamento como em Gênesis 13,2: “Abrão era muito rico em rebanhos, prata e ouro”; ou em 1Samuel 25,2: “Havia um homem em Maon cujas propriedades estavam em Carmelo. Era um homem muito rico: possuía três mil ovelhas e mil cabras”. Encontramos ainda exemplos em Jó 1,3 e 2 Sm 12,2. Estes exemplos dão a entender essa relação entre riqueza e posse de gado, bem como a relação etimológica da palavra *mique* (posse de gado) e *miqna* (aquisição através da compra).

Também – como na Grécia – entre os judeus eram usados prata e ouro nas transações (Gn. 20,16; 37,28). Estes metais tinham a forma de peças de enfeite – comparáveis às jóias dos heróis homéricos (Nm. 31,50; Js. 7,21; Gn. 24,22; Jó 42,11) que eram pesadas de acordo com o método sumério-babilônico (shekel) (Gn. 23,16; Jr 32,9). Já muito antes da introdução da moeda existia dinheiro em forma de peso de prata e de ouro (BALMUTH, 1967). As primeiras moedas citadas no Antigo Testamento foram as dracmas persas de ouro (dáríco) (Esd. 2,69; Ne. 7,70-72).



Fig. 14 – Dárico de ouro. Século V a.C. Anverso: Figura do rei persa com coroa e longa túnica, segurando arco e lança. Reverso: marca de punção irregular. Cf. Kray, 1976: 31-34 (x 3).

Estamos bem informados sobre a razão pela qual se cunhavam moedas no reino persa. Dario – assim escreve Heródoto – teria sido o primeiro que fixou a contribuição que os povos teriam que pagar ao Estado:

Depois dividiu o reino Persa em 20 províncias, que eles chamavam de satrapias. Após ter instruído as satrapias e empossado os governadores, ele fixou os impostos que os povos deviam pagar. Ele uniu os povos fronteiriços, e aquelas famílias que ficavam afastadas eram incluídas neste ou naquele povo. A divisão das satrapias e das contribuições anuais foi feita do seguinte modo. Aquelas que tinham prata para exportar tinham que pagar o talento de acordo com o peso babilônico; as que produziam ouro, de acordo com peso eubeu. O talento babilônico correspondia a 78 minas eubéias. No tempo da soberania de Ciro e de Cambises ainda não havia determinações fixas sobre os tributos. Os povos traziam presentes. Por causa desta obrigatoriedade de contribuições e algumas outras providências semelhantes, os persas dizem que Dario é um comerciante, Cambises um senhor, mas Ciro um pai; pois Dario agia em tudo como um pequeno comerciante, Cambises era duro e sem consideração, Ciro manso, e a ele deviam tudo de bom (Heródoto *História*, 444-447).

De acordo com Heródoto, a Judéia pertencia à quinta região de impostos que devia pagar um total de 350 talentos de prata. Com a introdução da moeda, o Estado central persa- aquemênida criou um instrumento que tornava possível calcular as receitas e as despesas. A razão da cunhagem de moedas era o interesse em regularizar os tributos. Uma vez que na Judéia não havia mina de prata, nem uma produção considerável de manufaturados – os tributos recolhidos pelo Estado caíam totalmente sobre os agricultores (KIPPENBERG, 1988, p. 37,52). Eles eram obrigados a produzir um excedente e vendê-lo por dinheiro em prata para conseguir pagar as taxas. Praticamente isto significava que eles deviam diminuir o número

dos familiares que viviam da renda e se especializar em produtos que davam mais lucro. O que se vendia era cevada, derivados de oliveira, vinho e gado. É certo que não havia superprodução de cevada na região montanhosa da Judéia. Ficavam os derivados de oliveira e vinho que compensavam o cultivo.

As moedas produzidas na satrapia da Judéia recebiam o nome *Yehud* pelo fato de possuírem uma inscrição páleo-hebraica YHD. “YHD” era então o título oficial do reino de Judá sob o governo Persa. Segundo Klimowsky, as emissões pseudo-autônomas, semi-independentes ou ainda *quasi-autonomous*, vão desde as últimas moedas desse período, as chamadas *Yehud* do sumo sacerdote Ezequias até a cunhagem herodiana de tempos romanos. Todavia, outros autores como D. Sear (1991, p. xv) e A. Johnston (1985, p. 89-112) sugerem que devemos situar a cunhagem pseudo-autônoma em um período posterior.

David Sear nos diz que essas emissões estão inseridas entre as emissões imperiais gregas e dentre suas características destacam-se a ausência do nome ou imagem do imperador romano, sendo exibida em seu lugar uma diversidade enorme de tipos de anverso. Johnston também segue essa idéia ao dizer que as emissões *quasi-autonomous* não representaram uma categoria separada das emissões imperiais gregas, sendo parte normal do funcionamento da cunhagem cívica. Desse modo, essas moedas são evidência de uma política de promoção de identidades cívicas, com o objetivo de obter a plena cooperação dessas cidades com o poder central, ou seja, dar-lhes um sentimento de liberdade e identidade cívicas, contudo sem ter uma real autonomia.

Podem ser representados nessas moedas objetos comuns à cultura romana ou à cultura judaica. As cabeças representadas no anverso dessas moedas podem ser separadas em três grupos: a) de deuses e deusas (nosso repertório registra Zeus, Atena, Deméter, Hércules, Tyche e Serápis), b) personalidades locais, personificações do Senado romano (CYNKAHTOC) e de Roma e, c) personificações da cidade, em forma de divindades protetoras da cidade ou um herói fundador, e personificações de instituições como o Senado local (ΓΕΡΟΥΣΙΑ), o Conselho local (ΒΟΥΛΗ) e o povo (ΔΗΜΟΣ) eram constantemente representados (SEAR, 1991, p. xv; JOHNSTON, 1985, p. 89-112).

As moedas pseudo-autônomas foram muito populares entre as províncias romanas do leste, principalmente entre as províncias da Ásia. Johnston concorda com Klimowsky no que diz respeito ao aumento relativo de importância que as cunhagens pseudo-autônomas parecem

ter tido entre o primeiro e segundo século de nossa era. Todavia, ao se referir à província da Ásia, Johnston destaca que no período Antonino (138 a 180 d.C.), essas moedas representavam mais do que 30% de todos os tipos monetários (JOHNSTON, 1985, p. 99).

De acordo com Sear (1991, p. vi) a organização cronológica das emissões *quasi-autonomous* é praticamente impossível, apesar de que Klimowsky tenha atribuído àquelas de Ezequias (c. 320 a.C.) aos Herodianos e Johnston ter estendido sua produção até o final do século II d.C. Em nosso repertório, equacionamos a questão inserindo as emissões pseudo-autônomas com suas respectivas datas e autoridades emissoras, e as lançamos em nossos gráficos, entrecruzamos essas informações entre si obtendo alguns resultados interessantes, com os quais travaremos contato mais adiante.

Quando Alexandre, o Grande (336-323 a.C.) conquistou o império persa, a Palestina ficou sob seu jugo, e a cidade de Acco foi escolhida para sediar a principal oficina monetária da região. Uma característica peculiar da maioria das emissões de Acco sob domínio de Alexandre é que as moedas possuíam caracteres em aramaico que indicavam o número de cada ano em que Alexandre esteve na região.

Durante praticamente todo o período helenístico, tanto os reis Ptolomaicos, do Egito, quanto os Selêucidas, da Síria, governaram por algum tempo a Palestina, e ambas as dinastias bateram moedas em Acco-Ptolemaida, Ascalon e Gaza. O final da cunhagem de prata teve a ver com uma questão mista entre razões monetárias e políticas. Quanto às razões monetárias destaca-se a desvalorização que a cunhagem “nacional” de prata sofreu, e assim, conseqüentemente, não era vantajoso para as cidades prosseguir com sua própria cunhagem de prata, como é o que ocorreu com Ascalon e Tiro. Quanto às razões políticas, Vespasiano suspendeu o direito de Tiro de emitir a cunhagem autônoma (*autonomous*) de prata e abriu em Tiro uma cunhagem provincial de caráter oficial, de bronze, porque, em geral, ele não queria ter aquela enorme produção de moedas em uma cidade cunhadora. Era melhor prevenir e ter controle dessas emissões, transformando-as em imperiais, do que correr qualquer tipo de riscos políticos mantendo-as autônomas. Nesse sentido, Harold Mattingly sugere que as cunhagens das cidades produtoras tinham um sentido mais político e econômico (MATTINGLY, 1960, p. 162 *apud* KLIMOWSKY, 1974, p.114), mas, segundo Rostovtzeff, também não deve ser desvalorizada a importância religiosa e cultural das cidades produtoras (ROSTOVITZEFF, 1953, p. 139 *apud* KLIMOWSKY, 1974, p.114 também HENDIN, 2001, p. 348).

Alla Stein ao estudar as legendas das emissões das cidades da Palestina de período helenístico e romano, percebe que títulos helenísticos ocorreram em sete cidades da Judéia/Palestina (Abila, Capitolias, Gadara, Hippos-Susita e Citópolis da região de Decápolis, Séforis-Diocaesarea da Galiléia, e Panias da Transjordânia) em duas variações: *hiera kai asylos* (Santa e Inviolável), ou *hiera, asylos kai autonomous* (Autônoma, Santa e Inviolável).

O emprego do título *hiera kai asylos* para cidades inteiras, ao contrário do mesmo título concedido para santuários individuais, foi uma inovação dos monarcas helenísticos. Esse título era particularmente popular entre os governantes Selêucidas: das quase trinta cidades que possuíam esse título em tempos pré-romanos, somente seis encontravam-se fora dos territórios que estavam sob controle Selêucida. Em meados do século II a.C., devido às disputas pelo poder dentro da casa real, as concessões foram ainda maiores, pois era uma maneira de atrair aliados. Segundo Stein, a exata natureza dos privilégios que se alcançava com esse título permanece obscura, contudo, eles não parecem ter sido meramente honoríficos (STEIN, 1990, p. 224). Dessa forma, pode-se inferir que os títulos denotaram privilégios verdadeiros. Ainda Stein observa que as primeiras cidades contempladas com o título *hiera kai asylos* foram as poderosas cidades marítimas da costa Siro-Palestina. Provavelmente essas cidades ansiavam tornar-se *hiera kai asylos* por temor aos piratas. Isso, contudo, não é suficiente para explicar o porque dessas cidades terem sido as primeiras a serem elevadas ao status de cidades autônomas. A razão pode estar no fato de que a maioria dos centros urbanos do reino concentrava-se na faixa litorânea e, conseqüentemente, por causa de sua posição estratégica, as cidades marítimas poderiam ter problemas ou com os piratas ou com as freqüentes guerras dinásticas (STEIN, 1990, p. 226).

Existem evidências datadas para seis cidades que se tornaram *hiera kai asylos* entre 141/140 e 110/109 a.C. Todas as seis cidades conquistaram autonomia na última data citada, e inauguraram sua própria data de fundação marcando o evento. As primeiras cidades da Siro-Palestina a receber o status de autônomas foram Tiro e Sidon que nunca marcaram esse privilégio em suas moedas. Nas primeiras décadas do século I a.C. começa a aparecer o título *autonomous* sobre as emissões cívicas do interior da Síria. Se esse movimento de titulação nas emissões monetárias em direção ao interior representou um novo estágio no desenvolvimento do status das cidades é difícil definir.

Ernst Klimowsky, nos informa que, na Fenícia, a cunhagem provincial de bronze começou no verão de 169/168 a.C. Ele explica que a razão poderia estar na política de ‘helenização’ empreendida por Antíoco IV (KLIMOWSKY, 1974, p. 128). Algumas emissões do rei Antíoco VII (138-129 a.C.) em bronze também foram produzidas em Jerusalém.

Pelo final do século II a.C., os reis locais Hasmoneus, como vimos no primeiro capítulo, tinham assegurado a independência dos judeus em relação aos Selêucidas, e começando no reino de Alexandre Janeu (103-76 a.C.), os Hasmoneus emitiram pequenas moedas de bronze, produzidas em Jerusalém, com inscrições em hebraico e grego. As moedas produzidas no Oriente Médio e Próximo, foram inscritas em grego, a língua falada pelo povo do Império romano do Oriente. Todavia, algumas vezes colocava-se nas moedas inscrição em grego no anverso e em hebraico no reverso (ou vice versa). Como podemos ver em algumas passagens de nosso texto, tal atitude se insere na política de amizade pleiteada por alguns reis hasmoneus e que muitas vezes se estenderam a alguns imperadores romanos.

A interpretação da cunhagem dos Hasmoneus é caracterizada por um diferente jogo de complexidades. Como vimos anteriormente, os Hasmoneus eram uma família que liderou a revolta dos judeus contra os Selêucidas começando em 167 a.C., tendo governado na Palestina entre 152 e 37 a.C., e reviveram a cunhagem autônoma por volta de 120 ou 110 a.C., aproximadamente cento e cinquenta anos após ter sido abolida. A revolta foi talvez acompanhada pela primeira vez, do uso explícito e direto, da língua hebraica como símbolo hebraico nacional (KLIMOWSKY, 1974, p. 129).

Na Palestina, as emissões de bronze das cidades, sejam provinciais, autônomas ou pseudo-autônomas, datam de 22 a 268 d.C. Este é um período razoavelmente extenso. A razão é bem conhecida. A gradual desvalorização da cunhagem de prata desde Nero, graças as constantes reformas monetárias, foi conferindo, pouco a pouco uma maior importância à cunhagem de bronze. Assim, tanto as emissões provinciais das autoridades romanas nas cidades palestinas quanto os governos locais com suas emissões autônomas ou pseudo-autônomas continuaram a bater moedas de bronze. A primeira consequência disso é que as pessoas começaram a armazenar moedas de bronze. A outra consequência foi que as moedas de bronze começaram a ser contrabandeadas nas fronteiras. Houve também uma certa tentativa em adulterar a moeda, diminuindo seu teor de metal. (KLIMOWSKY, 1974, p. 129).

Como vimos, em 37 a.C., os Hasmoneus foram derrotados por outra dinastia local, os Herodianos cujo primeiro rei foi Herodes, o Grande (37-4 a.C.), que acabou por estender o reino da Judéia com o apoio dos romanos (cf. mapas p. 52 e 55). Novamente, somente moedas de bronze foram emitidas por Herodes e seus sucessores, que governaram a Judéia ou os reinos vizinhos (Samaria, Galiléia e Traconitis) como reis clientes de Roma até a morte do rei herodiano Agripa II (95 d.C.).

Vimos que não só a introdução maciça de elementos da arquitetura romana por Herodes provocou um grande impacto na sociedade Palestina, mas também as estradas, o comércio e a produção monetária. No tocante às moedas a imposição de denominações romanas àquelas de uso corrente também provocou uma relativa movimentação econômica na sociedade palestina. Embora os romanos não permitissem emissões de moedas de prata, as autoridades herodianas bateram moedas de cobre e ocasionalmente moedas de bronze correspondendo aos *semis* e *quadrans* romanos. De acordo com Schürer (1985, p. 41-44), este sistema teria sido completado com peças emitidas em ouro (*aurei*) e prata (*denarii*) pelos governadores (procuradores). Ainda segundo este autor, as moedas de prata usadas na região incluíam os denários romanos, os shekels de Tiro, e depois os tetradracmas de prata fabricado pelas autoridades romanas na Síria. Já no século I d.C. a quantidade de cada cunhagem imperial romana, superava as cunhagens locais com inscrições em grego e hebraico (SCHÜRER, 1985, p. 2, 64).

Como explicado anteriormente, depois da morte de Herodes, o Grande, os romanos exerceram uma dominação direta sobre parte da Palestina, notadamente a Judéia. Durante este período os descendentes de Herodes e os governadores romanos, emitiram pequenas moedas de bronze em estilo judeu, produzidas em Jerusalém, mas em nome do imperador romano. A documentação numismática e epigráfica, no que diz respeito à concessão de títulos para as cidades das províncias pelos romanos nesse período, é bastante pobre. Não existe uma evidência forte para Pompeu; por outro lado, parece certo que Júlio César tenha concedido todos os três títulos (Autônoma, Santa e Inviolável) em bloco para Antioquia em 47 a.C. Antônio parece ter sido responsável pela concessão de autonomia a Rhosos e Apamea. Nenhum novo título aparece sob Otaviano. Percebe-se uma redução constante no uso de *hiera*, *asylos* e *autonomous* na cunhagem das cidades da época de Pompeu em diante. Todavia, na região da Decápolis, as cidades adquiriram seus títulos durante a primeira fase do

que podemos chamar de um “renascimento romano dos velhos títulos helenísticos” (STEIN, 1990, p. 239).

Outro título importante que apareceu nas moedas das cidades cunhadoras da Judéia/Palestina é *metropolis*. Nas províncias romanas, *metropolis* era a designação de uma cidade que teria se originado de uma *colonia*. A cidade adquiria o status de *metropolis* por ampliar sua importância comercial, política, populacional e sócio-cultural frente aos romanos (KINDLER, 1982/83, p. 82-83). Martin Hengel e Christoph Marksches em *The ‘Hellenization’ of Judaea in the First Century after Christ*, ao abordarem Jerusalém, dizem que a cidade não era apenas a capital da Palestina judaica na época de Herodes e dos procuradores, mas era ao mesmo tempo uma *metropolis* – internacional, no sentido lato – uma grande ‘atração’, no sentido literal, o centro de todo o mundo habitado (HENGEL e MARKSCHIES, 1990, p. 37).

A tentativa dos descendentes de Herodes em controlar os bens dos judeus, e o estabelecimento de uma taxa direta sobre estes, foi um ponto que marcou o começo de uma fermentação revolucionária contínua entre este povo. Soma-se a isto uma série de eventos e circunstâncias que, ocorrendo sobre um longo período de tempo, incluía a incompetência e insensibilidade procuratorial crônica, as suscetibilidades religiosas dos judeus, e as tensões de classe⁵¹ e atritos entre judeus e não-judeus em cidades com populações mistas (LEVINE, 1975a, p. 29).

Do início da Revolta dos judeus em 66 d.C. até sua supressão em 70 d.C., a cunhagem ‘nacionalista’ judaica em prata e bronze prevaleceu, ou seja, símbolos judaicos como o lírio, a tâmara, a cidra e inscrições em hebraico exaltando a liberdade de Jerusalém, se destacaram como veremos adiante. Do mesmo modo que judeus batiam moedas nos seus núcleos aliados, algumas cidades da Judéia/Palestina como Cesaréia Marítima, Citópolis, Gerasa e Hippos-Susita, ganharam suporte dos romanos para baterem moedas em seu socorro (HENDIN, 2001, p. 199). Tais emissões emergenciais alteravam o status monetário da cidade naquele momento, convertendo as cunhagens autônomas (imperiais gregas) em cunhagens provinciais (ou seja, sob controle dos romanos). Também se destaca como cunhagem provincial, as moedas batidas pelos romanos nessas cidades para celebrar sua vitória sobre os judeus. Y.

⁵¹ Grande parte da bibliografia alemã, norte-americana, ou mesmo israelense, utiliza conceitos marxistas como esse de classes sociais para a Antiga Judéia/Palestina, o que me parece perigoso, pois nos seduz a realizar uma leitura anacrônica, se considerarmos as especificidades/peculiaridades do momento histórico-social vivido pela região, na dada época em questão.

Meshorer afirma que, dando direito às cidades da Judéia/Palestina os romanos também davam a elas um orgulho cívico e prestígio que certamente lhes traziam recompensas políticas. Roma inteligentemente oferecia uma pretensa liberdade cívica aos povos subjulgados concedendo-lhes como recompensa a algum préstimo uma elevação de status: destaca-se o direito de emitirem moedas com tipos iconográficos locais cívicos. Todavia, paradoxalmente, esse civismo, juntamente com toda a estrutura político-ideológica que ele ensejava, ao invés de liberdade ou resistência, significava – para os romanos – uma maneira de ter essas cidades sob seu controle (MESHORER, 1985, p. 6). O interessante a se considerar é que as relações não eram tão óbvias assim. A complexidade que envolve os componentes do relacionamento de romanos e cidades palestinas leva em conta as características próprias do Leste provincial, da herança Selêucida e Hasmonéia, e da diversidade cultural e religiosa vivida ali graças aos diversos grupos que habitavam a região. E isso nós não podemos perder de vista.

No período denominado pós-primeira revolta (70 d.C. a 132 d.C.), predominaram na Judéia as emissões imperiais romanas, ou seja, as cidades insurgentes foram impedidas de emitir moedas tendo que utilizar somente as moedas produzidas ou por Roma ou por seus aliados, que por ali circulavam.

Todavia, a segunda revolta dos judeus criou condições para que se emitissem várias séries monetárias de caráter ‘nacionalista’, novamente em bronze e prata. A maioria das moedas emitidas durante essa revolta foram batidas sobre moedas romanas ou helenísticas que já circulavam pela região evidenciando não só o reaproveitamento do metal utilizado nas moedas emitidas pelos romanos e seus aliados, mas também um sentido de afronta ao cobrir o busto do imperador com símbolos e inscrições judaicos.

Depois da supressão da revolta de Bar Kosiba, quase não se produziram mais moedas cívicas na Palestina. Somente as cidades gregas da região (que apoiaram os romanos durante o conflito), continuaram com a produção imperial grega. A proibição das cunhagens cívicas e a manutenção da circulação das moedas imperiais romanas, demonstram, entre outras coisas, que a restrição às produções locais foi uma resposta imediata aos judeus “revoltosos”, e que a utilização da moeda como instrumento de repressão, evidenciava a força político-ideológica que possuíam esses pequenos objetos. As cidades que durante o conflito e depois da supressão da revolta mantiveram a produção das moedas imperiais na região foram: Gaza, Ascalon, Cesaréia e Acco-Ptolemaida, na região costeira, e Gaba, Tiberíades, Eleuterópolis e Neápolis, no interior (Cf. cidades emissoras, mapa p. 92). Os magistrados locais, durante todo o período

de dominação romana, em geral tinham autonomia de emitir moedas apenas em bronze, sendo que as moedas de prata que circulavam pela Judéia-Palestina vinham de Antioquia, de Tiro ou mesmo de Roma.

Entre os períodos de Adriano e dos Severos as emissões imperiais gregas se seguiram nessas cidades com força cada vez maior; acredita-se que a proliferação das cunhagens nessas várias cidades era um reflexo da propaganda política dos romanos que tinham por finalidade promover a prosperidade econômica e a expansão da urbanização por toda a Palestina – e do Leste em geral (KADMAN, 1961, p. 37-8; LEVINE, 1975a, 176). Alla Stein nos diz que os estudiosos freqüentemente atribuem a Adriano a introdução do emprego do título *metropoleis* para a cidade de Petra. Todavia, uma moeda recentemente encontrada (moeda 362 de nosso repertório) prova que Petra já havia alcançado o status de metrópoles anteriormente, com Trajano.

As cidades competiam com grande energia para obter cada vez mais privilégios, sentirem-se prestigiadas por Roma lhes traria cada vez mais vantagens políticas e econômicas, não só com Roma, mas entre as cidades vizinhas também. Alla Stein nos diz que houve uma verdadeira “guerra de títulos” entre as cidades da Judéia/Palestina e que Roma entendeu muito bem que essas rivalidades entre as cidades da região, e sua ânsia por títulos, poderiam se constituir em uma interessante arma para a sustentabilidade de sua presença na região.

Não somente este período viu aumentada a atividade cunhadora em termos de volume de produção local, como também – apesar de que as cunhagens imperiais romanas passassem por um prolongado período de desvalorização metálica – as cidades cunhadoras mantiveram seus valores metálicos e, a partir do período Severiano (193-235 d.C.), aumentaram grandemente o escoamento de suas moedas (LEVINE, 1975a, p. 50). De acordo com Goodman, o fato de diversas cidades emitirem moedas em abundância impedia de uma certa forma que uma ou outra cidade mantivesse o monopólio da circulação monetária (GOODMAN, 1983, p. 133). O conteúdo dos tesouros monetários encontrados na Galiléia, por exemplo, sugere mesmo que até os aldeamentos na imediata vizinhança de Séforis e Tiberíades (assim como Midgal) não contaram com a cunhagem destas cidades, mas preferiram as moedas de Tiro e outros lugares quaisquer (GOODMAN, 1983, p. 133; MESHORER, 1976, p. 54-71). Por outro lado, no século II d.C., evidências dos achados de tesouros monetários também sugerem que as moedas de prata, especialmente aquelas de Tiro

(SCHÜREER, 1985, p. 2, 66), tornaram-se relativamente escassas (BEN-DAVID, 1971, p. 120).

De acordo com Ya'akov Meshorer, embora florescesse, entre os séculos I e II d.C., uma criatividade judaica - com o nascimento das grandes criações espirituais do Judaísmo, como o Mishna e o Talmud - nada disso foi registrado na cunhagem das moedas da Palestina (MESHORER, 1985, p. 7). A razão poderia ser encontrada na estrutura geográfica e demográfica da população judaica naquele período: as grandes cidades, em sua maioria, foram habitadas por não judeus, enquanto a população judaica vivia principalmente em aldeias e pequenas cidades, com exceção de Séforis e Tiberíades, onde os judeus formavam a maioria da população. Por essa razão, as moedas das cidades da Palestina usualmente refletem seu caráter pagão. Por outro lado, como resultado de sua situação demográfica com poucos judeus que viviam nas grandes cidades, algumas leis do Torá concernentes ao ano sabático e ao pagamento do dízimo, acabaram não sendo aplicadas aos habitantes judeus. Contudo, de acordo com o Halakha⁵², essas cidades permaneceram dentro dos limites de Eretz-Israel e não foram consideradas gentis (MESHORER, 1985, p. 8). O Tosephta (*Ahilot*, XVIII,4 *apud* MESHORER, 1985, p. 8) diz: “Cidades rodeadas pela Terra de Israel, por exemplo, Susita e as aldeias ao redor dela, Ascalon e as aldeias ao redor dela, embora estejam isentas do dízimo e da norma do ano sabático, não estão sujeitas às leis da terra dos gentis”. Nada na literatura contemporânea sugere uma mudança econômica, e a grande quantidade de cidades cunhadoras atesta o alto grau de monetarização dentro da economia rural da Palestina, especialmente quando comparada com a Itália rural e com as províncias romanas do norte, localidades com um grau de monetarização muito menor (GOODMAN, 1983, p. 57 *apud* ANDERSON, 1995, p. 459).

Com relação aos impostos cobrados por Roma, a necessidade de pagar as principais taxas em moeda acabou por movimentar bastante as cunhagens na Palestina durante praticamente todo o período de domínio romano na região. Todavia, muitas foram as taxas que exigiam outras formas de pagamento que não a moeda. Entre os tributos contam-se o *census*, primeiro aplicado em 6 d.C. (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XVIII, 3-4); o *tributum soli* (taxação da terra em espécie); *tributum capitis*, talvez um percentual do capital (APIANO *Syriaka*, 50 *apud* ANDERSON, 1995, p. 459); como uma taxa especial para os judeus de dois dracmas, pagável a partir de 70 d.C.; obrigações de alfândega (JOSEFO *Antiguidades*

⁵² Halakha (Hebraico: הלכה; também transliterado como *Halakhah*, *Halacha*, *Halakhot* e *Halachah*), é o *corpus* coletivo das leis judaicas, incluindo a lei bíblica, a lei talmúdica e rabínica, assim como costumes e tradições.

Judaicas, XIV, 250); possivelmente uma taxa sobre cada um dos mercados das vilas; a extorsão pelas cortes romanas dos belos acordos sobre as festas nos acontecimentos civis, tão bem quanto o confisco de bens em casos criminais (GOODMAN, 1983, p. 146); e as duas taxas militares: a *annona* (uma cobrança especial dos suprimentos) e a *angareia* (imposto sobre o empréstimo de transporte ou trabalho físico).

5. ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS MOEDAS PRODUZIDAS NAS CIDADES PALESTINAS À ÉPOCA DA DOMINAÇÃO ROMANA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Os temas da produção e circulação monetárias – assim como a vida econômica da Palestina sob influência romana –, foram tratados com profundidade por Richard Duncan-Jones em seu trabalho *Money and the government in the Roman Empire* (Cambridge, 1995) e J. Pastor, *Land and economy in ancient Palestine* (Londres, 1997). Estes dois trabalhos relativamente recentes sobre a economia no Império Romano foram de fundamental importância para nossa pesquisa, pois traçaram o pano de fundo para a nossa análise especificamente numismática.

Por outro lado, estudos específicos sobre iconografia monetária para a região da Palestina ainda são muito incipientes. Os trabalhos mais relevantes sobre o tema encontram-se em periódicos numismáticos, dentre os quais destacam-se os trabalhos realizados por Andrew M. Burnett, *Iconography of Roman coin types in the third century BC. Numismatic Chronicle*, (1986); por Christopher T.H.R. Ehrhardt, *Roman coins types and the roman public. Jahrbuch fur Numismatik und Geldgeschichte* (1985); e por C.H.V. Sutherland, *The purpose of Roman Imperial coins types. Revue Numismatique* (1983). Também é digno de menção o trabalho de John Casey, *Iconography of coinage. In: Understanding ancient coins - an Introduction for archaeologists and historians* (Londres, 1986).

O intuito de nossa pesquisa foi o de proceder a uma sistematização dos dados sobre as emissões monetárias da Palestina de modo a oferecer uma visão mais abrangente dessas moedas e superar a lacuna imposta pelas pesquisas que hoje são parciais. Partindo da contribuição valiosa destes artigos especializados e do levantamento nos catálogos disponíveis, foi nossa intenção apresentar um quadro mais amplo da tipologia monetária dessa região e do seu emprego como instrumento de poder e de afirmação política tanto por parte dos romanos quanto por parte da população local.

Esses estudos numismáticos sobre a região da Palestina abrangem a circulação, a distribuição e a iconografia, tanto no que tange os períodos anteriores à ocupação romana, notadamente o período Persa e o período Helenístico, quanto no que diz respeito ao período

de ocupação romana. Mas, a falta de um maior diálogo entre os pesquisadores de áreas diversas e a carência de publicações atualizadas, não nos possibilitou encontrar uma sistematização adequada dos dados como um todo, apenas indicações de sistematizações em trabalhos gerais.

Dentre os trabalhos numismáticos mais importantes na Palestina podemos assinalar a obra de Y. Meshorer, notadamente as obras *City-Coins of Eretz-Israel and the Decapolis in the Roman Period* (MESHORER, 1985) e *A Treasury of Jewish Coins*, (MESHORER, 2001). A primeira obra, de certo modo, nos influenciou sobremaneira quanto à decisão de organizar nosso repertório de tipos monetários em cidades litorâneas, interioranas ou da Transjordânia, pois nos alertou para a importância de percebermos que a tipologia monetária sofria uma distinção/variação conforme transitava do litoral para o interior do país. A segunda obra, ao mesmo tempo em que é um catálogo atualizado das moedas judaicas emitidas, desde as primeiras *Yehud* até as batidas durante a Segunda Revolta dos judeus contra os romanos, também apresenta uma importante análise iconográfica de alguns símbolos da cultura judaica que estão presentes em suas moedas. Este trabalho traz uma contribuição muito valiosa sobre a produção numismática dos judeus, mostrando como, tanto durante a Primeira quanto durante a Segunda Revolta contra os romanos, o caráter ‘nacionalista’ procurou se impor através das emissões.

Também devem ser destacadas duas obras de Arie Kindler, a primeira, *A bibliography of the city coinage of Palestine: from the 2nd century BC . to the 3rd century AD*. (KINDLER, 1990). Um dos primeiros trabalhos indicados por nossa orientadora para nossa leitura. Trata-se de uma compilação de diversas produções diretamente ligadas a nosso objeto de pesquisa, e que se revelou de extrema importância para a seleção inicial de nosso *corpus* documental. A segunda obra de Kindler que queremos destacar é, *The status of cities in the Syro-Palestinian Area as Reflected by their coins*. *Israel Numismatic Journal*, 6-7, 1982/3: 79-87. Trata-se de um artigo, que de certo modo, relacionou uma problemática relativa à organização política do Império Romano às cunhagens: uma política de relacionamento que os romanos estabeleceram com os governos provinciais e suas respectivas elites, alicerçada numa política de favorecimentos e elevação do status dessas cidades. Esta temática se demonstrou decisiva para minha pesquisa, pois ao abordar as vinte e três cidades emissoras, tive que inevitavelmente perceber que havia uma relação bastante estreita entre cidades emissoras, status das cidades e presença do Império Romano na Judéia/ Palestina.

Os trabalhos gerais e sistemáticos que possuímos sobre as moedas na Palestina nos vêm em forma de catálogos. Dentre os mais completos destacam-se, além dos já mencionados trabalho de Meshorer, a *Sylloge Nummorum Graecorum: The Collection of the American Numismatic Society*, Pt. 6: Palestine – South Arábia, também preparado por Meshorer (1981), e *Catalogue of coins of the Roman Empire in the British Museum (BMC)*, vol. I, vol. II, vol. III e vol. IV. Londres (Mattingly, 1930).

O catálogo organizado por D. C. Baramki: American University of Beirut, *The coin collection of the American University of Beirut Museum: Palestine and Phoenicia*, 1974, o *Guide to Biblical Coins* de David Hendin (2001) e o catálogo de David Sear *Greek Imperial Coins – and their values*. Também não podemos nos furtar a relacionar aqui o catálogo de Mayer Rosenberger, *City coins of Palestine*. (The Rosenberger Israel Collection.) em três volumes (1972, 1975, 1977). Pensamos que esse – junto com a SNG ANS – seja o mais completo de todos os catálogos, e não temos dúvidas de que foi o que mais nos auxiliou na empreitada de montar nosso repertório de tipos da Judéia/Palestina.

Estes últimos são trabalhos especializados que procuraram elencar todos os tipos monetários que foram encontrados nas cidades palestinas. Estas são, na verdade, obras que sistematizam a documentação, sem procurar uma interpretação mais aprofundada – mais arrojada diria – sobre temáticas específicas como é o caso da análise iconográfica.

E é justamente nesse sentido que procuramos encaminhar nossa pesquisa: dar vida às informações contidas nesses catálogos, de modo a reconhecer a partir das imagens das moedas o impacto que representou a presença romana na Judéia/Palestina, a reconhecer a interação das populações locais com o Império Romano e os aspectos de resistência dos judeus e de outras comunidades que habitavam a Palestina frente a essa dominação romana.

Também destacamos a ausência de trabalhos específicos sobre iconografia monetária da Palestina, excetuando os trabalhos de Ya'akov Meshorer aqui elencados. Há, porém, outras obras que muito nos auxiliaram neste aspecto: os trabalhos de John Casey e os de Christine Pérez sobre a iconografia das moedas do Império Romano, e publicados aqui no Brasil os trabalhos da Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano e a tese de Doutorado da Profa. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari, que se dispõem a este tipo de análise.

Nossas leituras nos fizeram observar que não há uma preocupação⁵³ (pelo menos até as presentes publicações) no sentido de realizar estudos mais analíticos sobre o conteúdo imagético das moedas da Judéia/Palestina. Se pensarmos nas produções bibliográficas cotidianamente desenvolvidas sobre as moedas gregas e romanas – tomemos como exemplo os trabalhos de Leon Lacroix e Christine Pérez – notamos que há uma significativa inclinação para o desenvolvimento de trabalhos analítico-reflexivos tanto para Grécia quanto para Roma, enquanto que as obras sobre as emissões monetárias da Palestina são muito mais descritivas.

Dentro do horizonte numismático a abordagem iconográfica vem se firmando como uma importante ferramenta de trabalho. O estudo da moeda pode contribuir para entendermos melhor a economia de determinada época, e de determinada civilização, assim como pode contribuir também para o estudo de outras esferas da sociedade como é o caso do estudo da política, da propaganda e da religião greco-romana.

A análise iconográfica das moedas exige um embasamento metodológico. Assim, decidimos por abordar em poucas linhas os estudos realizados por Jean-Baptiste Colbert de Beaulieu. Primeiro porque ele é o primeiro a normatizar uma metodologia numismática que em parte já se fazia⁵⁴. Segundo, ele o faz para estudar os celtas; e terceiro, sua metodologia abrange quatro aspectos: a) a caracteroscopia (comparação de cunhos); b) distribuição; c) análise das coleções monetárias e d) estabelecimento dos grandes conjuntos monetários.

Dos itens acima apontados, o que mais diretamente se relaciona com nosso trabalho é o relativo à distribuição. Colbert de Beaulieu com relação à distribuição geográfica, propõe fazer-se um mapa dos achados, o que não pode ser considerado exclusivamente, porque, por diferentes razões, tesouros podem ser escondidos ou enterrados em lugares diversos de sua área de circulação normal e de emissão.

A classificação geográfica tem um papel relevante dentro da metodologia de Colbert de Beaulieu (COLBERT DE BEAULIEU, 1973: 117-154). Dentro da classificação geográfica, os estudos desenvolvidos pela cartografia e sua utilização podem oferecer um bom entendimento acerca dos centros produtores e sobre a circulação das moedas. A partir da

⁵³ Talvez a palavra correta neste caso seja intenção. Esta é uma outra discussão em aberto.

⁵⁴ Colbert de Beaulieu trabalhou com as características fundamentais do método ‘tradicional’, que afirma ser o objetivo da numismática, a princípio, classificar as espécies no espaço e no tempo (Colbert de Beaulieu, 1973: 13-18). No espaço, através da epigrafia, do tipo e do estilo, e da distribuição geográfica. Quanto a epigrafia, os pioneiros se interessaram, como é natural, com as moedas cujo centro de emissão ou o território de sua circulação parecessem indicar na inscrição ou legenda, um nome étnico, um nome de cidade ou um nome de chefe conhecido pelos comentários de César. De primeira, certas identificações foram exatas.

cartografia conseguimos evidenciar a ausência de coincidência da distribuição geográfica das diversas partes de um conjunto presumido. Também podemos verificar casos de uma difusão em circunstâncias aparentemente inextricáveis. A repartição à distância em direções variadas, e as lacunas aparentes na distribuição, também podem fazer parte integrante das possibilidades oferecidas pelos estudos cartográficos.

Colbert de Beaulieu considera que a cunhagem de um povo é por definição formada pelo conjunto das séries emitidas por um mesmo poder. A primeira questão colocada concerne à identidade do poder emissor. Esta questão é fundamental para nós pois temos na Judéia/Palestina, como vimos – afora as emissões imperiais romanas que por ali circulavam –, as emissões provinciais em algumas cidades que já tinham tradição em cunhagem e que vão representar a emissão oficial, e temos também as cunhagens locais.

Quanto à circulação monetária, é um grande erro imaginar que as moedas descobertas sobre um sítio sejam prova de relações comerciais diretas entre os ocupantes desse sítio e os diversos povos cujas moedas estão presentes no achado.

Estes aspectos da circulação monetária, estudados por Colbert de Beaulieu nos encaminham para os trabalhos desenvolvidos por Rossela Pera (PERA, 1985). Esta autora procura mostrar a evolução dos tipos dionisíacos nas moedas distribuídas pela Sicília e por toda a Magna Grécia. R. Pera vai demonstrando como e onde surgem as imagens de Dioniso e suas variações, e os atributos de Dioniso: entre essas variações encontram-se as figuras de Sileno, o tirso, o cântaro, o sátiro, o cacho de uva, etc. Nossa análise parte deste mesmo princípio: pretendemos primeiro identificar entre as imagens e inscrições monetárias quais dizem respeito aos romanos e quais são explicitamente locais; em seguida pretendemos mapear essas inscrições e elementos imagéticos nas moedas das várias cidades da Palestina e, a partir da recorrência dessas imagens e inscrições e de sua relação com as outras fontes, fazer inferências sobre a utilização político-propagandística da moeda, sobre o uso da moeda como elemento de resistência ou não das comunidades palestinas nesta ou naquela localidade. Enfim, perceber como, e em que medida, a análise iconográfica da moeda pode oferecer subsídios para ampliarmos nosso conhecimento acerca do impacto provocado pela presença romana na província da Judéia/Palestina.

Associado à metodologia de identificação e mapeamento das imagens monetárias, pretendemos nos fixar no método empregado por François Lissarrague (LISSARRAGUE;

1984) e Claude Bérard (BÉRARD, 1984). Esses autores partem do princípio de que toda imagem retratada seja ela em um vaso, em mosaicos ou escudos, é constituída por um repertório de pequenas imagens (unidades mínimas), e que cada unidade mínima tem um sentido, mas o sentido verdadeiro é dado pela associação das unidades mínimas em um conjunto articulado. Assim, ao analisarmos, por exemplo, a imagem de uma moeda (o pequeno espaço para se reproduzir a imagem exige além da habilidade do artista, um grande discernimento para adequar elementos que transmitam – em conjunto – as idéias que impulsionaram à criação daquela imagem) temos que identificar em um conjunto, as unidades mínimas (pois cada uma delas têm um sentido), mas num segundo momento, todos os conjuntos dessas unidades mínimas devem ser analisados em sua integralidade, pois se analisadas em separado, cada uma dessas unidades pode nos dar informações imprecisas sobre a imagem analisada. Consideremos as palavras de Colbert de Beaulieu que nos afirma: “a moeda é feita para circular de mão em mão e não como a cerâmica que tem a finalidade de parar nas mãos de alguém. Ela não é um objeto de consumo. A moeda e a cerâmica não estão submetidas às mesmas regras de interpretação” (Colbert de Beaulieu, 1973: 151-159). É importe ter dimensão das reais possibilidades de uso do método de Lissarrague e Bérard para a moeda pois que este método foi criado para análise iconográfica da cerâmica. O caráter oficial da moeda é algo que deve prevalecer no momento em que nos debruçarmos nas análises a que nos propomos realizar.

Consideraremos também a metodologia empreendida por Léon Lacroix, na qual este autor parte do princípio de que é necessário levar em conta uma gama enorme de possibilidades adaptando os métodos arqueológicos à análise numismática. Este autor trabalha respeitando a análise de cada tipo monetário relacionando-os com a evidência arqueológica à qual é associado; aprofundando nos conhecimentos relativos à tradição lendária ou religiosa pertinente àquele tipo monetário; e recorrendo às fontes escritas e epigráficas que auxiliam a análise a que se pretende chegar.

Outro método importante que devemos levar em consideração é o desenvolvido por Maria Caccamo Caltabiano. Essa numismata sugere que os tipos monetários “são expressos através de códigos iconográficos de antiga formação e consolidados no tempo, relativamente simples, mas cuja compreensão nem sempre é imediata se as regras não são conhecidas” (CACCAMO CALTABIANO, 1998, p. 57 *apud* FLORENZANO, 1999, p. 39). A autora

pretende tratar cada símbolo (imagem e letra/legenda)⁵⁵ enquanto substantivos e adjetivos, desse modo, ela preconiza a associação completa de cada traço iconográfico de uma cunhagem, inclusive entre anverso e reverso. Uma “explicação fechada⁵⁶” para uma análise iconográfica da moeda pode surgir a partir dessa metodologia, ou seja, a partir dessa abordagem, nenhum símbolo fica de fora e todos os seus elementos são interdependentes⁵⁷. Kormikiari dá o exemplo dos pequenos símbolos (religiosos, abstratos, letras púnicas) na cunhagem púnica que são conhecidos como contramarcas. Ou seja, “representavam o valor da denominação, ou a oficina onde a série foi batida, ou o nome abreviado do oficial responsável” (KORMIKIARI, 2000, p. 228). O mesmo fenômeno ocorre com as moedas da Judéia/Palestina. Temos uma infinidade de exemplos em que são representadas essas marcas de emissão, seja nas produções Selêucidas, Hasmonéias ou sob dominação romana.

Os conceitos trabalhados por Christine Pérez em seu trabalho *Monnaie du pouvoir - Pouvoir de la monnaie* trazem também uma importante contribuição para a elaboração de nosso trabalho. Todas as suas observações sobre a importância da visão de conjunto da descrição das palavras⁵⁸, dos signos e símbolos da análise do documento monetário, a criação de um vocabulário iconográfico, a distribuição cronológica do *corpus* numismático, sobre a moeda como suporte do discurso figurativo e sobre as imagens monetárias e as práticas semiológicas foram de grande relevância para as reflexões que nos propusemos a fazer ao longo de nossa pesquisa.

Por fim, é importante considerar as questões pertinentes às emissões provinciais romanas, às emissões locais e à circulação das respectivas moedas no território judaico-palestino.

Os romanos usaram símbolos, inscrições e desenhos sobre as moedas para promover idéias políticas, eventos sociais e religiosos, mensagens militares ou econômicas. Assim, dentro de um pequeno período de tempo, séculos I e II d.C., as moedas tornaram-se uma importante fonte de propaganda política do império. Para os numismatas e arqueólogos de hoje, estas moedas – em associação com as fontes textuais e pictóricas - são uma

⁵⁵ E. Klimowsky em seu *On ancient palestinian coins and other coins, their symbolism ad metrology* (1974, p. 43-49), aprofunda a discussão sobre a conceituação sobre os símbolos nas moedas.

⁵⁶ É Maria Cristina Nicolau Kormikiari que apresenta essa expressão em sua tese de doutorado.

⁵⁷ Essa idéia é bastante parecida com as “unidades mínimas de C. Bérard e F. Lissarrague, todavia, é muito mais inflexível.

⁵⁸ Algo semelhante ao conceito de epigrafia empregado por Colbert de Beaulieu em nota anterior.

incomparável fonte de informações, fornecendo material para a reconstrução da história da cidade que as produziu, assim como também pode auxiliar no melhor conhecimento das características dos habitantes, de sua religião e de sua economia (MESHORER, 1985: 6-7; PEREZ, 1986: 40-47).

Nas moedas cívicas das cidades palestinas, produzidas com permissão das autoridades romanas ou do Imperador durante o período em estudo, o anverso normalmente apresenta a cabeça do Imperador, enquanto que sobre o reverso aparecem desenhos refletindo, em alguns exemplos, aspectos religiosos da vida da cidade, assim como templos, construções ou objetos de cultos de divindades. Outras moedas apresentam desenhos simbolizando os aspectos econômicos, como por exemplo, galés e outros símbolos marítimos sobre moedas de várias cidades portuárias, ou especialmente uma importante produção agrícola e industrial, como as conchas de múrex usadas na manufatura de corantes vermelhos, cachos de uvas ou ramos de trigo (MESHORER, 1985, p. 7).

Algumas cidades enfatizam nas inscrições de suas moedas, privilégios especiais concedidos para o seu povo, ou a alta colocação alcançada por sua cidade. Esses símbolos e inscrições tornam possível a reconstituição da história não escrita da cidade e a confirmação de acontecimentos obscuros citados por outras fontes.

Partindo do princípio de que o tema de nosso trabalho é a análise da iconografia monetária, queremos observar em que medida o estudo dos tipos monetários pode nos oferecer subsídios para identificarmos os aspectos de instrumentalização política da moeda por parte dos romanos, e a afirmação política e/ou contraposição à dominação romana no caso das populações locais, conforme citamos acima, além das demais questões por nós elencadas na introdução deste trabalho.

Queremos deixar claro que estes pressupostos metodológicos são aqueles que nos guiaram tanto na estruturação do nosso repertório de tipos monetários quanto na interpretação desses tipos tão impregnados que são de sentidos.

6. UMA LEITURA INTERPRETATIVA DO REPERTÓRIO NUMISMÁTICO

Como podemos observar pelo quadro das três regiões da Judéia/Palestina abaixo (figuras 15, 16 e 17), temos tipos monetários com alguma diferenciação, entre as 123 moedas emitidas nas cidades do litoral, 158 nas cidades do interior e 86 na região da Transjordânia. A maior quantidade das emissões das moedas do interior é facilmente compreendida se observarmos na figura 16 que a cidade de Jerusalém-Aelia Capitolina emitiu 104 tipos monetários. Uma quantidade alta se levarmos em conta as emissões das outras cidades. Isso se explica, como vimos em algumas passagens do texto, pois, algumas cidades tiveram o privilégio de emitir moedas muito mais cedo que outras, e também por ter uma produção monetária menos interrompida do que ocorrera em outras cidades. Jerusalém se insere nesse perfil.

A cidade de Cesaréia Marítima possui, também, uma quantidade relativamente alta de emissões. Fundada por Herodes, teve a partir desse momento, uma importância política e estratégica muito grande para o Império Romano. Como vimos, a cidade colaborou muito com os romanos quando da revolta dos judeus contra Roma. Essa importância política da cidade, o fato de ser portuária e de ter sua fundação com Herodes no final do século I a.C., certamente mostram porque Cesaréia Marítima obteve o direito de emitir essa grande quantidade de moedas.

Ascalon e Acco-Ptolemaida também possuem um número acentuado de emissões. Essas cidades têm como importante característica a longevidade de suas emissões. Como veremos adiante, tanto Ptolemaida quanto Ascalon emitiam com regularidade moedas nos governos Selêucidas.

O histórico do relacionamento entre Roma e as cidades da Transjordânia se dá de modo um pouco diferente. O fato de essas cidades terem sido anexadas efetivamente ao Império Romano com Trajano, e os diferentes grupos étnicos encontrados em algumas cidades da região, de certo modo respondem à questão da escassez de emissões nessas cidades. A única cidade que foge à regra é Panias que apresenta na figura 17 abaixo 40 tipos monetários emitidos. Panias está diretamente associada à presença dos descendentes de

Herodes que cunharam uma infinidade de tipos monetários, e à maioria dos primeiros imperadores romanos, que lá também emitiram muitas moedas. A cidade foi transformada, em período romano, num importante centro não-judaico. Suas emissões extrapolam nosso recorte temporal que vai até Adriano, e vão até os imperadores do século III d.C.

A construção dos gráficos que se seguem nas próximas páginas se deu de modo a proporcionar ao leitor uma visão didática dos tipos monetários presentes nas moedas da Judéia/Palestina. A opção por separar a análise pelo grupo de cidades litorâneas, interioranas e da Transjordânia (assim como o fizemos com os quadros abaixo), é um recurso que utilizamos para facilitar nossa exposição e para nos manter concentrados nas hipóteses que sugerimos quando iniciamos a pesquisa. Ao final, procuraremos resgatar os elementos desses três grupos de cidades para discutirmos em que medida nossas observações sobre os tipos monetários das vinte e três cidades cunhadoras da Judéia/Palestina permitem enriquecer o debate sobre o impacto da presença romana na região.

Os gráficos dos tipos principais e secundários das vinte e três cidades emissoras da Judéia/Palestina apresentam as autoridades emissoras em ordem cronológica e em seguida as divindades e entidades divinas sem uma ordem pré-estabelecida. Também destacamos que vários elementos secundários podem ser atributos das divindades, uma marca de emissão, um símbolo representante da cultura da cidade ou mesmo um elemento que foi introduzido na moeda por modismo.

Emissões de tipos monetários por cidades

CIDADES COSTEIRAS	QUANTIDADE
ACCO-PTOLEMAIDA	: 21
ASCALON	: 32
CESARÉIA MARÍTIMA	: 49
DORA	: 10
GAZA	: 11

FIG. 15

CIDADES DO INTERIOR	QUANTIDADE
JERUSALÉM-AELIA CAPITOLINA	: 104
CITÓPOLIS	: 4
GABA	: 8
GAMALA	: 1
MARISA	: 2
NEÁPOLIS	: 5
SEBASTE- SAMARIA	: 9
SÉFORIS	: 6
TIBERÍADES	: 19

FIG. 16

CIDADES DA TRANSJORDÂNIA	QUANTIDADE
BOSTRA	: 7
CANATA	: 4
FILADÉLFIA	: 6
GADARA	: 15
GERASA	: 2
HIPPOS-SUSITA	: 2
CESARÉIA PANIAS	: 40
PELLA	: 2
PETRA	: 8

FIG. 17

O quadro abaixo (fig. 18) apresenta as emissões das cidades costeiras, agrupando-as de acordo com as características próprias à emissão (entendendo-as como diferenciadores das dinastias reinantes em cada cidade e pela distinção de status).

CIDADES COSTEIRAS

QUANTIDADE DE TIPOS MONETÁRIOS EMITIDOS POR CARCATERÍSTICA DE EMISSÃO / DISTINÇÃO DE STATUS		
ACCO- PTOLEMAIDA:	<ul style="list-style-type: none"> SELÊUCIDA / “NACIONAIS” : 11 PRÉ-IMPERIAL / PSEUDO-AUTÔNOMA : 2 PRÉ-IMPERIAL / AUTÔNOMA : 1 IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 2 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 5 	
ASCALON:	<ul style="list-style-type: none"> SELÊUCIDA / “NACIONAIS” : 3 IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 10 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 9 	
CESARÉIA MARÍTIMA:	<ul style="list-style-type: none"> HERODIANA / PRÉ-IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 2 HERODIANA / PRÉ-IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 20 HERODIANA / PROVINCIAL : 5 HERODIANA / PROVINCIAL, JUDAEA CAPTA : 9 “MÍNIMAS” DE CESARÉIA : 13 	
DORA	<ul style="list-style-type: none"> PRÉ-IMPERIAL / PSEUDO-AUTÔNOMA : 1 PRÉ-IMPERIAL / AUTÔNOMA : 1 IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 2 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 6 	
GAZA:	<ul style="list-style-type: none"> PRÉ-IMPERIAL / PSEUDO-AUTÔNOMA : 2 IMPERIAL GREGA / PSEUDO- AUTÔNOMA : 1 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 8 	

FIG. 18

As emissões dos Selêucidas de bronze e prata que, como dissemos no capítulo 4 tinham uma proposta “nacional”, isto é, em oposição às moedas autônomas das poleis gregas, pretenderam uniformizar a produção de moedas das diversas cidades da região. Tentativa essa malfadada, pois, como vimos, além de prevalecerem as características peculiares das cidades nas suas emissões, a dinâmica do mercado monetário não aceitou essa uniformidade, pois preferia as moedas de prata de alguns centros importantes de produção, restando a essas emissões dos Selêucidas (principalmente as emissões de bronze) um mercado bastante restrito.

Outro grupo importante a se destacar é o das emissões dos reis herodianos. Como vimos pelo quadro acima (Fig. 18), dentre as cidades litorâneas, somente em Cesaréia Marítima, Herodes e seus descendentes emitiram moedas. Isso porque Acco-Ptolemaida, Dora e Ascalon eram territórios da Siro-Fenícia e em momentos de domínio dessas cidades pelos reis herodianos outros centros emissores foram preferidos.

As emissões herodianas foram divididas em: *pré-imperial grega*, ou seja, moedas com inscrição em grego de caráter autônomo ou pseudo-autônomo; *provincial*, grupo de moedas que têm como característica ser fabricadas por Roma nas cidades das províncias, por motivo de Guerra ou como estratégia política de diminuição de poder da cidade; *provincial Judaea Capta*, diferente da provincial acima citada por tratar-se de emissão comemorativa da vitória dos romanos frente à revolta dos judeus.

Em seguida destacamos o grupo das cunhagens pré-imperiais. Entendemos como emissão *pré-imperial* as produções que são anteriores à efetiva dominação romana da cidade, mas que já se observa com uma presença militar romana ou política romana acentuada na região. Essas cidades, de certo modo, possuem o aval das autoridades romanas para a emissão de suas moedas, que foram produzidas pelos magistrados ou dinastias locais, ou produzidas pelos generais romanos na região como Marco Antônio ou Pompeu. Elas podiam ser autônomas ou pseudo-autônomas⁵⁹.

As cunhagens imperiais gregas, foram emissões locais da época de domínio dos imperadores romanos. Também poderiam ser elas autônomas ou pseudo-autônomas. Por fim,

⁵⁹ Quanto as emissões pseudo-autônomas ou autônomas ver capítulo 4 - *Breve Histórico das emissões monetárias na região da Judéia/Palestina*, p. 78-85.

as “mínimas” de Cesaréia se destacam por ser uma emissão peculiar, que como veremos adiante, eram cópias de moedas de várias procedências.

ACCO-PTOLEMAIDA

Iniciando nossas observações sobre as cidades e suas emissões monetárias destacadas no quadro acima (fig. 18), chamamos a atenção para a cidade de Acco-Ptolemaida. Essa cidade apresenta uma produção monetária que vai desde as moedas “nacionais” dos Selêucidas – a figura 18 apresenta 11 tipos monetários entre as emissões Selêucidas – até as moedas autônomas produzidas sob os imperadores romanos. Observemos que Acco-Ptolemaida também emitiu 4 moedas pseudo-autônomas entre cunhagens pré-imperiais e cunhagens imperiais gregas.

Ptolemaida foi uma das primeiras cidades da Judéia/Palestina a emitir moedas e esteve entre aquelas cidades que produziram o maior número de cunhagem. A grande quantidade de moedas produzidas na cidade durante um tão longo período, nos possibilita traçar sua história, a natureza de seu povo e seus cultos, assim como suas características econômicas.

De acordo com Y. Meshorer, muitas moedas de ouro, prata e bronze foram emitidas em Acco já no tempo de Alexandre (MESHORER, 1985, 12). A propósito, foi Alexandre, o Grande, quem inaugurou as emissões de Acco-Ptolemaida. Os Ptolomeus bateram suas moedas na cidade durante o século III a.C., seguidos pelos reis Selêucidas. Esses começaram a emitir suas moedas “nacionais” em meados do século II a.C. com a legenda ANTIOXEΩN TΩN EN ΠΤΟΛΕΜΑΙΔΙ, que significa: “dos antioqueanos que estão em Ptolemaida”. Podemos observar essa inscrição nas moedas 1 e 10 de nosso repertório. Logo em seguida foram adicionados os títulos IEPAC ΑΣΥΛΟΥ, que significa: a Santa, cidade de Asylum⁶⁰ (Moedas 2 e 3 de nosso repertório). O nome Ptolemaida aparece nas moedas de Acco a partir do século III a.C. e permanece até a cessação da cunhagem da cidade em 268 d.C. O nome

⁶⁰ A discussão sobre a presença desses títulos nas moedas pelos reis helenísticos já foi desenvolvida no capítulo quatro.

AHK ocorre sobre uma série de moedas batidas ao tempo de Augusto, entre 6 e 4 a.C., indicando que o antigo nome da cidade não fora esquecido (STEIN, 1991, p. 227).

Nosso repertório apresenta ainda moedas batidas em Acco-Ptolemaida por Marco Antônio num momento conhecido como pré-imperial. Antônio produziu em Acco-Ptolemaida dois tipos monetários diferentes, sendo um com características autônomas (no qual são representados no anverso da moeda 12, os bustos conjugados de Cleópatra e o seu), e o outro com características pseudo-autônomas (com bustos conjugados de Zeus e Tyche, no anverso da moeda 13, e com o busto de Zeus no anverso da moeda 14).

As emissões de Cláudio introduziram a inscrição GERMANIEN TONEN IITOAEMAIDI, que significa: “dos germanos que estão em Ptolemaida”. Tal inscrição foi adicionada nas emissões de Cláudio, porque o imperador recebeu o título de Germânico depois de sua vitória sobre as tribos germanas. A cidade foi renomeada “Germanícia” e a partir de então os habitantes de Ptolemaida passaram a ser chamados de germanos numa atitude “simpática” do Imperador para com a cidade (KINDLER, 1978, p. 51). Logo após, Cláudio concedeu o status de Colônia para Ptolemaida, com o título *Colonia Claudia Felix Ptolemais*. A cunhagem da cidade como Colônia vai de Nero até Galienus.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE ACCO-PTOLEMAIDA

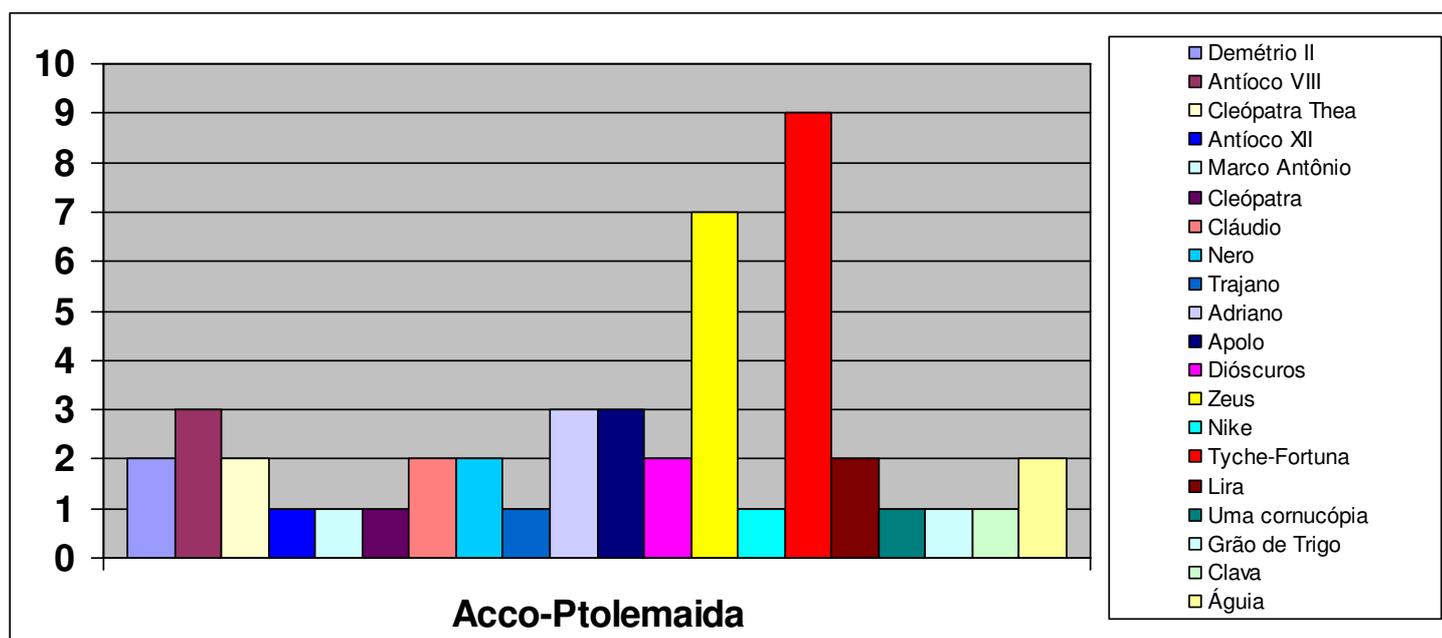


Fig. 19

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE ACCO-PTOLEMAIDA

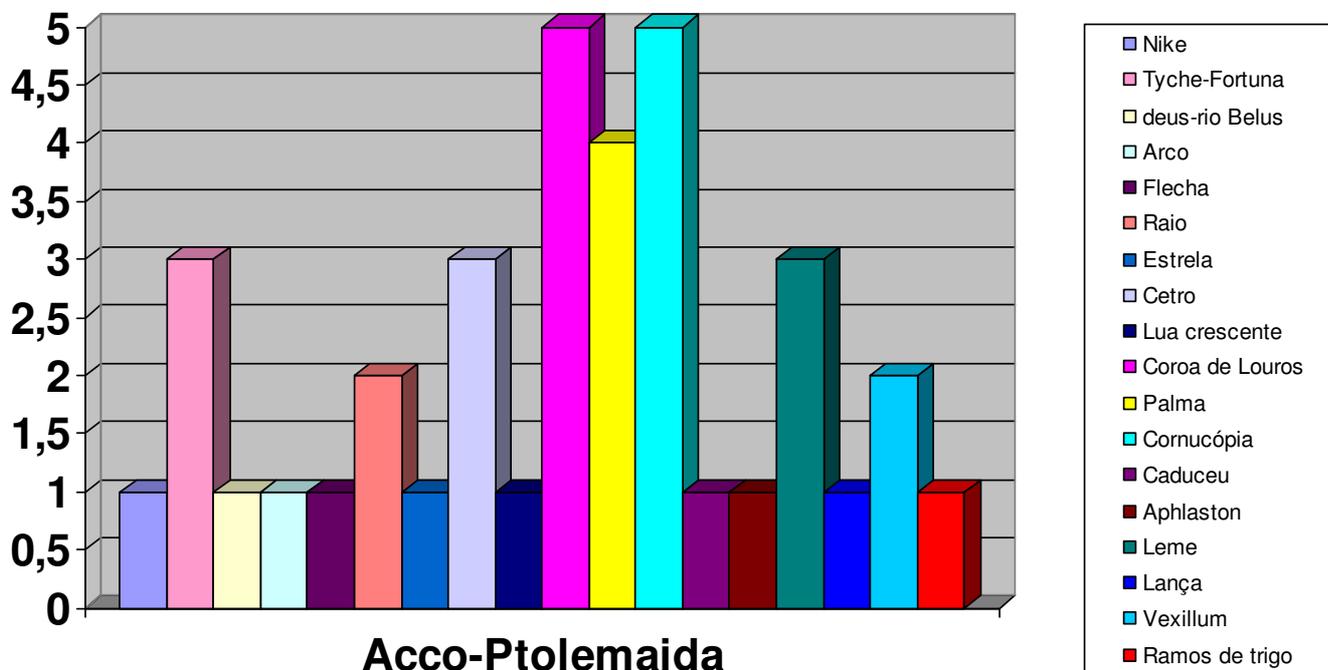


Fig. 20

Os gráficos apresentados acima (figuras 19 e 20) mostram os tipos principais e secundários de Acco-Ptolemaida. Entre os tipos principais destacam-se as representações de Tyche-Fortuna (9 tipos) e Zeus (7 tipos). Com relação a Tyche falaremos mais adiante quando destacarmos dois exemplos de impacto direto de Roma ns emissões da Judéia/Palestina e sobre a adaptabilidade de Tyche nas diversas regiões da Judéia/Palestina e suas implicações.

Zeus foi cultuado em Acco-Ptolemaida como Zeus-Heliópolis, um composto do Zeus grego (Urânio) com o Hadad-Rimmon sírio. É interessante perceber que o Zeus representado, a princípio, pelos reis Selêucidas vai adquirindo cada vez mais traços orientais. Também é importante ressaltar que tanto Marco Antônio quanto Cláudio, se empenharam em representar essa divindade. Tal atitude reforça a idéia do jogo existente na propaganda política realçado por esses governantes, pois ao mesmo tempo em que associa seu deus com uma divindade

local aproximando-se dos habitantes da cidade, impõe seu deus maior em um esforço de espelhar o próprio poder.

De acordo com a inscrição sobre o pé de uma estátua desse deus descoberta no Monte Carmelo, Zeus-Heliópolis é identificado, também, com Baal de Carmelo. Ele é representado como um homem com barba, em pé, segurando um chicote em uma mão e espigas de trigo na outra mão. Ele é o deus do raio e do trovão e senhor das tempestades. Seu poder sobre as forças da natureza, sobre a fertilidade e crescimento renovado, fazem dele responsável pela humanidade e muitas vezes ele é representado circundado pelos signos do zodíaco (MESHORER, 1985, p. 14). Este raro tipo (fig 21 abaixo), dentre todos os tipos das cidades cunhadoras, aparece somente em Acco-Ptolemaida. Ele foi cunhado por Heliogábalos num momento posterior a nosso recorte temporal.



Fig. 21 - Heliogábalos. Aes de bronze. Anv. cabeça de Heliogábalos, à direita. Rev. Zeus-Heliópolis no centro, em pé, dentro de templo. Em volta, os signos do Zodíaco. Legenda: COL. PTOL. Cf. M. ROSENBERGER, 1972, p. 29.

Belus, o deus-rio da cidade, é uma das entidades divinas que nosso gráfico de tipos secundários da cidade de Acco-Ptolemaida apresenta (fig. 20). O rio Na'aman-Belus foi o fator central da economia da cidade e aparece em muitas moedas. O rio é representado como um deus nadando próximo a uma rocha. Tyche, a deusa protetora da cidade está sentada sobre a rocha, segurando espigas de trigo, simbolizando a fecundidade e terra fertilizada pelo rio (moeda 19).

O nome semítico da cidade tornou-se AKH em grego, que significa “cura”. Estéfano de Bizâncio relata que depois de Hércules ter sido ferido pela Hidra, o oráculo enviou-o para o Leste para que ele pudesse encontrar uma planta que crescia às margens de um rio para poder se curar. Em sua busca, Hércules chegou ao rio Belus e viu uma planta semelhante à Hidra em forma e características – ao ser cortada ela crescia de novo. O sumo dessa planta de fato curou Hércules, a divindade construiu ali uma cidade e chamou-a AKH (isto é Acco) para comemorar o evento (MESHORER, 1985, p. 14). A clava, como tipo principal, na moeda 17 e o deus-rio Belus, como tipo secundário na moeda 19, evidenciam a importância desse mito para cidade, além de inserir Hércules, no contexto de herói fundador de cidades⁶¹.

O gráfico dos tipos secundários de Acco-Ptolemaida (fig. 20) chama a atenção ainda para a maior quantidade de coroa de louros e cornucópia. A coroa de louros está presente em moedas de praticamente todas as cidades emissoras. Foi utilizada tanto por reis Selêucidas, Hasmoneus, herodianos e por imperadores romanos. A cornucópia também aparece bastante. Trata-se de um atributo de Tyche-Fortuna e também um símbolo de fertilidade, assim como o grão de trigo presente na moeda de Antíoco XII (moeda 10). Símbolos marítimos como o leme e o *aphlaston* também estão presentes nas moedas de Acco-Ptolemaida (moedas 14, 16 e 21).

ASCALON

Outra cidade litorânea muito importante para a Judéia/Palestina, do ponto de vista das emissões monetárias, foi Ascalon. Essa antiga cidade começou a bater moedas já no final do período persa, no século IV a.C. Esta é a data atribuída a algumas moedas de prata do grupo conhecido como *filisto-arábicas*, carregando a letra *alef / num*, uma abreviação do nome Ascalon.

⁶¹ O papel civilizador de Hércules pode ser aprofundado em Leon Lacroix *Les migrations de peuples et la colonisation légendaire em Sicile – Hércules et les Sicanes*. In: *Monnaies et colonisation dans l'Occident Grec*. Bruxelas, Palais des Académies, 1965, p. 43-74.

Durante o governo dos Ptolomeus e final dos Selêucidas, moedas de prata foram produzidas em abundância em Ascalon. As moedas 23 e 24 de nosso repertório são exemplos dessa cunhagem em prata das emissões “nacionais” dos Selêucidas. No século I a.C., Ascalon emitiu shekels autônomos de prata, os quais foram altamente populares na parte sudeste da Judéia/Palestina. Tais moedas chegaram a ‘rivalizar’ com os shekels de Tiro. Os shekels de Ascalon imitaram os tetradracmas Ptolomaicos (a cabeça do rei Ptolomeu de um lado e a águia do outro), mas eles também tinham no reverso a representação de uma pomba, o símbolo da emissão de Ascalon, representando Tyche-Astarté, a deusa protetora da cidade. A inscrição grega dessas moedas era: ΑΣΚΑΛΩΝΙΤΩΝ ΙΕΡΑΣ ΑΣΥΛΟΥ ΑΥΤΟΝ[ΟΜΟΥ], que significa: “do povo de Ascalon Santa, cidade de Asylum, autônoma” (moeda 24 de nosso repertório).

Durante o período de ocupação romana na região, Ascalon esteve entre as cidades que mais emitiram moedas. A cidade bateu moedas ininterruptamente do governo de Augusto até o tempo de Maximinus. As emissões de Ascalon tiveram seu início por volta de 375 a.C. e foram até 235 d.C., ultrapassando mais de seiscentos anos de cunhagem contínua.

A figura 18 apresenta 10 tipos monetários de caráter pseudo-autônomo (moedas 25 a 34 de nosso repertório). A figura 18 mostra que as moedas imperiais gregas de Ascalon, entre autônomas e pseudo-autônomas, chegam a 19, considerando uma produção contínua que vai de Augusto até Adriano.

Os gráficos dos tipos principais e secundários de Ascalon (figuras 22 e 23) também nos oferecem algumas indicações do que essa cidade priorizou para colocar em suas moedas, e conseqüentemente, nos proporciona uma reflexão da continuidade ou não entre os tipos das moedas Selêucidas com as moedas imperiais gregas, sobre os cultos presentes na cidade, assim como seu caráter marítimo.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE ASCALON

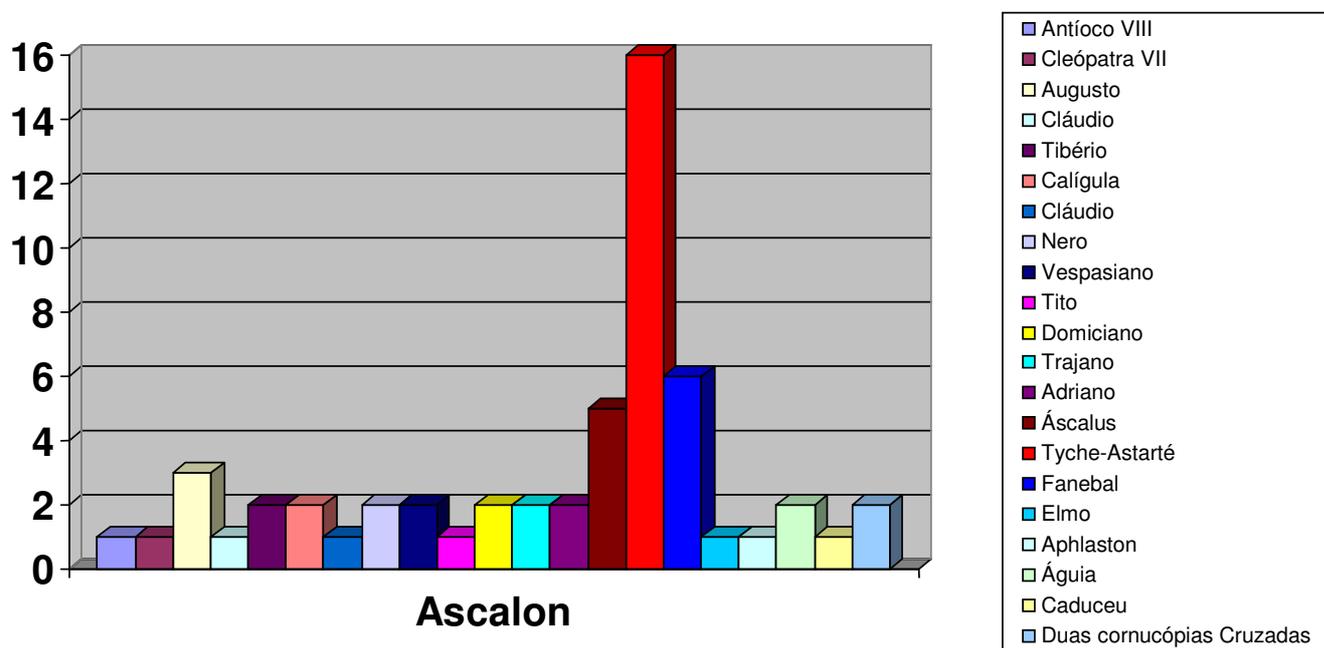


Fig. 22

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE ASCALON

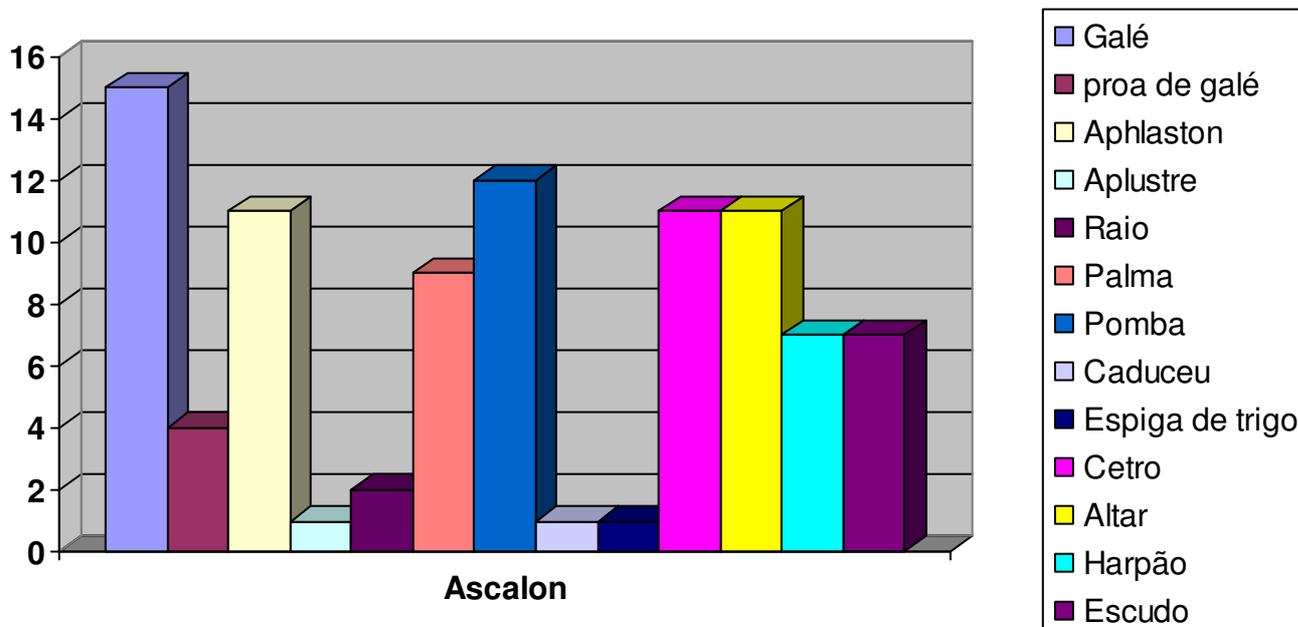


Fig. 23

Fanebal, uma divindade própria de Ascalon, se destaca no gráfico de tipos principais (fig. 22) por aparecer em seis emissões. Essa divindade foi uma fusão das divindades Baal e Tanit. Pela representação nas moedas (Fanebal é representado nas moedas vestindo um quíton longo) fica difícil identificar com certeza se se trata de uma divindade masculina ou feminina. Ele aparece como um deus da guerra, usando um elmo, empunhando uma espada ou arpão em sua mão direita e um escudo e uma palma em sua mão esquerda (moedas 36, 39, 41, 44, 45, 50 e 53). Uma estrutura arquitetônica complexa aparece sobre muitas moedas de Ascalon (não dentro de nosso recorte, entretanto um altar representado na moeda 44 pode ser uma maneira de representar seu culto e seu templo). Até pouco tempo o entendimento do que seria essa estrutura estava na obscuridade. Só mais recentemente com a descoberta de uma moeda de Antonino Pio (fig. 23) descobriu-se tratar da estrutura de um templo de Fanebal visto de dentro para fora. A cornija egípcia, as colunas largas no meio, os *uraei*⁶², e a viga superior denotam a influência da arquitetura egípcia. Talvez seu templo incomum “seja o ‘*serifa* em Ashqelon’, um dos cinco templos permanentemente ‘idólatras’ mencionado no Talmude” (ABODA ZARA 11b *apud* MESHORER, 1985, 28).



Fig. 24 - Antonino Pio. Aes de bronze. Anv. cabeça de Antonino Pio, à direita. Rev. Fachada do templo de Fanebal em Ascalon com quatro portões subsequentes. Cf. Y. MESHORER, 1985, p. 111.

⁶² Singular, Uraeus. Adorno egípcio em forma de serpente.

A representação desse templo assim como as muitas representações do próprio Fanebal, mostram como os habitantes de Ascalon davam importância para seus cultos locais e como os vários imperadores romanos (registramos em nosso repertório Tibério, Calígula, Nero, Vespasiano, Trajano e Adriano) que passaram pelo poder não interferiram na representação de Fanebal sobre as moedas.

Outro tipo monetário peculiar a Ascalon é a representação de Áscalus, o herói fundador da cidade. Essa personalidade mítica é considerada pela tradição filho de Himeneu, e era general do rei sírio Aciamus, quando estacionou na região e fundou a cidade de Ascalon (STEFANO DE BIZÂNCIO *apud* STEIN, 1990, p. 199). A figura 22 coloca em evidência o tipo de Áscalus se observado junto aos outros tipos principais. Em todas as moedas ele é representado com a cabeça virada para a direita (moedas 25, 26, 27, 28 e 29).

O caráter marítimo de Ascalon é enfatizado não apenas pelos atributos marítimos de Astarté ou Posidão (moedas de outros períodos trazem representados Posidão ou Derketo, uma divindade feminina ligada ao mar), mas também galés e partes da galé como a proa, o aphiaston (instrumento utilizado para medir a força e a direção do vento), o arpão e o aplustre (ornamento de popa de navio); de todas as vinte e três cidades o aplustre só aparece em Ascalon. Esses símbolos marítimos aparecem já nas moedas dos Selêucidas, passam pelas emissões dos magistrados locais (é onde esses símbolos aparecem em maior número), estão representados nas moedas de Augusto, como também são representados em todas as moedas que apresentam Tyche-Astarté e Fanebal.

CESARÉIA MARÍTIMA

A próxima cidade que o quadro dos tipos monetários emitidos nas cidades litorâneas apresenta é Cesaréia Marítima (fig. 15). Cesaréia foi fundada por Herodes, o Grande em 10 a.C., em homenagem a Augusto. O nome Cesaréia aparece pela primeira vez em uma moeda

batida entre 43-44 d.C. (moeda 55 de nosso repertório), no reino de Herodes Agripa I, apresentando Tyche-Fortuna, a deusa da cidade, segurando um leme. Tyche está circundada pela inscrição ΚΑΙΣΑΡΙΑ Η ΠΡΟΣ ΤΩ ΣΕΒΑΚΤΩ ΛΙΜΗΝ[Ι], que significa: “Cesaréia, na qual está à disposição, o porto de Augusto”.

Cesaréia começou a bater as moedas provinciais romanas no 14º ano do reinado de Nero, ou seja, no auge da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos (moedas 62 e 63). Como vimos anteriormente, Roma interferia na cunhagem autônoma de uma cidade em situações especiais. O império romano se apropriava da produção monetária de uma cidade transformando-a em emissão provincial, nessa situação de guerra ou quando uma cidade adquiria uma certa hegemonia monetária dentro de uma determinada região da Judéia/Palestina. De especial interesse é uma moeda produzida no mesmo ano (14º ano do reinado de Nero, 68 d.C.). Essa moeda possui uma inscrição em grego que diz: ΕΠΙ/ΟΥΕΣΠ/ΑΣΙΑΝΟΥ/ΚΑΙΣΑΡΕ/ΩΝΛΙΑ, que significa: “no tempo de Vespasiano, em Cesaréia, ano 14 de Nero”, indicando que já nesse primeiro estágio de sua vida, quando Vespasiano era ainda um legado imperial no exército romano, moedas foram emitidas em seu nome. Segundo Meshorer esse fato corrobora as afirmações de Josefo e Suetônio, de que “o povo da Judéia prenunciava, enquanto Nero ainda estava reinando, que Vespasiano seria proclamado imperador de Roma” (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, III, 400-401; SUETÔNIO *A vida dos doze Césares*, II, X, 4; MESHORER, 1985, p. 20).

Depois da vitória sobre os judeus, Vespasiano elevou Cesaréia Marítima à categoria de Colônia e chamou-a *Colonia Prima Flavia Augusta Caesarea*. Meshorer comenta que esse detalhe em particular foi mencionado na *Midrashim Rabba* (1, 31): “Depois que Jerusalém foi destruída, Cesaréia tornou-se uma Colônia” (MESHORER, 1985, p. 20).

Observando a figura 18, vemos que, além das moedas provinciais por nós discutidas, dois grupos nos chamam a atenção. As emissões *Judaea Capta* e as “mínimas” de Cesaréia. Dedicaremos nossa atenção às moedas *Judaea Capta* em breve, por enquanto nos concentraremos em apresentar algumas questões vinculadas às “mínimas” de Cesaréia.

Quando G.F. Hill, publicou, em 1914, o *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum: Palestine*, como mencionamos anteriormente, ele assinalou três dessas “mínimas”, as quais ele classificou como sendo do tempo da Revolta dos Judeus contra os romanos. Segundo Y. Meshorer, Narkiss⁶³, Reifenberg⁶⁴ e Kadman⁶⁵ também incluíram essas moedas entre as emissões judaicas. Décadas depois (1956) H. Hamburger publicou um artigo sobre um grupo dessas moedas, intitulado “Mínimas de Cesaréia”⁶⁶. Meshorer sugeriu, a uns trinta anos atrás, que se fizesse uma identificação diferente para essas moedas. Para esse numismata, essas moedas são imitações das moedas judaicas e foram batidas em Cesaréia, no século I d.C., por iniciativa dessa cidade (MESHORER, 2001, p. 183). Essas moedas possuem uma grande variedade de tipos, os mais recorrentes são: a ânfora, imitação de moeda da Primeira Guerra dos Judeus contra os romanos (moedas 90, 91, 92, 94, 96 e 102), a folha de parreira, imitação de moeda da Primeira Guerra dos Judeus contra os romanos (moedas 90, 91, 93, 94, 96, e 102) e imitação de moeda do Procurador Valério Grato, (moeda 92), a palma, imitação de moeda da Primeira Guerra dos Judeus contra os romanos (moeda 92) e imitação de moeda do procurador Valério Grato, (moeda 93), três espigas de trigo, imitação de moeda de Agripa I, (moeda 94 e 95), uma espiga de trigo, imitação de moeda do procurador romano, Copônio (moeda 96), palmeira, imitação de moeda do procurador romano, Ambibulus (moedas 97 e 98), inscrição dentro de coroa, imitação de moeda do procurador romano, Valério Grato (moeda 98) e imitação de moeda do procurador romano, Festus (moeda 99), e cabeça de Tyche-Fortuna, imitação de uma moeda de Tiro (moeda 100).

⁶³ M. NARKISS. *The Coinage of Eretz-Israel, I: Coins of the Jews*, Jerusalém, 1936.;

⁶⁴ A. REIFENBERG. *Ancient Jewish Coins*, 2nd ed., Jerusalém, 1947.

⁶⁵ KADMAN, L. *The coins of Caesarea Maritima: Corpus Nummorum Palestinensium II*. 1957.

⁶⁶ H. HAMBURGER. *Minimas from Caesarea. Atigot*, 1, 1956, p. 99-121 (em hebraico).

A razão para a escolha desses símbolos as fontes não nos revelam. O que sabemos é que a fabricação dessas imitações está diretamente ligada a uma necessidade de introduzir moedas com menores denominações no mercado monetário (MESHORER, 2001, p. 183).

Por sua enorme quantidade de tipos primários e secundários, a cidade de Cesaréia Marítima possibilitou a criação de gráficos bastante consistentes.

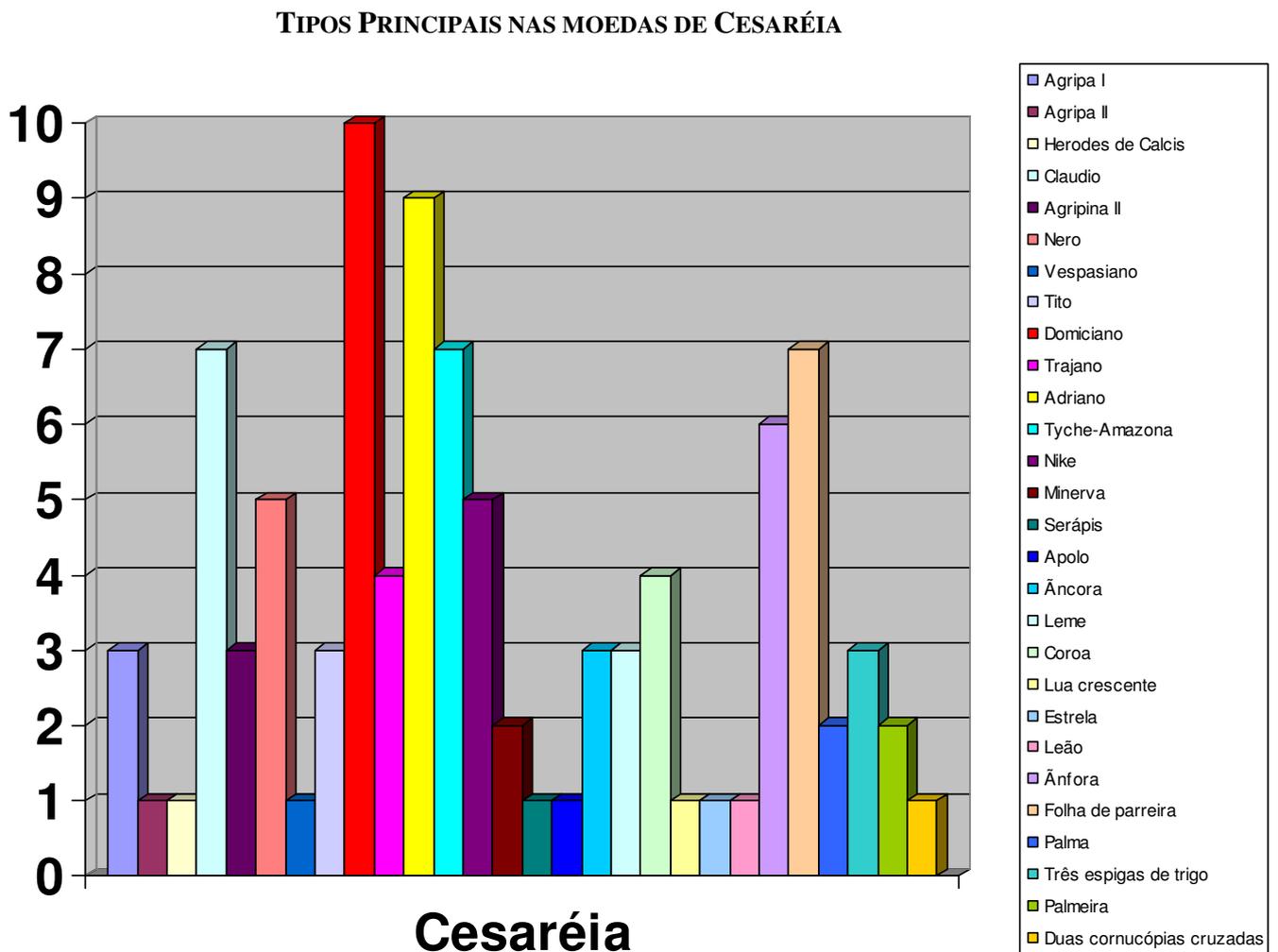


Fig. 25

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE CESARÉIA

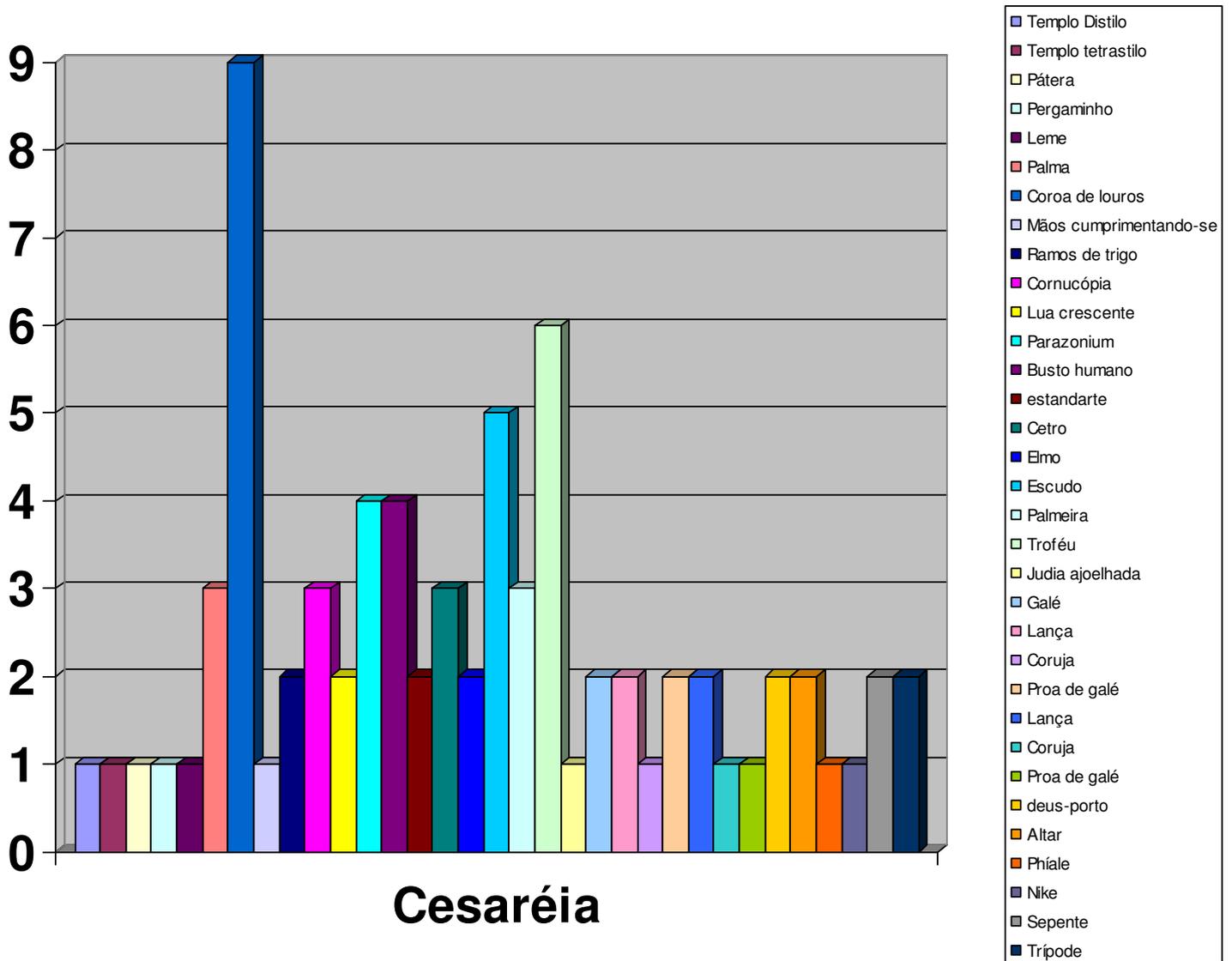


Fig. 26

Podemos ver pelo gráfico dos tipos principais (fig.25) que as representações que se destacam são as representações do imperador Domiciano em primeiro lugar, Adriano em segundo e Cláudio em terceiro. O gráfico dos tipos secundários (fig. 26) apresenta muitos atributos das divindades e símbolos culturais, símbolos relativos à guerra e símbolos marítimos.

Como Cesaréia Marítima foi uma colônia romana, suas moedas caracterizavam de forma acentuada sua ligação com Roma e seus cidadãos. Essa cidade estava entre as poucas que em algum determinado momento obteve o direito de emitir moedas de prata. Tal concessão foi recebida à época de Caracala, Macrino e Diadúmeno. A marca de emissão dessas moedas é uma tocha e uma serpente. Essa marca de emissão é muito comum nas moedas de bronze de Cesaréia Marítima, e possivelmente estão relacionadas com o culto local central, a tríade: Tyche, Dioniso e Deméter. O gráfico dos tipos secundários acima (fig. 26) nos mostra duas ocorrências de serpente nas moedas enquadradas em nosso período, na moeda 87 e na moeda 89, ambas cunhadas sob Adriano.

As moedas 54 e 57 de nosso repertório apresentam duas formas interessantes de representação da relação que Agripa I estabelecia com o Imperador Romano, Cláudio. Ao observarmos o gráfico de tipos principais (fig. 25) vemos que Cláudio é representado com relevância e que Agripa I foi quem mais o representou.

A moeda 57 provoca menos discussão. No anverso apresenta a representação de Agripa I, à esquerda e seu irmão Herodes de Cálcis, à direita, coroando o imperador Cláudio, que está em pé, com toga, no centro. Trata-se da representação da cerimônia de coroação do Imperador Cláudio pelos irmãos Agripa e Herodes. Assim como eram amigos de infância de Calígula (Cf. página 59), Agripa e Herodes também foram amigos de Cláudio na juventude. Podemos nos alicerçar em uma citação de Flávio Josefo (*JOSEFO Ant.*, XIX, 274-279) para sustentar que o conjunto iconográfico em questão realmente se trata da cerimônia de coroação de Cláudio (MESHORER, 2001, 100-101). O reverso da moeda completa o quadro. No centro está um par de mãos se cumprimentando, simbolizando a fraternidade romana e um tratado de amizade. Em volta dessa representação aparece uma longa inscrição: ΟΡΚΙΑ ΒΑΣΙΛΕΥΣ ΜΕ ΑΓΡΗΠΠΙΑ ΠΡΟΣΕΒ ΚΑΙΣΑΡ [Α Κ] ΣΥΝΚΛΗΤΟΝ Κ ΔΗΜΟ ΡΟΜ ΦΙΛΙ Κ ΣΥ[NM]ΑΧΙ ΑΥΤ, que significa: “aliança entre o rei Agripa e César Augusto (Cláudio), o Senado e o povo de Roma, fraternidade e ajuda mútua”. Esse é um exemplo de como as representações iconográficas de anverso e reverso, mais a inscrição, mais a fonte histórica contribuem para a construção de um momento histórico importante.

A moeda 54 também tem um significado parecido, entretanto, muitos numismatas encontraram bastante dificuldade em interpretar a complexa cena que aparece sobre essa moeda. Devido à má qualidade das poucas moedas com esse conjunto iconográfico, foi necessário combinar todas elas para efetuar a sua reconstrução e interpretação. A. Burnett,

propõe seis possibilidades a se considerar para sua análise: 1) trata-se de uma cerimônia no Templo de Marna em Gaza; 2) trata-se da coroação de Agripa por Cláudio; 3) trata-se de uma cena em um templo romano, com duas figuras oferecendo sacrifícios sobre um altar e um participante segurando um objeto não identificável (uma oferenda em ocasião da vitória sobre Caracatus, o Bretão); 4) uma cena no Templo em Cesaréia, com o Imperador (à esquerda) e Vitória (à direita); a figura ajoelhada simboliza a rendição do Bretão e no fundo do campo, aparece a parte superior de um deus, em pé sobre um pedestal; 5) duas cenas: Calígula estendendo uma grinalda para Agripa, e Agripa sendo coroado por Cláudio; 6) uma cópia do sestércio de Calígula caracterizando o Templo do Augusto Divino. Burnett foi, por eliminação, diminuindo as possibilidades, pois todas essas hipóteses não eram convincentes o suficiente para sustentar tal suposição para o conjunto iconográfico. Para Burnett, a interpretação mais convincente era de que se tratava da cerimônia de consagração do tratado de Agripa com Cláudio no Templo de Júpiter, no Capitólio. Burnett cita Suetônio que descreve tal cerimônia e adiciona que ela envolveu a assinatura de um documento e o abate de um porco, como pode ser observado na moeda (BURNETT, 1987, p. 26-29). A figura ajoelhada ao fundo aparece para sacrificar um porco. A meia-figura que aparece no centro, na opinião de Burnett, segura um tablete quadrado, no qual o acordo será escrito, este sendo o foco da cerimônia. Para sustentar essa idéia do abate do porco e da assinatura de um edito por Cláudio Burnett cita Josefo (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, II, 216; BURNETT, 1987, p. 28).

Mesmo com toda essa argumentação de Burnett, Meshorer não se diz convencido de que possa ser essa a leitura da imagem, pois, segundo ele, é difícil acreditar que Agripa representaria em sua moeda uma cerimônia envolvendo o sacrifício de um porco. Todavia, esse autor se diz impotente para oferecer uma argumentação melhor MESHORER, 2001, 98).

Meshorer e A. Stein chamam nossa atenção para a inscrição dessa moeda: BACIAEYC MAΓAC AΓPIΠΠIAC ΦIΛOKAIICAP, que significa: “o grande rei Agripa, amigo de César”. Segundo esses autores colocar o título de rei nas moedas das províncias do Oriente não era novidade, todavia, parece que ao adicionar a palavra “grande” Agripa reforça sua boa relação com Cláudio (MESHORER, 2001, p. 99; STEIN, 1990, p.147). Meshorer finaliza dizendo que não há dúvida de que Agripa alcançou um mais elevado status nos dias de Cláudio, e essa expressão “grande amigo” ecoou por todos os territórios que foram adicionados a seus domínios. Seu irmão Herodes, rei Cálcis também é reconhecido como “amigo de Cláudio” sobre suas moedas, contudo, sem o título “grande amigo” (MESHORER, 2001, p. 99).

DORA

A penúltima cidade apontada em nosso quadro dos tipos monetários das cidades litorâneas que produziram moedas na Judéia/Palestina é Dora (fig 15). Essa cidade foi uma antiga cidade portuária mencionada já no século XII a.C. na história de Wenamun, um oficial egípcio que foi enviado para uma missão à Síria pelo faraó, pois a cidade caiu nas mãos dos filisteus (HENDIN, 2001, p. 367; MESHORER, 1985, p. 16). Dora tornou-se uma colônia de Sidon no período persa, e durante o início do período helenístico ela se constituiu numa fortaleza real dos Ptolomeus. Ptolomeu V (205 a 180 a.C.) emitiu uma larga quantidade de moedas de prata na cidade⁶⁷. Dora estava fora dos limites da Judéia até ser anexada por Alexandre Janeu, que a adquiriu não por guerra, mas por negociação (HENDIN, 2001, p. 367). Pompeu re-fundou a cidade nos anos 63-61 a.C. e foi a única entre as cidades do oeste da Judéia/Palestina que já no primeiro ano após sua fundação, começou a produzir moedas de várias denominações, todas com a inscrição: ano 1 (moeda 103). Dora, aparentemente permaneceu livre sob os governantes herodianos até que ela foi anexada à província da Fenícia no século II d.C. Produziram-se moedas em Dora de 63 a.C. até o reino de Caracala (198-217 d.C.).

O nome da cidade faz uma referência a Doros, um deus marítimo, filhos de Posidão (moedas 105, 108 e 112). Conseqüentemente, o culto do legendário fundador, Doros, tornou-se o culto central da cidade nos períodos helenístico e romano (MESHORER, 1985, p. 16; HENDIN, 2001, p. 368).

Dora tinha um porto muito grande e bastante ativo durante todo o período em questão. Esse porto proporcionou a Dora além da circulação de muitas pessoas, a circulação de muitas riquezas. Até a construção do porto de Cesaréia, o porto de Dora se constituía num dos mais importantes portos da região. Muitos símbolos marítimos presentes em suas moedas evidenciam a importância dessa cidade para todos aqueles governantes que controlaram a região. A grandeza dessa cidade portuária foi expressa por seus símbolos marítimos, mas também, pelos títulos que a cidade obteve. A moeda 108 de nosso repertório, além de apresentar os já conhecidos títulos: ΔΩΡ/IEP ACYΛ AYTON, POE, que significa: “[do povo

⁶⁷ Essas moedas emitidas pelos reis Ptolomeus não foram inseridas em nosso repertório por não fazer parte do recorte cronológico por nós estabelecido.

de] Dora Santa, cidade de Asylum, autônoma”, traz também uma inscrição importante acima da cabeça de Doros, que diz: NAYAPXIS, que significa: “governante do mar”. Este título extremamente raro é conhecido somente em algumas cidades portuárias reconhecidas por sua importância econômica: Trípoli e Sidon, na Fenícia.

Iniciemos nossas observações sobre os gráficos dos tipos principais e secundários da cidade de Dora (figuras 27 e 28).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE DORA

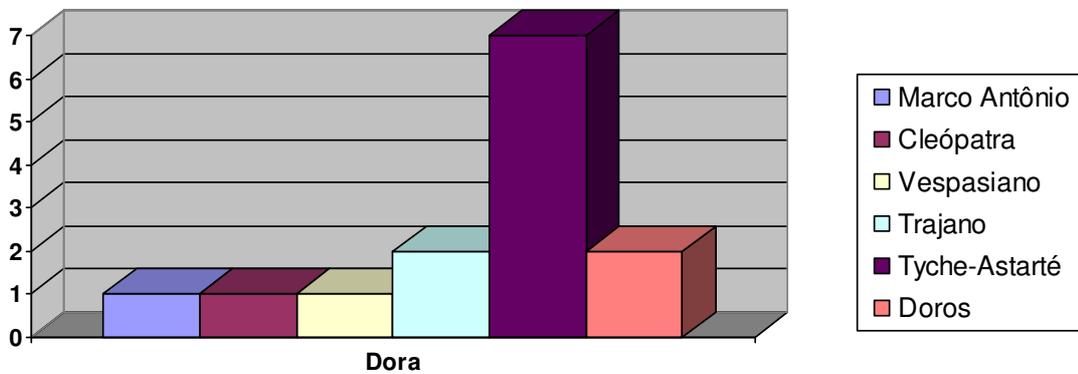


Fig. 27

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE DORA

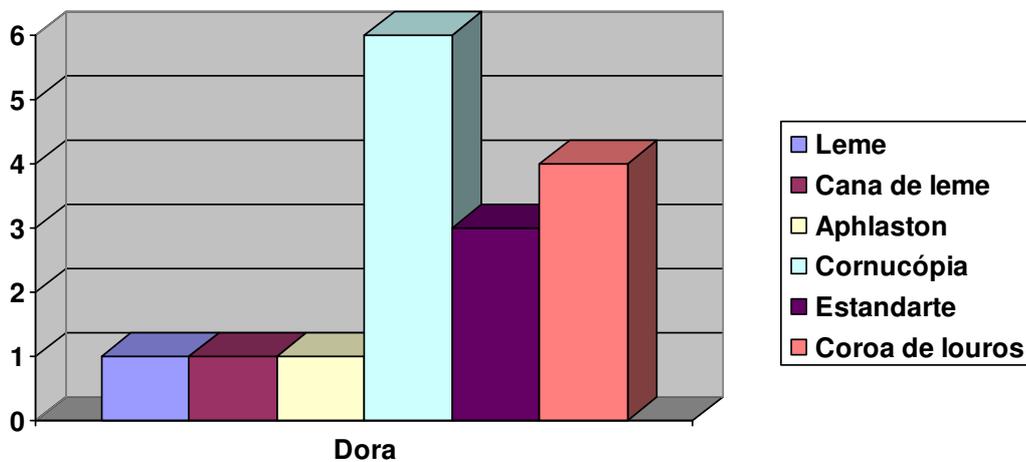


Fig. 28

Como ocorre com muitas das cidades, em Dora, Tyche também é a divindade que mais aparece em seus tipos principais. Em segundo lugar na preferência das autoridades emissoras de Dora aparece a representação de Doros. Como dissemos anteriormente Doros é o herói epônimo da cidade e seu culto era o principal do período helenístico ao período romano. De acordo com D. Hendin, Stéfano de Bizâncio, provavelmente pelo século V d.C. escreveu sobre Doros e a fundação de Dora:

Próximo a Cesaréia encontra-se Dora, uma cidade muito pequena habitada por fenícios. Estabeleceram-se aqui, em praias de natureza um tanto rochosas, e com abundância de peixes roxos. Quando seu negócio prosperou, talharam a rocha, e fizeram um porto com um ancoradouro bom e com segurança. Eles chamaram o lugar pelo seu nome nativo *Dor*. Mas, os gregos chamaram-na Dora por lhes soar melhor aos ouvidos. E alguns deram a indicação de que Doros, o filho de Posidão, era seu fundador (STÉFANO DE BIZÂNCIO *apud* HENDIN, 2001, p. 368).

Essa vocação marítima de Dora descrita na citação acima também está presente nas moedas de Dora de forma bastante acentuada. O gráfico de tipos secundários (fig. 28) apresenta vários objetos que estão relacionados com a atividade marítima de Dora. Estão entre eles o leme, o *aphlaston*, e uma novidade entre os tipos marítimos representados nas moedas, a cana de leme, que é uma peça que comanda o leme, podendo ter o formato delgado (barcos pequenos) ou de roda (chamada de roda de leme).

Como vimos, esses símbolos marítimos revelam a importância da atividade econômica da cidade relacionada ao mar, principalmente pela importância de seu porto.

GAZA

A última cidade costeira elencada pela figura 15 é Gaza. Essa cidade relativamente grande, possuía um importante porto que desde tempos antigos, adquiriu o status de ter um poder marítimo internacional. Foi a primeira cidade a bater moedas na Judéia /Palestina, tendo

iniciado sua cunhagem por volta de 400 a.C. (STAHL, 1986, p. 35). A princípio eram moedas de prata que procuravam imitar as moedas gregas. Depois, as dinastias de Gaza começaram a emitir moedas que representavam símbolos associados a seus cultos locais (HENDIN, 2001, p. 374). A grande diversidade de cultos na região está associada a uma influência dos vários grupos étnicos orientais que habitavam a cidade como egípcios, fenícios, gregos, cipriotas e outros.

A partir da segunda metade do século II a.C. em diante, começaram a ser batidas em Gaza, contando o ano de fundação da cidade com a data da presença Selêucida, moedas autônomas com a inscrição: ΔΗΜΟΥΥΚ / ΓΑΙΑΙ / ΩΝ Ε ΞΡ, que significa: “Do povo, os quais estão em Gaza” (moeda 113). Essa interessante alternativa testifica os especiais direitos civis adquiridos pelos habitantes da cidade (MESHORER, 1985, p. 29). Lembremos que o “povo” em questão diz respeito a uma pequena elite da cidade que nesse dado momento teve o privilégio de adicionar essa legenda em suas moedas. Depois da conquista de Pompeu, uma nova data de fundação foi considerada para as emissões de Gaza, embora as primeiras moedas com essa nova data de fundação tenha sido cunhada mais adiante por Augusto.

Daí em diante Gaza emitiu uma quantidade elevada de moedas, principalmente entre os séculos II e III d.C. As moedas de Gaza do período de Adriano referem-se a uma ocorrência histórica. Adriano visitou a Judéia/Palestina em 130 d.C., e em homenagem a esse evento, moedas de bronze foram batidas em Roma mostrando a Judéia como uma mulher recebendo o imperador e contendo a inscrição ADVENTVI IVDAEAE (“a visita na Judéia”). Adriano chegou na Judéia pelo porto de Gaza, e esse evento marcou a cidade a ponto de suas moedas, a partir de então, apresentarem uma nova data de fundação: a partir do ano da visita de Adriano na região⁶⁸. A esse exemplo destacamos as moedas 119 a 123 de nosso repertório.

Gaza é a última cidade litorânea que emitiu moedas dentro do período estabelecido por nossa pesquisa. Os dois gráficos abaixo (figuras 29 e 30) mostram as principais características dos tipos iconográficos principais e secundários das moedas emitidas pelas autoridades de Gaza.

Os elementos presentes nas moedas são uma mistura das várias culturas que se estabeleceram na cidade, de modo que podemos encontrar representados nas moedas de Gaza os leões das moedas sidonianas, os golfinhos das moedas de Tiro, o ramo de oliva das moedas atenienses, assim como a cabeça de Atena barbada, que foi transformada em uma divindade oriental (MESHORER, 1985, p. 29). Essa divindade possivelmente seja Marnas, o deus

⁶⁸ Para aprofundar as implicações da visita de Adriano na produção monetária da região, ver A. STEIN, 1990, p. 182-205.

patrono da cidade cujo símbolo é 𐤌 (a letra inicial de seu nome fenício *mem*). Essa letra pode ser considerada a marca da emissão da cidade. Em todas as moedas elencadas por nosso repertório, desde as primeiras de meados do século II a.C., ainda no momento pré-imperial, até as moedas de Adriano, pode ser observado o símbolo de Marnas.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE GAZA

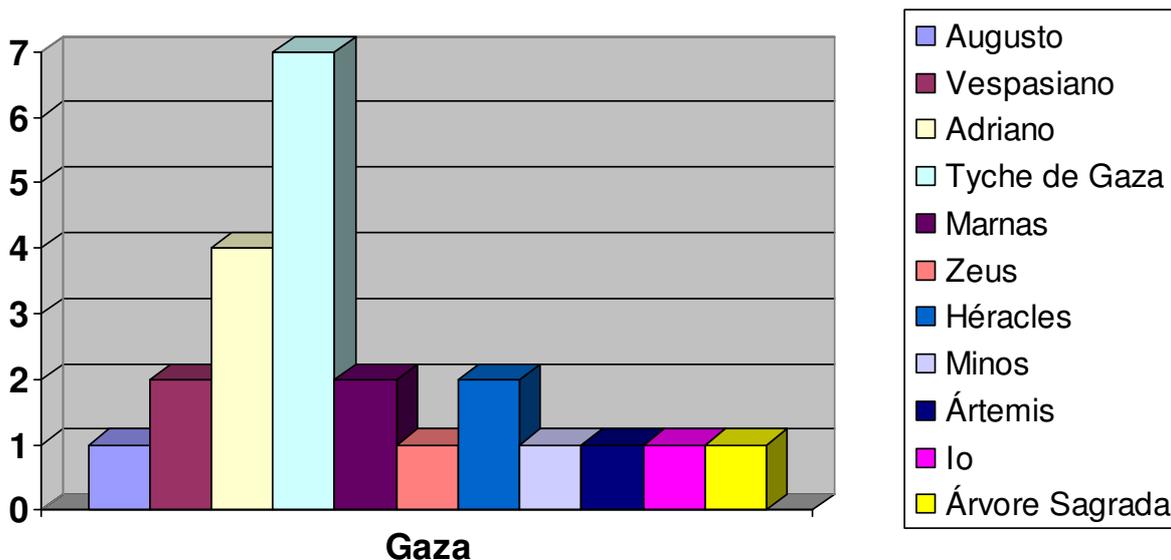


Fig. 29

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE GAZA

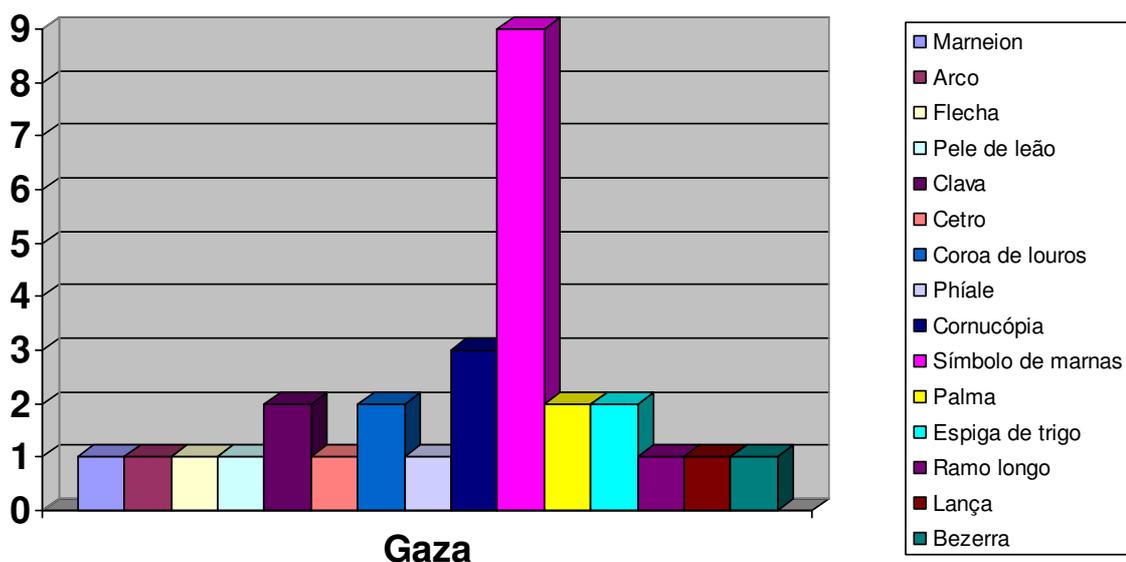


Fig. 30

Ao observarmos o gráfico dos tipos principais de Gaza (fig. 29) notamos que Tyche é o tipo mais representado. Tyche e suas variantes serão discutidas mais à frente. Além de Tyche muitas outras divindades são representadas. O já mencionado Marnas, Zeus - que muitas vezes tem seu culto associado a Marnas -, Héracles, Minos, Ártemis, Io e a árvore sagrada. Os tipos secundários das moedas de Gaza estão diretamente associados com os cultos locais da cidade. O mais abundante nos tipos monetários é o culto do deus greco-micênico Minos, que é representado em pé, segurando uma lança em uma das mãos, e um longo ramo na outra mão (moeda 119). Seu nome MEINOS, é inscrito próximo a ele. Uma árvore é representada sobre o reverso dessa mesma moeda (em moedas de outros períodos que não dentro de nosso recorte, ela é representada ao lado de Minos). De acordo com A. Stein e trata-se provavelmente de uma árvore sagrada, como aquelas adoradas em vários cultos antigos, alguns dos quais foram também praticados na ilha de Creta⁶⁹ (STEIN, 1990, p. 221).

A ligação entre Gaza e Creta era bastante forte e Stéfano de Bizâncio atesta que a cidade de Gaza era chamada Minoa (STÉFANO DE BIZÂNCIO *apud* BURNETT, 1987, p. 27). A origem dessa relação entre as duas cidades naturalmente recua até o início da história de Gaza, quando o “os povos do mar”, incluindo os filisteus, assentaram-se ali, alguns podem ter vindo de Creta, observando-se os achados arqueológicos daqueles primeiros tempos de Gaza (MESHORER, 1985, p. 29). As moedas que apresentam essa associação continuam até o final do período romano.

Outra divindade importante que já mencionamos, é Marnas (Marna nosso senhor), a divindade principal da cidade. Sobre as primeiras moedas ele é representado como Zeus (moeda 113). A partir de Adriano em diante Marnas é apresentado como um jovem nu, em pé, dentro e um templo, o *marneion*, e está olhando para Ártemis (moeda 122). Ambos estão segurando armas para caça. MAPNAS, o nome do deus, é adicionado sobre esse tipo para o nome da cidade de Gaza e a data, talvez porque aqueles que bateram as moedas queriam deixar evidente que sua identidade deveria estar clara, a despeito da mudança em relação a sua representação anterior. A partir desse momento ele passou a ser representado como um senhor maduro, barbado. Na mitologia cretense, Ártemis é associada a Britomartis, a consorte de Minos. Conseqüentemente, talvez a figura mostrada ao lado dela no templo seja a de

⁶⁹ Para aprofundar a discussão sobre a importância da árvore sagrada na Creta pré-histórica ver W. Burkert *Religião grega na época arcaica e clássica*. Lisboa, Edição Carlouste Gulbenkian, 1993.

Minos, que foi identificado no século II d.C. com Marnas, e tornou-se a divindade central no culto de Gaza.

Héracles é outra figura que foi bastante representada nas moedas de Gaza. Ele é normalmente representado nu, em pé e apoiando-se em sua clava (moeda 118). De acordo com Meshorer esse provavelmente não seja Héracles efetivamente, mas sim seu filho Azon cujo culto em Gaza era bastante recorrente. Gaza foi nomeada nos primeiros tempos como a cidade de “Azon, o filho de Héracles” (MESHORER, 1985, p. 29).

Outra divindade feminina que é representada sobre as moedas de Gaza é Io. Seu nome ΕΙΩ normalmente é inscrito próximo a sua figura. Ela é identificada com Tyche, a deusa da cidade. Algumas vezes ela é representada como uma bezerra (moeda 120), de acordo com o mito em que Zeus se perdeu de amores por Io, a ninfa cretense, e transformou-a em uma bezerra para evitar que Hera desconfiasse de seu novo romance⁷⁰. O culto de Io em Gaza talvez esteja ligado a uma tradição na qual ela tenha visitado Gaza (de acordo com outra tradição Jope) em seu caminho para o Egito (moeda 123).

⁷⁰ Sobre os mitos relacionados à Io e as fontes que os apresentam, ver P. Grimal *Dicionário de Mitologia Grega*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997

CIDADES DO INTERIOR

JERUSALÉM:	<ul style="list-style-type: none"> HASMONÉIA / AUTÔNOMA : 17 HERODIANA / PRÉ-IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 14 PROCURADORES ROMANOS : 16 1ª REVOLTA / “NACIONALISTA” : 12 2ª REVOLTA/ “NACIONALISTA” : 36 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA (AELIA CAPITOLINA) : 9
CITÓPOLIS:	<ul style="list-style-type: none"> IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 1 IMPERIAL GRAGA / AUTÔNOMA : 1
GABA:	<ul style="list-style-type: none"> IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 3 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 5
GAMALA:	1ª REVOLTA / “NACIONALISTA” : 1
MARISA:	PRÉ-IMPERIAL / PSEUDO- AUTÔNOMA : 2
NEÁPOLIS:	IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 5
SEBASTE:	<ul style="list-style-type: none"> HERODIANA / IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 4 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 5
SÉFORIS:	<ul style="list-style-type: none"> HERODIANA / PROVINCIAL : 2 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 4
TIBERÍADES:	<ul style="list-style-type: none"> HERODIANA / IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA : 11 HERODIANA / IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 1 HERODIANA / PROVINCIAL : 1 IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA : 8

Fig. 31

JERUSALÉM

Como podemos observar pelo quadro das moedas das cidades do interior apresentado acima a cidade de Jerusalém combinou em suas emissões 17 tipos autônomos produzidos pelos reis hasmoneus, 14 emissões pré-imperiais gregas, de caráter pseudo-autônomo, produzidas pelos herodianos, 16 moedas produzidas pelos procuradores, 49 somadas as moedas da Primeira e da Segunda revolta dos judeus contra os romanos, e como Colônia Aelia Capitolina, sob Adriano, foram batidas moedas com 8 tipos icnográficos diferentes.

Os Hasmoneus, como vimos anteriormente, produziram moedas de bronze, batidas em Jerusalém, com inscrições em hebraico e grego, começando com Alexandre Janeu (103-76 a.C.). As moedas dos hasmoneus são notáveis por seus textos longos, destacam-se as legendas em páleo-hebraico, que significa: “Yehohanan o sumo sacerdote e conselho dos judeus” (moeda 124), “Yehohanan o sumo sacerdote e conselho dos judeus” (moeda 125), e “Yehohanan o sumo sacerdote, cabeça do Conselho dos judeus” (moeda 126). As moedas dos hasmoneus são por nós consideradas autônomas por se oporem às emissões “nacionais” dos reis Selêucidas.

Os tipos representados em uma moeda especial desse período chamam atenção. Trata-se da moeda 129 de nosso repertório. Durante o século II a.C. as moedas dos reis Selêucidas eram dominantes nos mercados da Judéia/Palestina. Essas moedas foram batidas em prata e bronze nas principais oficinas do reino Selêucida. Muitas moedas que foram encontradas na região são originárias da Antioquia, de Acco e Tiro, assim como de Jerusalém. Elas trazem em seu reverso um lírio e sobre o anverso uma âncora com uma inscrição em grego: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ANTIOXOY EYEPΓETOY, que significa: “do rei Antíoco euergetes, o benfeitor”.

A raridade desta moeda está ligada à sua produção. Existe consenso entre os estudiosos de que ela foi batida em Jerusalém. Este fato merece consideração, pois que aqui estamos nos deparando com uma moeda que foi produzida em nome do rei Selêucida Antíoco VII em Jerusalém, capital de João Hircano I e durante o seu governo (ele tornou-se sumo sacerdote em 135 a.C.); para entender o significado deste fenômeno, devemos examinar a natureza dos relacionamentos entre João Hircano I e o rei Selêucida Antíoco VII. De acordo com Flávio Josefo, Antíoco atacou Jerusalém no primeiro ano de governo de Hircano I. Ele conquistou e devastou o território, e finalmente cercou Jerusalém que terminou com amargo

acordo de rendição que também determinava a destruição dos muros da cidade. Posteriormente, seguindo o acordo que incluía o pagamento de uma indenização, algumas cidades capturadas por Antíoco VII foram devolvidas a Hircano I (talvez sob pressão de Roma, que se interessou pela questão a partir do momento em que Hircano estabeleceu contato com eles). Nos anos 131-130 a.C., durante os quais as moedas de Jerusalém foram batidas em nome de Antíoco VII, as relações entre o rei Selêucida e o sumo sacerdote estavam mais amistosas. A produção destas moedas pode ser explicada como sendo um gesto conciliatório de Antíoco VII para com os judeus (e assim o lírio, e não sua cabeça, está sobre elas), ou como moedas produzidas por João Hircano I, em honra ao rei Selêucida, como um ato de boa vontade e conciliação. É interessante perceber que esse tipo de relacionamento das lideranças judaicas com as Selêucidas já são um prenúncio dos entendimentos entre judeus e romanos que estariam por se configurar.

Pelo quadro, pode-se perceber que há uma certa uniformidade para a distribuição dos tipos monetários entre os hasmoneus, herodianos, vistos acima, como para as emissões dos procuradores, das duas revoltas dos judeus e em menor quantidade as emitidas sob Adriano, quando Jerusalém já se convertera em colônia Aelia Capitolina.

Abaixo analisaremos alguns tipos principais e secundários das moedas produzidas em Jerusalém à luz das informações emitidas pelos gráficos dos tipos principais e secundários da cidade.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE JERUSALÉM

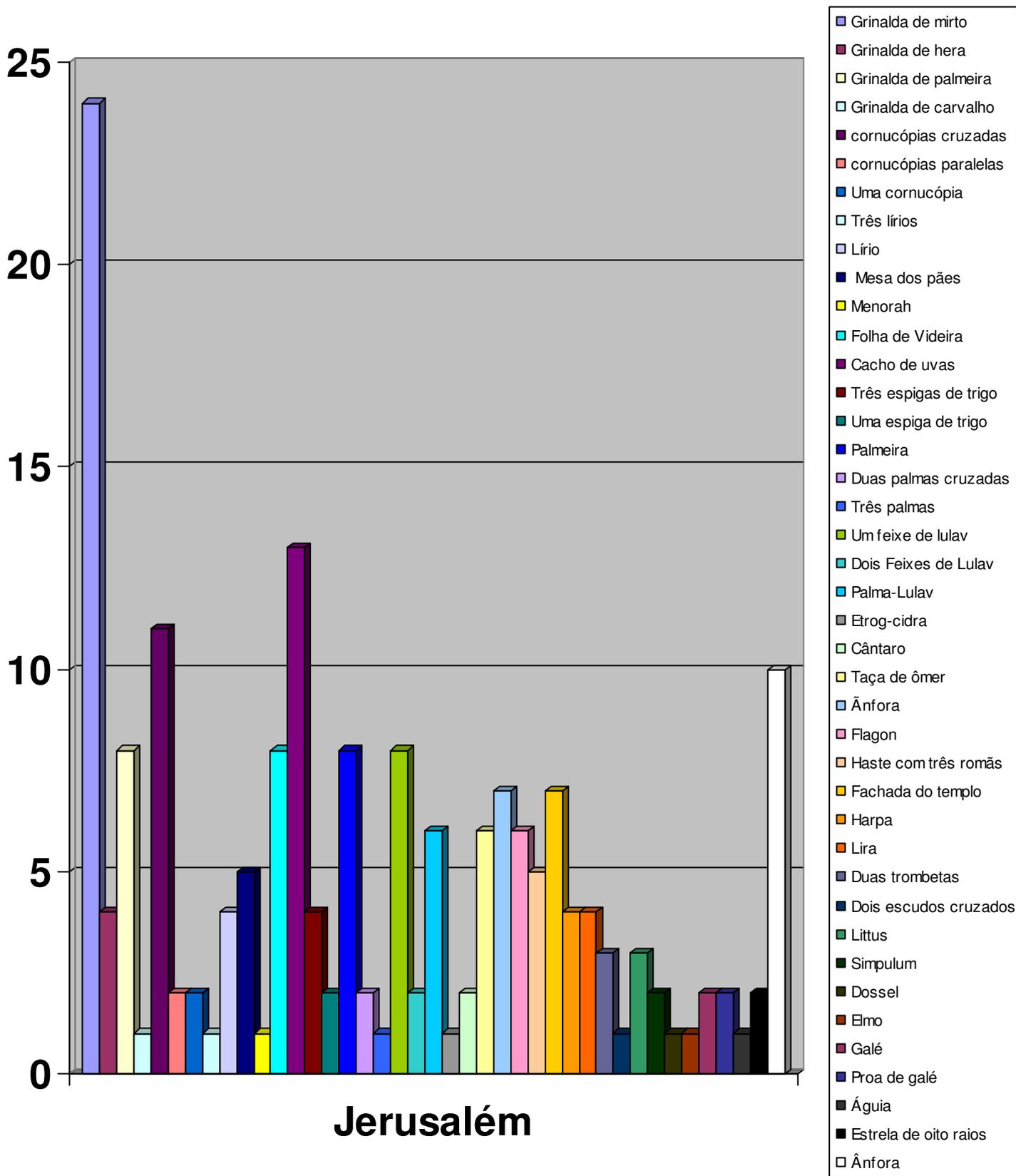


Fig. 32

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE JERUSALÉM

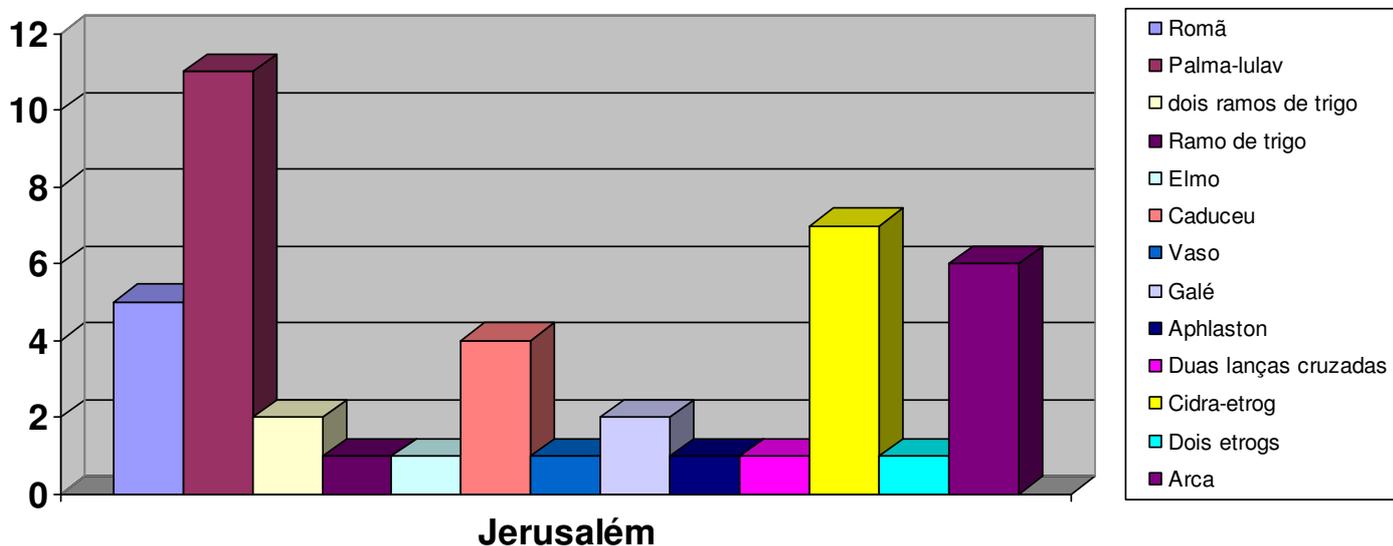


Fig. 33

As emissões de Jerusalém caracterizam-se por possuir muitos símbolos entendidos como judaicos. Ao observarmos tanto o gráfico dos tipos principais da cidade quanto o gráfico dos tipos secundários, percebemos que dos 41 tipos principais destacados somente seis estão entre os não judaicos: o *lituus*, o *simpulum*, o elmo, a galé, a proa e a águia. Optamos por fazer uma análise representativa dos principais símbolos judaicos nas emissões de períodos mais recuados até o momento de dominação efetiva dos romanos. Propomo-nos aqui em realizar um caminho histórico dos tipos judaicos da região de Jerusalém e, neste contexto, procurar explicar o aparecimento e desenvolvimento do lírio, da uva e da palmeira na iconografia das moedas emitidas por essa cidade. Nesse sentido, a primeira questão que se apresenta é a substituição da folha de oliveira pelo lírio.

Como dissemos na nota 56, as moedas produzidas na satrapia da Judéia recebiam o nome *Yehud* pelo fato de possuírem uma inscrição paleo-hebraica YHD. “YHD” era então o título oficial do reino de Judá sob o governo Persa. Contudo, este título além de ser considerado para a província propriamente dita também deve ser aplicado para sua capital,

Jerusalém. Assim, por extensão as moedas de Judá ou Jerusalém eram automaticamente associadas à sua cidade emissora.

Além da bíblia, os papiros descobertos no assentamento judaico de Elefantina, no Egito, também fazem referência ao nome *Yehud* como nome da satrapia de Judá durante o período de dominação persa. Existem numerosos e bem conhecidos selos de impressão sobre alças de jarros do período persa, os quais apresentam não só o nome “YHD”, mas também o nome pessoal dos sátrapas da província judaica.



Fig. 34 - Selo de impressão em alça de jarro: YHD. Cf. MESHORER, 2001, p. 7.

Ao lado das citadas moedas de ouro cunhadas pelo imperador persa (depois de 517 a.C.), na Judéia corriam as moedas de prata de Atenas, como demonstraram descobertas arqueológicas (KANAEEL, 1963, p. 39-40). Durante os séculos V e IV a.C. as moedas atenienses dominaram o comércio internacional e como não poderia deixar de ser, circulava, amplamente por toda a Judéia/Palestina, enquanto os shekels de prata, cunhados na Pérsia, tinham importância secundária.



Fig. 35 - Moeda Ateniense do século V a.C. Cf. C. KRAY, 1976, p. 355 (x4).

Aos poucos as produções monetárias do mundo antigo começaram a copiar os desenhos dessas moedas gregas. Foi o caso das cidades da Ásia Menor, Egito, Fenícia, Mesopotâmia e Sul da Arábia, assim como algumas produções da Judéia como aquelas de Gaza, Ascalon, Samaria e também as cunhagens de Jerusalém. A cabeça de Atena e a coruja que era sagrada para a deusa (e para a cidade de Atenas), tornaram-se assim um motivo reconhecido que foi copiado a fim de garantir uma aceitabilidade de uma nova moeda no mercado monetário.

O tipo representado na moeda a seguir foi aparentemente o primeiro de uma série de cópias, que reproduziram fielmente as moedas atenienses – exceto pela fineza artística das originais gregas. A única diferença está na inscrição. As três letras gregas ΑΘΕ (Atenas) foram substituídas pelas letras páleo-hebraicas (YHD). Nas próximas cunhagens a cabeça da deusa Atena ainda aparece sobre o anverso, mas o estilo é mais oriental. Uma mudança importante – e quase imperceptível – é notada sobre o reverso: a folha de oliveira foi trocada por uma flor de lírio. Não só a inscrição com o nome da cidade foram substituídos, mas também a planta que simboliza esta cidade grega foi trocada por uma que simboliza Jerusalém.



Fig. 36 - Atena em estilo oriental - flor de lírio Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 277. (x5).

Existe um significado local para entender a substituição da folha de oliveira pelo lírio. Além disso, essa flor (lírio) aparece como imagem principal de outras moedas *Yehud*. São inúmeras as menções do lírio, na Bíblia, na Mishna e na literatura antiga relacionando o lírio a um contexto religioso, presente nos templos por ocasião dos rituais de sacrifício. Os capitéis sobre as colunas erguidas na fachada do templo construído pelo rei Salomão eram esculpidos em forma de lírios: “os capitéis que sobremontavam as colunas no pórtico, tinham a forma de lírios” (1Reis 7: 19). A carta de Aristeas, que relata o tempo de Ptolomeu II, Filadelfo (e foi escrita uma ou duas gerações depois, entre 260 e 261 a.C.), nos informa sobre os utensílios doados ao templo por seu rei incluindo a mesa de ouro sobre a qual se colocavam os pães de proposição e que possuía pernas em estilo de lírios (Aristeas 68 e 75).

Foram encontrados muitos capitéis em estilo de lírio, construídos pelos reis de Israel e Judá, em escavações importantes do período do primeiro Templo, como em Hazor, Megido, Samaria e Jerusalém. Um dos mais belos exemplos de capitéis em forma de lírio foi revelado pelas escavações em Ramat Rahel, onde eles aparentemente suportavam a base de um palácio do tempo do reinado de Judá.



Fig. 37 - Capitel em estilo de lírio de Ramat Rahel



Fig. 38 - Marfim esculpido caracterizando uma mulher sobre uma base com colunas e capitéis em forma de lírio

Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 8-9.

Tudo isso nos leva a concluir que, durante o período do Primeiro Templo, não somente o templo, mas também construções públicas e palácios reais na Judéia foram adornados com capitéis em forma de lírio. Essa é aparentemente a razão pela qual a representação dos lírios começou a simbolizar o reino de Judá, e não nos surpreende vê-los representados em dois selos de seus altos oficiais. Neriyahu e Pedayahu que criaram o título “filho do rei”.



Fig. 39 - Selo de Pedayahu “filho do rei”. Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 10.

Este motivo continuou popular durante o período do Segundo Templo. Nos dias dos Hasmoneus, o lírio foi um símbolo proeminente da arte judaica. Este símbolo pode ser visto nas moedas produzidas por João Hircano I e por Alexandre Janeu. Durante os dois séculos que precedem a destruição do Segundo Templo, o lírio aparece como um adorno dominante sobre as fundações arquitetônicas, jóias, moedas e particularmente sobre os sarcófagos judeus.

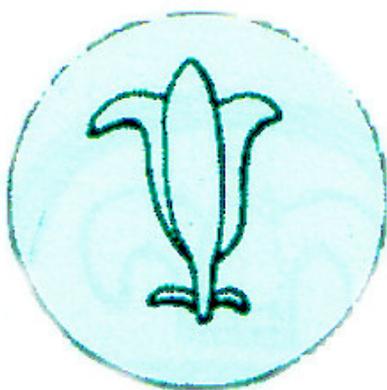


Fig. 40 - Lírio sobre um anel de Jerusalém do século II a.C.



Fig. 41 - Lírio em um sarcófago de Jerusalém.

Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 9-10.

De acordo com Meshorer, parece que com a ascensão do Cristianismo o lírio como um motivo decorativo vai perdendo sua força gradativamente entre os judeus. Ele ainda aparece como símbolo judaico nas moedas dos procuradores romanos da Judéia e também sobre as lamparinas. É interessante notar que os lírios esculpidos sobre as colunas de mármore da sinagoga de Susiya foram depois obliterados, provavelmente durante o período em que esta flor já tinha ganhado maior significado entre os cristãos. A evidência arqueológica nos ensina que o desaparecimento gradual do lírio da arte judaica estava diretamente relacionado com sua crescente popularidade na arte cristã, e nós podemos verificar isso marcadamente na maioria das igrejas bizantinas de Israel. De acordo com Meshorer, a importância do lírio para

o Cristianismo está aparentemente conectada com o fato de que esta flor estava sendo segurada pelo anjo que anunciou o nascimento de Jesus e porque as três pétalas simbolizariam a Santíssima Trindade (MESHORER, 2001, p. 9).

Nas moedas de João Hircano I, o lírio é visto com suas três pétalas abertas entre dois ramos de trigo. Sobre as moedas de Alexandre Janeu, o lírio aparece como uma flor com três pétalas abertas e longas. Semelhantes àquelas moedas Yehud. Nós podemos notar, pela insistente representação nas moedas, que o lírio era muito popular no século I a.C., e que, não obstante, sua representação aparece isoladamente ou em combinação com cornucópias sobre anéis e gemas encontradas em Jerusalém.

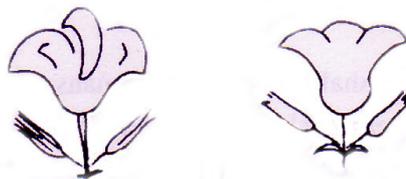


Fig. 42 - O Lírio nas moedas de João Hircano I



Fig. 43 - O Lírio nas moedas de Antíoco VII



Fig. 44 - O Lírio nas moedas de Alexandre Janeu

Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 34-35.

O lírio aparece representado novamente sobre as moedas produzidas na Judéia somente no período em que Roma já é senhora da região, e num momento em que os procuradores romanos governam o lugar. Os procuradores governaram a Judéia de 6 a 66

d.C., e o motivo que levou Roma a enviá-los para a região da Judéia está diretamente relacionado com a irreparável deterioração das relações entre Herodes Arquelau (um dos três filhos de Herodes, o Grande) e a população judaica, como já vimos acima. Valério Grato, que governou a região de 15 a 26 d.C. e que foi anterior ao bastante conhecido Poncius Pilatos, foi quem decidiu reintroduzir o lírio nas moedas da Judéia.

Existe uma ligação entre as atividades públicas e emissoras de Valério Grato. De acordo com Meshorer, Grato iniciou a produção de moedas imediatamente, em seu primeiro ano. Essas moedas são datadas do segundo ano do reinado do Imperador Tibério e são caracterizadas por apresentarem duas cornucópias cruzadas e palma, símbolos introduzidos no espírito romano de apaziguamento com os judeus, e talvez também em consulta às lideranças judaicas (MESHORER, 2001, p. 168-169). O símbolo judaico mais cunhado nas moedas de Valério Grato – três lírios – apareceu nas moedas produzidas em seu terceiro ano (moeda 159). Ainda Meshorer nos afirma que sua presença aqui era indubitavelmente entendida como símbolo de amizade e gratidão, e sua escolha se explica pelo fato de ser o lírio uma expressão bastante popular da arte judaica da época (MESHORER, 2001, p. 169).

Outro símbolo que se destacou nas moedas produzidas na Judéia/Palestina é a uva. Ora representada como somente uma folha da parreira, ora representada como um cacho de uvas, ou ainda ambas juntas.

Para se entender, a princípio, porque a representação desta folha diz respeito a uma folha de parreira é necessário observarmos o reverso de uma das primeiras moedas que Herodes, o Grande mandou produzir em Jerusalém (moeda 144). Trata-se da representação de uma das mesas do Templo. Essas mesas são representadas com uma base apoiada sobre três pernas curvas. As três pernas indicam tratar-se uma mesa redonda. Exemplos dessa mesa foram encontrados no estrato herodiano durante as escavações no quarteirão judeu de Jerusalém. (ANDERSON, 1995, p. 461). Sobre a mesa ficava um menorah de ouro que tinha o objetivo de mostrar a mesa dos pães da proposição (1 Crônicas 28: 16).

Sabemos que a videira é um importante componente do templo. De acordo com Flávio Josefo, quando Herodes reconstruiu o Templo, ele o adornou com motivos que representavam

a parreira: “acima da entrada aquelas videiras douradas, a partir da qual penderam os cachos de uva tão altos quanto um homem” (JOSEFO *A Guerra dos Judeus*, V, 5) e “sobre a cornija, propaga uma videira dourada com cachos de uva caindo por sobre ela” (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XV, 12). A Mishna adiciona: “Uma vinha de ouro colocada sobre a entrada do santuário; e quem quer que deseje doar ouro para o santuário, representado em forma de uma folha ou de cacho de uvas” (*Medito* 3,8 *apud* MESHORER, 2001, p. 67). A videira encontrou expressão não somente nas cerimônias de libação de vinho sobre o altar, mas também, como vimos, sobre a vinha de ouro na entrada do santuário.

Este desenho aparece depois sobre as moedas de Herodes Arquelau (moeda 153), nas moedas do procurador Valério Grato, e sobre as moedas da Revolta dos Judeus contra os romanos. A folha da parreira é bastante representada nas moedas da Primeira e da Segunda revolta dos judeus contra os romanos.

As moedas de Herodes Arquelau caracterizam-se mais costumeiramente por apresentar símbolos marítimos com âncoras ou galés. Estes símbolos vinculam-se ao porto de Cesaréia fundado por seu pai Herodes, e que também para ele possuía grande importância econômica e política dada as vantagens que ele oferecia. Estes símbolos marítimos também representam uma importante viagem que Herodes Arquelau fez para Roma, solicitando ao imperador Augusto que elevasse seu status e ampliasse seus direitos. O aparecimento da folha da parreira e do cacho de uvas quebra esta seqüência de cunhagens com símbolos marítimos.

Este não é meramente um belo desenho de uma fruta da região da Judéia/Palestina, não há dúvidas de que entre os estágios de desenvolvimento dos símbolos da arte judaica a parreira adquiriu um importante significado, pois temos um número bastante elevado de folhas de parreira e cachos de uva que aparece sobre as decorações da arte judaica do século I d.C. Como citado anteriormente, uma videira de ouro foi colocada na entrada do santuário do templo; ela motivou a representação de vinhas nas lamparinas, como decoração das fachadas de construções e sobre os sarcófagos judeus.



Fig. 45 - cachos de uvas e folhas em lamparina do século I d.C.



Fig. 46 - cacho de uvas e lírio em sarcófago de Jerusalém do em século I d.C.

Y. Meshorer, 2000, p. 18-19

Segundo Klimowsky, a partir da Guerra dos Judeus contra os romanos foi dada à uva uma maior relevância e a partir de então ela tornou-se um dos principais símbolos religiosos do judaísmo. Desde então ela tem adornado não somente anéis, mas também todo tipo de objetos decorados, como as fachadas dos túmulos judaicos, sarcófagos e ossuários, parte de construções públicas, lamparinas, entre outros (KLIMOWSKY, 1974, p. 21-21). Este símbolo aparece nas primeiras produções deste período com cálice com inscrição “Jerusalém é Santa” no anverso enquanto o reverso apresenta a folha da videira e inscrição “Liberdade de Israel” (moeda 176). Nas outras emissões do período da Guerra dos Judeus contra os romanos a folha de uva aparece com a inscrição “Liberdade de Sião” (moeda 174).

No tempo da revolta de Bar Kosiba, a videira foi representada sobre as moedas como cachos de uvas ou como a folha da videira. Ela foi também muito popular como uma decoração dos túmulos, ossuários, sarcófagos, lamparinas. Nos primeiros dias da arte judaica, nos séculos I e II d.C. a videira, juntamente com o lírio, aparece como sendo o motivo mais comum. O cacho de uvas é sempre representado aqui como um triplo cacho, e aparentemente foi aceito assim na arte judaica. Exceto por uma emissão na qual apresenta a folha da videira pentaforme e inscrição para a liberdade de Jerusalém (moeda 219).

Partindo para uma exposição da palmeira nas moedas produzidas na região da Judéia/Palestina, temos uma longa trajetória de sua representação seja como um ramo da palmeira (*lulav*), como um feixe dos ramos, seja ainda como a representação da própria árvore.



Fig. 47 - Representações da palmeira nas moedas judaicas. Cf. repertório, moedas 219, 215 e 209 (x 2).

A palma aparece pela primeira vez nas moedas da região da Judéia/Palestina nas produções de João Hircano I (moeda 125). Nós também podemos chamar o ramo de palmeira de *lulav*, embora não saibamos ao certo se os Hasmoneus pretendiam reproduzir um *lulav* (uma das quatro espécies vegetais envolvidas na festa dos tabernáculos (Sukkot), sendo as outras: o mirto, o salgueiro e a cidra) ou a representação do ramo de palmeira que penetrou na região (automaticamente influenciando o judaísmo) com o seu significado helenístico: como um símbolo da vitória (KLIMOWSKY, 1974, p. 26; MESHORER, 2001, p. 125-126). Nike, a deusa grega da vitória, segura um ramo de palmeira em suas mãos. Segundo Klimowski, a palavra “*lulav*” não era, a princípio, uma palavra hebraica que significasse “palma”, mas “fonte” ou “brotar”. Segundo esse autor, a palavra *lulav* vai adquirir o sentido de palma depois do Festival dos Tabernáculos (KLIMOWSKY, 1974, p. 26). Klimowsky não descarta, porém, a possibilidade de uma interpretação da simbologia monetária judaica vinculada a uma propiciação da fertilidade, mas, mais sutil do que a proposta por Mandel. Para ele, assim como para Romanoff (1944), a fertilidade pode ser aferida a partir de representações de romãs, da hera, da parreira, que aparecem nas representações do templo.

Ressaltamos, igualmente, que diante de uma situação extrema como foi a das revoltas judaicas contra os romanos, a propiciação da fertilidade tem a ver com a sobrevivência do grupo, que era muito mais fraco e reduzido do que o exército romano que enfrentavam.



Fig. 48 - As quatro espécies da Festa dos Tabernáculos: o ramo da palmeira (*lulav*) à direita, o mirto no centro, folha do salgueiro à esquerda e uma cidra (*etrog*). Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 126.

Dois tipos de *lulav* aparecem nas moedas dos Hasmoneus. Sobre as moedas de João Hircano I, o *lulav* é preso com uma fita na parte superior, e sobre as moedas de Alexandre Janeu não há fita. Contudo, não existe razão para assumir que esta fita dê significados diferentes às emissões de Hircano e Janeu. Essas duas formas são encontradas tanto em moedas emitidas pelos judeus como por não judeus. Outras representações do *lulav* aparecem ainda sobre as moedas de Herodes, o Grande, Herodes Antipas, os procuradores romanos, na Guerra dos Judeus contra os romanos e na revolta de Bar Kosiba.

As moedas de João Hircano I são conhecidas como Yehohanan. As inscrições que aparecem em suas moedas são: “Yehohanan o sumo sacerdote e conselheiro dos judeus”, e “Yehohanan o sumo sacerdote e a cabeça do conselho dos judeus”. A moeda de Hircano que tem o ramo de palmeira (*lulav*) apresenta a inscrição “Yehohanan o sumo sacerdote e o conselheiro dos judeus” dividida em quatro linhas.

Como seu pai João Hircano I, Alexandre Janeu também emitiu moedas com a representação do ramo de palmeira. Nesta moeda o lírio aparece em um lado enquanto o *lulav* é representado do outro lado junto com a inscrição Yehonatan, o rei. Sobre essas moedas foram inseridos pontos que circundam o *lulav*. De acordo com Meshorer, este círculo de pontos pode ser entendido como uma coroa que abriga o ramo de palmeira e o nome do rei (MESHORER, 2001: 33-35).

Herodes, o Grande, representou pela primeira vez a palma em uma produção de Sebaste-Samaria (moeda 248). Se analisada em conjunto, essas moedas trazem informações significativas sobre o tipo de relacionamento de Herodes com os romanos.

Nessa moeda temos um *apex* – touca cerimonial dos sacerdotes romanos, entre dois ramos de palmeira. Do outro lado aparece uma trípole em pé sobre uma base e sobre o topo dela uma bacia com uma borda dentada. Em volta dela aparece uma inscrição em grego: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΗΡΩΔΟΥ (“do rei Herodes”); no campo aparecem a data e o monograma ΛΓ (ano três da tetrarquia). O *apex* e a trípole aparecem sobre as moedas romanas de 43 e 42 a.C. Também é comum aparecer nas moedas romanas os dois ramos de palmeira entre a trípole. O *apex* e a trípole estão entre os mais destacados objetos usados pelos sacerdotes romanos em seus rituais e cerimônias.

A utilização de elementos e significados romanos nas cunhagens de Herodes, o Grande revelam quais os caminhos de sua política de governo: ser um rei cliente dos romanos dentro do território judaico-palestino. Já a presença dos ramos de palmeira evidencia um duplo aspecto propagandístico: uma utilização romana, poderíamos assim dizer, na qual procura mostrar sua força e suas vitórias frente os reinados vizinhos. E conquistar o povo judeu (com um uso religioso do ramo da palmeira) totalmente descontente com os princípios político-administrativos do governo de Herodes.

Nas moedas emitidas durante a Guerra dos Judeus contra os romanos, a palmeira é representada na forma de três ramos de palmeira (moeda 178); de uma palmeira com sete folhas e dois cestos ao lado (moeda 179); de dois feixes de palmas com uma cidra (*etrog*) no meio (moeda 179) ; e um feixe de palmas com duas cidras a cada lado (moeda 181).

A propósito das emissões dos judeus da Primeira Revolta, as inscrições apresentam um fato curioso. A partir da moeda 172 de nosso repertório surge a inscrição “Liberdade de Jerusalém”, essa moeda foi batida no primeiro ano da revolta. A moeda 174 emitida no segundo ano da revolta apresenta a inscrição “Liberdade de Sião”. De acordo com Y. Meshorer, essas legendas coincidem com as importantes vitórias militares dos judeus sobre os romanos nesses primeiros anos de conflito (MESHORER, 2001, p. 116). As moedas 179, 180 e 181 apresentam a inscrição “para a redenção de Jerusalém”. Os estudiosos entendem que essa mudança na inscrição no quarto ano de conflito, com as sucessivas derrotas no campo de batalha, levaram os líderes da revolta a apelar para o auxílio divino. A mudança da inscrição “liberdade de Jerusalém” e “Liberdade de Sião” para “redenção de Sião”, estaria diretamente relacionada com os novos cursos da guerra (MESHORER, 2001, p 130)

As moedas produzidas durante a Revolta de Bar Kosiba trazem a representação do feixe de folhas da palmeira com uma cidra (*etrog*) à esquerda (as quatro espécies do festival dos Tabernáculos) (moeda 183); uma ânfora (*flagon*) com um ramo de palmeira no campo superior (moeda 184); uma palmeira com sete folhas e dois cachos de fruta (moeda 188); e uma palma circundada por uma grinalda (moeda 189). Gostaria de tecer um comentário sobre esta última moeda. Aqui como nas moedas de João Hircano I, Alexandre Janeu e nas moedas da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos, o ramo de palmeira tem um duplo significado: além de estar relacionado ao sentido religioso da festa dos tabernáculos, também representa claramente um símbolo da vitória. Então, a palmeira tem um significado primário que, conforme esteja associada a um ou outro elemento (ou inscrição) ou a um ou outro contexto histórico, seu significado é transformado. Assim, como havíamos discutido no capítulo cinco quando tratamos das possibilidades metodológicas, é preciso analisar as imagens de uma moeda em seu conjunto, considerando as informações de anverso e reverso. Temos que identificar em um conjunto, as unidades mínimas (pois cada uma delas tem um sentido específico), e no momento seguinte, os conjuntos dessas unidades mínimas devem ser analisados em sua complexidade, pois se analisadas em separado, cada uma dessas unidades pode nos dar informações imprecisas sobre a imagem analisada.

Para Meshorer, a grinalda apresentada na moeda 189 representaria o coroamento de Bar Kosiba (MESHORER, 2001, p. 142), e para dar mais ênfase a esta leitura do símbolo, a moeda apresenta a inscrição “Simão, príncipe de Israel”.



Fig. 49 - Gema carneliana com a representação de uma palma (*lulav*). Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 149.

Juntamente com as moedas que representam a palma, as moedas com a representação da palmeira (árvore) também merecem uma apreciação. Na época da Revolta de Bar Kosiba as representações da palmeira eram bastante comuns na arte judaica. Este desenho era bastante popular sobre as moedas de Tiro, onde ele representava o emblema da cidade (os habitantes locais eram chamados de “fenícios” pelos gregos, e a palavra ΦΟΙΝΙΞ significa palmeira, apesar de que alguns estudiosos vinculam o nome Fenícia à púrpura que havia no local quando do contato com os gregos).

A palmeira está também presente sobre as primeiras moedas dos procuradores romanos na Judéia, Coponius (moeda 155) e Ambibulus (moeda 156) de 6 a 12 d.C. e sobre aquelas do procurador Antonio Felix em 54 d.C. (moeda 168). De acordo com uma leitura de Klimowsky, a palmeira caracterizaria a Judéia como o relevo vegetativo próprio de sua paisagem. Esse autor nos apresenta a idéia de que a palmeira estaria ligada a cultos pré-históricos como os da árvore sagrada que vimos quando refletíamos sobre os tipos iconográficos das moedas de Gaza. Dentro desse contexto a palmeira teria um caráter feminino estando intimamente ligada, nesse passado remoto, ao culto da deusa-mãe. Klimowsky cita uma passagem do *Cântico dos Cânticos* (VII, 7-8) em que Sulamita é comparada à palmeira, para mostrar como se perpetuou no imaginário judaico a idéia do feminino ligado a essa árvore (KLIMOWSKY, 1974, p 40).

Chama atenção a diversidade das plantas que compõem as grinaldas. Como também se evidencia, se observarmos no gráfico de tipos principais, a quantidade de tipos relacionados a

essas grinaldas. Segundo Meshorer essas não representam apenas uma decoração. Esse autor acredita existir nelas um significado simbólico que representaria a liderança e a autoridade do emissor. O fato de a grinalda circundar o nome do sumo sacerdote e seu título, sugere uma conexão entre a grinalda e o conteúdo escrito (MESHORER, 2001, p. 36).

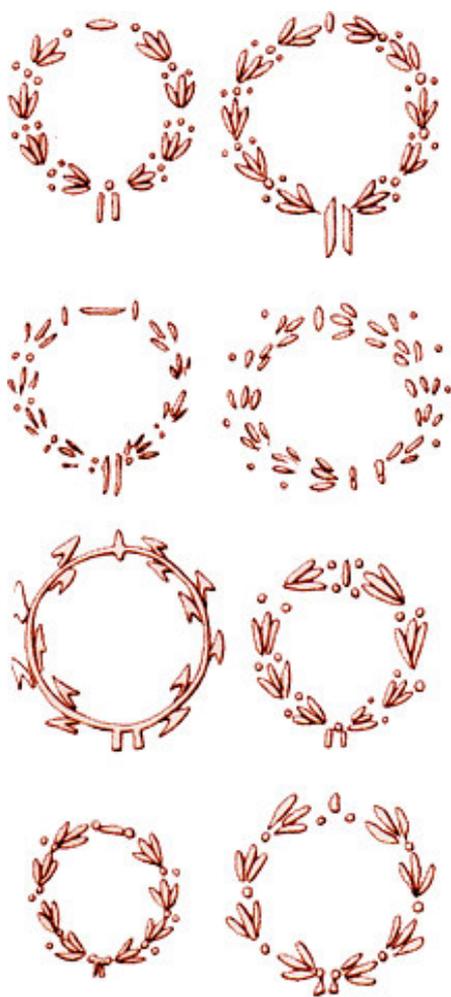


Fig. 50 - Grinalda nas moedas dos hasmoneus

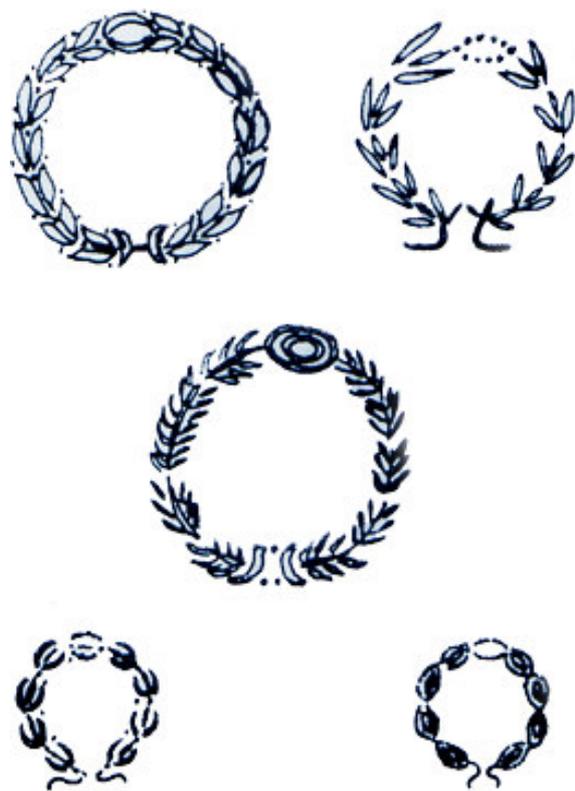


Fig. 51 - Grinalda nas moedas da Segunda Revolta dos judeus

Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 32, 151.

Segundo Goodenough, é difícil definir as espécies de plantas que formam a grinalda. Este autor acredita que talvez não houvesse por parte da autoridade emissora uma intenção deliberada em se escolher mirto, hera, carvalho ou palmeira para representar em suas moedas (GOODENOUGH, 1965, p. 40-41). Para Meshorer, a escolha dessa ou daquela planta, está muito mais ligada ao estilo artístico predominante em determinado momento histórico (MESHORER, 2001, p. 37).

Um símbolo judaico importante nas emissões de Jerusalém é o menorah. O menorah é representado sobre uma moeda de Matatias Antígono (moeda 140 de nosso repertório). Segundo Y. Meshorer, a ausência desse símbolo nas moedas está conectada com a “aparente proibição de sua representação”, como temos encontrado no Talmude:

um homem não pode fazer uma casa depois do projeto do templo, de um pátio depois do projeto do corte do templo, de uma mesa após o projeto da mesa [no templo] ou de um candelabrum (menorah) após o projeto do candelabrum. Pode, entretanto, fazer um com cinco, seis, ou oito [braços] mas com sete não pode fazê-lo mesmo que seja de outros metais (*Avodah Zarah*, 40, 1).

A partir do século I a.C. até meados do século II a.C., a maioria dos *menorot* são representados na arte judaica (em sarcófagos e lamparinas) de forma esquemática, possuindo sempre ou mais de sete braços ou menos de sete braços, nunca com sete braços. Somente em um período posterior são encontrados candelabros com sete braços.



Fig. 52 -Representação da mesa dos pães no anverso e menorah no reverso da moeda de Matatias Antígono, moeda 140 (x5).

A ausência de sete braços nos *menorot* dos séculos I e II a.C. (a proibição da representação do menorah na iconografia monetária da época) está diretamente ligada à proibição rabínica, que possuía uma influência considerável, fazendo prevalecer sua vontade frente à autoridade emissora oficial.

Outros símbolos importantes, ligados ao templo, que podem ser observados pelo gráfico das moedas principais são a harpa (*nebel*), e a lira (*kinor*).

De acordo com D. Hendin, Esses instrumentos musicais simbolizam as orações no templo, os quais eram tocados pelos levitas, os músicos do templo. Os cantos dos salmos no templo eram acompanhados por instrumentos musicais, e a dedicação antecipada do novo templo poderia ter sido celebrada com os instrumentos dos levitas (HENDIN, 2001, p. 149-150). Essas tradições foram preservadas tanto no Talmude quanto no Midrashim. O Talmude diz:

...e com música. Nossos rabinos pensam: o som do agradecimento foi [acompanhado por] *kinors*, *nebels*, e pratos (musicais) estão em todos os cantos e sobre todas as grandes pedras de Jerusalém; e [os salmos] são entoados: eu exaltarei: Tu, oh, Senhor, me eleva etc. (*Shebuot*, 15b *apud* MESHORER, 2001, p. 148).



Fig. 53 - Rei Davi tocando harpa (*nebel*). Mosaico de uma sinagoga de Gaza. Cf. Y. MESHORER, 2001 p. 148.

Outro instrumento musical presente no gráfico dos tipos principais de Jerusalém é a trombeta. Nosso repertório observa que esse instrumento musical é representado nas moedas “nacionalistas” produzidas pelos judeus da Segunda Revolta (moedas 200, 213 e 214). Segundo D. Hendin, nos dias de hoje, existe consenso entre os estudiosos de que os dois objetos que aparecem nessas moedas são duas trombetas. Esse autor nos informa que, todavia, no passado, acreditou-se se tratar de dois castiçais (HENDIN, 2001, p. 254-256). Essas trombetas de prata foram feitas para serem usadas a princípio no Tabernáculo e mais tarde no Templo. Segundo Meshorer essas trombetas serviam para um duplo propósito: como um sinal de chamado para a assembléia da Congregação, e como súplica em tempos de guerra. Em vista da importância das trombetas nas cerimônias do Templo, Bar Kosiba escolheu apresentá-las em suas moedas para enfatizar – como também ocorrera com a harpa (*nebel*), e a lira (*kinor*) – sua aspiração para reconstruir o Templo e resgatar nele o serviço santo (MESHORER, 2001, p. 153).

Outro tipo iconográfico importante que aparece nas moedas produzidas em Jerusalém é a representação do Templo. A composição dos esquemas iconográficos relacionados à representação do Templo nos permite refletir sobre algumas questões que dizem respeito à leitura iconográfica da moeda, a utilização política da moeda por Roma e o convívio dos judeus com outros povos que habitaram a Judéia/Palestina.

Construções e monumentos estão entre os mais notáveis temas que motivaram as imagens das moedas antigas. A cunhagem de moedas com esses edifícios transformaram-se em uma importante ferramenta de trabalho para o historiador, arqueólogo e numismata da atualidade, por apresentar informações sobre estruturas arquitetônicas que muitas vezes já sucumbiram à força do tempo.

Alguns estudiosos sugerem que essa representação nas moedas seria o plano da fachada do Templo que Bar Kosiba pretendia construir. Reifenberg afirma que essa imagem nas moedas representaria partes do Templo, como o *sukkah* (tabernáculo), o “belo portão do Templo”, o portal do Santo dos Santos etc (REIFENBERG *apud* MESHORER, 2001, 144). Entretanto, Pensamos que a sugestão de que essa representação nas moedas se trata do plano da fachada do Templo idealizado por Bar Kosiba ou a idéia de que se trata da representação

de partes do templo não se sustenta, pois os elementos que sugerem ser a representação do Templo reconstruído por Herodes são muito mais consistentes.

O Segundo Templo de Jerusalém reconstruído por Herodes, é notificado com riqueza de detalhes pela iconografia monetária da Palestina. A nova aparência helenística dada ao Templo por Herodes é evidente a partir das descrições dadas por Flávio Josefo em suas obras *Antiguidades Judaicas* e na *Guerra dos Judeus*. Também a radical mudança das colunas que tinham a forma fenícia de lótus, para o estilo helenístico jônico, pode ser claramente vista nos shekels batidos durante a Segunda Revolta (132-135 d.C.) de Simão Bar Kosiba (moedas 183, 191, 192, 193, 208, 209 e 201 de nosso repertório). Algumas dessas primeiras moedas apresentam a fachada de um Templo jônico, mas com um típico telhado liso oriental. Outros shekels, feitos por artistas menos hábeis, usam um jogo mais cru de símbolos para representar as características arquitetônicas, mais ainda assim o estilo helenístico é inconfundível.

Um detalhe excepcional que aparece nos tetradracmas cunhados nos últimos anos da Segunda Revolta (134-135 d.C.) é uma linha em forma de onda acima das colunas (moeda 209). Segundo M. Tameanko, a melhor e mais recente teoria para explicar este símbolo foi proposta por Lawrence D. Sporty (SPORTY, *apud* TAMEANKO, 1999, p. 48). Sporty sugere que esta linha é uma representação de uma videira dourada com cachos de uvas que foram colocadas sobre o epistílio (viga mestra) em torno do alto do edifício. Josefo descreve como uma decoração em dois lugares distintos de seus escritos. Ele diz que: “... logo acima da entrada, aquelas videiras douradas, das quais pendiam os cachos de uva tão altos quanto um homem” (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, V, 5), e “...sobre a cornija, propaga uma videira dourada com cachos de uva caindo por sobre ela” (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XV, 12).

Nosso gráfico apresenta ainda dois tipos singulares emitidos pelo procurador romano Poncius Pilatos: o *lituus* (moeda 164, 165 e 167) e o *simpulum* (moedas 163 e 165).

Muitos autores como Hendin ou Klimowsky, entendem que a emissão de moedas com símbolos da religiosidade romana foi uma ação deliberada de Pilatos para desagradar os judeus (HENDIN, 2001, p. 230-231; KLIMOWSKY, 1974, p. 45-46). Porém, devemos colocar em dúvida tal assertiva. Pilatos teve de fato atitudes que ofendiam os judeus, como

trazer imagens do Imperador para a cidade (como as que ele trouxe de Cesaréia, como narra Josefo), ou gastar dinheiro do tesouro sagrado para a construção de um aqueduto que traria água para Jerusalém (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XVIII, 55-62).

Com relação às moedas deste procurador romano ocorre uma situação parecida. Se Pilatos realmente tinha a intenção de oprimir os judeus ou impor de maneira forçada sobre eles seu desejo de glorificar o Imperador, ele poderia tranquilamente ter batido moedas com a imagem de Tibério sobre suas moedas. Contudo, ele não o fez, como também não o haviam feito seus predecessores. Então, que significado pode existir na representação de um *lituus* e um *simpulum* nas moedas de Pilatos? Esses instrumentos eram usados pelos sacerdotes romanos em seus rituais.

Não está claro se esse foi um ato antijudaico intencional, ou se a introdução desses objetos religiosos nas moedas está mais ligada à sua ignorância acerca dos rituais judaicos. Assim, teria Pilatos utilizado esses símbolos acreditando ser eles também utilizados nos rituais judaicos. Como pagão, ele era proibido de entrar no Templo e estava assim impedido de observar os ritos dos sacerdotes. Além do mais, Pilatos também bateu moedas representando motivos judaicos como as espigas de trigo (moeda 163, 166 e 167) e grinaldas (moeda 164 e 166).

Podemos finalizar dizendo que essa ambigüidade nas moedas de Pilatos reverte para os judeus da época. Esse fato nos permite concluir que o período romano em geral é caracterizado pela atitude ambivalente da comunidade judaica para com o governante: por um lado eles reconheciam construções e projetos desenvolvimentistas, mas por outro lado, existiam atos negativos que provocava uma constante apreensão dos judeus em relação às intenções adversas dos romanos. Uma passagem do Talmude possui uma boa explicação para a situação:

R. Judá inicia [a discussão] observando: “Como são finos os trabalhos do povo [romano]! Eles têm feito estradas, eles têm construído pontes, eles têm erigido banhos”. R. José fica em silêncio. R. Simão b. Yonai respondeu-o dizendo: “tudo o que eles fazem, eles fazem para eles mesmos; eles constroem mercados para colocar prostitutas para eles; banhos para rejuvenescer a eles; pontes para levar ferramentas para eles” (*Shabbat*, 33b *apud* MESHORER, 2001, p. 172).

A historiografia construiu uma imagem bastante negativa de Poncius Pilatos e os motivos são bastante conhecidos. Baseando-nos na bibliografia e nos relatos de Flavio Josefo percebemos que há uma predisposição muito grande em condenar esse procurador romano da Judéia. As moedas contendo as representações do *lituus* e do *simpulum*, talvez não nos dêem as chaves para absolver ou condenar Pilatos, mas certamente nos proporciona uma reflexão importante sobre como se deu o impacto do governo romano na Judéia/Palestina, sugerindo que se deve ter muito cuidado ao se considerar os modos de interação entre Roma e as elites locais.

AELIA CAPITOLINA

Nossa figura 31 expõe 9 emissões de Adriano para a agora chama colônia Aelia Capitolina. Aelia, em uma alusão ao nome de um ancestral de sua família, e Capitolina em homenagem a Júpiter Capitolinus.

Como vimos anteriormente, há um desacordo entre os estudiosos sobre a data de fundação da cidade. Ou a cidade foi fundada em 135 d.C. depois da supressão da Revolta de Bar Kosiba como afirma Eusébio (EUSÉBIO *História Eclesiástica*, IV, 6.4) ou antes da revolta começar em 131 d.C., como relata Dião Cássio (DIÃO CÁSSIO *Histoire romaine*, LXIX, 12, 1-2). As evidências arqueológicas e numismáticas trouxeram à luz, nos anos recentes, suporte para a versão histórica de que a cidade foi fundada em 130 d.C. Pode ser que a decisão de fundar um templo pagão na destruída Jerusalém, tenha sido uma das razões que levaram à eclosão da Segunda Revolta dos judeus contra os romanos (MESHORER, 2001, p. 60).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE AELIA CAPITOLINA

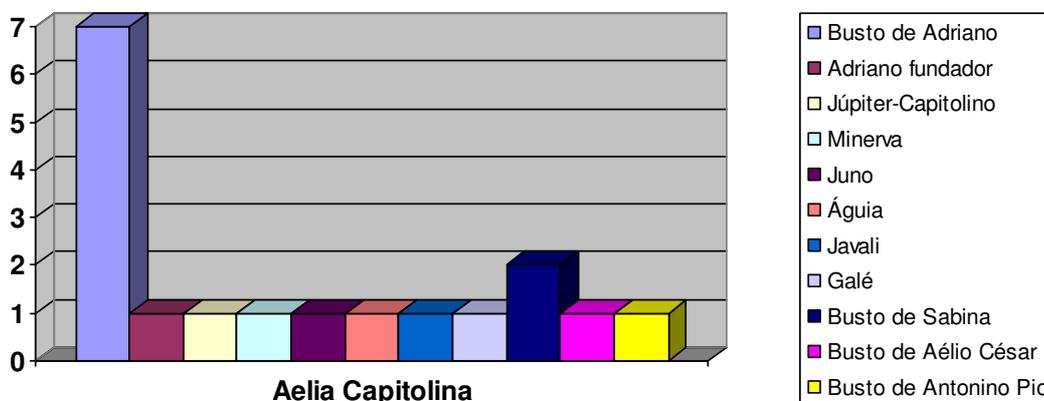


FIG. 54

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE AELIA CAPITOLINA

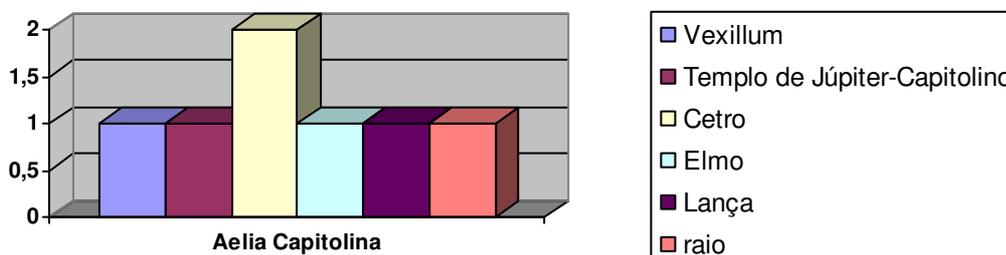


FIG. 55

As emissões de Adriano, observáveis em nosso gráfico são: templo da tríade capitolina: Júpiter, Juno e Minerva (moeda 219); cena da fundação da cidade (moeda 220); águia legionária sobre haste com raio (moeda 221); javali, galé, clava (moedas 222, 223 e 224); Adriano e Sabina (moeda 225) ; Adriano e Aélio (moeda 226); Adriano e Antonino Pio (moeda 227).

A composição do esquema iconográfico da moeda 219, a tríade capitolina: Júpiter, Juno e Minerva dentro do templo, evidencia uma função prática: esse templo foi erigido para

servir à adoração na nova colônia, e de acordo com Dião Cássio: “no local do Templo de Deus, [Adriano] erigiu um templo a Júpiter” (DIÃO CÁSSIO *Histoire romaine*, LXIX, 9, 2-5).

Os emblemas ligados à presença da X Legião (*fretenses*) na região aparecem de forma direta: o estandarte (*vexillum*) na moeda 220 (fig. 55), a águia legionária (fig. 54) e o javali (fig. 54); e de forma indireta, a galé, pois está associada ao sucesso naval da legião.

CITÓPOLIS

A próxima cidade que a figura 31 nos apresenta é Citópolis. Segundo D. Hendin, a primeira menção à cidade foi feita por cartas na cidade egípcia de Tel El Amarna, há aproximadamente uns 3.500 anos atrás (HENDIN, 2001, p. 390). Essa cidade que anteriormente era conhecida como Beth Shean foi uma das maiores e mais importantes cidades do país, pois estava situada em um lugar estratégico, fazia parte da rota das caravanas que ligavam o Egito à Mesopotâmia.

O nome oficial da cidade, Citópolis, se originou com o domínio Selêucida, quando foi chamada Citópolis ou “cidade dos citas”, esse nome atravessou todo o período romano. Foi a partir do início do século II a.C. que a cidade de Citópolis também foi chamada de Nysa, também pelos Selêucidas, pois os Selêucidas quiseram com isso homenagear a enfermeira de Dioniso que havia nascido e sido enterrada na cidade, e cujo nome era Nisa, de acordo com a narrativa mitológica (HENDIN, 2001, p. 392).

João Hircano I, capturou a cidade em 63 a.C., que foi em seguida tomada por Pompeu e transformada na principal cidade romana da região de Decápolis. Depois que Pompeu conquistou a região, Citópolis foi re-fundada e foi imediatamente elevada ao status de cidade produtora de moedas. Sob Gabínio a cidade foi chamada Gabínia-Nysa, em sua homenagem.

Mesmo sendo considerada uma cidade não-judaica, Citópolis abrigou uma comunidade judaica tanto em período romano como em período bizantino. Segundo Y.

Meshorer, diversas fontes textuais, assim como as escavações na cidade, são testemunhos da presença judaica em Citópolis (MESHORER, 1985, p. 40).

Citópolis produziu moedas de 57 a.C., sob a autoridade de Gabínio, até o tempo do imperador Gordiano III, 228-244 d.C.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE CITÓPOLIS

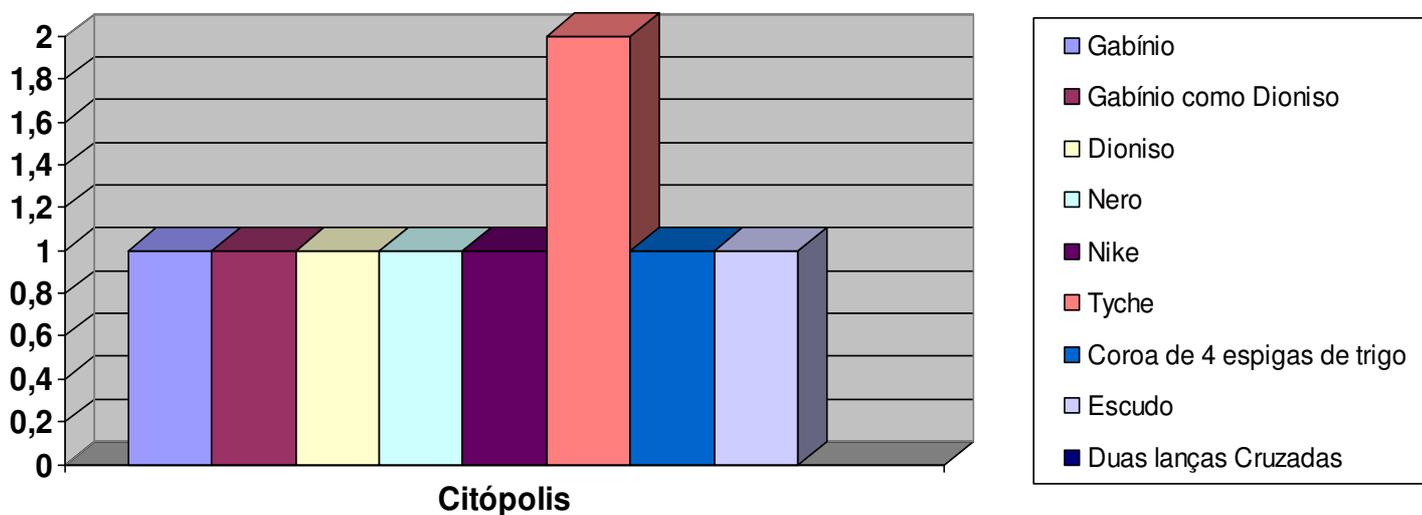


FIG. 56

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE CITÓPOLIS

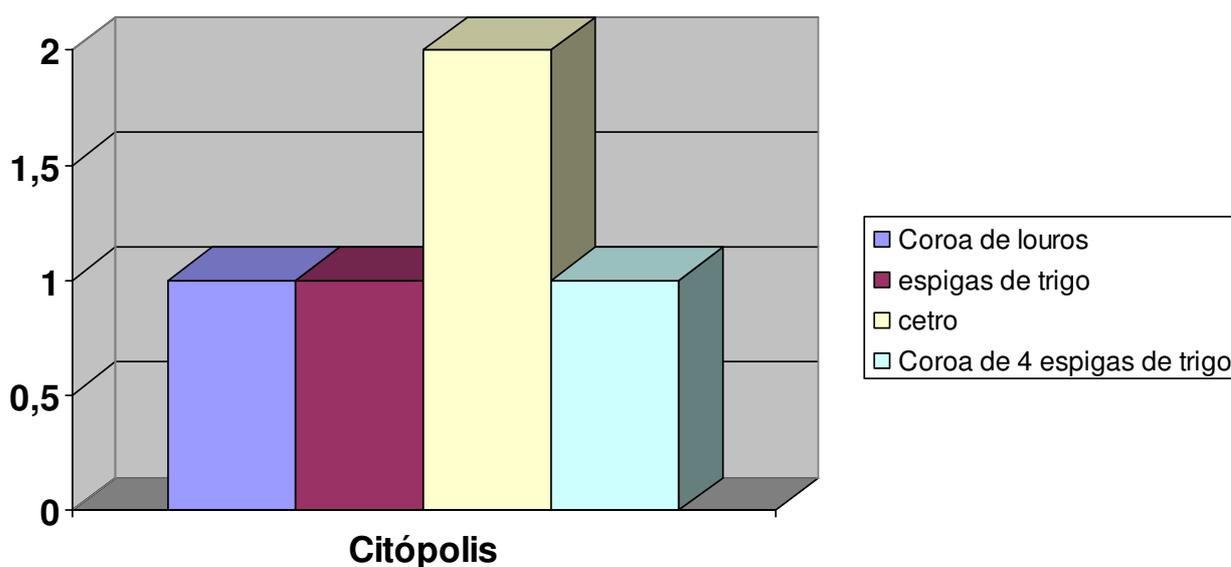


FIG. 57

Os gráficos dos tipos principais e secundários de Citópolis (Figuras 56 e 57) indicam que até o período de nosso recorte temporal, ou seja, o governo de Adriano, não foram muitas as emissões da cidade. Destacam-se os esquemas iconográficos de espigas de trigo, Tyche, Dioniso e Gabínio.

A moeda 228, cujo reverso está bastante apagado, e a moeda 231, cujo reverso podemos visualizar bem, apresentam uma grinalda feita com quatro espigas de trigo interligadas, chama bastante atenção pois as espigas de trigo têm um significado especial para a cidade. Segundo as fontes hebraicas antigas, a região de Beth Shean era famosa como a região do trigo-crescente, ou nas palavras dos sábios: “paraíso”, disse Resh Lakish. E ele continua: “se estiver em Eretz-Israel - Beth Shean é sua passagem” (*Erubin*, 19a) e Rabi Meir disse: “uma área que definitivamente requer a produção de *khor* [trigo]” (*Ketubbot*, 112b *apud* MESHORER, 1985 p. 40).

Retornando à questão do nome da cidade, podemos afirmar que o nome helenístico-romano da cidade consiste em dois elementos: o primeiro é Nisa, enfermeira de Dioniso, como dissemos linhas acima, que havia nascido e sido enterrada na cidade. Nisa é identificada com Tyche na cunhagem de Citópolis. O principal culto de Dioniso em Beth Shean é também ligado ao enterramento de Nisa. O segundo nome, Citópolis, é provavelmente associado ao assentamento de mercenários citas do exército dos Ptolomeus na região, no século III a.C.

Dioniso é a figura dominante entre as que aparecem representadas nas moedas de Citópolis. Ele era divindade principal no panteão local e sobre as moedas ele é representado em vários estilos, os quais pela postura do deus parecem representar protótipos de suas estátuas. Os primeiros tipos apresentam-no nu, em pé, e inclinando-se sobre o tirso em sua mão esquerda e vertendo vinho em um vaso e com uma pantera aos seus pés. Outra estátua apresenta-o nu, segurando um cacho de uvas em sua mão direita. Chamamos atenção para o mais proeminente símbolo romano na Cidade, o teatro. Podemos associar a importância de Dioniso nas moedas comparando-a com a presença do teatro romano em Citópolis.

Para finalizar nossas observações sobre Citópolis, chamamos atenção sobre as moedas 228 e 229 que possuem o busto de Gabínio. Aulus Gabinius foi nomeado governador da Síria de 57 a 55 a.C. Josefo relata que Gabínio teve um papel chave na resolução de Pompeu quanto aos conflitos entre os dois irmãos Hircano II e Aristóbulo II, como vimos

anteriormente. (JOSEFO *Antiguidades Judaicas* XIV, 8-12). O envio de Gabínio para a Judéia por Pompeu, insere-se na política de re-fortificação das cidades, ao mesmo tempo em que enfraquecia o controle judaico das mesmas.

No começo de seu governo, Gabínio dividiu seu território em cinco distritos. Essa divisão, contudo, teve pouco tempo de vida e não teve particularmente grande sucesso. Todavia, foi o suficiente para dar a mensagem aos judeus de que Roma vinha para comandar as ações políticas, econômicas e militares da região.

A presença de Gabínio nas moedas de Citópolis, com a representação de seu busto (estrategicamente associado à imagem de Dioniso, divindade mais cultuada na cidade), não é o único ponto a chamar nossa atenção. A presença da legenda em grego, ΓΑΒΕΙΝΩΝ ΝΥΧ que significa: “do povo de Nisa Gabínia”. Leva-nos a pensar sobre a importância que esse governador teve para a região. A composição do esquema iconográfico envolvendo o retrato de Gabínio, a associação com Dioniso, a presença da deusa da vitória, Nike, no reverso da moeda 229, a espiga de trigo no reverso da moeda 228 e a legenda enfatizando o povo e o nome de Gabínio para cidade, nos permite concluir que a representação de Gabínio nas moedas de Citópolis está diretamente relacionada com a presença desse governador na cidade, com a tão desejada paz para a cidade, com os favorecimentos econômicos e com o desenvolvimento social vivido pela cidade durante o período em que Gabínio intercedeu em Citópolis.

GABA

A terceira cidade do interior elencada pelo nosso quadro (fig. 31) é Gaba. Muitas cidades no Leste foram chamadas de Gaba ou nomes relacionados e por um longo tempo foi difícil identificar a qual cidade a inscrição do povo de Gaba se referia (STEIN, 1990, p. 53). Alla Stein nos informa que o nome Gaba pode ser identificado com a cidade chamada “Gabe” por Plínio (PLÍNIO, v. 8 *apud* STEIN, 1990, p. 54). A literatura numismática do século XIX e início do século XX atribuía as moedas de Gaba à uma cidade com esse nome em Traconitis no norte da Transjordânia. Em anos mais recentes, depois de diversas escavações em sítios romanos do Vale Jezreel, na Galiléia comprovou-se ser essas moedas desse lugar. A cidade foi fundada por Gabínio, talvez exista alguma ligação entre seu nome e o nome da cidade (MESHORER, 1985, 38).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE GABA

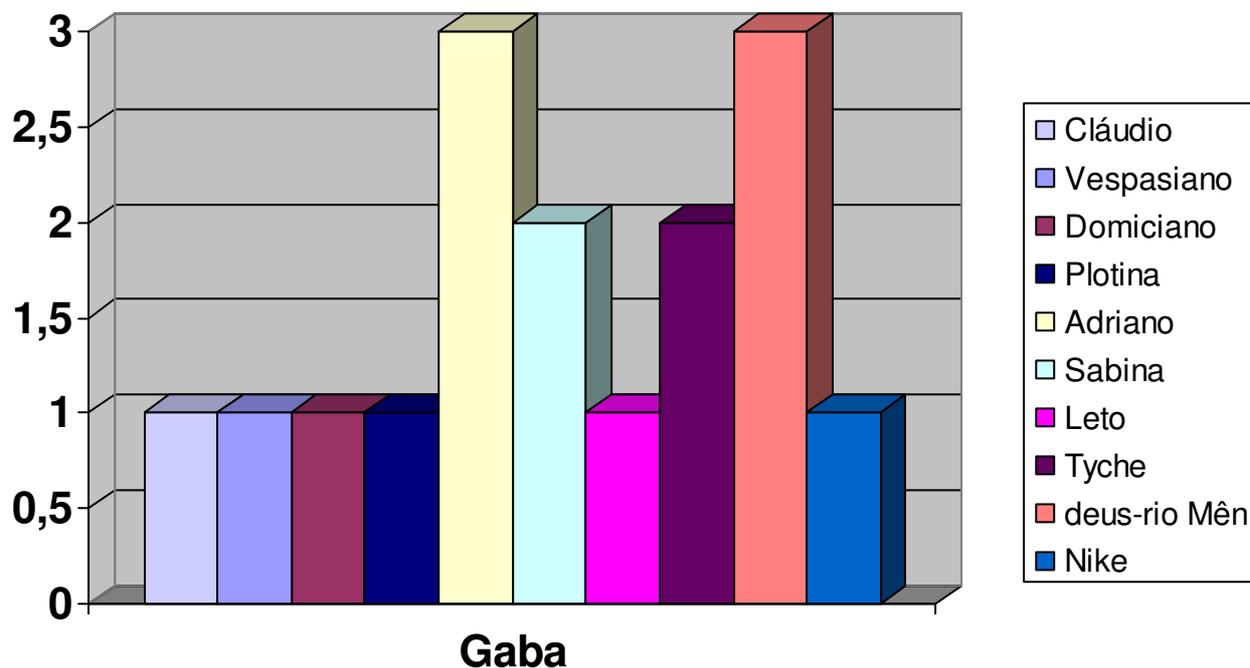


FIG. 58

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE GABA

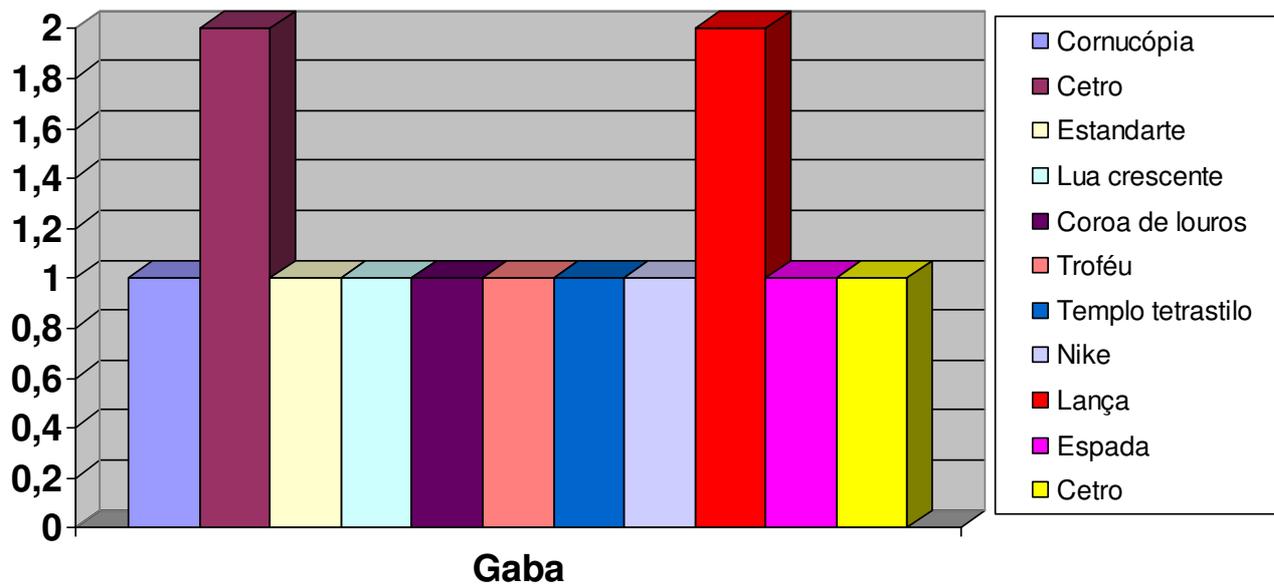


FIG. 59

Em todas os reversos das moedas de Gaba aparece a inscrição ΚΛ ΦΙ ΓΑΒΗΝΩΝ, que significa: “do povo de Claudia Philippi Gaba”. Há duas posições sobre a presença da inicial ΦΙ de Felipe nessas moedas. A princípio, o nome Felipe foi pensado como uma indicação de que a cidade teria sido ocupada por Felipe, o filho de Herodes, o Grande. Mas, o nome pode estar ligado a algum fundador lendário, assim como Felipe da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande. Outra sugestão seria L. Marcus Phillipus, um contemporâneo de Gabínio (MESHORER, 1985, p. 38). Tal questão não pode ser solucionada, pois não há outros elementos que nos permitam chegar a uma posição mais segura.

Entre as moedas de Cláudio existem algumas pseudo-autônomas (moedas 235, 238 e 239). Essas moedas representam os bustos de Plotila, esposa de Trajano e Sabina, esposa de Adriano.

Os gráficos de tipos principais e secundários de Gaba (figuras 58 e 59) expõem alguns esquemas iconográficos importantes da cidade. Observa-se que não são muitas as divindades representadas nas moedas de Gaba. Os dois tipos principais da cidade são as representações de Tyche e de Mên. Podemos afirmar, a partir do nosso levantamento que Mên é uma divindade raramente cultuada na Judéia/Palestina. Mên é uma divindade originada na Frigia, Ásia Menor, e foi associado a diversas divindades e com diferentes atributos. Mên é freqüentemente associado à lua. Podemos observar uma lua crescente sobre Mên na moeda 234 de nosso repertório. Ele desempenha um papel importante tanto nos cultos ctônicos quanto nos celestiais. No período romano Mên foi identificado com o deus-lua Lunus.

Muito pouco é dito sobre Gaba nas fontes históricas romanas ou judaicas. Contudo, como se sabe do aspecto militar de Mên e de como ele foi popular entre os legionários romanos, talvez se possa conjecturar que a cidade tenha sido habitada por veteranos, possivelmente da VI legião (*ferrata*) que estava estacionada próximo à cidade na entrada para *Lajjun*, um lugar que ainda carrega o nome “legião” (MESHORER, 1985, p. 38).



FIG. 60 - Mên em moeda 234 de nosso repertório (x5). Cf. Y, MESHORER, 1985, p. 38.

GAMALA

As duas próximas cidades do interior que nosso quadro (fig. 31) apresenta são Gamala e Marisa. É interessante notar que, a não ser no catálogo de David Hendin e em *A Treasury of Jewish Coins* de Y. Meshorer, nenhum outro dos catálogos por nós pesquisados fazem menção à emissão de Gamala. Isso ocorre porque os demais catálogos de moedas da Judéia/Palestina inserem essa produção de Gamala no contexto da Primeira Guerra dos judeus contra os romanos classificando-as em conjunto com as emissões de Jerusalém.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE GAMALA E MARISA

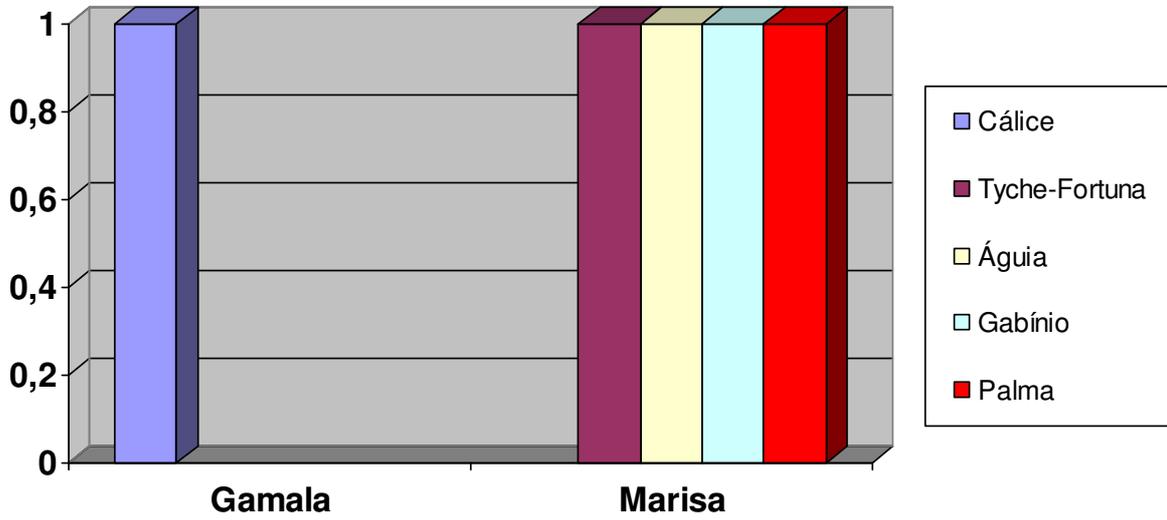


FIG. 61

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE GAMALA E MARISA

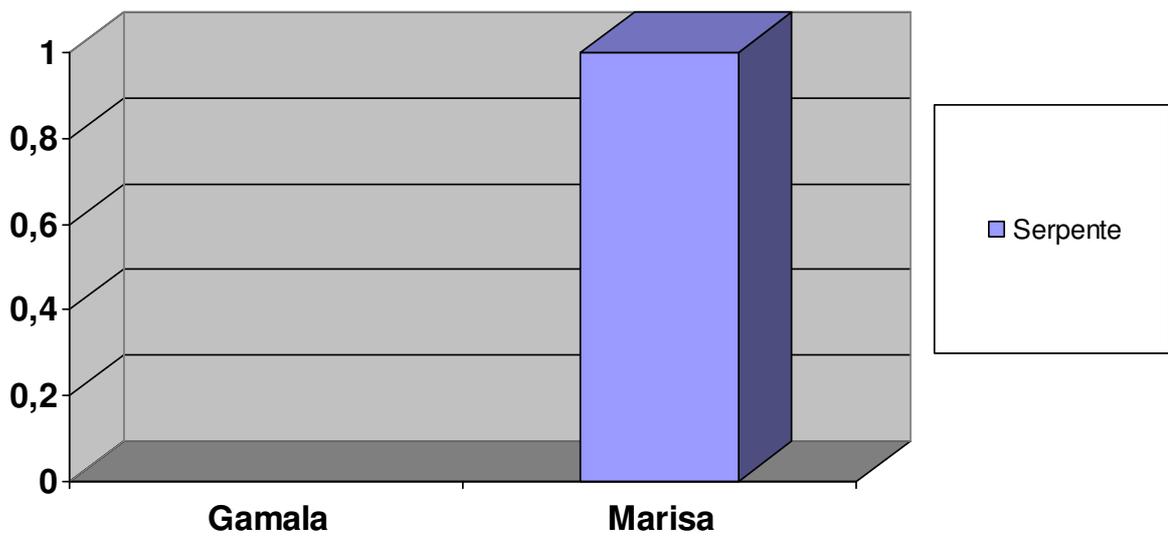


FIG. 62

A partir da década de 1970, escavações arqueológicas foram conduzidas em Gamala, no Golan. Gamala ganhou renome pela valente resistência de seus combatentes durante a Primeira Guerra dos judeus contra os romanos, e foi a primeira cidade fortificada a ser conquistada e destruída pelos romanos, em uma batalha heróica descrita por Josefo (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, IV, 11-83). Os arqueólogos descobriram que Gamala tinha sido destruída até suas fundações e a partir de então nunca mais fora reconstruída; suas ruínas tinham sobrevivido até os dias de hoje⁷¹.

Os ricos achados numismáticos encontrados nas ruínas de Gamala incluem seis moedas de um tipo novo, desconhecido até então: peças grandes de bronze (moeda 240) tão grosseiramente feitas que inicialmente deram bastante trabalho para sua identificação. Não obstante, foi possível discernir sua legível inscrição páleo-hebraica: “LG – LT”, que significa: “para a redenção”, em um dos lados, e circundando um cálice a inscrição: “YRSLM QD”, que significa: “Jerusalém Santa”. a inscrição completa significa: “para a redenção de Jerusalém Santa”.

Parece que quando Vespasiano cercou a cidade, seus líderes decidiram bater essas moedas, não por necessidade comercial, mas com uma proposta propagandística e para encorajar seus habitantes. Essas peças de bronze pronunciaram o desejo dos defensores de Gamala em expressar sua independência política, e mesmo palavras de encorajamento durante aquele momento tão difícil para aquela comunidade. É o caso das moedas batidas no quarto ano da Revolta por Jerusalém, em que aparece a inscrição “para redenção de Jerusalém”. Nessas duas cidades “redenção” significava a esperança por uma ajuda divina.

O cálice no anverso dessas moedas comprova que alguns shekels produzidos em Jerusalém no começo da guerra influenciaram Gamala. A execução grosseira das moedas de Gamala é uma evidência da falta de habilidade dos artesãos da cidade, mesmo porque a cidade não tinha tradição em bater moedas (HENDIN, 2001, p. 270-271; MESHORER, 2001, p. 130-131).

⁷¹ Sobre as escavações de Gamala, ver S. Gutman, *Gamala – The first eight seasons of excavations*, Tel Aviv, 1985.

MARISA

Marisa é a primeira cidade emissora da antiga Israel identificada em mais de 100 anos. Marisa e suas moedas foram descritas em 1992-3 no *Israel Numismatic Journal* por Shraga Qedar.

No período persa as duas cidades da Iduméia, Marisa e Adora foram importantes porque elas agiam como intermediárias no comércio entre a Arábia os portos da costa filistéia. No período helenístico Marisa transformou-se em um centro administrativo e servia como base para os exércitos Selêucidas durante a guerra contra a Judéia (167-161 a.C.) durante o reino dos Hasmoneus (HENDIN, 2001, p. 381).

Segundo Josefo, Marisa e o resto da Iduméia foram capturados por João Hircano I, que forçosamente quis converter os idumeus ao judaísmo. A cidade foi re-fundada por Pompeu e Gabínio a reconstruiu (JOSEFO *Antiguidades Judaicas* XIV, 1-9). É bastante provável que o retrato presente no anverso da moeda 240 de nosso repertório seja Gabínio. De acordo com Hendin: “A campanha contra os príncipes hasmoneus durante o ano em que Gabínio tornou-se pró-consul, pode explicar a representação de Gabínio utilizando um elmo” (HENDIN, 2001, p. 382). Qedar explica que as inscrições ΓΑ e MA sobre o reverso das moedas 239 e 240 de nosso repertório parecem ser a abreviação para “dos gabinianos de Marisa” (QEDAR *apud* HENDIN, p. 382).

NEÁPOLIS

A próxima cidade do interior que o quadro (fig. 31) apresenta é Neápolis. Esse nome foi bastante popular. Havia uma Neápolis na Campânia, outra em Creta, e outra na Macedônia. Esta Neápolis era a Shechem bíblica, e a atual Nablus. Neápolis foi fundada como uma cidade provincial romana com direitos especiais por Vespasiano, que a chamou de “Flávia Neápolis, a qual está na Samaria”. A fundação da cidade se deu em 72/3 d.C., mas a cunhagem começou com Domiciano em 81 d.C. (STEIN, 1990, p. 137-138).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE NEÁPOLIS

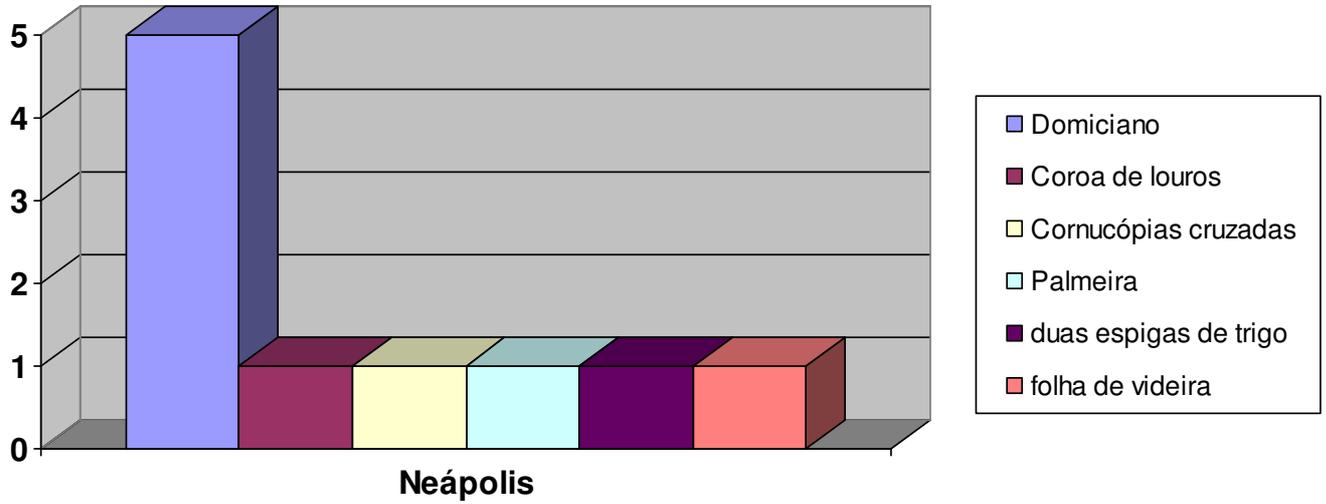


FIG. 63

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE NEÁPOLIS

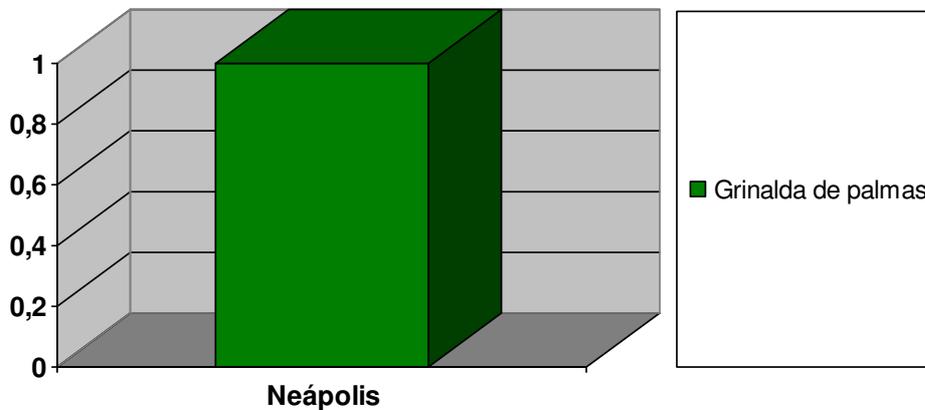


FIG. 64

Nosso repertório apresenta cinco emissões em Neápolis. As primeiras moedas imperiais gregas batidas sob Domiciano são uma anomalia se comparadas com as outras moedas de cidades emissoras, visto que os símbolos que aqui aparecem são exclusivamente judaico-samaritanos, e não há um único exemplar com símbolos não-judaicos. Entre esses símbolos encontramos grinaldas de palmas (moedas 243 e 244), cornucópias (moeda 244), palmeira (moeda 245), espigas de trigo (moeda 246) e folhas de parreira (moeda 247). O uso

desses símbolos na cidade reflete, sem dúvida, a influência da comunidade samaritana na região.

É curioso notar que, dentro do período por nós recortado, somente essas emissões de Domiciano ocorreram, e todas elas evidenciam esse caráter judaico dos tipos principais e secundários. Após o período de Adriano, continuamente até o final do século III d.C., tipos iconográficos não-judaicos, como Zeus, Rômulo e Remo, Posidão, Higiéia e Asclépio, foram emitidos em abundância. Adriano construiu sobre o Monte Garizim, em Neápolis, um grande templo no lugar do templo samaritano, dedicado a adoração de Zeus-Hypsistos (“Júpiter, o deus supremo”), ou talvez como um culto sincrético, que combinou a crença oriental romano-helenística com a crença monoteísta dos samaritanos. O templo possuía uma enorme estrutura, que incluía um portentoso altar sobre o outro pico da montanha com um impressionante conjunto de escadarias em caracol que conduzia a ele, e com um enorme portão cerimonial. Todos esses elementos arquiteturais aparecem com riqueza de detalhes nas moedas de Antonino Pio em diante.



FIG. 65 - Monte Garizim representado nas moedas de Antonino Pio (138-161 d.C.), Caracala (198-217 d.C.), Macrinus (217-218 d.C.), Volusiano (251-253 d.C.), Trebunianus Gallus (251-253 d.C.), (x5).

A figura 65 apresenta cinco moedas emitidas sob Antonino Pio. As cinco moedas mostram o Monte Garizim representado de acordo com as descrições das fontes textuais. As duas moedas apresentadas na parte inferior, mostram um conjunto de elementos que nos sugerem uma discussão. A moeda da esquerda, mostra Zeus-Amon, um estandarte legionário (*vexillum*) uma espiga de trigo e um carneiro. A moeda da direita mostra dois abrigos para pombas com pombas dentro e a representação da loba amamentando Rômulo e Remo.

Visto individualmente o *vexillum* simboliza a presença da III Legião *Cyrenaica* estacionada na cidade, a espiga de trigo pode simbolizar a fertilidade do solo regado pelas fontes da cidade, o carneiro pode simbolizar o animal sacrificial dos samaritanos, a loba amamentando Rômulo e Remo é uma alusão clara à fundação mítica da cidade por Roma.

A construção do templo de Zeus-Hypsistos (“Júpiter, o deus supremo”) por Adriano no local em que existia um templo samaritano acentuou a interação cultural e religiosa dos habitantes da cidade com os romanos. A introdução arbitrária de um templo dedicado a Zeus por Adriano (não seria a escolha de Zeus supremo parte de uma estratégia para conseguir uma melhor assimilação da população da cidade?) reverteu-se em um culto sincrético que combinava a crença oriental romano-helenística com a crença monoteísta dos samaritanos. A representação desses elementos nas moedas produzidas pela cidade de Citópolis, vistos em conjunto, são a mais contundente expressão da interação cultural e religiosa que ocorreu em Neápolis depois da ocupação romana da cidade.

As moedas de Neápolis, com suas representações e inscrições, possibilitam, não somente reconstruir a história da cidade e observar antigo cenário do Monte Garizim com suas construções no cume da montanha, como também conseguir um melhor entendimento dos cultos locais.

SEBASTE

Sebaste, a próxima cidade que nosso quadro apresenta (fig. 31), é também conhecida como Samaria, a Shomron bíblica. Foi a capital do antigo reino de Israel. A cidade localiza-se em um lugar estratégico, que dava acesso para Megido, ao norte, a planície costeira, a oeste, e Jerusalém e o rio Jordão à leste.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE SEBASTE

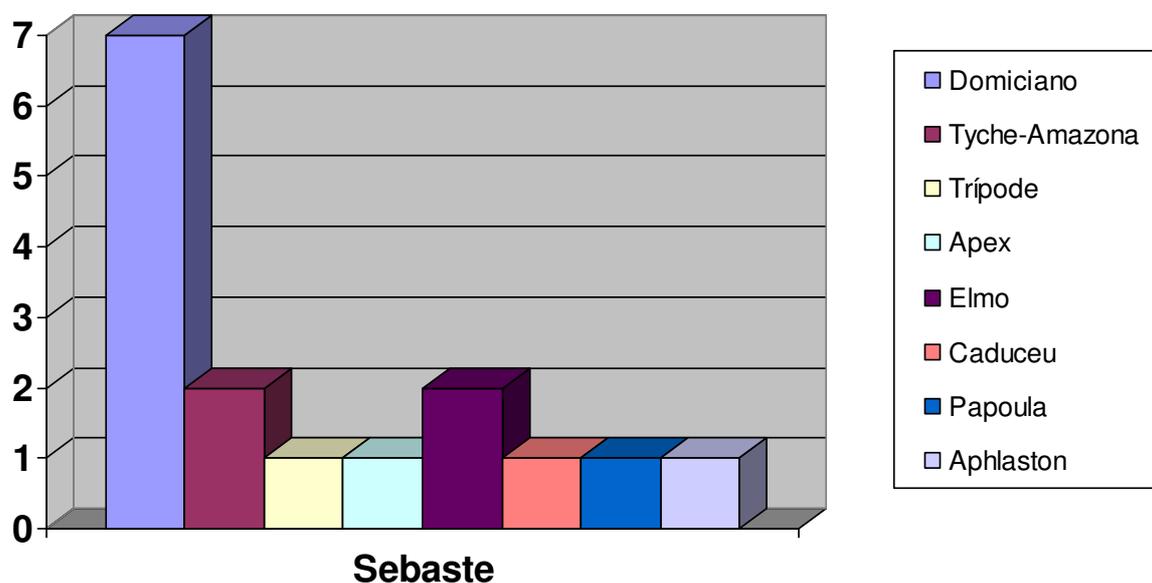


FIG. 66

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE SEBASTE

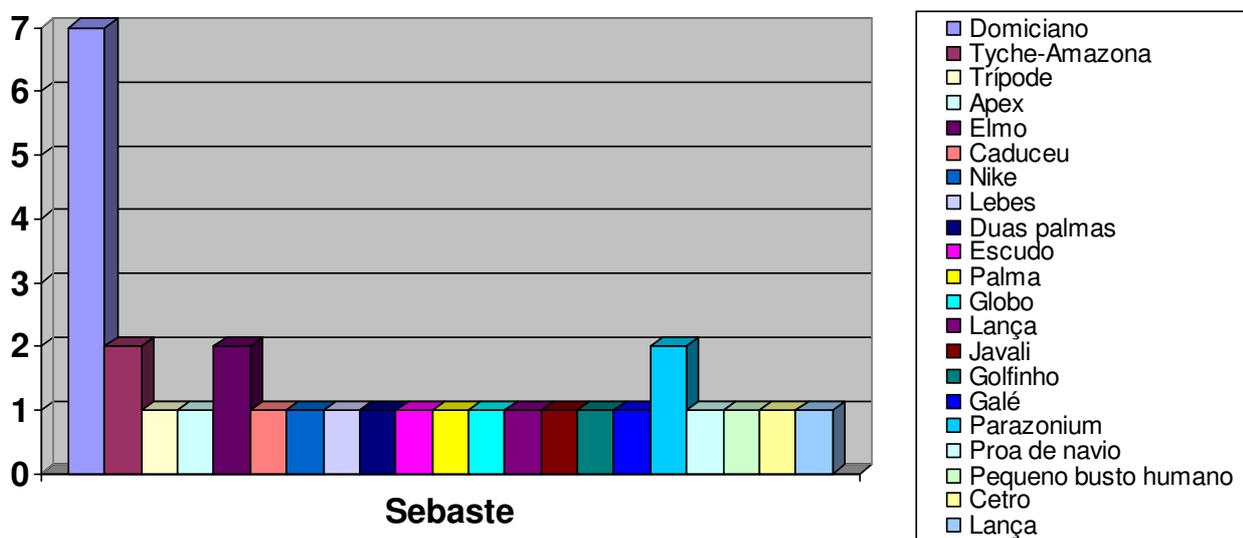


FIG. 67

Já no final do período persa, no século IV a.C., moedas foram batidas em Sebaste, provavelmente pelos samaritanos. Depois de um longo intervalo, moedas foram novamente batidas pela cidade durante o reino de Herodes, o Grande, de 40 a 37 a.C. Herodes re-fundou a cidade em 30 a.C. e nomeou-a Sebaste, em uma homenagem a Augusto, como vimos anteriormente. Nosso repertório apresenta quatro emissões de Herodes na cidade, as moedas 248 a 251.

No passado, vários estudiosos encontravam dificuldade para explicar os símbolos que aparecem nas moedas de Herodes, o Grande, como a trípole helenística (anverso da moeda 248), um *apex*, touca usada pelos sacerdotes romanos (reverso da moeda 248), um caduceu alado (anverso da moeda 250), uma papoula (reverso da moeda 250), um *aphlaston* (moeda 251), entre outros, porque eles analisavam suas moedas como sendo todas de Jerusalém.

Com o tempo, várias interpretações equivocadas foram oferecidas. O *apex* era entendido como um “thymiaterion” (uma espécie de incensório) e interpretado como um dos utensílios do Templo. A papoula foi definida como uma romã, e assim, judaizada. E. R. Goodenough, em seu importante trabalho sobre os símbolos judaicos, ficou perplexo ao examinar as moedas de Herodes e seus símbolos. Para esse autor, Herodes “usou um número de símbolos pagãos, como a trípole dionisíaca com o vaso cerimonial (*lebes*), um elmo cerimonial, o caduceu alado, uma galé de guerra, uma águia, os quais teriam sido usados antes pela cunhagem judaica” (GOODENOUGH, 1965, p. 274).

Alguns numismatas atribuíram um duplo significado aos símbolos das moedas de Herodes: utensílios rituais, como observados pelos judeus (talvez existissem similares no templo), e objetos rituais para o mundo pagão, como observados pelos pagãos. Essa foi também a visão de B. Kanael que clamou: “Herodes aparentemente adorava enfatizar a natureza greco-judaica de seu estado ao bater em suas moedas tanto símbolos pagãos quanto judaicos” (KANAEL, 1963, p. 52-53).

Nos dias de hoje, depois de feita a distinção entre as moedas que foram emitidas em Samaria das emitidas em Jerusalém, torna-se mais fácil explicar os símbolos da cunhagem de Herodes. Ao chegar de Roma, Herodes fixou-se em Samaria em 40 a.C., imediatamente começou a organizar o seu reinado, recrutando o exército e aumentando seu contingente de

oficiais. Em seguida começou a produzir suas próprias moedas, contrapondo às daquelas de Antígono, o hasmoneu, que começavam a se espalhar pelos mercados da região.

Herodes, recentemente chegado de Roma, tinha familiaridade com a cunhagem que por lá circulava naquele tempo. Talvez tivesse trazido exemplares de Roma com ele. Copiando os símbolos que apareciam nas moedas romanas, ele estava apto a expressar sua gratidão para com os seus mestres romanos e talvez mesmo enaltecê-los para em troca conseguir títulos e domínio da Judéia/Palestina. Todos esses símbolos, foram empregados nas moedas romanas, contemporâneas a ele. As outras moedas de Herodes, que foram batidas em Jerusalém depois de 37 a.C., carregam símbolos judaicos ou relatam seus vários projetos (MESHORER, 2001, p. 63).

Ao observarmos os gráficos de tipos principais e tipos secundários da cidade, fica evidente a presença de todos esses símbolos. Na moeda 251, por exemplo, temos um *aphlaston* (ou *acrostolium*, um instrumento usado para medir a força e direção do vento que era colocado na popa do navio) com a mesma inscrição em grego das demais moedas cunhadas por Herodes em Sebaste: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΗΡΩΔΟΥ (“do rei Herodes”); sobre o reverso desta moeda temos um ramo de palmeira com uma fita em sua extremidade. O *aphlaston* é indubitavelmente um símbolo marítimo e é representado frequentemente na arte romana como uma expressão do poder naval. Ele aparece nos denários de prata romanos e inspiraram sua representação nesta moeda de Herodes. O ramo de palmeira é também um motivo comum na arte e na cunhagem romanas, servindo como símbolo da vitória.

As demais moedas emitidas em Sebaste no período recortado são as imperiais gregas batidas sob Domiciano (moedas 252 a 256 de nosso repertório). Destacam-se a recunhagem de uma moeda com símbolos da X Legião (*fretenses*) (moedas 252) e Tyche com características militares, como Amazona (moedas 254) e uma pequena Nike na mão de Domiciano (moedas 255).

SÉFORIS

A penúltima cidade que nosso quadro (fig. 31) apresenta é Séforis. Essa cidade floresceu inicialmente durante o reinado de Agripa II, que estabeleceu seu centro na cidade e

chamou-a “Séforis Neronias, a cidade da paz, nomeada depois de Nero César”. Segundo Flavio Josefo, esse título é uma alusão à resistência feita pela cidade durante a Primeira Guerra judaica de 66 a 70 d.C., quando a cidade abriu seus portões para o exército romano em 67 d.C. Flavio Josefo nos informa que Agripa II opôs-se à guerra contra os romanos e os habitantes da cidade foram simpáticos aos romanos, porque acreditaram que eles trariam a paz (JOSEFO *Guerra dos judeus*, III, 30).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE SÉFORIS

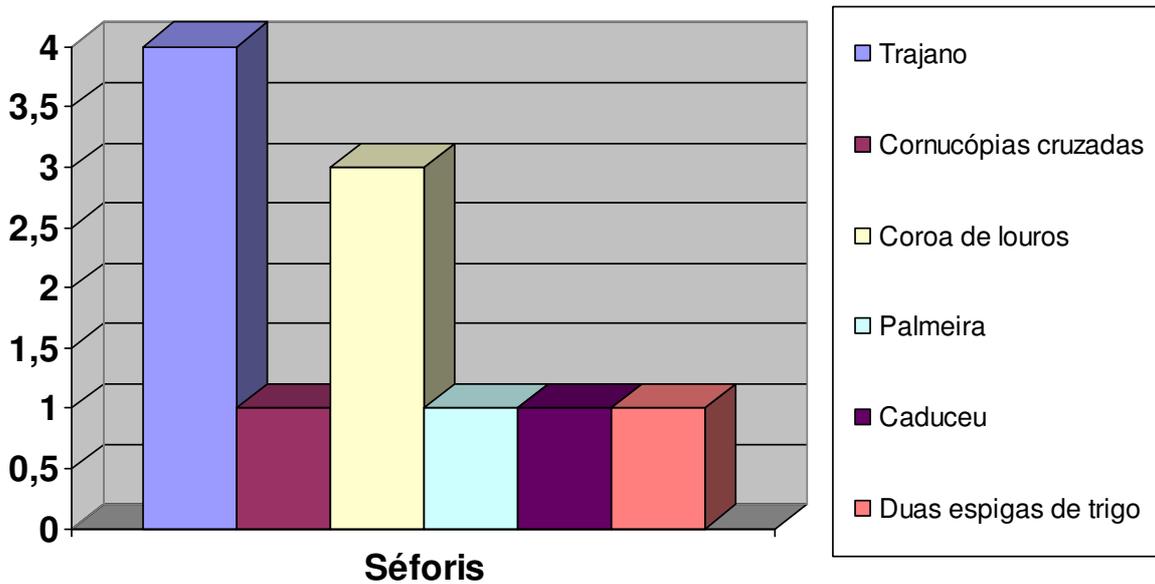


FIG. 68

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE SÉFORIS



FIG. 69

Depois da destruição de Jerusalém em 70 d.C., muitos dos líderes judeus, incluindo alguns daqueles que lutaram em Jerusalém, assentaram-se em Séforis, e ela se tornou a mais expressiva cidade judaica na Galiléia. Em consequência disso, não é surpresa a constatação que todas as moedas da cidade produzidas durante o governo de Trajano (98-117 d.C.) carreguem símbolos judaicos em seu reverso. Uma série de quatro denominações foi emitida em Séforis sob Trajano, apresentando em seu reverso: grinalda de folhas (moedas 257 e 259), palmeira (moeda 260), caduceu alado e espigas de trigo (moedas 261 e 262). Todos são símbolos bem conhecidos dos judeus e ao mesmo tempo elementos decorativos da arte judaica daquele período. A escolha desses símbolos nas moedas batidas em Séforis sob Trajano está diretamente ligada ao posicionamento da população de Séforis favorável aos romanos na Primeira Guerra contra os romanos. A emissão de moedas com esses símbolos seria uma ‘retribuição’ de Roma para a cidade que ficou ao seu lado durante o conflito. É interessante ressaltar que a circulação dessas moedas nos mercados locais mostrava para as outras cidades o prestígio que Séforis tinha adquirido junto a Roma naquele momento, e isso significava prestígio político e favorecimentos econômicos.

Do reinado de Trajano em diante a cidade não emitiu mais moedas. Segundo Jack Pastor, Séforis cessou sua produção de moedas, possivelmente como uma represália pelo fato de a cidade ter suportado a rebelião dos judeus sob Trajano em 115-117/8 d.C., num conflito que ficou conhecido como “guerra de Quietus” (PASTOR, 1997, p. 150). Séforis voltou a produzir moedas somente no reinado de Antonino Pio, mas, daí em diante, o caráter não-judaico prevaleceu. A cidade que por tanto tempo foi chamada por seu nome hebraico, a partir desse momento, passou a ser chamada Diocaesarea em homenagem a César e a Zeus (Dios).

TIBERÍADES

Tiberíades é a última cidade apontada por nosso quadro (fig. 31). Foram emitidas 13 moedas pelos reis da dinastia herodiana, sendo 11 imperiais gregas, pseudo-autônomas, pois não apresentam o busto ou o nome do imperador de Roma nelas, 1 imperial grega autônoma, que apresenta o busto de Calígula (moeda 268) e 1 provincial, que teve esse caráter devido à intervenção de Vespasiano na emissão da cidade, em virtude da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos (moeda 273).

Das oito emissões imperiais gregas sob os imperadores romanos, 4 foram emitidas sob Trajano e 4 sob Adriano.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE TIBERÍADES

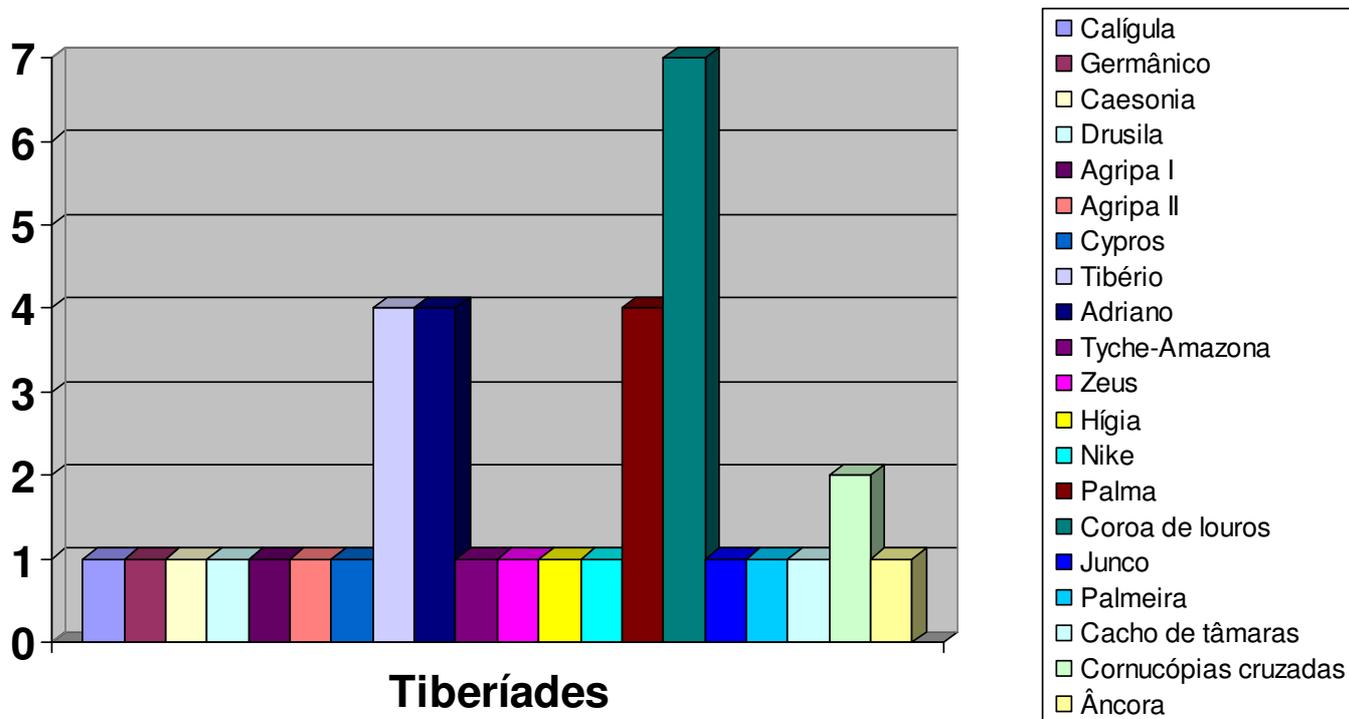


FIG. 70

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE TIBERÍADES

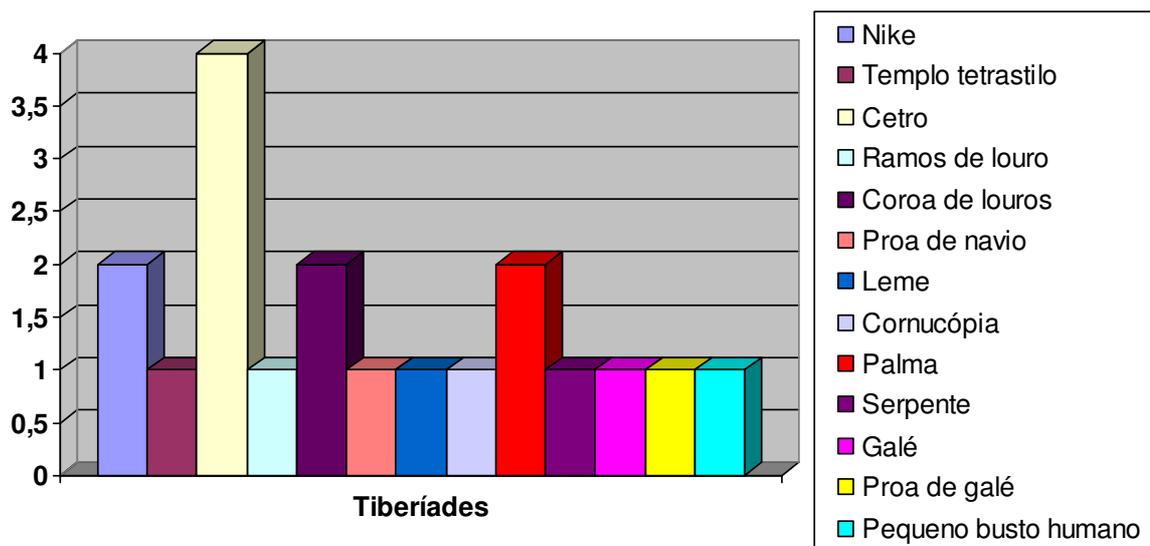


FIG. 71

Tiberíades foi fundada por Herodes Antipas como sua capital, e ele começou a emitir moedas na cidade nesse mesmo momento. Suas primeiras moedas apresentam a representação de uma folha de junco (anverso da moeda 263), planta característica da paisagem local. Logo em seguida, ele produziu moedas representando palmeiras (moeda 266), palmas (moedas 264 e 265) e cachos de tâmaras (moeda 267). Vimos, ao analisar as moedas de Jerusalém, que a palma tinha, no início da cultura judaica, muitos significados e a palma como *lulav* tinha um importante papel nas cerimônias religiosas. Mas, nas moedas de Herodes Antipas, parece que o ramo de palmeira marcava o estágio da consolidação da cidade: um estágio de transição de uma localidade desabitada e repleta de junco e vegetação selvagem, para um lugar assentado e cultivado, onde palmeiras tinham sido plantadas no lugar de juncos. Em outras palavras, as palmeiras sobre as moedas de Antipas possivelmente simbolizem o desenvolvimento urbano e progresso econômico de Tiberíades.

A moeda 266 traz uma palmeira e uma nova inscrição: “Em honra de Caesar Gaius Germanicus”. Essa nova mensagem tem uma explicação histórica: como vimos anteriormente, de acordo com Flávio Josefo, imediatamente depois que Gaius Calígula tornou-se imperador em 37 d.C. ele apontou seu amigo de infância Agripa, cunhado de Antipas, como rei no território formalmente governado por Felipe. A partir de então os planos de Antipas foram totalmente frustrados: não somente tinha deixado de receber o território de seu irmão Felipe, como também o tão esperado título de rei tinha sido conferido a Agripa. Para reverter a situação Antipas navegou até Roma para reivindicar um reino ao Imperador. Agripa não perdeu tempo e enviou a seu amigo Calígula uma carta contendo reclamações e acusações contra Antipas. Gaius Calígula acreditou nas acusações contra Antipas, assim, além de não elevar a categoria de Antipas destituiu-o de seus territórios dando-os a Agripa. A viagem de Antipas a Roma em 39 d.C. foi minuciosamente narrada por Flávio Josefo, que destacou que entre os presentes de Antipas ao imperador estava uma série de moedas nas quais ele mandou cunhar a inscrição em grego, ΓΑΙΩ / ΚΑΙCΑΠΙ / ΓΕΡΜΑ / ΝΙΚΩ, que significa: “em honra de Cesar Gaius Germanicus” (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XVIII, 240-242 *apud* MESHORER, 2001, p. 83). Essas foram as últimas moedas que Antipas produziu, em virtude de tudo o que dissemos acima ele passou o resto de sua vida no exílio em Lion, na Gália.

Tiberíades recebeu o nome, TIBERIAC, em homenagem ao imperador Tibério. Esse nome aparece nas legendas das moedas. A partir das moedas sob os imperadores romanos, a

inscrição das moedas passa a ser TIBERIAC ΚΛΑΥΔΙΑC (*Tiberias Claudias*), em homenagem ao imperador Cláudio.

Dentre os tipos principais e secundários evidenciados por nosso gráfico destacam-se Tyche, segurando um leme (moeda 280, sob Adriano), galé (moeda 279), âncora (moeda 276, sob Trajano) simbolizando o caráter marítimo da cidade. Zeus em pé, dentro de um templo tetrastilo, também foi representado (moeda 281, emitida por Adriano). Essas moedas de Adriano de 119/120 d.C. representam o templo de Zeus mencionado por Epifanius como sendo o "Adrianeion em Tiberíades" (EPIFANIUS *apud* MESHORER, 1985, 34). Este foi o ano da visita de Adriano na região, e nessa ocasião, o templo de Zeus-Júpiter apresentado sobre a moeda, deve ter sido fundado (STEIN, 1990, 182-183).

A moeda 277, emitida por Trajano, traz a interessante representação de Higiéia (*Hygieia*), a deusa da saúde, sentada em uma rocha, alimentando uma serpente com uma fíala (*phiale*). Ao lado da rocha jorra uma fonte (GOODENOUGH, 1965, p. 52-54). Essa moeda representa simbolicamente as fontes quentes de Tiberíades, cujas propriedades curativas eram famosas no mundo antigo. Essas emissões poderiam ser uma propaganda tanto de Tibério como depois de Cômodo (que também representou esse conjunto iconográfico) para chamar a atenção das pessoas, destacando a possibilidade de banhar-se em suas águas saudáveis. Fontes judaicas também mencionam as fontes quentes de Tiberíades e suas propriedades medicinais. Midrash Esteher Rabba relata que Shim'on bar Yohai disse: "venha, vamos imergir nas fontes medicinais de Tiberíades. Eles então foram e adquiriram saúde" (MESHORER, 1985, p. 35).

CIDADES DA TRANSJORDÂNIA

A partir de agora serão observadas questões relativas às cidades da Transjordânia. Dentro do período cronológico por nós estabelecido, nove cidades da Transjordânia produziram moedas. Abaixo segue o quadro (fig. 72) com as principais características das emissões, assim como as principais distinções de status que essas cidades receberam, partindo das informações de suas moedas.

BOSTRA:	IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA	:	7
CANATA:	$\left\{ \begin{array}{l} \text{IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 1 \\ 3 \end{array} \right\}$
FILADÉLFIA:	$\left\{ \begin{array}{l} \text{IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 1 \\ 5 \end{array} \right\}$
GADARA :	$\left\{ \begin{array}{l} \text{IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 3 \\ 12 \end{array} \right\}$
GERASA:	$\left\{ \begin{array}{l} \text{IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 1 \\ 1 \end{array} \right\}$
HIPPOS-SUSITA:	$\left\{ \begin{array}{l} \text{IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 1 \\ 1 \end{array} \right\}$
PANIAS:	$\left\{ \begin{array}{l} \text{HERODIANA / PRÉ-IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{HERODIANA / PRÉ-IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \\ \text{HERODIANA / PROVINCIAL} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 7 \\ 8 \\ 25 \end{array} \right\}$
PELLA:	IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA	:	2
PETRA:	$\left\{ \begin{array}{l} \text{NABATÉIA / AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / PSEUDO-AUTÔNOMA} \\ \text{IMPERIAL GREGA / AUTÔNOMA} \end{array} \right.$:	$\left. \begin{array}{l} 4 \\ 1 \\ 3 \end{array} \right\}$

FIG. 72

BOSTRA

Ao observar a figura 72 acima percebemos que Bostra apresenta sete emissões imperiais gregas autônomas, sendo seis sob Trajano e uma sob Adriano. Bostra está situada a leste da Transjordânia, em um local ainda chamado Basra. Com a incorporação do reino nabateu e sua transformação em província da Arábia por Trajano em 106 d.C., Bostra tornou-se a capital da província. De acordo com Alla Stein, o primeiro título que a cidade recebeu foi: NEA TPAIANHC BOCTPAC, que significa: “a nova Bostra Trajana” (STEIN, 1990, p. 174).

A Nabatéia tinha uma importância estratégica e econômica para Roma porque controlava as rotas de comércio que traziam a mirra e outros artigos luxuosos do Iêmen e da Índia. Conseqüentemente, seus reis experimentaram algum grau de autonomia e adquiriram muita riqueza e bastante influência junto a outras cidades da região. Quando o último destes reis, Rabbel II, morreu ou tornou-se incapacitado, em 106 d.C., Trajano, temendo um rompimento no comércio, enviou o exército romano sob o comando de A. Cornelius Palma Frontonianus e tomou Petra, capital do reino nabateu. Na seqüência anexaram todo o território, agora como província da Arábia Petraea. Fortificaram a fronteira e, por volta de 114 d.C., completaram a via Nova Trajana, ligando Bostra a Ácaba, e desse modo, assegurando que as rotas de comércio fossem mantidas abertas e os produtos da Arábia continuassem a transitar por Roma (MILLAR, 2001, p. 400-408).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE BOSTRA

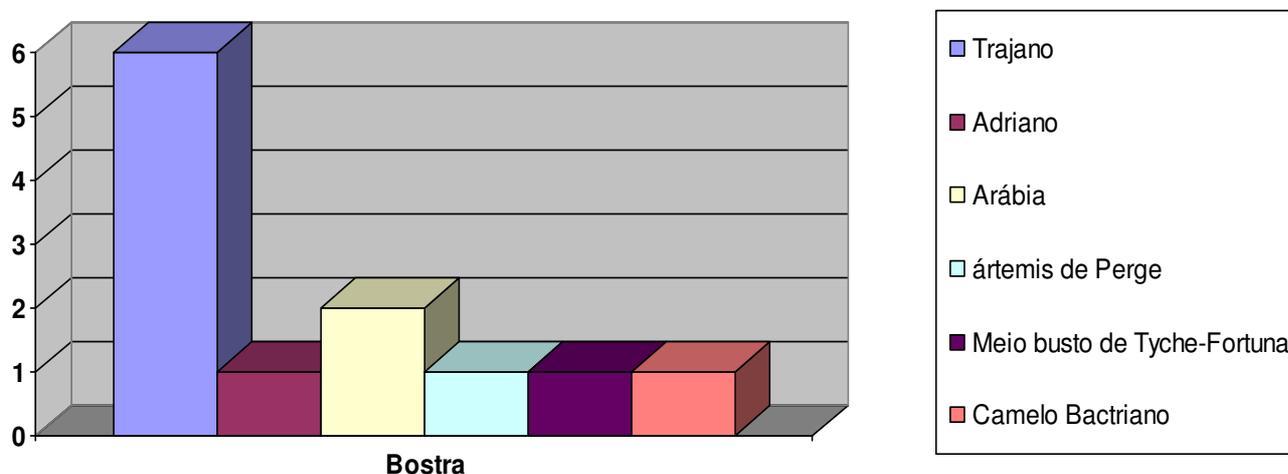


FIG. 73

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE BOSTRA

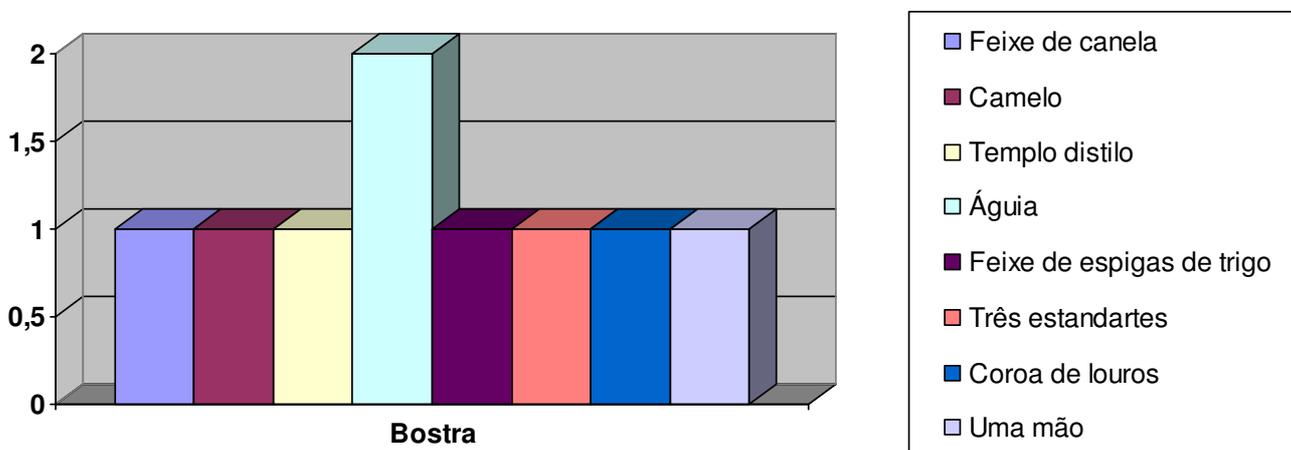


FIG. 74

Diversos tipos iconográficos são representados sobre as moedas dessa cidade, incluindo o camelo, que sempre simbolizou a região porque esse local sempre foi passagem das caravanas. O camelo aparece representado sozinho na moeda 282 e ao lado da representação da Arábia na moeda 283. O meio torso de Arábia é representado “flutuando” na moeda emitida por Adriano (moeda 288). O camelo é também representado sobre as moedas produzidas por Trajano em Roma para marcar o estabelecimento da província da Arábia, e por Roma ter submetido o reino nabateu em um contexto similar. Nas moedas republicanas romanas de Escauro, depois de 61 a.C., Aretas III, rei dos nabateus, é apresentado ajoelhado em submissão, e o camelo está ao seu lado, representando a região (MESHORER, 1985, p. 87). A divindade chefe do panteão da cidade é Dusares, um deus nabateu, mas, somente após Adriano Dusares é representado nas moedas de Bostra.

A terceira legião (*cyrenaica*) é um elemento importante nas emissões da cidade (uma moeda de Antonino Pio tem a inscrição LEGIONIS III CYR).

Já havíamos observado que essa legião havia estacionado na cidade de Neápolis e que as moedas dessa cidade, sob Velusiano, mostram um *vexillum* para representar a presença dessa legião no local (STEIN, 1990, p. 176). A moeda 286 possui um esquema iconográfico

bastante interessante. Ela apresenta três estandartes (*vexilla*) com a águia legionária, no topo do estandarte do centro, uma coroa, no topo do estandarte da esquerda e uma mão, no topo do estandarte da direita. Essa legião estacionou em Bostra e deixou sua marca sobre o culto praticado na cidade, assim como nas moedas de Bostra.

A moeda 284 apresenta o tipo singular de Ártemis de Perge. Segundo E. R. Goodenough, este tipo foi, durante a primeira metade do século XX, atribuído a Cesaréia, na Capadócia, mas estudos posteriores mostraram que essa moeda foi produzida em Bostra. O culto de Ártemis de Perge foi bastante difundido pelos reis helenísticos e com a dominação romana o culto se manteve bastante intenso em todas as províncias do leste.

Sob Alexandre Severo, Bostra foi elevada à condição de Colônia e sob Felipe, o Árabe (244-249 d.C.) a cidade foi elevada ao título de Metrópolis. As emissões de Bostra cessaram com Herênio Etrusco e Hostiliano no ano de 251 d.C.

CANATA

A próxima cidade que nosso quadro (fig.72) apresenta é Canata. Essa é a última cidade na lista de Plínio das cidades da Decápolis (HENDIN, 2001, p. 363). Originalmente, assim como Beth Shean, Canata foi nomeada Gabínia (Gabínio a fundou), e sua data de fundação é considerada 63 a.C. de acordo com o ano de fundação pompeiano. Está situada na parte nordeste da Transjordânia, próximo a Bostra. Os vestígios de Canata estão entre os mais expressivos da Transjordânia, incluindo muitos templos e inscrições.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE CANATA

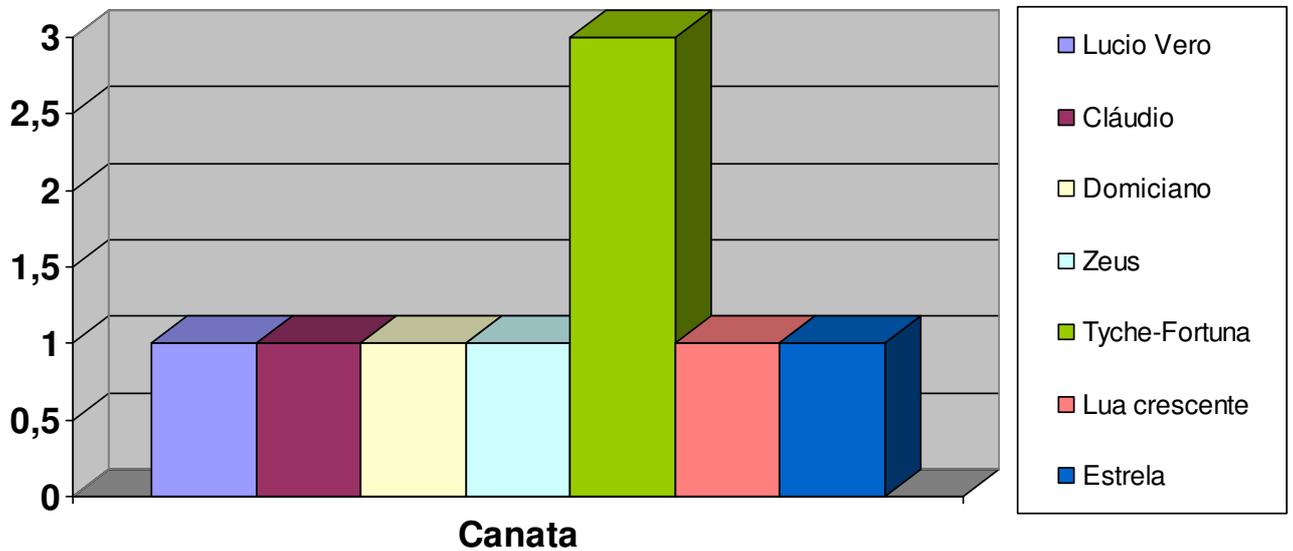


FIG. 75

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE CANATA

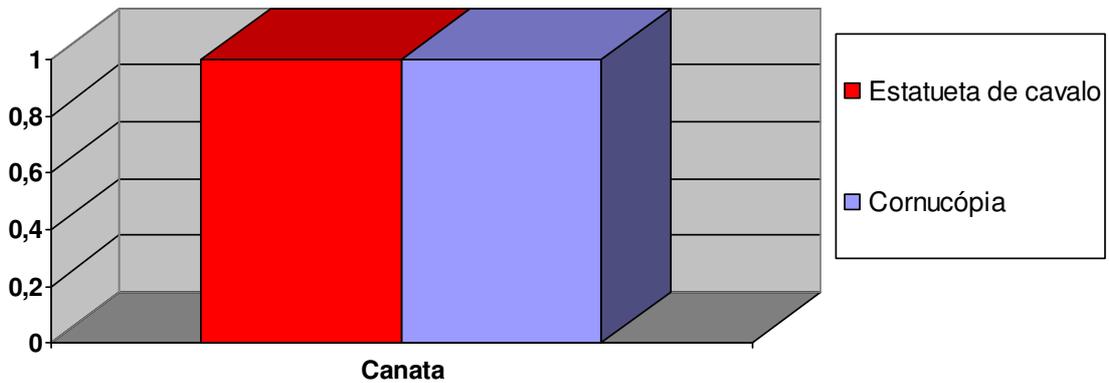


FIG. 76

Canata, que de acordo com as fontes antigas, marcava as fronteiras de Eretz-Israel, é mencionada por Flávio Josefo como o lugar da batalha em que Herodes foi derrotado pelos nabateus, incidentalmente nos dando uma chave para identificar seus habitantes (JOSEFO

apud KANAEL, 1963, p. 61). A cidade foi governada por Agripa II na segunda metade do século I d.C., a partir das evidências encontradas no local.

O gráfico acima evidencia a representação de Tyche, Zeus, uma lua crescente e uma estrela. O tipo de Dioniso é bastante representado nas moedas de Canata, porém, em período posterior a nossa delimitação. Recentemente, uma moeda do tempo de Gabínio (moeda 289) foi descoberta. Nela é representada a cabeça de Zeus, no anverso; uma lua crescente e uma estrela, no reverso. Esses dois símbolos foram mais tarde incorporados pela arte muçulmana (MESHORER, 1985, p. 76).

FILADÉLFIA

A próxima cidade exposta pelo quadro (fig. 72) é Filadélfia. Ela é uma das cidades listadas por Plínio. Trata-se da antiga Rabbath Ammon, capital da Ammon bíblica, seu nome foi mudado para Filadélfia por Ptolomeu II, Filadelfo (285-247 a.C.), que a transformou em uma *polis* helenística. Spijkerman citando Flávio Josefo afirma que Filadélfia foi atacada pelos judeus no início da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos (SPIJKERMAN, 1978, p. 78). Segundo D. Hendin, o antigo nome de Rabbath Ammon nunca desapareceu completamente, e a moderna cidade de Amã, capital da Jordânia, foi construída sobre seu lugar (HENDIN, 2001, p. 401).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE FILADÉLFIA

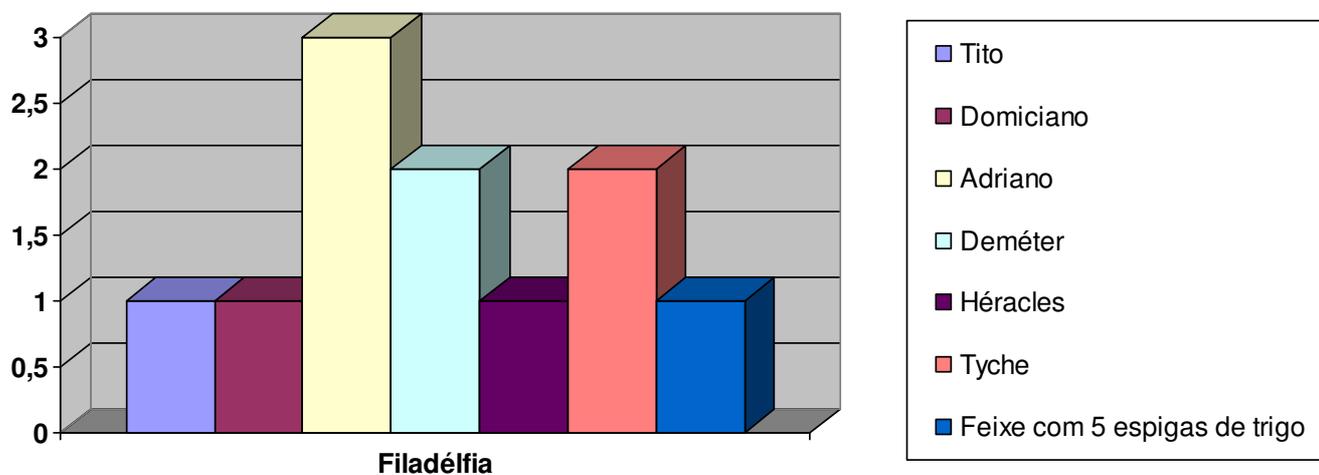


FIG. 77

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE FILADÉLFIA

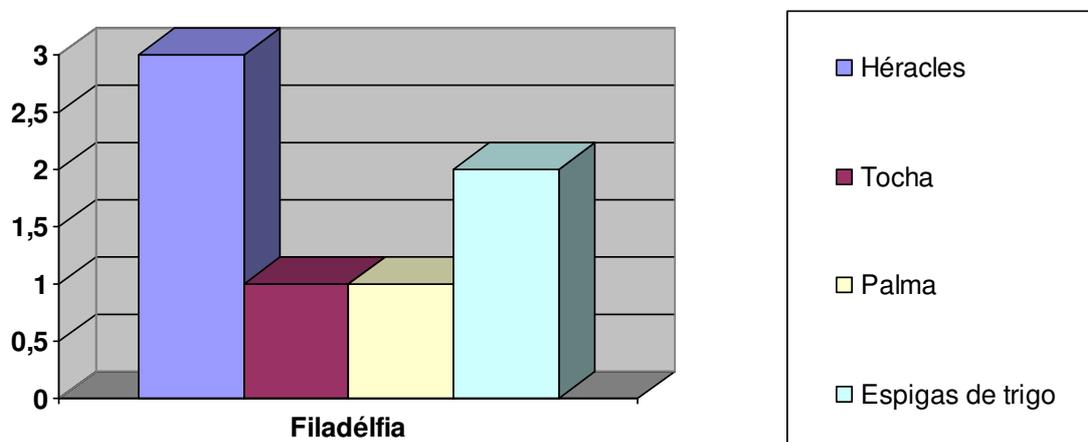


FIG. 78

A moeda 293 de nosso repertório está entre as primeiras moedas emitidas pela cidade. Foi batida sob Tito em 80 d.C. e possui a inscrição: ΦΙΛΑΔΕΛΦΕΩΝ ΚΟΙΛΗC CΥΡΙΑC, que significa: “do povo de Filadélfia, na Coele-Síria”. O termo Coele-Síria não está claro. Pode significar “o meio da Síria” ou “o todo da Síria” (MESHORER, 1985, p. 96). As moedas carregam o busto de Deméter, no anverso, e espigas de trigo, no reverso.

O deus principal da cidade é Hércules e era identificado ao deus amonita Milkom e com o fenício Melquart. A adoração de Hércules-Milkom é representada não somente por sua estátua de culto, mas também por um carro puxado por quatro cavalos com uma cobertura, acima da cobertura está a pedra sagrada, venerada em seu culto. Nosso recorte cronológico não abarca esse tipo monetário. Temos duas emissões em nosso repertório com a representação de Hércules, uma de Tito (moeda 294) e uma de Adriano (moeda 296). O anverso da moeda 295 apresenta uma contramarca com a cabeça de Hércules no pescoço de Domiciano.

Segundo Goodenough, pedras sagradas, adoradas em alguns cultos do antigo Leste e conduzidas em quadrigas, são consideradas por alguns estudiosos, meteoritos que foram

santificados, como uma dádiva do céu e adoradas em alguns cultos locais (GOODENOUGH, 1965, p. 55).

Filadélfia produziu moedas até 222 d.C., no final do reino de Heliogábalo, quando a maioria das cidades da Transjordânia cessou sua produção de moedas.

GADARA

Na seqüência de nossas observações sobre as moedas apresentadas pelo quadro das emissões da Transjordânia (fig. 72) vem Gadara. Segundo David Hendin, os vestígios da antiga cidade de Gadara localizam-se, hoje, em um lugar chamado Umm Qeis, sobre uma montanha a leste do Jordão e possui uma excelente vista do Mar da Galiléia (HENDIN, 2001, p. 371-372). Gadara é associada com a Gilead bíblica e também mencionada como um assentamento helenístico, quando a Judéia/Palestina foi conquistada por Antíoco III. De acordo com Spijkerman, Gadara foi uma cidade importante no período helenístico-romano, devido as suas fontes de água quente (Hammat Gader) dentro de suas fronteiras, perto do rio Yarmuk (SPIJKERMAN, 1978, p. 81). Tanto evidências arqueológicas quanto fontes literárias, indicam que Gadara tinha uma comunidade judaica grande, e foi a residência de um importante filósofo e historiador Abnimos, o Gadarene.

Gadara foi conquistada por Alexandre Janeu no início do século I a.C., mas logo em seguida, a cidade foi destruída a propósito do conflito entre Aristóbulo II e Hircano II. Pompeu tomou a cidade e reconstruiu-a em 63 a.C., e muitas moedas da cidade a partir daí possuem a inscrição “Gadara Pompeiana”. Gadara foi uma das cidades da Decápolis e teve uma grande comunidade judaica ao longo de sua existência.

Depois de Herodes, o Grande, Gadara se tornou uma cidade autônoma com o direito de produzir moedas. Gadara bateu moedas sob os romanos até 240 d.C.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE GADARA

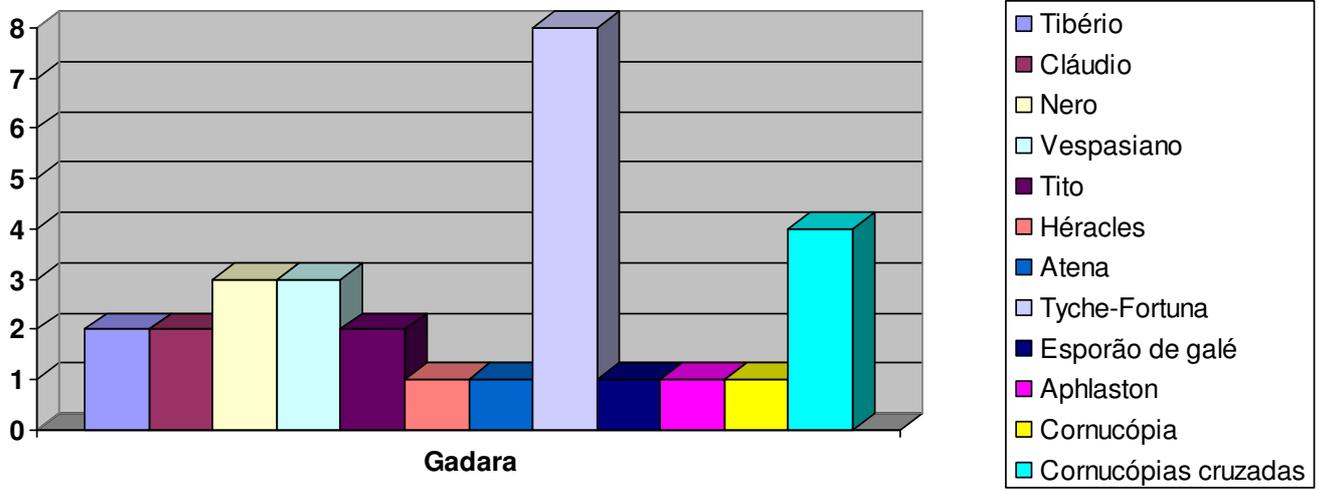


FIG. 79

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE GADARA

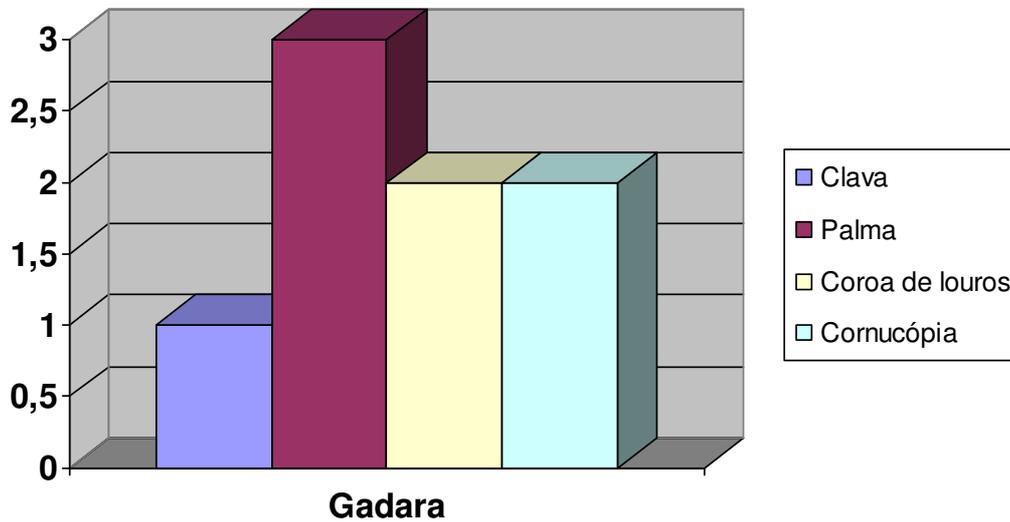


FIG. 80

A moeda 299 de nosso repertório foi apenas recentemente identificada pelos numismatas como sendo de Gadara. Ela possui em seu anverso a representação de Hércules,

umas das principais divindades do panteão de Gadara, e em seu reverso a proa de uma galé com a inscrição “Ano 1 de Roma”. Pensava-se que essa moeda fosse de Roma por possuir a inscrição “Roma”. Entretanto, é mais provável que esta inscrição seja uma referência ao ano de fundação de Gadara como cidade romana.

Gadara foi uma das cidades da Transjordânia que mais emitiram moedas e suas moedas contribuem bastante para conhecermos melhor a cidade. Os elementos marítimos nas moedas de Gadara (proa, moeda 299, e *aphlaston*, moeda 300) simbolizam a conquista de Pompeu na região depois de suas vitórias sobre os piratas que controlavam a costa leste da bacia do Mediterrâneo. Em 161 d.C. ocorreu um evento importante na cidade, que é conhecido por somente pelas medalhas batidas para comemorá-lo. Os festivais em ocasião da fundação de Gadara e em homenagem a Pompeu e suas vitórias navais, incluída a *naumachia* (uma encenação de uma batalha naval). Segundo Meshorer essas batalhas foram encenadas em Gadara no rio Yarmuk, o qual era devidamente alargado antes para comportar a representação das batalhas de Pompeu contra os piratas (MESHORER, 1985, p. 82).

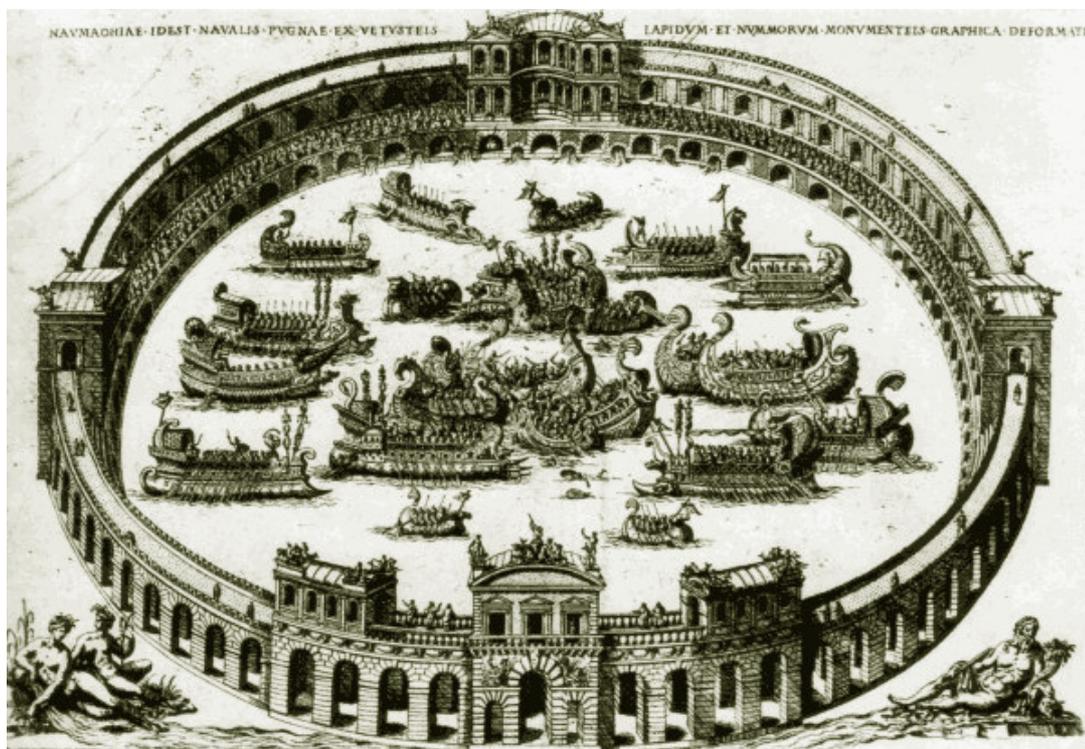


FIG. 81 - “Naumachia”. Gravura de 1581. Extraído de Y. MESHORER, 1985, p. 82.

Esses grandes medalhões comemorativos desse evento, representavam uma galé com a inscrição: “Naumachia do povo da Gadara pompeiana”. Um outro medalhão traz a inscrição: “Naumachia, a qual está no rio”. Um outro tipo representa templos de Zeus e Tyche em Gadara. Um deus-rio, personificando o rio Yarmuk, é apresentado nadando aos pés de Tyche.

GERASA

A próxima cidade citada em nosso quadro (fig. 72) é Gerasa. A primeira menção a essa cidade ocorreu durante o período helenístico quando ela foi chamada “Antioquia sobre o rio Chrysorrhoeas”. Provavelmente ela foi fundada por Antíoco IV e nomeada a partir dele. Algumas moedas, contudo, referem-se a uma tradição local de que Gerasa teria sido fundada por Alexandre, o Grande (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, I, IV, 8). Meshorer aponta uma moeda emitida sob Septímio Severo em que Alexandre, o Grande é representado e contém a inscrição: “Alexandre, da Macedônia, fundador de Gerasa”. Nicômaco que nascera em Gerasa, escreveu que Alexandre fundou a cidade, assentando ali os veteranos de seu exército. Chamou-a *Gerontes*, e o nome semítico, *Geresh*, seria uma adaptação do som do nome grego (MESHORER, 1985, 94).

Gerasa foi uma das cidades capturadas por Alexandre Janeu, e ela permaneceu como uma possessão judaica até o tempo de Pompeu. Gerasa foi anexada à província da Arábia depois de Trajano ter conquistado o reino nabateu em 106 d.C.

No início da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos de 66 a 70 d.C., Vespasiano, então comandante do exército do imperador Nero, conquistou a cidade tendo apoio de seus habitantes judeus. Gerasa foi re-fundada como uma colônia romana depois que seus habitantes provaram ser leais aos romanos. A comunidade judaica continuou vivendo em Gerasa, como atestam as ruínas de uma grande sinagoga do período bizantino descoberta na cidade.

Adriano visitou Gerasa em 129-130 d.C., durante sua visita ao Leste, e desde então, a cidade passou a ser chamada: “Antioquia sobre Chrysorroas, chamada Gerasa, a partir da velha”. Essa frase aparece abreviada em várias moedas.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE GERASA

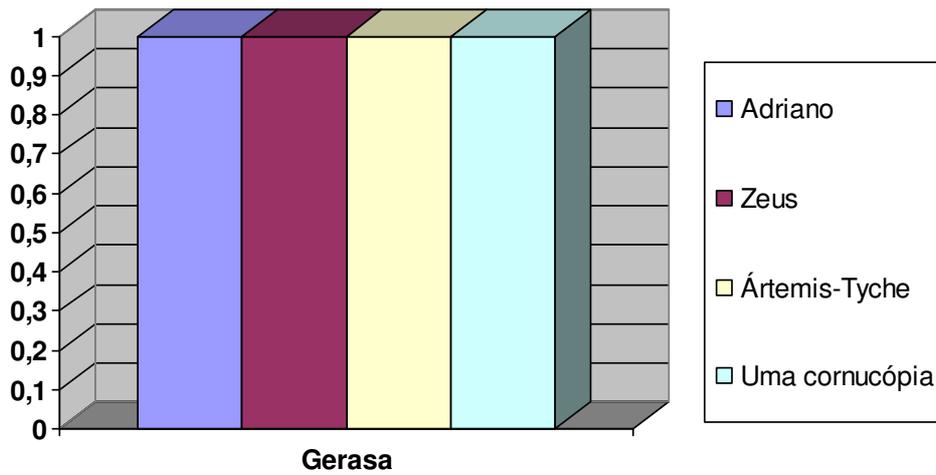


FIG. 82

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE GERASA

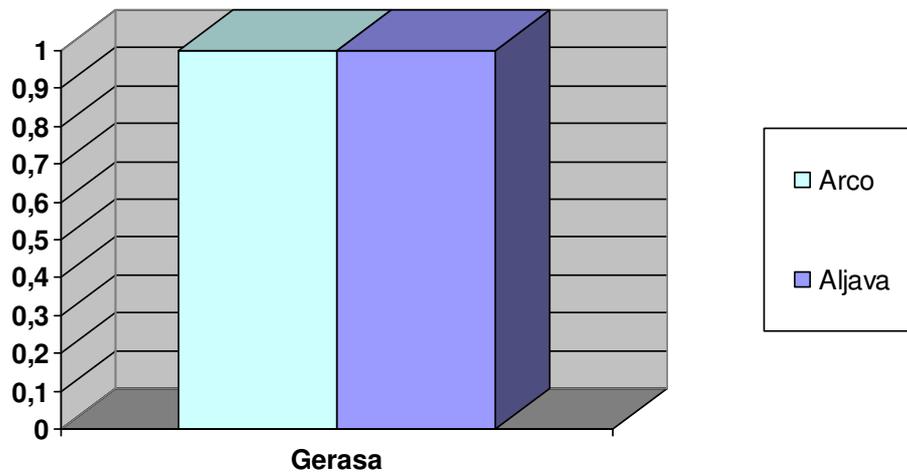


FIG. 83

Os gráficos de tipos principais e secundários (figuras 82 e 83) dão destaque ao tipo de Zeus (Moeda 314) e de Ártemis (moeda 315). Ártemis era a deusa principal da cidade, e o grande templo de Ártemis, o *Artemision*, aparece em vários momentos da cunhagem de Gerasa. Ártemis é apresentada em seu aspecto clássico como uma deusa da caça, com um arco e aljava. Ártemis, nessa moeda, é representada como a deusa da cidade Tyche, e sua inscrição é: “Ártemis-Tyche, do povo de Gerasa”.

Zeus também é representado na cidade, evidenciado sua importância como uma das divindades mais cultuadas da região. A cornucópia no reverso da moeda 314, representa a fertilidade das terras banhadas pelo rio Chrysorrhoeas. Moedas de período posterior representam Chrysorrhoeas como um deus-rio, nadando aos pés de Tyche que está sentada sobre uma rocha. Spijkerman nos afirma que seu culto era bastante importante na cidade (SPIJKERMAN, 1978, p. 86).

As últimas moedas emitidas em Gerasa em período romano ocorreram sob Heliogábalo de 218 a 222 d.C.

HIPPOS-SUSITA

Hippos-Susita é a próxima cidade da Transjordânia que nosso quadro (fig. 72) apresenta. Das duas emissões de Hippos-Susita dentro do período por nós recortado, uma é imperial grega pseudo-autônoma, apresentando no anverso o busto de Tyche e no reverso um cavalo galopando, e uma emissão imperial grega autônoma que apresenta o busto de Domiciano no anverso e um cavalo no reverso. O cavalo tornou-se o emblema da cidade.

A cidade era conhecida como Susita nas fontes talmúicas, que também dizia ser a população judaica menor do que a população de não-judeus. Durante o período helenístico e romano, o nome da cidade mudou para Hippos, que é uma transliteração da palavra hebraico *Sus*, que significa cavalo.

Hippos é listada por Plínio como uma das cidades da Decápolis (PLÍNIO *apud* HENDIN, 2001, 379). Josefo narra que Hippos foi uma das cidades capturadas e destruídas por Alexandre Janeu, depois foi tomada e reconstruída por Pompeu (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, I, 156). Augusto adicionou Hippos-Susita ao reino de Herodes, o Grande. Spijkerman nos informa que depois que os judeus de Cesaréia foram massacrados em 66 d.C., os judeus empreenderam uma “vingança” sobre populações não-judaicas de vários lugares, inclusive de Hippos. Segundo esse autor, os não-judeus da cidade saíram vitoriosos do embate com os judeus de Hippos, pois tiveram o apoio das forças romanas (SPIJKERMAN, 1978, p. 91).

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE HIPPOS-SUSITA

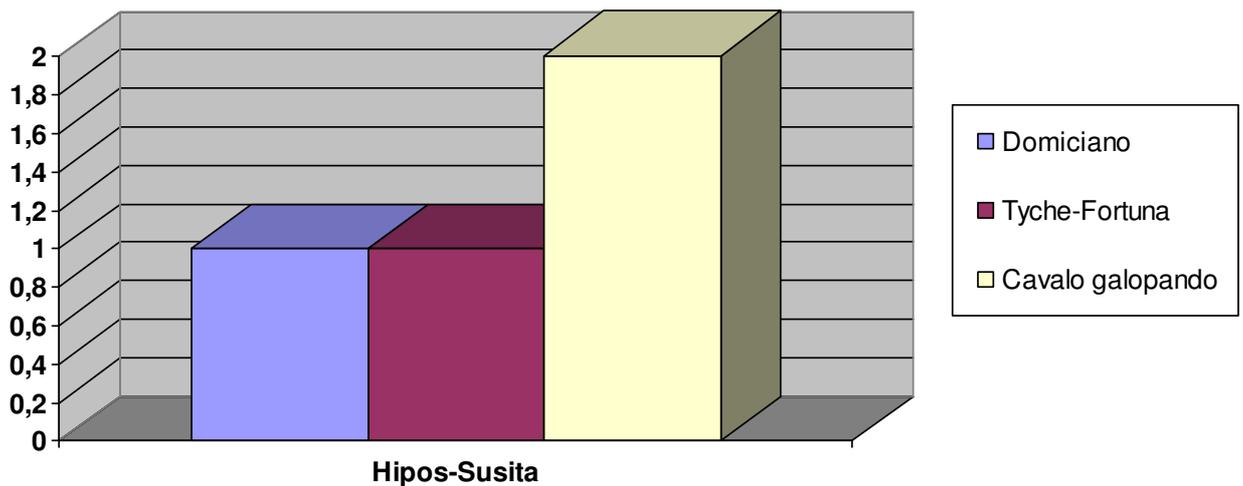


FIG. 84

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE HIPPOS-SUSITA

NÃO HÁ.

É interessante notar pelo gráfico acima que não foram emitidos tipos secundários em Hippos-Susita. As primeiras moedas da cidade foram emitidas por magistrados locais com

autorização de Roma em 37 a.C. (moeda 316), e somente depois de cem anos de intervalo, a cidade voltou a emitir moedas.

Tyche é deusa da cidade, foi uma das divindades mais adoradas em Hippos-Susita. A princípio, foi representado somente seu busto (moeda 316), posteriormente Tyche foi representada em pé, segurando um cavalo pela rédea.

Antonino Pio elevou a cidade ao status e a partir de então inseriu em suas moedas a inscrição: “dos antioqueanos em Hippos, a Santa, e cidade de Asylum”. O termo “antioqueanos” certamente faz uma menção ao tempo do governo Selêucida da cidade. Esses títulos, se referem a certos direitos civis que a cidade conquistou, nesse sentido, lembramos que discutimos no capítulo quatro algumas características que dizem respeito aos títulos *hieros kai asylos* (Santa e inviolável).

PANIAS

Panias (oficialmente *Caesarea Panias*), é a próxima cidade da Transjordânia, apontada por nosso quadro (fig. 72). Como dissemos anteriormente, das cidades da Transjordânia, Panias é a que emitiu o maior número de moedas durante o período que estabelecemos. Das 45 emissões apontadas, foram evidenciadas 15 emissões pré-imperiais gregas dos herodianos, sendo 7 de caráter pseudo-autônomo e 8 de caráter autônomo; e também 15 emissões provinciais, que adquiriram essa característica, pois, depois da Primeira Revolta dos judeus contra os romanos, Roma utilizou a oficina monetária de Panias para bater suas moedas. A princípio, em caráter emergencial, e em um segundo momento, para restabelecer a estabilidade econômica na região.

Panias, a moderna Banias, é conhecida por suas fontes de águas frescas que caem das montanhas no Mar da Galiléia. Em 198 a.C., Antíoco III derrotou o general ptolomaico Scopas, e essa parte do território passou para o controle do rei dos Selêucidas. Felipe, filho de Herodes, o Grande, fundou oficialmente a cidade em 3 a.C. O *augustaeum*, templo que foi

construído por Herodes em homenagem a Augusto, apareceu nas moedas de Felipe. Spijkerman, citando Flávio Josefo diz que esse autor menciona, em uma passagem da *Guerra dos Judeus*, a construção desse templo (SPIJKERMAN, 1978, p. 98).

Agripa I produziu suas primeiras moedas em Panias, depois de ter recebido a cidade de Calígula, depois da morte de Felipe. Agripa II re-fundou a cidade em 61 d.C., chamando-a Neronias, em homenagem a Nero, e fez dela sua capital, onde cunhou uma grande quantidade de moedas.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE PANIAS

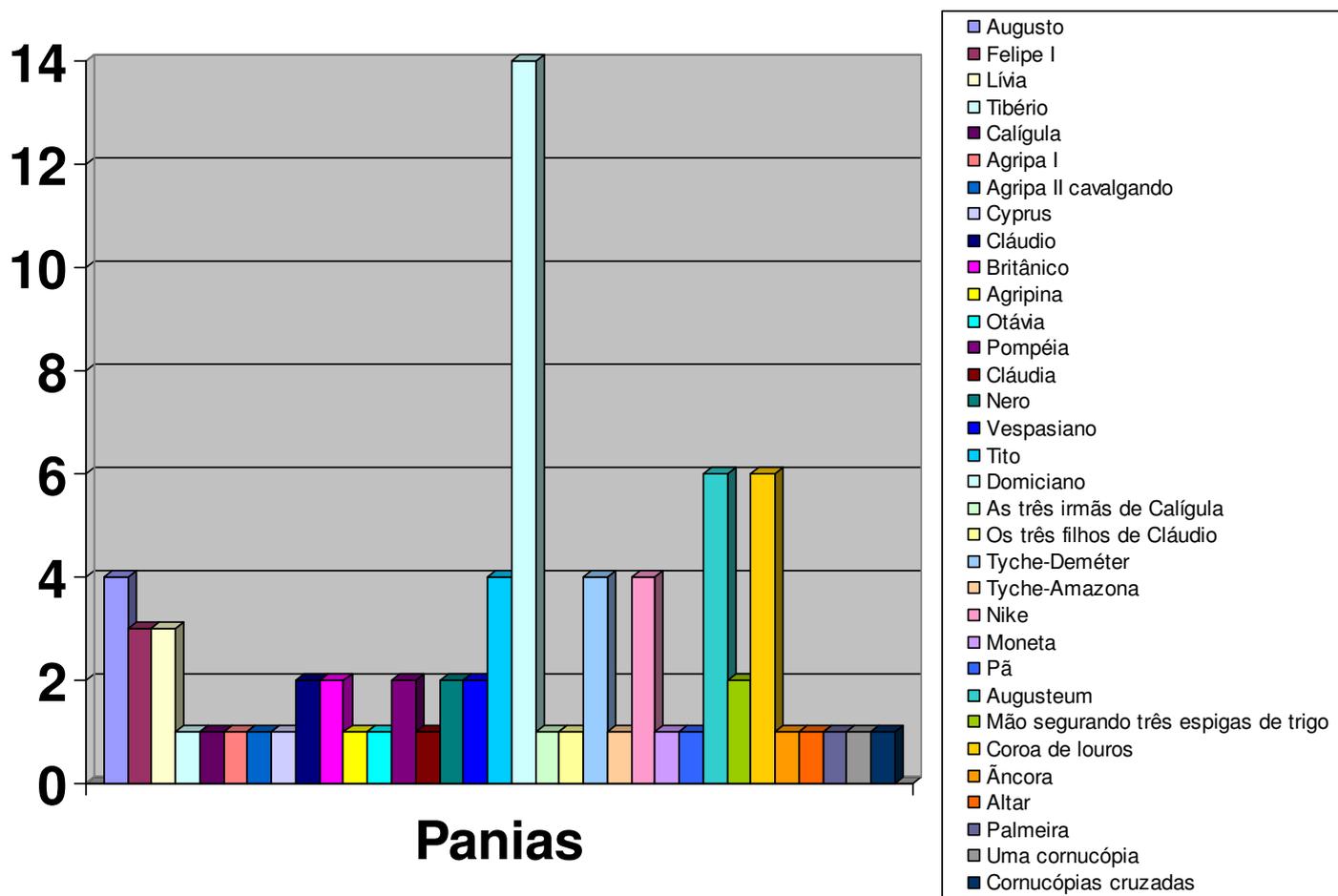


FIG. 85

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE PANIAS

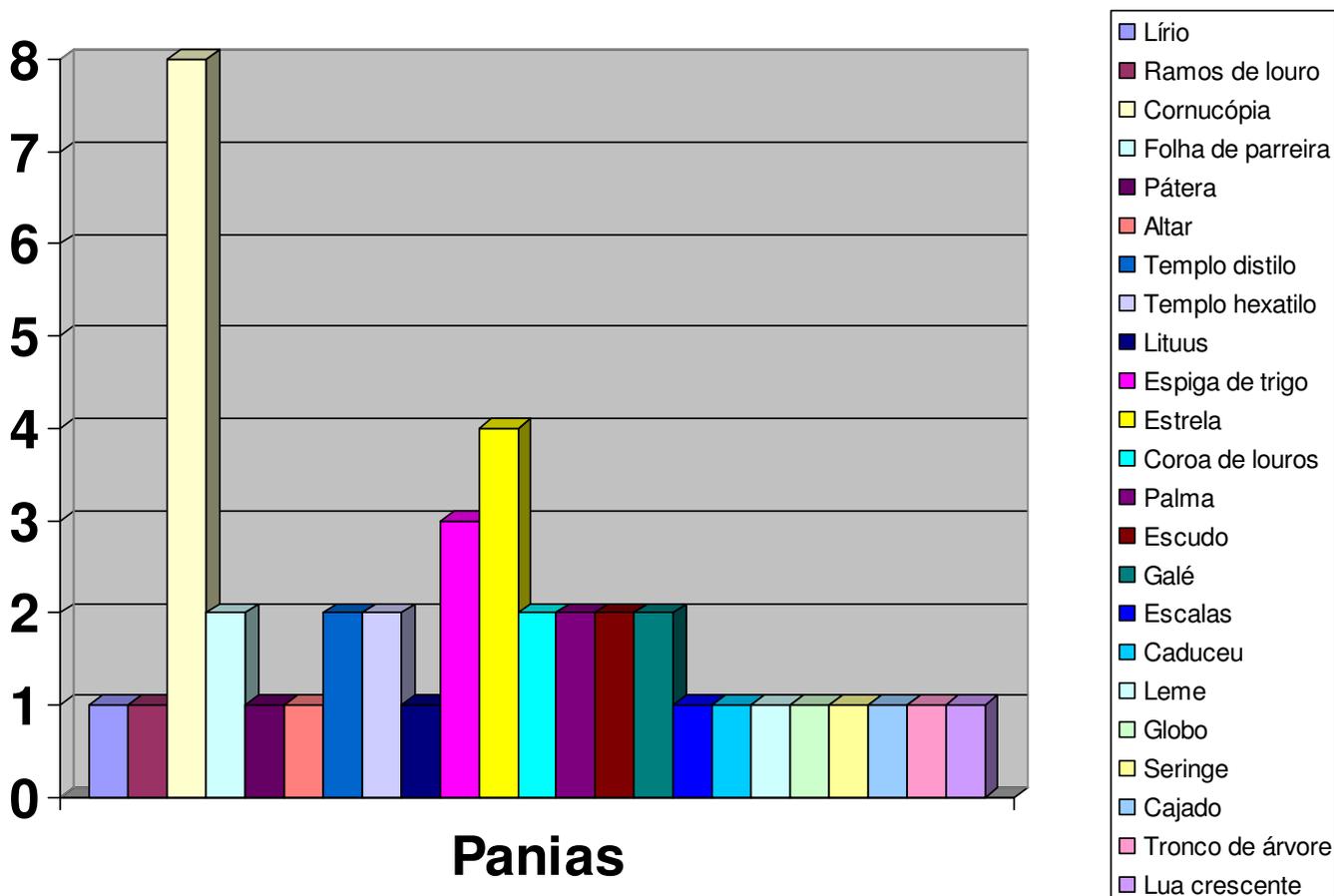


FIG. 86

A primeira moeda de Panias apresentada por nosso repertório (moeda 318) nos oferece uma informação importante. Trata-se da primeira representação de um rei judeu sobre uma moeda⁷². Pode-se assumir que essa coragem de Felipe em bater moedas com sua própria imagem comparando-se com os reis não-judeus, deu-se pelo fato de que, em seu domínio, a maioria dos habitantes era de não-judeus, e retratar o rei para esses povos, era perfeitamente natural.

Sobre a moeda 318 e 319 aparecem a seguinte inscrição, em grego, em volta de sua cabeça: “de Felipe, o Tetrarca”. Sobre o outro lado da moeda 318 está representado o busto do imperador Augusto, enquanto que, sobre a moeda 319 está representado o *Augusteum* (templo

⁷² A partir de uma inscrição esculpida sobre a base de uma estátua de pedra de Herodes descoberta em Hauran, sabemos que estátuas em sua homenagem eram colocadas em áreas com uma população não-judaica. Ver W. Dittenberg, *Oriens Graeci inscriptiones selectae* I. Hildesheim, 1960, nº 415 *apud* MESHORER, 2001, p. 86.

de Augusto) em Panias. Em ambos os casos, acompanham a inscrição em grego: “de César Augusto”. Destaca-se a ausência de um diadema ou uma coroa imperial sobre a cabeça de Felipe. Mas, sobre as moedas de Agripa I (moeda 327) e Agripa II (moeda 330), a cabeça do rei judeu é adornada com um diadema. A ausência do diadema nas emissões de Felipe deve ter ocorrido porque ele possuía um status inferior, sendo apenas um Tetrarca (MESHORER, 2001, p. 86).

A moeda 322 de nosso repertório difere das outras moedas de Felipe por apresentar um aspecto diferente: sobre seu anverso estão representados os bustos conjugados de Augusto e de Lúvia⁷³. Em volta da cabeça de Augusto e de Lúvia aparece a inscrição “ΣΕΒΑΣΤΩΝ”. De acordo com Spijkerman, isso significa que ambos possuíam o título “Augustus”. Sabe-se, a partir de fontes romanas, que Lúvia usufruiu desse título somente após a morte de seu marido em 14 d.C. (SPIJKERMAN, 1978, p. 79).

A moeda 324 apresenta no reverso uma mão segurando três espigas de trigo. Agripa I também cunhou moedas com este símbolo (moeda 328). A melhor interpretação desta produção específica da cidade de Panias, é que estas moedas representassem um símbolo óbvio de fertilidade, e a apelação do “segurar frutas” é adequada para esta área com sua abundância de água e sua vasta vegetação (MESHORER, 2001, p. 89). Esta moeda rara, só recentemente identificada, traz de um lado a imagem da rainha Cipre (*Cypros*), esposa de Agripa I, como indicada pela inscrição próxima à sua cabeça. O outro lado apresenta ramos de trigo e folha de videira que uma mão segura. Abaixo aparece a inscrição grega: ΓΑΙΩ ΚΙΣΑΡΗ (*Gaius Caesar*). Agripa I era membro da ramificada família de Herodes, o Grande, foi educado em Roma e passou muitos anos no seio da família imperial. Estes anos criaram nele uma estreita afinidade com Roma e sua cultura, e os imperadores romanos tinham-no publicamente como um leal aliado.

O reverso da moeda 326 apresenta as três irmãs de Gaius Calígula: Júlia, Drusila e Agripina em pé. Júlia à esquerda apoiada em coluna, imitação clara de um tipo similar emitido em Roma.

⁷³ Moedas das províncias romanas representando os bustos conjugados de Augusto e Lúvia foram também produzidas na cidade de Smyrna (Izmir), na Ásia Menor. Ver C.H.V. Sutherland e C.M. Kraay, *Catalogue of the Coins of the Roman Empire in the Ashmolean Museum*, I, Oxford, 1975, nos. 1305-1315 *apud* MESHORER, 2001, p. 87).

A moeda 345 tem uma característica interessante. Essas emissões são conhecidas como emissões bilíngües. Sobre o anverso está representado o busto de Domiciano com uma inscrição em latim: CAES DIVI VESP F DOMITIAN AVG GER COS X e sobre o reverso está representada Moneta, deusa da emissão monetária romana, em pé e segurando escalas, também com uma inscrição em latim: MONETA AVGVSTI/SC. Até esse ponto é uma cópia exata das moedas de Domiciano, mas o reverso tem uma adição que a faz reconhecível como sendo uma moeda de Agripa II - uma inscrição curta em grego e a data de sua emissão: ΕΠΙ ΒΑ ΑΓΡ/ΕΤ ΚΕ, que significa: “nos dias do rei Agripa, ano 25”.

De acordo com Spijkerman, os símbolos judaicos presentes nas moedas 347 (palmeira), 348 e 355 (cornucópia) e 349 (cornucópias cruzadas) talvez sejam uma tentativa de Agripa em compensar os tipos não-judeus que ele colocara em suas outras moedas (SPIJKERMAN, 1978, p. 78). Entendemos que o significado da palmeira vá um pouco além dessas observações. Ao compararmos as emissões de Agripa II, sob Vespasiano, Tito e Domiciano em Cesaréia Marítima (moedas *Judaea Capta*), ao lembrarmos que Agripa refundou a cidade em 61 d.C., dando-lhe o nome Neronias, ao analisarmos a importância que Agripa dava à cidade de Panias transformando-a em sua capital, queremos crer que a palmeira faça parte, sem dúvida, da composição do esquema iconográfico das moedas *Judaea Capta* de Domiciano.

O fato das emissões de Panias estarem geograficamente distantes das “verdadeiras” moedas *Judaea Capta* de Cesaréia, reforça a idéia da utilização político-propagandística empreendida por Roma nas cidades da região, nesse caso através das emissões de Agripa II. Devemos entender essa propaganda romana enquanto propaganda de seu poderio militar e da supremacia que Roma estabeleceria por toda a Judéia/Palestina.

A representação de Pã na moeda 352 oferece uma interessante reflexão. Pã aparece com seus atributos. Ele está andando para a esquerda e tocando seringe (*syrinx*) com sua mão direita, mantém seu cajado (*pedum*) em seu ombro; há também um tronco de árvore, atrás, e uma pequena lua crescente, acima. Pã é a única figura claramente não-judaica representada nas moedas dos judeus, e não há dúvida de que seu aparecimento nas moedas de Agripa II está diretamente ligado à cidade de Panias. Pã era a divindade mais importante da cidade, e segundo Spijkerman, Agripa teria erigido uma estátua de Pã em 87/88 d.C., observada em sua moeda (que teria sido contemporânea à estátua), e dedicou-a ao povo de Panias que era leal a ele (SPIJKERMAN, 1978, p. 98).

PELLA

Uma antiga cidade, Pella foi primeiramente mencionada como *Pi-hi-lim* em textos egípcios, datando do décimo nono século a.C. Ela foi também listada como uma das cidades cananitas de Tutmósis III, e também nos textos egípcios, como um centro para a manufatura de carruagem (HENDIN, 2001, p. 399).

Durante o período helenístico, a cidade de Pehal foi renomeada Pella, por causa da semelhança sonora com a Pella macedônica. Inscrições em algumas moedas emitidas pela cidade de Pella, apontam para a possibilidade da cidade ter sido fundada por Felipe da Macedônia, o pai de Alexandre, o Grande.

Pella foi capturada por Alexandre Janeu, que a destruiu. Pompeu restaurou a cidade e incluiu-a na Decápolis. Josefo menciona Pella entre as cidades em que ocorreram conflitos durante a Primeira Revolta dos judeus contra os romanos e Goodenough nos chama a atenção para a possibilidade das primeiras emissões da cidade estarem relacionadas a esse evento (GOODENOUGH, 1965, p. 47).

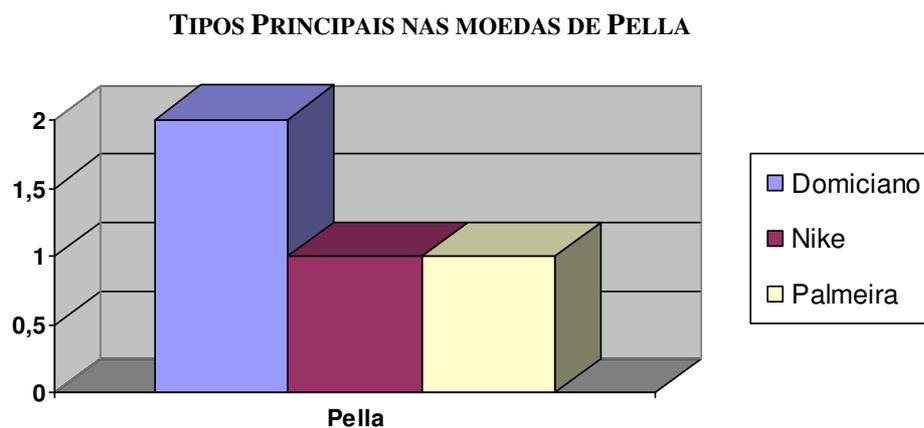


FIG. 87

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE PELLA

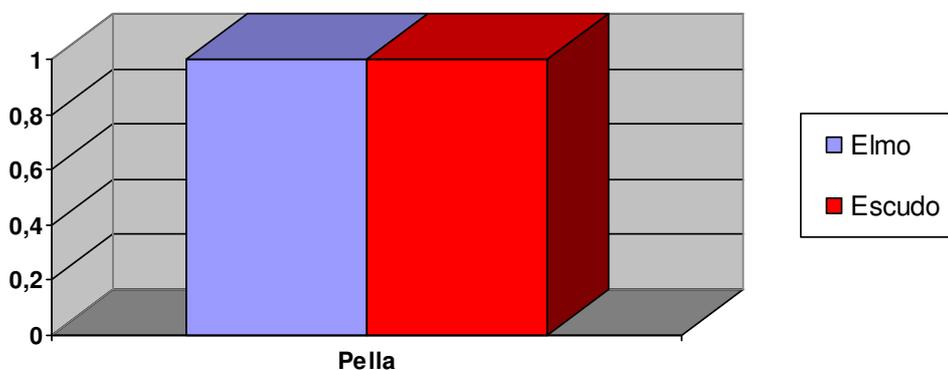


FIG. 88

O esquema iconográfico da moeda 359 aponta uma semelhança muito grande com o tipo *Judaea Capta* emitido por Agripa II sob Vespasiano, Tito e Domiciano, com a representação de Nike-Vitória escrevendo em um escudo. A outra moeda de Pella, dentro do nosso recorte cronológico, apresenta uma palmeira (moeda 358). Assim como observamos nas emissões de Panias, sob Domiciano, podemos inferir que essas moedas fazem parte da proposta propagandística empreendida por Domiciano, a propósito da vitória dos romanos sobre os judeus rebeldes. A informação transmitida por Eusébio de que Pella abrigou parte da população judaico-cristã de Jerusalém depois que essa foi destruída na guerra com os romanos, nos faz pensar que, Domiciano soube aproveitar uma situação favorável, o apoio dessa parcela da população, para representar nessas moedas todo o poderio romano (EUSÉBIO *apud* MESHORER, 1985, p. 92).

De acordo com Alla Stein, uma interessante moeda sob Cômmodo apresenta a inscrição: $\Phi\Lambda\text{I}\Pi\text{T}\text{K}\text{ΠΕΛΛΑΙΩΝ}\text{Π}\text{ΝΥΜΦ}\text{Κ}\text{ΕΛΕΥΘ}$ que significa: “do povo de Filipópolis, o qual é também Pella, próxima a Ninfaeum, e cidade livre”. Em Citópolis, que também faz parte da Decápolis, também aparece a inscrição “cidade livre”. O significado desse título e se ele elevava os habitantes da cidade a algum status especial ainda são questões abertas. O título desaparece das inscrições das moedas de Cômmodo em ambas as cidades (STEIN, 1990, 185).

PETRA

A última das 23 cidades que relacionamos em nossa pesquisa é Petra. Como mencionamos anteriormente ao falarmos de Bostra, a Nabatéia era realmente importante para os romanos pois, estava situada estrategicamente num local de grande fluxo de mercadorias vindas de regiões mais orientais.

As primeiras quatro moedas destacadas por nosso repertório, foram emitidas ainda por reis nabateus, de caráter autônomo, pois o período em questão está cronologicamente dentro dos eventos que selecionamos para ser nosso recorte cronológico inicial, a saber, as primeiras emissões dos hasmoneus com João Hircano I.

Em seguida à vitória dos romanos e à transformação do reino nabateu em província Arábia em 106 d.C., foram emitidas moedas imperiais gregas autônomas e pseudo-autônomas. Nosso repertório possui 1 emissão imperial grega pseudo-autônoma e 3 imperiais gregas autônomas.

Petra (o nome hebraico-aramaico é Reqem), foi fundada pelos nabateus no século II a.C., e foi capital do reino nabateu até 106 d.C. quando Trajano anexou-a a Província da Arábia. A maioria das moedas nabatéias foi produzida em Petra a partir de 100 a.C.

TIPOS PRINCIPAIS NAS MOEDAS DE PETRA

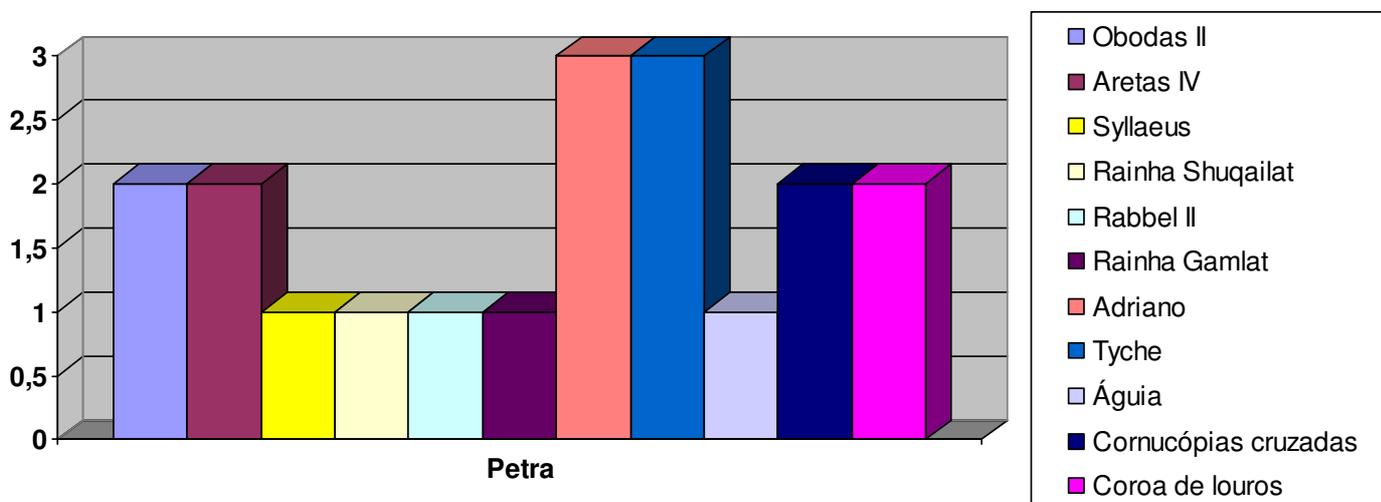


FIG. 89

TIPOS SECUNDÁRIOS NAS MOEDAS DE PETRA

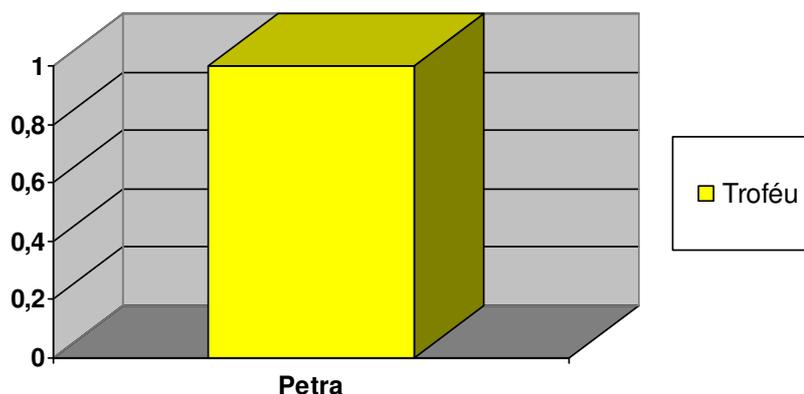


FIG. 90

Os dois gráficos acima evidenciam que Tyche foi a divindade mais representada nas moedas, assim como Adriano foi seu governante mais representado.

A moeda 362 foi emitida em conjunto por Syllaeus e por Aretas IV. Syllaeus foi o ministro chefe de Obodas III e por um breve período ele partilhou do governo dos nabateus com Aretas IV, depois da morte de Obodas. Em 24 a.C. Syllaeus traiu Roma causando grande destruição a um exército romano enviado para a Arábia Felix. Syllaeus foi duas vezes chamado para a Corte de Roma, onde em 6 a.C. ele foi condenado por traição e pela morte de Obodas. Ele foi decapitado e seu corpo foi lançado da Rocha Tarpeiana (Estrabão *Geografia*, XVI, 22-24).

As moedas batidas em Petra durante o período de dominação romana seguiram o estilo nabateu. É o caso da moeda 364 emitida sob Trajano que traz uma Tyche em total estilo nabateu. Essa moeda apresenta duas cornucópias cruzadas no reverso, e acima, um monograma \overline{M} , que corresponde às letras iniciais da inscrição: P[ETPA] M[ETPOPOLIS].

O tipo mais importante sobre as moedas de Petra é a representação de Tyche, a deusa principal da cidade (que é identificada com Allat, a deusa nabatéia da fertilidade.). Na moeda 365 ela está sentada em uma rocha, talvez simbolizando o penhasco em que a cidade está situada. Tyche segura um troféu em uma clara alusão à vitória e estabelecimento de um controle romano na região.

Petra cessou suas emissões monetárias em 222 d.C.

DOIS EXEMPLOS DE IMPACTO DIRETO DA PRESENÇA ROMANA NAS MOEDAS DA JUDÉIA/PALESTINA: A REPRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE E DAS LEGIÕES ROMANAS E AS EMISSÕES JUDAEA CAPTA

REPRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE E DAS LEGIÕES ROMANAS

Ao observarmos o repertório de emissões/tipos monetárias e as informações referentes às vinte e três cidades emissoras da Judéia/Palestina, podemos verificar que o conjunto iconográfico em que o Imperador é representado nas moedas de algumas cidades arando a terra com um arado puxado por dois bois, é bastante recorrente.

Podemos encontrar a recorrência desse esquema iconográfico entre as moedas batidas por uma cidade, entre autoridades emissoras diferentes (por exemplo, a cidade de Acco-Ptolemaida produziu moedas com esse esquema iconográfico sob o imperador Nero e sob Adriano). Também encontramos esse esquema iconográfico do imperador como fundador da cidade em muitas outras cidades da Judéia/Palestina. O fato de esses paralelos iconográficos atravessarem a fronteira geográfica entre cidades litorâneas, interioranas ou da Transjordânia, nos faz refletir sobre a proposta integralizante⁷⁴ do Império Romano para essas cidades, ainda mais se pensarmos no caráter pontual que essas cidades possuem como vimos há pouco.

A composição desse esquema iconográfico é hoje claramente reconhecida como sendo um ato de fundação de uma nova colônia na província da Judéia/Palestina por parte do imperador romano, que é, simbolicamente, o fundador de todas as cidades. Como vimos no terceiro capítulo do trabalho, a idéia da fundação/re-fundação das cidades enfatizava simbolicamente seu status de “mini-Romas”, conduzida com ritos que procuravam reproduzir a fundação mítica de Roma com Rômulo arando em torno do lugar e parando nos locais em que se localizariam os portões da cidade (Cf. páginas 71-74).

⁷⁴ Entendamos integralizante, aqui, no sentido político-ideológico-propagantístico, pois com essas emissões o Império Romano conseguia, ao mesmo tempo, transmitir seu poder e sua força para seus aliados, e principalmente para seus opositores, e sua boa vontade para com as elites locais, elevando o status das cidades e conferindo a elas concessões importantes.

A primeira moeda que apresenta esse esquema iconográfico é a moeda 18, emitida por Nero, no século I d.C., em Acco-Ptolemaida. A representação de Nero no ato de fundação da cidade, está diretamente ligada à elevação do status da cidade a colônia romana. A partir desse momento, a cidade passou a ser chamada Colônia Ptolemaida.

No anverso dessa moeda aparece o busto de Nero, virado para a esquerda, e no reverso temos a cerimônia de fundação da Colônia romana de Ptolemaida: o fundador (Nero), é apresentado arando a fronteira da colônia³⁹ com um touro e uma vaca, e atrás estão quatro estandartes militares marcados com o número das legiões – III (*Gallica*), VI (*Ferrata*), X (*Fretenses*), XII (*Fulminata*). Esta moeda fornece uma forte confirmação da narrativa de Flávio Josefo sobre a estadia dessas legiões na região de Acco-Ptolemaida, por ocasião da erupção da Primeira Revolta em 66 d.C. (Meshorer, 1985, p.14).

Outras quatro moedas apresentam esse mesmo esquema iconográfico com o imperador no ritual de fundação. A moeda 20 emitida por Adriano, também em Acco-Ptolemaida, a moeda 84 emitida em Cesaréia Marítima sob Adriano, e a moeda 220 emitida em Aelia Capitolina. A diferença é que nessas duas últimas os estandartes estão ausentes. Adiciona-se a presença de Nike coroando o Imperador na moeda de Cesaréia, e somente um estandarte no centro da moeda de Aelia Capitolina. Outros símbolos ligados às legiões aparecem em outras moedas como um *vexillum* na mão de Tyche na moeda 105 de Dora, emitida sob Nero, a águia legionária e o javali, nas moedas 221 e 222 de Aelia Capitolina, sob Adriano, e contramarcas com os símbolos das legiões sobre moedas de diversas cidades, como a moeda 67 de Cesaréia ou a moeda 252 de Sebaste.

Esse conjunto iconográfico se repete em outros momentos históricos dessas cidades e também em outras cidades. Por exemplo, podemos destacar que em Cesaréia (litorânea), tem-se a fundação da cidade em uma moeda de Felipe, o Árabe (244-249 d.C.) e em Sebaste (interiorana), essa cena se repete em uma moeda de Caracala (198-217 d.C.), e em Bostra (Transjordânia), o mesmo esquema iconográfico aparece nas moedas de Severo Alexandre.

³⁹ Sobre as questões relativas as fronteiras do mundo romano ver D. Perring, *Spatial organization and social change in Roman towns*. In: J. Rich e A. Wallace-Hadrill *City and Country in the Ancient World*. Londres, Routledge, 1992.

Com esse exemplo fica clara a força do Império Romano: todas essas emissões são imperiais gregas autônomas, ou seja, essas moedas foram produzidas pelas autoridades locais, sob domínio dos imperadores romanos. O que significa dizer, por um lado, que havia uma política das elites locais em evidenciar a supremacia de Roma na região, assim como externar sua gratidão a Roma (essa emissão de Bostra, por exemplo, ocorreu imediatamente após a elevação da cidade à categoria de colônia romana). E, por outro lado, fica patente o controle político-ideológico de Roma, ao evidenciar seu poder sobre as cidades da Judéia/Palestina, influenciando as elites locais a promoverem em suas moedas a importância do Império Romano para a cidade e para seu povo.



FIG. 91 - Bostra. Cerimônia de fundação da Colônia: o imperador como fundador arando com touro e vaca. Acima, altar do deus nabateu Dusares. Severo Alexandre (222-235 d.C.) Cf. Y. Meshorer, 1985, p. 88 (x5).

A moeda acima (fig. 91) foi batida em Bostra sob o imperador Severo Alexandre (222-235 d.C.). Ela possui o esquema iconográfico em que o imperador é representado no ato de fundação da cidade. Acima do boi e da vaca está a representação do altar do deus nabateu Dusares. Dusares era a divindade principal da cidade de Bostra e foi associada com Baco.

A presença de um altar do deus nabateu Dusares nessa moeda, evidencia uma linha bastante tênue entre estratégia político-ideológica dos romanos e resistência das populações locais. Por um lado, faz parte de uma estratégia romana, que visa mostrar um entrosamento de

Roma com o povo local, que visa mostrar uma cumplicidade religiosa: um rito de fundação romano na essência observado e admitido pela divindade mais importante da cidade, Dusares. O reflexo dessa cumplicidade religiosa era pretendido pelos romanos para mostrar seu posicionamento de senhores das províncias, mas senhores justos. Por outro lado, pode-se inferir que a presença do altar de Dusares representa simbolicamente uma proclamação de nacionalismo e de autonomia dos povos que habitavam essa região. Como não pensar que os romanos das legiões estacionadas na região, assim como aqueles romanos que escolheram aquelas paragens para habitar não estivessem influenciados pelo cotidiano dos rituais ligados a Dusares? Como dissemos acima, a linha que divide as duas possibilidades é muito tênue, e nesse complexo universo que foi o Império Romano, talvez o mais correto seja trabalhar com as duas possibilidades.

Aqui, a leitura iconográfica da moeda nos despertou para uma questão importante: a “romanização” preconizada por alguns estudiosos irrefletidos, deve ceder lugar a uma leitura de “interações recíprocas” entre “conquistador” e “conquistado”.

Das legiões representadas nas moedas, a III *Gallica* é a menos discutida pelas fontes antigas. Dião Cássio nos afirma que a III legião *Gallica* foi enviada por Roma para o Leste que estava sob controle de Marco Antônio. Parte dos oficiais dessa legião foi dada a Herodes, o Grande em sua luta pela reconquista de seu reino. Essa legião participou da batalha de Antônio contra o império Parta. Depois da batalha naval do Áccio, em que Otaviano derrotou Marco Antônio, a III legião foi integrada às suas forças militares. Ele enviou a III legião *Gallica* para a Síria, junto com a VI *Ferrata*, a X *Fretenses* e a XII *Fulminata*. O governador da Síria, Publius Quinctilius Varus, usou três legiões da Síria para suprimir as rebeliões dos judeus messiânicos⁷⁵ que reivindicavam que o poder fosse dado a Judas, Simão da Peréia e a Atronges depois da morte de Herodes, o Grande em 4 a.C. Entre essas legiões estava a III *Gallica*. Com a fundação da Colônia, Nero assentou veteranos das quatro legiões, dentre eles os da III *Gallica*, na cidade de Acco-Ptolemaida. Durante o reino de Nero a III legião foi comandada por Gnaeus Domitius Corbulo em sua guerra contra os partas (DIÃO CÁSSIO *Histoire Romaine*, II, 5.2).

⁷⁵ Segundo Kippenberg, depois da morte do rei “estrangeiro” Herodes, o Grande, ressurgiu com bastante força a idéia de que chegara o momento de um messias, um novo Davi talvez, “ou um outro homem de Deus” voltar a governar Israel (KIPPENBERG, 1988, p. 119).

Outra legião estacionada em Acco-Ptolemaida foi a VI *Ferrata*. Conhecida como a legião de ferro (*ferrata*), foi provavelmente uma das legiões de Marco Antônio na batalha de Felipe em 42 a.C. Segundo Flávio Josefo, quando o governador da Síria, Cestus Gallus, avançou sobre Jerusalém no início da Primeira Revolta, sua principal força foi a XII legião, mas um destacamento da VI legião o acompanhou (JOSEFO *Guerra dos Judeus*, V, 1,6).

Depois da Primeira Guerra dos judeus, a sexta legião foi enviada para Samosata sobre o Eufrates. Depois, em 106 d.C., a VI legião foi mandada por Trajano para converter a Nabatéia em um reino cliente de Roma dentro da Província Arábia. Uma vez que essa missão foi realizada, a VI legião foi estacionada em Bostra. A contramarca mais freqüente da VI legião nas moedas é a presença de uma inscrição “LVIF” e “VI”.

A X legião *Fretenses* provavelmente adquiriu esse nome, *Fretenses*, a partir do Fretum Siculum, o estreito onde a legião lutou com sucesso na guerra siciliana contra Sextus Pompeu. A X legião *Fretenses* comandada por Marcus Ulpius Traianus (o pai do futuro imperador Vespasiano), formou parte das forças que Vespasiano levou para Acco-Ptolemaida e contra outras forças do norte de Israel durante sua campanha de 66 d.C. A décima legião também fez parte das forças que destruíram Jerusalém sob Tito em 70 d.C. A Décima *Fretenses* transformou-se na unidade oficial, permanente, da província romana da Judéia. As insígnias da décima legião eram o javali (representado na moeda 222 de Aelia Capitolina, sob Adriano, e moeda 252 de Sebaste), a Galé (moeda 223), o golfinho (abaixo do javali na moeda 252 emitida em Sebaste), e as inscrições: LX, XF, LEX, LXF, XFR.

O quarto *vexillum* presente na moeda 18 de Acco-Ptolemaida, é uma representação da XII legião *Fulminata*. A *Fulminata* foi uma das legiões de Augusto. Possivelmente existiu no tempo de Júlio César e pode ter sido parte do exército de Marco Antônio no Leste. Em 66 d.C., a décima segunda legião, “renomada por seu valor”, segundo Josefo, foi enviada para a Síria e Cestus Gallus moveu-a até a Judéia para tomar Jerusalém. Contudo, Gallus e a XII, com um destacamento da VI legião, voltaram para Jerusalém e foram derrotados pelos exércitos dos judeus entre Jerusalém e Antípatri (Guerra dos Judeus *apud* HENDIN, 2001, p. 341).

A XII legião saiu em auxílio dos romanos na tomada de Jerusalém em 70 d.C. Mas, não participou da campanha contra Massada, pois foi enviada para Mileto, sobre o Eufrates.

As contramarcas da XII legião *Fulminata* ocorrem mais freqüentemente sobre as moedas de Antioquia com um grande SC desenhado sobre o reverso dessas moedas.

Outra legião que esteve na região da Judéia/Palestina foi a XV Legião *Apollinaris*. Augusto formou a XV legião enquanto ele era ainda conhecido como Otaviano, e deu a essa legião o nome de seu deus protetor, Apolo (HENDIN, 2001, p. 342). A décima quinta legião participou do combate aos judeus revoltosos de Alexandria, e logo em seguida foi enviada para a Judéia para auxiliar no combate aos judeus revoltosos de Jotapata na Galiléia (*Guerra dos Judeus*, II, 8.8). Depois foi enviada para Citópolis para se organizar, e em seguida mandada para Cesaréia.

A V legião Macedônica também ficou estacionada em terras palestinas durante a guerra entre romanos e judeus. Há uma discussão para saber se o *vexillum* representado na moeda 220 de Aelia Capitolina, sob Adriano, é uma representação da V legião Macedônica.

O esquema iconográfico dessa moeda apresenta uma recorrência: o imperador como fundador. No anverso aparece o busto de Adriano virado para a direita, e no reverso aparece a cena de cerimônia de fundação da cidade como Colônia romana. O fundador (Adriano) está arando a fronteira da cidade com um boi e com uma vaca. O reverso ainda apresenta uma inscrição em latim ‘Colônia Aelia Capitolina, fundada’. Ao fundo, é representado um estandarte legionário. Infelizmente não foi encontrada nenhuma moeda em que as legendas sobre esse estandarte estejam claramente legíveis. Y. Meshorer, citando Meysan⁷⁶ e Toynbee⁷⁷, afirma se tratar da V legião Macedônica (MEYSHAN; TOYNBEE *apud* MESHORER, 1989, p. 21).

As contramarcas com os símbolos das legiões romanas também foram comuns nas moedas das cidades da Judéia/Palestina. A moeda 67 apresenta no anverso uma contramarca “LVS” no pescoço de Nero. Essa é uma inscrição da V legião Macedônica, e sua presença nessa moeda enfatiza a importância de sua presença em Cesaréia pelos romanos.

Duas moedas de nosso repertório emitidas em Acco-Ptolemaida (a moeda 14, batida sob Marco Antônio, e a moeda 16 batida sob Cláudio), apresentam a marca da X legião *Fretenses*. Na moeda 254 de nosso repertório (batida em Sebaste sob Domiciano), a

⁷⁶ J. Meysan. The legion which reconquered Jerusalém in the War of Bar-Kochba, *PEQ.* 1958, p. 19-20.

⁷⁷ J.M.C. Toynbee. *The Hadrianic Scholl*, Cambridge, 1934, p. 119-121.

contramarca LX da décima legião *Fretenses*, aparece muito claramente. De acordo com a leitura das “unidades mínimas”, e da necessidade em se considerar os tipos principais de anverso e reverso das moedas, vemos que essas contramarcas são elementos que adicionam uma informação imprescindível na composição do esquema iconográfico em que o Imperador funda a cidade e que ao fundo aparecem as *vexilla*.

Também é importante considerar a abrangência seja do conjunto do Imperador fundando a cidade, seja em um estandarte singular, seja em uma contramarca com a inscrição de uma determinada legião, nas diversas cidades da província Judéia/Palestina.

Como dissemos anteriormente, esses elementos transitam pelas cidades do litoral, do interior e da Transjordânia, e a presença desses símbolos nas moedas de todas essas cidades nos permite refletir sobre o impacto que os exércitos romanos tiveram na região. Assim, para interpretar essas imagens precisamos considerar a situação das províncias e suas relações com Império Romano. As imagens representadas nas moedas acima evidenciam algumas recorrências. Primeiro, a figura do Imperador arando a fronteira da cidade. Sabemos que se trata do Imperador antes de qualquer coisa pela inscrição presente em algumas dessas moedas. Também pelas informações do anverso e pela data de produção da moeda. Em segundo lugar, a recorrência dos estandartes das legiões romanas nas cidades mostra o poderio romano e em conformidade com as fontes escritas, que revelam as vitórias romanas durante as duas principais revoltas dos judeus frente aos romanos: a Primeira Revolta (66-70 d.C.) e a Segunda Revolta (132-135 d.C.) (JOSEFO *Guerra dos Judeus* I, 2.4.242; *Antiguidades Judaicas* 14.11.2.274). Por fim, a presença de Nike (Vitória) coroando o Imperador mostra como os Imperadores romanos preocupavam-se em divulgar suas vitórias nas guerras, assim como fazer propaganda de sua política de boa amizade com as províncias, elevando-as à categoria de Colônia (REBUFFAT, 1997, p. 9-31; MESHORER, 1985, p. 12-25).

A recorrência dessas representações em muitas moedas das diversas cidades da Palestina somada as referências textuais e às fontes epigráficas⁷⁸, nos dão grandes indícios de que, primeiro, esta imagem trata-se do Imperador romano arando a fronteira da cidade numa cerimônia de fundação e, segundo, este tipo de representação foi escolhido para estar nestas moedas para desempenhar um papel propagandístico tanto da vitória romana sobre as

⁷⁸ Inscrições das legiões romanas aparecem espalhadas por várias cidades da Judéia/Palestina em telhas, selos, estelas e construções arquitetônicas em geral.

províncias rebeladas quanto da manutenção de uma política de boa amizade com essas províncias.

A presença das legiões romanas nas moedas, seja a partir da representação da fundação da cidade com os estandartes, seja através de seus símbolos, como o golfinho, o javali ou a águia e também através das inscrições com as iniciais de seus nomes, nos permite refletir sobre a enorme importância que esses militares romanos tiveram para a região como um todo, ao se confrontarem com os judeus revoltosos, seja assentando-se nas cidades da região, fixando-se e criando morada.

Tem-se discutido por que moedas das cidades da Judéia/Palestina foram contramarcadas. As contramarcas legionárias são normalmente encontradas em moedas desgastadas. É comumente aceito que essas moedas contramarcadas destinavam-se ao pagamento das tropas. Como cada grupo de moedas contramarcadas com os símbolos legionários é encontrado em um único tamanho, pode ser que isso garantisse também um valor comum a todas elas. As evidências dos achados não sugerem que pelo fato de possuírem contramarcas as moedas devessem ser utilizadas apenas pelas legiões. As moedas poderiam ser contramarcadas ou em acampamentos permanentes ou quando as legiões se encontravam em campanha, e provavelmente por destacamentos das próprias legiões.

D. Hendin sugere que seja possível que o contramarcas moedas com os símbolos das legiões represente para um legionário muito mais um “instrumento psicológico” do que um instrumento fiscal. A dura realidade da guerra pode ter feito com que os legionários encontrassem dificuldades em aceitar a cunhagem local, pois que essa pode ter representado num dado momento tudo aquilo que esses legionários repudiavam. Assim, eles partiram para a ação de contramarcas essas moedas com suas próprias insígnias (HENDIN, 2001, p. 335). Sabemos que a circulação das moedas com a contramarca das legiões romanas pelas cidades da Judéia/Palestina certamente causou um efeito psicológico devastador sobre os povos que viviam em território marcado pela ocupação das forças legionárias de Roma.

Como foi dito anteriormente, a *colonia* romana foi originalmente um assentamento dos veteranos de alguma legião romana, que receberam terras como parte do pagamento por sua aposentadoria. Entretanto, há que se considerar a parcela de população que já habitava o local,

fato que ocorre com frequência nas províncias já habitadas do Leste. Com o tempo o termo *colonia* virou sinônimo de grande status. Todos os cidadãos das *coloniae* eram considerados cidadãos romanos. As *coloniae* – tal qual o exército – reproduziam o sistema religioso romano no exterior. O seguimento do calendário romano pelas *coloniae* sugeria que a ordenação das práticas religiosas romanas ditava o ritmo da vida nas *coloniae*. Os procedimentos sacerdotais também eram os mesmos que os de Roma. É importante pensar no impacto que esses soldados proporcionaram para os moradores dessas cidades sejam eles judeus ou não-judeus, e é importante frisar que sua representação sobre as moedas, com toda a força de seu caráter oficial, permite-nos inferir sobre as relações de poder ou mesmo relações cotidianas, que se estabeleceram a partir daquilo que representou nesse momento a presença desses romanos nessas cidades.

AS EMISSÕES JUDAEA CAPTA

As moedas “Judaea Capta” foram batidas na região judaico-palestina pelos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano⁷⁹, e também em diversas localidades do Império para simbolizar não somente a vitória de Roma sobre os insurgentes judeus da Judéia/Palestina, como também o poder e a superioridade de Roma sobre quaisquer insurgentes em qualquer lugar do Império. Os romanos celebraram sua vitória sobre a Judéia e a destruição de Jerusalém em 70 d.C. de várias maneiras: uma grande procissão da vitória nas ruas de Roma, a ereção de estátuas e monumentos, e a cunhagem de moedas especiais.

Na produção em Roma e nas produções subsidiárias de Lugdunum (Lion), na Gália, em Tarraco (Espanha), em várias outras províncias do Império, os romanos bateram uma quantidade expressiva de moedas de ouro, prata e bronze (somente as de bronze foram produzidas na Judéia) intencionando promulgar sua vitória sobre a Judéia. A emissão de

⁷⁹ Existe uma discussão entre os estudiosos sobre o fato de ter ou não Domiciano batido moedas Judaea Capta. Argumenta-se que Domiciano não viveu o contexto da Guerra dos romanos contra os judeus, assim, portanto, suas emissões não deveriam ser consideradas Judaea Capta. De acordo com a metodologia de análise iconográfica que sugerimos seguir, enquadrámos as emissões de Domiciano entre as Judaea Capta, pois as moedas de Domiciano fazem parte desse mesmo esquema iconográfico envolvendo a recorrência dos tipos da Judéia derrotada, o imperador vitorioso, Nike, a deusa da Vitória, a Palmeira, simbolizando a Judéia e o troféu. Outros imperadores em outros contextos, mas de alguma maneira relacionados com os judeus, bateram moedas com esse esquema iconográfico.

moedas para glorificar e dar publicidade às vitórias era uma prática comum em Roma, e naquela época a moeda era a melhor maneira de se atingir essa meta, pois a moeda circulava rapidamente e em larga escala. Foi esse também o caso a se considerar sobre a vitória romana na Judéia, e naquelas moedas aparecem inscrições e desenhos simbolizando isso: uma judia ajoelhada e em lamentação (moeda 71) , um judeu cativo seminu, o Imperador em uma postura de orgulho, a deusa romana da Vitória, troféus, etc. As inscrições sobre estas moedas romanas estão em latim, principalmente IVDAEA CAPTA (Judéia Cativa), DEVICTA IVDAEA (Judéia derrotada), IVDAEIS (as pilhagens dos judeus), etc.



FIG. 92 - Imperador Tito triunfante em pé, com pé sobre proa de galé, diante de judeu e da personificação da Judéia suplicantes. A moeda “Judaea Capta” foi emitida em Roma em 72 d.C. (x5).



Fig. 93 - Áureo emitido em Roma em 70/71 d.C. Anverso: Cabeça de Vespasiano à direita. Reverso: Judia sentada próximo a uma palmeira, com suas mãos amarradas para trás. Em inscrição: IVDAEA. (x2).

Particularmente interessante é seu aparecimento sobre a grande quantidade de moedas de bronze batidas pelo imperador Nerva em Roma no ano de 97 d.C. em conexão com a abolição das taxas judaicas. A palmeira aqui é circundada pela inscrição em latim: “FISCI IVDAICI CALVMNIA SVBLATA” que significa “aborrecimentos com a cobrança das taxas judaicas foram abolidos”. Nas moedas que foram produzidas logo após a supressão da Revolta dos Judeus, a personificação da Judéia é substituída pela representação da palmeira,

enfazando assim a presença judaica nas peças. A palmeira seria, nesse caso, a própria Judéia (MESHORER, 2001, p. 185).



Fig. 94 - Nerva. Sestércio de bronze. A palmeira aqui é circundada pela inscrição em latim: "FISCI IVDAICI CALVMNIA SVBLATA", que significa "aborrecimentos com a cobrança das taxas judaicas foram abolidos". Cf. *Roman Imperial Coins* 58 (x4).

As peças *Judaea Capta* foram emitidas em uma quantidade que surpreende se considerarmos as moedas romanas em geral, e sobretudo aquelas que celebram as vitórias sobre os outros povos; como se a vitória sobre a Judéia tivesse mais importância que todas. Nenhuma outra vitória foi comemorada com uma quantidade tão grande de moedas. É difícil explicar este fenômeno, mesmo porque Roma teve inimigos maiores e mais fortes do que os judeus. Margaret Williams, em seu artigo *Jews and Jewish communities in the Roman Empire*, nos apresenta uma importante contribuição para este debate ao tentar entender a vida dos judeus na região da Palestina e sua ligação com o modo de vida dos judeus que viviam nas mais diversas cidades do Império Romano (ver mapa abaixo. Fig. 95).

A diáspora judaica no século I d.C.



Fig. 95 - Mapa extraído do site da Universidade de Oregon.

Williams expõe um gráfico apontando as diversas comunidades judaicas no mundo antigo e a continuação dos laços de solidariedade que existiam entre eles, mesmo eles estando distante fisicamente (WILLIAMS, 2000). Dião Cássio, que narrou a guerra judaica (infelizmente sobrevive apenas em fragmentos) nos informa em uma de suas passagens que os rebeldes na Judéia eram ajudados por judeus “não somente do Império Romano, mas também aqueles que residiam do outro lado do Eufrates” (Dião Cássio *Histoire romaine* 66.4.3). Talvez este fato possa explicar a punição exemplar que Vespasiano conferiu aos judeus da Judéia/Palestina, assim como a conseqüente humilhação aos judeus de todo o Império. Não somente sua cunhagem celebra a vitória romana sobre os judeus, mas os monumentos que ele e seu filho Tito construíram na maioria das cidades do Império serviram como uma permanente advertência para os judeus da derrota sofrida. Digno de nota é a presença do Arco de Tito no principal fórum de Roma sobre o qual foram representados os triunfantes soldados romanos pilhando os tesouros do templo.

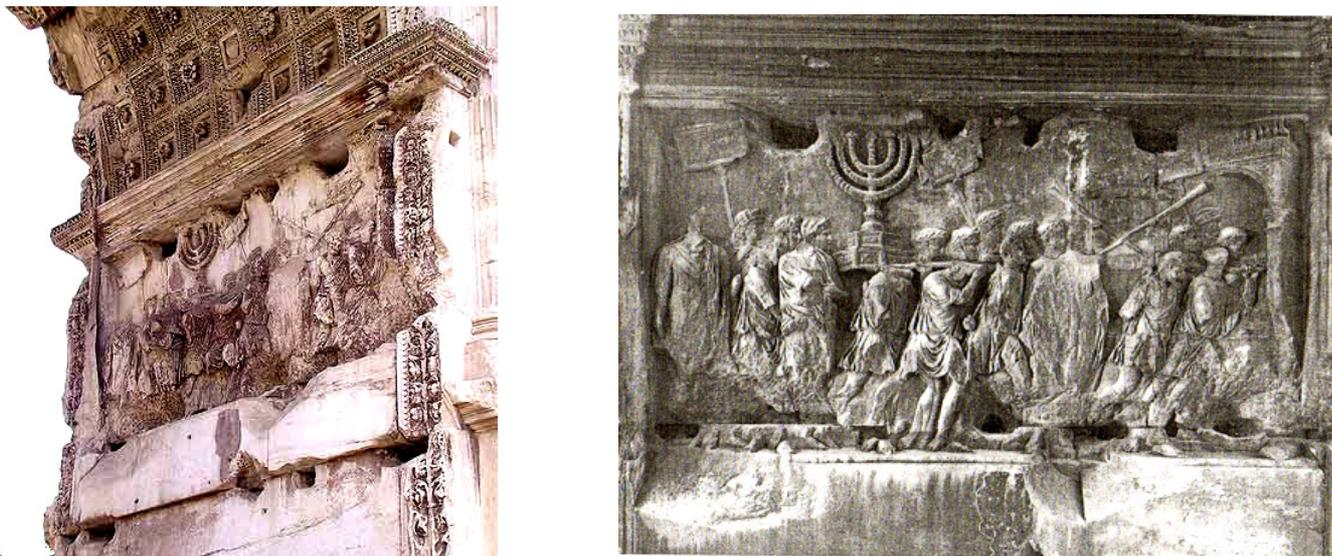


Fig. 96 - Um dos dois relevos do Arco de Tito (visto por ângulos diferentes), colocado no Fórum de Roma para comemorar a vitória de Tito sobre os judeus em 70 d.C. Ele apresenta a pilhagem dos principais utensílios do Templo. Cf. Y. MESHORER, 2001, p. 55.

Na cidade de Antioquia, o querubim de ouro do templo sobre o portão da cidade e uma sinagoga construída, foram deliberadamente demolidos para a construção de um anfiteatro, e os tesouros dos judeus foram transformados em espólios. Tal prática comum ao Império Romano adquiriu contornos próprios no caso da Judéia, pois as quase ininterruptas sublevações dos judeus principalmente durante o século I d.C., levaram os romanos a investir maciçamente na propaganda de suas ações militares na região. Em que medida o monoteísmo judaico representou um temor aos romanos e que dificuldades poderia esse monoteísmo trazer às pretensões romanas na região? Poderiam os romanos temer que a influência religiosa dos judeus sobre outros povos do império romano e em que medida essa influência religiosa dos judeus sobre outros povos poderia se converter em desobediência política. Essas são questões que as fontes não nos oferecem respostas. Entretanto, a representação da Judéia cativa em moedas de várias partes do império se constituiu em uma das principais expressões da propaganda político-ideológica e militar de Roma.

As ações punitivas dos imperadores romanos aos revoltosos foram exemplares, tanto aos judeus residentes na Judéia /Palestina, quanto os castigos impostos àquelas comunidades judaicas rebeladas – como de as Cirene, Egito e Chipre – foram extremamente severos (considerando também as comunidades residentes do outro lado do Eufrates como vimos

linhas acima). Excetuando o inevitável prejuízo da vida e da liberdade que acompanhou a derrota militar para os romanos, os judeus de Cirene e do Egito sofreram um generalizado confisco de propriedades e aqueles de Chipre foram banidos da ilha, uma decisão que ainda estava em vigor nos dias de Dião Cássio, cerca de um século depois da revolta.

Ao empreendermos uma análise iconográfica dos tipos monetários conhecidos como *Judaea Capta*, percebemos que essas emissões se constituem no exemplo mais claro de impacto direto da presença do Império Romano nas províncias do Oriente. Seguindo nossa proposta metodológica, entendemos que é preciso considerar as “unidades mínimas” em separado, como a figura de Nike, a coroa, um judeu capturado, uma judia em lamentação, a palmeira e o troféu, mas devemos montar a composição do esquema iconográfico integrando-os e inserindo-os dentro do contexto da vitória de Roma sobre os insurgentes judeus. É a reunião desses elementos presentes nas moedas, mais sua recorrência em várias partes do império, mais os relatos das fontes antigas, que proporciona a compreensão de que o relacionamento de Roma com os judeus da Judéia/Palestina. Fica evidente a grande complexidade que há nas relações políticas de Roma com a província da Judéia/Palestina, como também fica clara a importância da religião no relacionamento entre dominador e dominado. As emissões dos tipos monetários *Judaea Capta* em diversas localidades do império comprovam a visão que os romanos tinham das questões relativas a seu domínio sobre as províncias do Leste e do Oeste. Dos cuidados que deveriam tomar e das ações que deveriam empreender.

Destacando-se as emissões na Judéia/Palestina, é importante afirmar que as moedas consideradas *Judaea Capta* pelos estudiosos são as emitidas pela cidade de Cesaréia. Mas, pensamos que a observação sobre as moedas produzidas em Neápolis, Panias e Pella, que dizem respeito ao episódio histórico ocorrido, ou seja, a guerra dos judeus contra os romanos, possa contribuir para um melhor entendimento das razões que levaram os romanos a desenvolverem essas emissões.

As moedas emitidas em Cesaréia foram produzidas no governo de Agripa II sob Vespasiano, Tito e Domiciano (moedas 69 a 77). Neápolis, sob Domiciano, emitiu uma série

de moedas com a representação de uma palmeira (moeda 245), Panias, sob Tito, emitiu no reverso da moeda 337, a deusa da Vitória, Nike, segurando uma coroa e contendo uma palma sobre seu ombro. Ainda Panias produziu, sob Domiciano, quatro emissões com a representação de Nike escrevendo sobre escudo (moeda 338 e 340), Nike com palma e coroa (moeda 343) e somente uma palmeira no reverso da moeda 347. A cidade de Pella emitiu, sob Domiciano duas séries monetárias contendo uma palmeira (reverso da moeda 358) e Nike escrevendo em escudo (moeda 359).

De pronto já é interessante notar que um rei judeu – Agripa II – se prestou a homenagear a derrota de seu povo frente aos romanos. Nas moedas de Cesaréia prevaleceu o caráter provincial das emissões, ou seja, as oficinas monetárias da cidade foram apropriadas pelo Império Romano para bater moedas em virtude da situação de guerra. O mesmo ocorrera em Panias e em Tiberíades. No caso da emissão de Tiberíades (moeda 273) nem a palma representada no anverso ou a coroa circundando uma inscrição no reverso podem ser associadas diretamente com os símbolos das moedas *Judaea Capta*. O que nos permite relacionar essa moeda com as moedas *Judaea Capta* é a inscrição do anverso dessa moeda: BA AΓPΙIΠIIA NIK CEB que significa “rei Agripa, a vitória do Imperador”. O fato de Agripa ter colocado em uma moeda produzida à época da guerra de Roma com os judeus uma inscrição exaltando a vitória do imperador, além de nos permitir inserir essa moeda no contexto das emissões *Judaea Capta*, também nos faz pensar sobre as razões que motivaram Agripa a colocar tal inscrição nessa moeda. Como ele trabalhou a questão dessa emissão com as elites da cidade e como essas elites reagiram a essa emissão.

A emissão de Pella pode nos oferecer outros elementos para nos auxiliar no entendimento da questão entre as relações de Roma com as elites locais expressas pela análise iconográfica das moedas. As moedas 358 e 359 de nosso repertório, batidas em Pella, se distinguem das demais, pois ao invés de serem uma emissão provincial como as outras moedas *Judaea Capta*⁸⁰, elas têm como característica serem moedas imperiais gregas autônomas. Assim, Nike escrevendo em escudo e a palmeira, foram tipos monetários deliberadamente escolhidos por Agripa para estar em suas moedas de Pella. Que Agripa era um rei cliente de Roma, crescera e fora educado em Roma e se constituíra em fiel aliado dos

⁸⁰ O que não justificaria, mas explicaria o fato de um rei judeu enaltecer em suas moedas a vitória dos romanos sobre seu povo.

romanos já vimos anteriormente. Mas, estaria Agripa tentando enaltecer os judeus ao representar em suas moedas um símbolo judaico – a palmeira – sobre as moedas de Pella? Ou ao colocar a representação de uma palmeira nessa moeda Agripa tentava seduzir a comunidade judaica mostrando-lhes que ele estava ao seu lado? Talvez, o fato de Pella ter uma tradição helenística e de ter sido capturada e destruída pelo rei Hasmoneu (ou seja, judeu) Alexandre Janeu, sendo em seguida restaurada e incluída na Decápolis por Pompeu possa ter facilitado as coisas para Agripa quando esse se propôs a representar a vitória de Roma nas moedas dessa cidade.

Como quer que seja, é fundamental constatar que as emissões de Pella (que passaram despercebidas pelos estudiosos das emissões *Judaea Capta*), estejam inseridas no contexto dessas emissões *Judaea Capta*, e que essa constatação ocorre ao considerarmos os conjuntos iconográficos.

A ICONOGRAFIA MONETÁRIA DE TYCHE NAS CIDADES DA JUDÉIA/PALESTINA

Tivemos como preocupação nessa parte do trabalho discutir a presença da deusa Tyche (a Fortuna dos romanos) na iconografia monetária da Judéia/Palestina. Assim, procuramos verificar quais as motivações das autoridades emissoras das cidades, para decidirem pela escolha deste motivo iconográfico em detrimento, por exemplo, de representações de divindades mais características como é o caso de Júpiter, Apolo ou Atena. Por fim pretendemos entender que tipo de memória se desejou perpetuar ao escolher tal representação e as relações de poder daí evidenciadas.

As esferas do universo espiritual, cultural e político proveniente da influência do mar são claramente observáveis nos povos que viviam nas regiões litorâneas. Esses aspectos sutis da vida das pessoas podem ser percebidos através das representações do conceito e da imagem de Tyche-Fortuna, deusa da sorte e da possibilidade. Tyche personificou tanto a identidade de um indivíduo, porque era seu o poder protetor pessoal (*Daimon* no grego ou *gênio* no latim) quanto o consciente coletivo da comunidade como deusa protetora da cidade. Esta deusa estava relacionada com os mitos centrais de muitas cidades. Pensamos que um

exame de suas representações nas moedas emitidas nas cidades da Judéia/Palestina possa nos oferecer subsídios para nos aprofundarmos um pouco mais sobre as cidades da região.

Já na Grécia arcaica Tyche foi considerada como a filha do deus Oceano e governou a crença religiosa dos marinheiros que freqüentemente tinham que confiar nela. Tyche era, conseqüentemente, venerada também como a salvadora dos marinheiros dos perigos do mar, daí sua associação com destino e sorte. Os gregos acreditavam que cada pessoa e lugar tinham sua própria Tyche. Com o passar do tempo, transformou-se em uma divindade. Cada pólis tinha sua própria Tyche como uma protetora e uma guia divina. Eventualmente, a deusa da possibilidade e da sorte romana, Fortuna, que foi identificada com a Tyche grega transformou-se também em uma deusa patrona da cidade. Tyche-Fortuna era geralmente retratada na arte e sua literatura com símbolos de defesa e de abundância, assim como a coroa em forma de torres que simbolizavam as fortificações da cidade, um leme, e cornucópias, símbolos estes que eram pretendidos para inspirar sentimentos da segurança, de bem-estar e de felicidade. Algumas vezes uma roda era apresentada junto a ela para enfatizar a instabilidade da sorte (RODAN, 1999, p. 37-38). Dentre os povos conquistados pelos gregos e pelos romanos, Tyche foi geralmente identificada com divindades locais, como Astarté, Tanit, Isis ou Cibele e foi retratada ao lado dos protetores dos portos, navios e marinheiros, tais como Dioniso, Asclépio, Atena, Apolo e os Dióscuros. Em Jope e em Acco-Ptolemaida, foi associada com o mito de Andrômeda. Uma das versões do mito coloca Andrômeda como filha do rei de Jope, que teve de sacrificar a filha a um monstro marinho para expiar as ofensas de sua mãe e assim salvar a cidade. Esse mito foi associado primeiramente com Jope no século IV a.C. por Pseudo-Scylax (PERETTI, 1988, p. 89-90).

Durante o período persa, a religião fenício-cananita era dominante, influenciada pelas cidades de Tiro e Sidon que governaram a maioria das cidades costeiras. Depois da conquista grega, os deuses cananitas foram identificados com os deuses gregos e as Tychai associadas à Astarté fenício-cananita.

Elas eram freqüentemente representadas como Astarté, usando um vestido longo, em pé sobre a plataforma de um navio, acompanhada por emblemas marítimos da vitória. Eshmun, deus da medicina e divindade máxima do panteão sidoneano, foi identificado com

Asclépio. Asclépio também foi adorado em Ascalon e aparece ao lado de Tyche na escultura da basílica da cidade datada do período romano.



Fig. 97 - Tyche-Ísis com seu filho Harpócrates. Basílica de Ascalon. Cf. S. RODAN, 1999, p. 37.

As relações econômicas e culturais também existiram entre as cidades costeiras da Siro-Palestina e do Egito. Por longos períodos de tempo, a influência egípcia prevaleceu nesta área. As Tychai de Cesaréia, Ascalon, Acco e Anthedon foram identificadas com Isis-Pelagia (Isis marítima) e mostrada com um navio, uma vela ou com seu filho, Harpócrates.



Fig. 98 - Ísis-Fortuna segurando um leme com a mão direita. Cf. S. RODAN, 1999, p. 39.

Como Astarté, Isis satisfazia todas as necessidades dos habitantes da costa incorporando as características da maternidade, da guerra, da defesa e de proteção aos marinheiros.

Os povos do mar que se estabeleceram nas cidades litorâneas da Judéia/Palestina no fim da idade de bronze, também deixaram sua marca na cultura deste lugar. Na costa nordeste, eles eventualmente assimilaram a cultura dos fenício-cananitas, mas no sul eles estabeleceram cidades-estado poderosas cuja expansão foi parada somente pelo rei David. Os povos de Gaza eram leais a sua herança cretense-filistéia mesmo nos períodos romano e Bizantino e mostraram sua Tyche nas moedas ao lado do deus da cidade cretense, Marnas, ou com Io, a ninfa de Creta. As cidades costeiras foram caracterizadas como a vanguarda

cultural por causa de seus laços estrangeiros como no começo do primeiro milênio a.C. e a influência da cultura grega na religião era evidente mesmo antes da conquista grega (RODAN, 1999, p. 42).

Alexandre, o Grande e os governantes helenísticos que o sucederam procuraram empreender uma política de ‘sincretismo’ como meios para obter a lealdade das populações nativas. Transformaram as cidades em poleis e legitimaram a conquista e governo dos gregos. Mitos de fundação das cidades por deuses ou por heróis gregos foram inventados. A fundação das cidades litorâneas na Judéia/Palestina foi relacionada a Doros, a Hércules, a Dioniso e a Áscalos. O culto a Tyche como deusa patrona da cidade era um fenômeno grego e seu busto foi mostrado nas moedas do século III a.C. Ela foi identificada com Cibele e Nêmesis e acompanhada por Dioniso, por Deméter, pelos Dióscuros, por Atena, por Nike, por Io, por Asclépio, por Higiéia e por Perseu. Em Raphia, foi mostrada como Leto, junto com Apolo e Ártemis, ou cuidando do bebê Dioniso. A conquista romana da região não diminuiu o domínio grego da língua e da cultura, como vimos. Os Romanos ‘identificaram’ seus deuses com os deuses gregos e no período romano muitas das cidades litorâneas se transformaram em centros importantes em todos os campos da arte, da ciência e da filosofia.

Um busto de Tyche, originado em Chipre, também apareceu nas moedas das cidades costeiras para marcar seu status autônomo. Tyche-Antioquia é uma imitação de uma estátua helenística famosa de Eutíquides e indica uma tentativa de aproximação com a dinastia dos Selêucidas; foi encontrada somente no nordeste da cidade de Acco-Ptolemaida, o centro do governo Selêucida na região. A representação de Tyche-Fortuna simbolizava a aceitação do governo e da cultura romana e expressava a gratidão das cidades helenísticas costeiras pela libertação da ‘tirania’ dos Hasmoneus. Mesmo em moedas emitidas pelos judeus, Tyche aparece. É o caso das emissões de Agripa II como veremos mais à frente.

Os desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos durante os períodos helenístico e romano aumentaram o significado da deusa da sorte que ficou reconhecida como uma força superior que governava a vida dos seres humanos. Ao mesmo tempo, o culto de Tyche como deusa patrona expandiu também com o auxílio das instituições da pólis, incentivado pelas autoridades que viram a cultura greco-romana como um meio para unir os povos subjugados de várias origens, cultos e religiões em uma estrutura uniforme. A pólis também se

transformou em uma eficiente ferramenta administrativa e muitas poleis novas foram fundadas em todos os estados helenísticos e durante o império romano. Elio Aristides, em seu Elogio de Roma (§ 92 ss.) escrito por volta de 150 d.C. vê a diferença principal do Império Persa para o Império Romano pelo grande número de poleis nas costas e no interior deste último. No início do século II, seu colega Dião Crisóstomo conta que entre as atividades fundamentais de um soberano romano era fundar poleis (DIÃO CRISÓSTOMO *Oratio*, III, 127). A conquista da bacia Oriental do Mar Mediterrâneo levou os romanos a terras, que em sua maioria, eram repletas de uma densa rede de poleis. A época helenística havia preparado, por assim dizer, o terreno para a administração provincial pretendida pelos romanos.

Segundo F. Kolb, a República romana não dispunha de uma burocracia como instrumento de administração do Império; tampouco na época imperial, apesar de uma formação paulatina de uma administração burocrática, chegou a ser o Império Romano um estado administrado de forma centralista; nem sequer na Antiguidade tardia, a que se tende a atribuir esta situação (KOLB, 1992, p.172). A hierarquia administrativa centralizada nunca ia além dos governantes provinciais. O governador possuía direitos quase ilimitados de governo sobre a província, mas seu exercício se esgotava geralmente nas funções de controle (exceto nas funções judiciais superiores). De acordo com Anderson, no caso da Palestina, Herodes, substituindo os modelos Ptolomaicos, parece ter centralizado seu poder e administração com toparquias divididas em aldeamentos e chefiadas por uma aldeia escolhida pelo rei (ANDERSON, 1995, p. 450) .

As funções de administração própria estritamente políticas e sociais foram incumbidas às unidades provinciais. Assim, a “federação” continha uma cláusula restritiva a favor de Roma, e, além disso, se mantinha ou se suprimia segundo a vontade dos romanos, pelo qual não se podia falar propriamente de autonomia política (KOLB, 1992, p. 170 e YEGÜL, 2000, p.135).

Neste sentido, a elite administrativa (local) possibilitou que o culto dos reis helenísticos e dos imperadores romanos incorporassem o culto da deusa da cidade a fim de aumentar a lealdade dos seus povos subjugados.

Simona Rodan nos lembra que as poucas fontes históricas a respeito do culto de Tyche, na sua maior parte, indicam toda a sua proeminência; Eusébio descreve as celebrações do aniversário de Tyche em Cesaréia Marítima e Marcus Diáconos menciona seu templo em

Gaza. Os achados arqueológicos concernentes a Tyche são abundantes e variados e demonstram que esta deusa prevalecia na região da Judéia/Palestina. Sua imagem aparece em todas as esferas da arte (em estilos variados), em pertences pessoais assim como em monumentos públicos: de estatuetas, amuletos, selos, jóias e túmulos às moedas imperiais gregas, estátuas grandes e arquitetura em geral (RODAN, 1999, p. 41).

Nas cidades costeiras da Palestina o mar foi predominante nas imagens das Tychai, em contraste às cidades do interior onde a deusa era representada sem nenhum atributo relativo a este ambiente. A variedade de elementos marinhos tais como a concha (murex), Tritão, deus do porto, a âncora, o navio, a proa do navio, o leme, o aphysion (ou acrostolium, instrumento usado para medir a força e direção do vento que era colocado na popa do navio), a popa e a vela do navio foram utilizadas na iconografia para demonstrar o mar como a fonte principal da subsistência, do bem-estar e da grandeza econômica e política das cidades litorâneas.

É interessante notar que em cidades como Acco-Ptolemaida, Dora, Cesaréia Marítima e Ascalon (moeda 48 de nosso repertório), que se localizam na costa, em torno do porto-núcleo, e de onde o mar é sempre visível, Tyche é representada como uma deusa marinha (ver fig. 99 abaixo).



Fig. 99 – (Moeda 48). Ascalon, sob Domiciano. Data: 81-96 d.C. Metal: bronze. Anverso: Busto laureado de Domiciano. Inscrição grega: CEBACTOC. Reverso: Tyche com coroa em forma de torres, em pé, sobre proa de navio. Na mão direita, estandarte, na mão esquerda, aphysion. Altar no campo esquerdo. No campo direito, pomba. Inscrição grega: ACKAΛWN.

Em Gaza, contudo, que era separada de seu porto e se encontrava um tanto para o interior (embora ainda fosse considerada cidade marítima), nenhum símbolo marítimo foi

anotado. Ao observarmos o gráfico das divindades e entidades divinas abaixo podemos constatar que Tyche é a divindade mais representada, e que além dos atributos marítimos que aparecem principalmente nas cidades de Ascalon, Cesaréia e Dora, Tyche também é representada associada a outras divindades locais como Astarté em Ascalon ou com o rio Belus em Acco-Ptolemaida.

DIVINDADES / ENTIDADES DIVINAS NAS CIDADES DO LITORAL

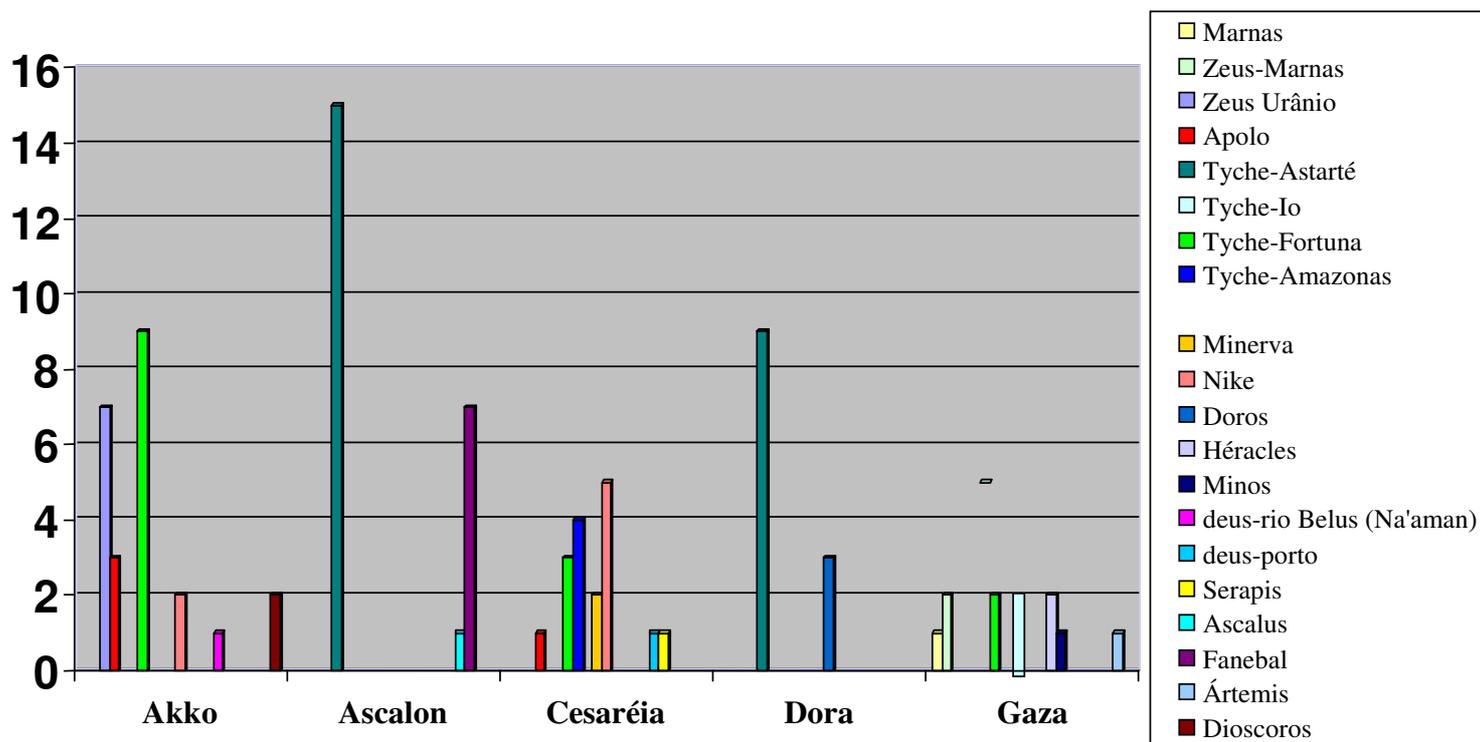


FIG. 100

O gráfico nos indica que das cinco cidades litorâneas que emitiram moedas dentro do período por nós retratado algumas chamam atenção pela recorrência dos tipos (Tyche e Zeus são as divindades mais representadas), e algumas chamam atenção pela singularidade da divindade/entidade divina (é o caso de Fanebal, Doros ou Áscalus).

Tyche é representada com atributos marítimos em Acco-Ptolemaida, como por exemplo na moeda 21 emitida pelo imperador Adriano. Todavia, em Acco-Ptolemaida, Tyche

é fortemente representada, também, como símbolo de fertilidade. Muitas moedas mostram Tyche com palmas, cornucópias ou usando *kalathos* (chapéu que simboliza os cereais). Uma interessante moeda de Marco Antônio representa o busto de Tyche com coroa de Torres no anverso, representando seu caráter de deusa da cidade, e no reverso dessa mesma moeda, Tyche é representada com esses símbolos da fertilidade (moeda 13). A representação de Tyche ligada à fertilidade está diretamente ligada a presença do rio Belus na cidade. Como vimos anteriormente, Na'aman-Belus, é o deus-rio da cidade. Foi o fator central da economia da cidade e aparece em muitas moedas. O rio é representado como um deus nadando próximo a uma rocha. Tyche, a deusa protetora da cidade está sentada sobre a rocha, segurando espigas de trigo, simbolizando a fecundidade e terra fertilizada pelo rio (moeda 19). Esse conjunto iconográfico, ao mesmo tempo em que nos proporciona uma leitura de Tyche, deusa protetora da cidade, e no caso de Acco-Ptolemaida, ligada a toda esfera marítima, por causa de seu porto e das relações comerciais e sociais dele advindas, também nos evidencia a ligação de Tyche com o rio Belus e toda a fertilidade promovida pela presença desse rio na cidade.

Em Ascalon, Tyche é normalmente representada como Astarté, assim, como vimos acima, ela foi retratada ao lado dos protetores dos portos, navios e marinheiros tais como Dioniso, Asclépio, Atena, Apolo e os Dióscuros. Além da moeda 48 exemplificada acima, que apresenta Tyche plenamente caracterizada como uma divindade ligada ao mar, é importante considerar para nossa análise a relação anverso/reverso já que algumas moedas têm o busto de Tyche no anverso, e apresentam uma galé ou a proa de uma galé no reverso. Essas “unidades mínimas” nos possibilitam montar o conjunto iconográfico das moedas de Ascalon constatando uma nítida relação entre anverso e reverso, que se complementam.

Dora e Cesaréia apresentam atributos essencialmente marítimos (além dos símbolos marítimos, Cesaréia apresenta o tipo Tyche-Amazona) enquanto que em Gaza, Tyche de Gaza possui atributos ligados à fecundidade e é associada à ninfa Io.

É interessante notar que nas cidades que ficam perto do mar da Galiléia como Tiberíades (do interior) e Gadara e Hippos-Susita (da Transjordânia) nenhuma apresenta símbolos marítimos. Destas três cidades, somente Tiberíades fica à beira-mar e somente as moedas de Tiberíades mostram símbolos marinhos junto com a deusa patrona da cidade. Apesar de sua proximidade geográfica, caráter marítimo similar e cultura greco-romana, as

idades diferiram uma das outras, como a composição étnica, as religiões e o status político de seus habitantes. Cada cidade manteve suas próprias tradições e esforçou-se para enfatizar sua singularidade.

Observando as moedas em que aparece a representação da deusa Tyche cidades acima mencionadas, percebemos que os atributos desta divindade são representados de acordo com os locais em que foram produzidas. Assim, nas moedas das cidades ligadas à esfera marítima a deusa aparece com seus atributos marítimos, ao passo em que quanto mais nos afastamos do litoral e rumamos para o interior da Judéia/Palestina percebemos que as moedas apresentam Tyche com atributos que associam a deusa à esfera do campo, da fecundidade do solo e em algumas cidades com atributos de guerra.

As moedas são produzidas por uma autoridade emissora oficial, dessa forma podemos inferir que há uma intencionalidade direta na escolha da deusa Tyche para ser representada nas moedas, assim como estes ou aqueles atributos da deusa. E que representá-la com atributos característicos de cada região, ou mesmo cada cidade dentro de uma região, foi parte de uma estratégia empreendida pelo Império Romano em consonância com as elites locais, que tinham a “autonomia” para bater moedas.

A representação de Tyche faz, então, parte da dinâmica das emissões monetárias nas cidades provinciais romanas, cidades que passam a compor o conjunto de mundo conhecido e habitado, submetidas à universalidade do Império Romano. A imagem da Tyche é mais uma imagem monetária que atesta com vigor o valor cósmico do poder vitorioso de Roma.

DIVINDADES / ENTIDADES DIVINAS NAS CIDADES DO INTERIOR

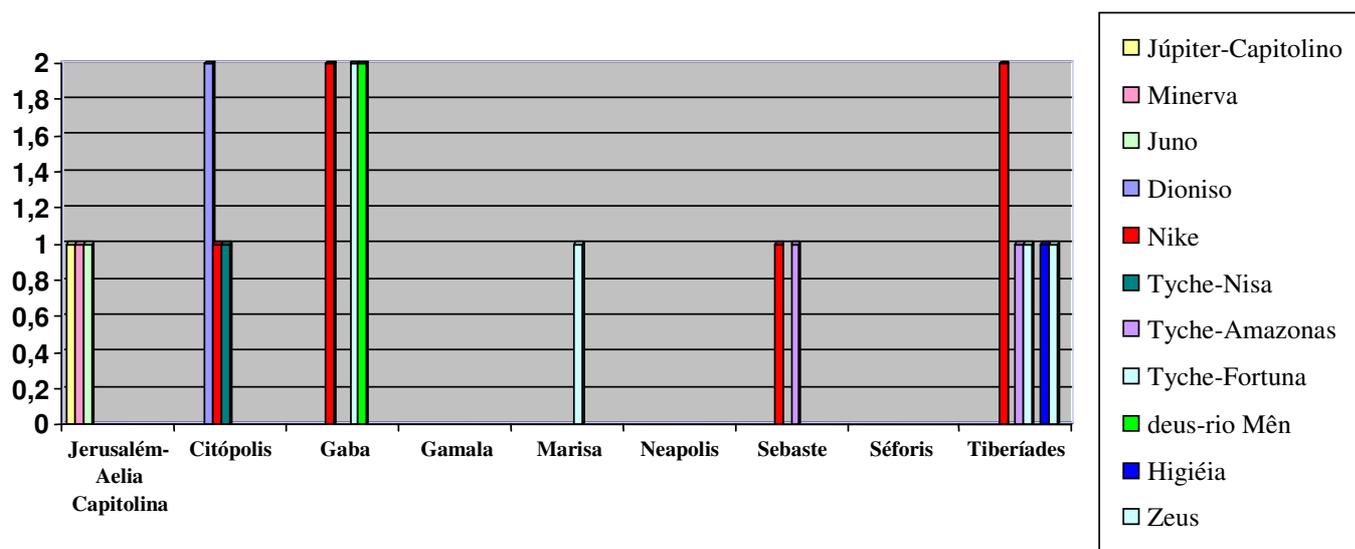


FIG. 101

O gráfico acima com o apontamento das divindades e entidades divinas do interior da Judéia/Palestina (fig. 101) nos revela que dentre as nove cidades destacam-se as representações de Nike-Vitória. Na primeira cidade representada pelo gráfico, Jerusalém-Aelia-Capitolina, aparecem as representações de três divindades, Júpiter-Capitolino, Minerva e Juno, todas emitidas quando a cidade já se transformara em Aelia Capitolina. Gaba, apesar de ter representado apenas três divindades, foi a cidade que mais repetiu a emissão dessas entidades e Tiberíades foi a cidade que emitiu moedas com uma maior diversidade de tipos.

O gráfico nos apresenta três formas de representação de Tyche: Tyche-Fortuna e Tyche-Amazona e Tyche-Nisa. Nisa, enfermeira de Dioniso, como dissemos páginas atrás, havia nascido e sido enterrada em Citópolis.

O tipo de Tyche-Amazona, representada armada como um soldado romano, foi criado como uma resposta direta à Primeira Revolta e expressa a tentativa de forçar uma ‘Romanização’ sobre os judeus que contestavam a assimilação cultural e um esforço para manter uma política independente. Tyche aparece somente nas cidades judaicas ao longo da costa: Em Cesaréia, onde os judeus reivindicaram superioridade porque foi fundada por Herodes; em Jope, que permaneceu por longos períodos nas mãos dos judeus e se transformou no centro de rebelião contra os romanos durante a primeira e a segunda revolta; e em Anthedon, fundada por Herodes, onde Tyche apareceu durante o período Severiano. Nas

idades judaicas do interior, tais como Tiberíades (moeda 280) e Séforis, parece que o tipo de Amazona aparece principalmente durante ou depois das revoltas. Enquanto nas cidades helenísticas, do interior e na Transjordânia, seus símbolos militares e políticos desapareceram e Tyche muda de deusa da guerra para a deusa da fertilidade. Tyche-Amazona é absolutamente ausente das cidades costeiras não judaicas. Leais sustentadoras do governo romano, algumas cidades aliaram-se a Roma e superaram com sucesso os judeus que se esforçavam por obter maior domínio territorial na região, assim, essas cidades obtiveram maiores favorecimentos do governo romano como a elevação do status da cidade a Colônia, certas isenções de taxas e mesmo o privilégio de cunhar moedas.

Na Transjordânia, percebe-se uma certa uniformidade entre as cidades cunhadoras quanto a representação de divindades e entidades divinas, exceto em Gadara em que a representação de Tyche se destaca. Chama a atenção a representação de Arábia, Ártemis de Perge, Deméter, Hércules, Moneta e Pã, que não aparecem entre as cidades do litoral e do interior.

DIVINDADES / ENTIDADES DIVINAS NAS CIDADES DA TRANSJORDÂNIA

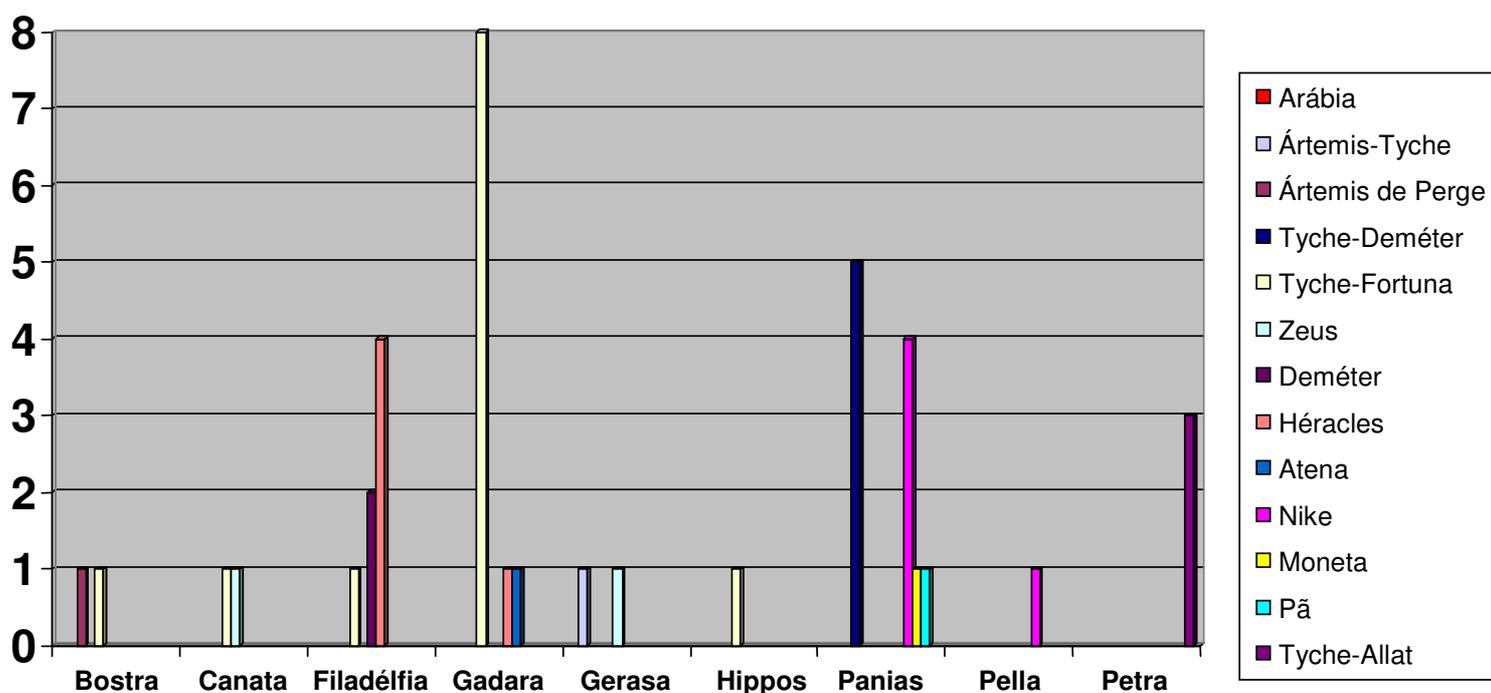


FIG. 102

Além da forte presença de Tyche como Fortuna nas várias cidades da Transjordânia, ela também é representada como Ártemis nas emissões de Gerasa, como Tyche-Allat, nas emissões de Petra e como Tyche-Deméter nas emissões de Panias. Na cidade de Gerasa, Ártemis é apresentada como uma deusa da caça, com um arco e aljava. Na moeda 315, emitida sob Adriano, Ártemis, é representada como a deusa da cidade Tyche, e sua inscrição: “Ártemis-Tyche, do povo de Gerasa”, é bastante importante para a construção do esquema iconográfico de Tyche nessa cidade. Em Petra, Tyche, é associada à deusa Allat, uma deusa nabatéia também ligada à fertilidade.

A propósito da discussão sobre a presença de Tyche nas cidades do interior e da Transjordânia, e suas diferentes características com relação às cidades litorâneas, lembremos uma interessante contribuição de Yakov Meshorer. Este autor nos diz que a figura que aparece na moeda 336 da cidade de Panias (representada abaixo, fig. 103) é algo peculiar, pois além de não estar relacionada com os símbolos marítimos das cidades costeiras também se distingue por ter sido emitida por uma autoridade judaica, Agripa II, filho de Agripa I, bisneto de Herodes (MESHORER, 2001, p. 102-108). Tyche está vestida com um quíton longo e usa uma coroa de um tipo incerto – em muitos casos ela está sem coroa. Algumas vezes a coroa parece ter a forma de um *modius*, a cesta de grãos característica de Deméter, deusa da fertilidade do solo, e algumas vezes ela parece ter a forma de uma coroa em forma de torres característico de Tyche, a deusa urbana da fortuna. A figura segura uma cornucópia em sua mão esquerda, o chifre que é característico de ambas: Tyche e Deméter. Em sua mão direita que está estendida, ela segura um feixe de trigo – novamente um atributo de Deméter.



Fig. 103 - Panias sob Agripa II. Data: 67-100 d.C. Metal: Bronze. Anverso: Busto laureado de Vespasiano. Em inscrição: ΑΥΤΟΚΡΑ ΟΥΕΚΙΙΑΣΙ ΚΑΙΣΑΡΙ ΣΕΒΑΚΤΩ. Reverso: Tyche-Deméter em pé segurando ramos de trigo e cornucópia. Em: Incrição: ΕΤ ΔΙ ΒΑ/ΑΓΡΙ ΠΙΠΑ . ano 14 - 74/5 d.C.)

É difícil definir esta figura, mas parece tratar-se da deusa Tyche, com os atributos de Deméter, quem aparentemente simboliza a cidade na qual as moedas foram produzidas: Panias. Normalmente a cidade de Panias é simbolizada por uma mão segurando espigas de trigo (moedas 324 e 328).

Ao primeiro sinal, o aparecimento de uma deusa greco-romana sobre uma moeda judaica é surpreendente, mas ela não é uma das divindades chefes do panteão greco-romano, que eram consideradas uma abominação entre os judeus ortodoxos. Os judeus adotaram uma atitude tolerante para um número de figuras do mundo externo a eles, porque elas eram consideradas como símbolos de atributos ou conceitos abstratos. Assim, Tyche, a deusa de uma fortuna da cidade, aqui simboliza a prosperidade econômica com atributos da fertilidade em suas mãos. Em Mishna, *Avodah Ararh*, 1 estão códigos de conduta sobre prudências que distinguem entre imagens proibidas e aquelas que não são proibidas.

Essa emissão de Panias foi produzida em nome do recém imperador Vespasiano, e nela aparece Fortuna, a deusa romana da sorte, do destino, em pé à esquerda. Fortuna era uma figura muito popular, a personificação da boa sorte, e é frequentemente caracterizada sobre as moedas de todo Império Romano. Seu aparecimento singular sobre as moedas do “ano 27” da fundação de Panias, particularmente sobre as moedas de maior valor, sugere que ela foi produzida em conexão com um importante evento em que sua estátua foi erigida e dedicada – na cidade de Panias de acordo com todos as evidências. Esta estátua aparece depois sobre as moedas da cidade de Panias que foram produzidas pelo Imperador romano Heliogábalo entre os anos de 196-221 d.C. Entende-se que a construção desta estátua nesse evento simboliza – metaforicamente - toda fertilidade do domínio de Agripa sobre esta cidade.

É difícil saber se os conceitos do mundo romano, os quais eram ricos em várias formas e personificações, já tinham começado a penetrar na região da Judéia/Palestina, mais especificamente entre o povo judeu. Contudo, não há dúvida de que Agripa II despendeu muitos anos de sua vida em Roma, estava bem informado disso e bem instruído sobre essa forma de expressão.

Apontamos caminhos para algumas reflexões e acreditamos que a análise iconográfica da moeda, em nosso caso específico a presença da deusa Tyche-Fortuna nas moedas produzidas nas cidades da Judéia/Palestina, nos possibilita observar os traços de continuidades e descontinuidades que existiram entre o Império romano e suas províncias;

que o conceito de romanização deve ser entendido como um caminho de mão dupla e não uma aceitação irreflexiva de uma imposição cultural dos romanos (ainda mais no caso da Judéia em que a esfera religiosa conferiu um caráter peculiar na relação de Roma com esta região em especial) e por fim que podemos ter um certo padrão para estudar as cidades palestinas dos períodos helenístico e romano, mas que respeitar as sutilezas e singularidades de cada cidade possa ser o caminho para conhecermos melhor a vida e a cultura daqueles povos.

CONCLUSÃO

O trabalho acadêmico traz consigo um paradoxo apreciável. As intermináveis leituras, as dificuldades com as fontes, as incertezas, fazem o pesar dessa atividade. Entretanto, a ânsia em se alcançar o desconhecido, de aprender algo novo, e de ver concretizado um trabalho científico transforma essa árdua tarefa na mais sublime de todas. Iniciei assim minha conclusão pois é um pouco assim que me sinto.

Aprendi muito a respeito não só de modelos iconográficos, mas também de teoria arqueológica e numismática, além de um conhecimento sobre o mundo antigo em geral. Atribuo esse aprendizado às importantes orientações que tivemos, às disciplinas que cursamos, aos seminários e aos grupos de leituras, às participações em Congressos e aos trabalhos arqueológicos em Israel e Portugal.

Quando iniciamos a pesquisa há alguns anos atrás definimos que nosso tema seria trabalhar com questões relativas ao impacto da presença romana na Judéia/Palestina. O objeto de estudo por nós escolhido desde o princípio foi a moeda. Nossa problemática: pode a análise iconográfica da moeda permitir que avancemos nos estudos relativos à presença de Roma na Judéia/Palestina? Poderia essa metodologia penetrar em ambientes que as fontes textuais não conseguiriam? Depois de concluída a pesquisa, pensamos que sim.

Nesse sentido, dentro dos esquemas iconográficos tratados aqui procuramos abordar os aspectos de instrumentalização política da moeda por parte dos romanos, de como os romanos utilizaram as produções monetárias para justificar sua dominação sobre as províncias da Palestina e de como, através das imagens representadas, procuraram criar uma política de boa amizade com os povos nativos do local, mas que houve também total lucidez das elites locais quanto a essas questões. Também foi nossa preocupação evidenciar a afirmação política e/ou contraposição à dominação romana no caso das populações locais, principalmente mais evidentes durante os períodos das grandes revoltas judaicas contra a dominação romana na Palestina.

Seguindo os ensinamentos dos teóricos em que nos apoiamos, L. Lacroix e C. Pérez, C. Caltabiano, R. Pera, e tantos outros, ficou latente em todo o trabalho, que a confrontação

com outras fontes, fossem fontes textuais, arqueológicas ou mesmo discussões com a bibliografia existente, nos levariam a comprovar as hipóteses por nós levantadas.

Procuramos ser didáticos quando elencamos os estudiosos que se debruçaram em desenvolver um *corpus* metodológico, quando confeccionamos um repertório de emissões/tipos monetários das vinte e três cidades cunhadoras da Judéia/Palestina dentro do período estabelecido, e quando organizamos os quadros e os gráficos com a presença dos tipos principais e secundários de cada cidade.

Procurando dar sentido às análises iconográficas respeitando o complexo histórico vivido pelas províncias romanas do Leste, alinhavamos as relações estabelecidas entre romanos e Selêucidas, romanos e Hasmoneus, e Selêucidas e Hasmoneus com suas continuidades e descontinuidades.

Não negligenciamos a Primeira Revolta, tampouco, a Segunda Revolta dos judeus contra os romanos. Muito pelo contrário, desde o início percebemos que os elementos dessas revoltas seriam muito importantes para nossas observações, como foram. Foi, com efeito, muito importante perceber, a partir da utilização do método de análise iconográfica da moeda, que os tipos monetários dos judeus durante as duas revoltas evidenciavam exatamente o que os judeus queriam: sentimento nacionalista e o caráter de resistência que fizeram parte dessas duas rebeliões. Assim, símbolos e inscrições eram escolhidos minuciosamente para representarem o sentimento que esses judeus desejavam marcar.

Uma questão apresentada durante a pesquisa dizia respeito à confluência ou refluxo dos judeus diante da dominação do Império Romano na Judéia/Palestina. Conseguimos verificar que houve momentos distintos para analisarmos o movimento dos judeus dentro do território. Por um lado, vimos que os judeus tinham comunidade em praticamente todas as cidades estudadas, e os símbolos judaicos prevaleciam nas cidades tidas como centros judaicos, como Jerusalém, por exemplo. Todavia, vimos que, em alguns momentos, temos símbolos não judaicos em cidades com predomínio da população judaica. Esses símbolos muitas vezes se confundiam. Símbolos que apareciam tanto na cultura judaica como na cultura greco-romana, como aqueles ligados à fertilidade, ou entidades divinas abstratas, muitas vezes eram assimilados (vinculando-os aos símbolos do templo, por exemplo) pelas lideranças judaicas para compor uma maior aliança com os romanos e, assim, ter maiores benefícios como exercer a liberdade de seu culto ou a isenção de taxas.

Por outro lado, é importante notar pelas emissões monetárias de algumas cidades consideradas não judaicas que em alguns momentos a influência da comunidade judaica na cidade motivou a cunhagem de moedas com símbolos judeus, mostrando como as lideranças não-judaicas em determinados momentos tiveram um convívio politicamente harmonioso com as lideranças judaicas.

As tensões sociais, iniciadas principalmente no campo com as opressões agrárias, motivaram a eclosão das duas principais revoltas dos judeus contra os romanos, em 66-70 d.C. e em 132-135 d.C., respectivamente. Podemos evidenciar que os tipos monetários dos judeus desse período são flagrantes na sua intencionalidade: os símbolos expressamente judaicos são predominantes assim como a presença de seus símbolos sobre o busto de imperadores romanos.

As fontes escritas mostram que nesses momentos de conflito bélico houve uma grande movimentação nas cidades da Judéia/Palestina, seja a partir dos milhares de militares romanos estacionados com suas legiões nas cidades, seja na tentativa de alguns de escaparem ao conflito. As emissões em tempo de guerra com sua iconografia inserida nesse contexto, evidenciaram que cidades que a princípio, escaparam do olhar das fontes textuais, apresentaram, através de sua imagética monetária algum tipo de envolvimento no conflito. A análise da iconografia monetária evidencia que esses conflitos que, a rigor, tinham uma delimitação no campo das ações militares, repercutiram, por outro lado, em todas as cidades das províncias do Leste.

Percebemos que essa questão do “refluxo” está intimamente ligada à grande complexidade política e religiosa que representou essa região. Vimos que judeus que viviam do outro lado do Eufrates e Alexandria procuraram auxiliar os judeus insurgentes. Por outro lado, vimos também que judeus que viveram no âmago dos acontecimentos ficaram do lado dos romanos. Vimos que alguns judeus mais “piedosos” para fugir dessa realidade que se delineava desde a presença dos Selêucidas e Ptolomeus, – não só por causa dos conflitos armados, mas também por causa dos conflitos ideológicos com esses estrangeiros e muitas das vezes com os próprios judeus favoráveis a essas mudanças, iniciaram um movimento de refluxo para espaços não urbanos, a fim de preservar uma comunidade distante da realidade helenística.

Os historiadores ou numismatas quando estudam o passado da área que chamamos de província Judéia/Palestina (ou Siro-Palestina, utilizando a terminologia que engloba as cidades da Síria) pensam na província como um todo, analisando as ações e seus conseqüentes impactos em toda a província. Porém, a análise dos conjuntos iconográficos, nos fez perceber que, ao refletir sobre o que chamamos de província Judéia/Palestina, é imperativo que consideremos as cidades individualmente para aí sim podermos construir essa idéia do todo que os estudiosos sugerem.

Há que se pensar na presença de todas essas divindades próprias a cada cidade nas emissões imperiais gregas, de se analisar a impressionante capacidade do Império Romano de trabalhar ideologicamente com o culto dessas divindades e sua representação nas moedas, mas também há que se considerar a também impressionante sagacidade das autoridades locais em perceber esse “jogo” dos romanos e mergulhados nesse contexto fazer prevalecer sua cultura e a cultura de seu povo. A título de exemplo pensamos que representar um deus-rio para evidenciar a importância do rio para a economia da cidade, reverbera a idéia do uso propagandístico de Roma, pois implicitamente sugere aos habitantes locais da cidade, que os romanos são favoráveis às suas questões religiosas e econômicas, mas por outro lado, implicitamente, fortalece a religião local e as estruturas culturais e políticas daí advindas. Talvez essa tenha sido uma das contribuições de nossa pesquisa: perceber, graças à análise da imagética dos tipos monetários das cidades, que ao mesmo tempo em que Roma fazia prevalecer suas vontades políticas ou econômicas, as populações locais sabiam muito bem como perpetuar seus interesses políticos ou religiosos sem ofender os interesses romanos na região.

A análise pontual cidade por cidade, a verificação de cada tipo principal e de cada tipo secundário, as relações que esses tipos tinham uns com os outros na cidade emissora ou dentro do conjunto das cidades litorâneas, interioranas ou da Transjordânia, permitiram a reflexão de esquemas iconográficos que aparentemente não possuíam o menor vínculo, mas que estudados em conjunto evidenciam o “todo” representado por essa província da Judéia/Palestina.

Quando lá no início de nossa pesquisa propusemos nossas hipóteses de trabalho, não sabíamos o que de fato poderíamos comprovar. Tínhamos a sugestão de que se empreendêssemos uma análise dos esquemas iconográficos das emissões dessas cidades poderíamos trazer à luz informações adormecidas nas lacunas das fontes escritas. Não há

dúvida de que as informações contidas nas moedas permitiram uma melhor compreensão de cada uma dessas vinte e três cidades estudadas, e por conseqüência, auxiliaram a clarificar questões relativas à presença romana na Judéia/Palestina que permaneciam obscurecidas. Queremos crer que tenhamos contribuído para despertar nos estudiosos do Mundo Antigo uma maior reflexão sobre o impacto da presença romana na Judéia/Palestina, do mesmo modo que também pretendemos que seja despertado o olhar dos estudiosos para as possíveis contribuições referentes aos estudos de Roma e suas províncias, partindo da análise da iconografia monetária.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - Fontes Numismáticas

AJC - Ancient Jewish Coinage. Por Y. Meshorer. 2 vol. New York, 1982.

BARAMKI, D. C. The coin collection of the American University of Beirut Museum: Palestine and Phoenicia, American University of Beirut. 1974.

BMC Cyprus to Palestine. A catalogue of The Greek Coins in the British Museum. Por G. F. Hill. Londres, 1904.

BMC Galatia to Syria. A catalogue of The Greek Coins in the British Museum. Por Warwick Wroth. Londres, 1899.

BMC RE. Coins of the Roman Empire in the British Museum. Por Harold Mattingly. Londres, 1929.

CARSON The Roman Imperial Coinage. Londres, Spink & Son, 1923.

HENDIN, D. Guide to Biblical Coins, 4rd Edition, Amphora, New York, 2001.

HOUGHTON, A. Coins of the Seleucid Empire from the collection of Arthur Houghton. Ancient coins in North American Collection. Publicado por The American Numismatic Society. Nova Iorque, 1983.

KADMAN, L. The coins of Caesarea Maritima: Corpus Nummorum Palestinensium II. 1957.

KADMAN, L. The coins of Acco Ptolemaida: Corpus Nummorum Palestinensium. Séries 1, vol. IV, 1961.

LEVY, B. E. e **BASTIEN**, P. Roman coins in the Princeton University Library, I: Republic to Commodus. Bélgica, Wetteren, 1985.

LINDGREN, H. Ancient greek bronze coins, European mints. San Mateo, 1989.

MESHORER, Y. The coinage of Aelia Capitolina. Jerusalém, The Israel Museum Products Ltd., 1989.

MESHORER, Y. City-Coins of Eretz-Israel and the Decapolis in the Roman Period. Jerusalém, Israel Museum, 1985.

MESHORER, Y. A treasury of Jewish Coins. Jerusalém: Yad Ben-Zvi Press, 2001.

MILDENBERG, L. The coinage of the Bar Kokhba war. Typos, Monographs on Ancient Numismatics, vol. 6. Sauerländer, Aarau, Frankfurt-am-Main, Salzburg, Swiss Numismatic society, 1984.

RIC - Roman Imperial Coins. Por H. Mattingly et al., British Museum, Londres, 1923.

ROSENBERGER, M. City coins of Palestine. (The Rosenberger Israel Collection.) 3 vols. Jerusalem: The Author, 1972, 1975, 1977.

SEAR, D. R. Roman coins and their values. Londres: Seaby, 1988.

SEAR, D. R. Greek imperial coins and their values: the local coinages of roman empire. Londres: Seaby, 1991.

SNG ANS = Syllogue Nummorum Graecorum. The Collection of the American Numismatic Society, Parte 6: Palestine – South Arabia. Nova Iorque, 1981.

SNG Danish, Cyprus to India = Syllogue Nummorum Graecorum. The Royal Collection of Coins and Medals. Danish National Museum. Nova Jersey, 1982.

SNG Spaer (ou SNG Israel) Collection of Arnold Spaer of Seleukid coins, Jerusalém, Israel, 1998.

SPIJKERMAN, A. The coins of the Decapolis and Provincia Arabia. Jerusalém, ed. por M. Piccirillo, 1978.

II – Fontes Textuais

APIANO. Apian's Roman History, The Loeb Classical Library, Londres, William Heinemann Ltd, 1960.

DIÃO CASSIO Histoire romaine. Livros II e LXIX. Paris, Les Belles Lettres, 1991.

EUSÉBIO História Eclesiástica. Livro IV 6. Editora Novo Século, São Paulo, 1999.

ESTRABÃO Geografia, XVI. Gredos, Madrid, 1998.

FILO DE ALEXANDRIA De sacrificiis Abelis et Caini. Paris, Éditions du Cerf, 1966.

FLAVIO JOSEFO Guerra de Los Judios: y destruccion del templo y ciudad de Jerusalém. Barcelona, Iberia, 1948.

FLAVIO JOSEFO Jewish antiquities. Londres, Heinemann, 1950.

FLAVIO JOSEFO Obras completas. Introdução e tradução direta do grego de Luis Farré. Buenos Aires, Acervo Cultural, 1961.

HERODOTO História, Brasília, Editora da UnB, 1985.

P. CORNÉLIO TÁCITO, Annali. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1990.

PLÍNIO SEGUNDO, C. Histoire naturelle de Pline. Paris: Librairie de Firmin Didot, Editeurs, 1855/1855.

POLÍBIO História, Brasília, Editora da UnB, 1985.

SUETÔNIO A Vida dos Doze Césares. Rio de Janeiro: Prestígio, 2001.

TÁCITO Histoires. Livro III. Paris, Garnier Freres, 1933.

TITO-LÍVIO Histoire Romaine, Paris, Librairie Garnier Frères, trad. de Eugène Lassere.

III – Bibliografia

ABEL, F.-M., Histoire de la Palestine I. Paris, J. Gabalda, 1952.

ABBOTT, F. F. e JOHNSON A. C. Municipal Administration in the Roman Empire. Princeton, 1926.

ALBRIGHT, W. F. The archaeology of Palestine. Harmondsworth, Penguin Books, 1949.

ALCOCK, S. Graecia Capta. The landscape of Roman Greece. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

ALCOCK, S.E. "Greece: a landscape of resistance?". Em: Dialogues in roman imperialism, JRA, suppl.23. 1997, p. 103-115.

ANDERSON, J. D. "The impact of Rome on the periphery: the case of Palestina – Roman period (63a.C. - 324 d.C.)". Em: The archaeology of society in the Holy Land. Ed. por Thomas E. Levy. New York, Facts on File, 1995, p. 446-469.

APPLEBAUM, S. "Economic life in Palestine". Em: The Jewish people in the First Century, vol. 2, Assen, 1976, p. 631-700.

APPLEBAUM, S. "Judaea as a Roman Province". Em: ANRW, vol. 2, 1977, p. 355-96.

APPLEBAUM, S. "The Settlement Pattern of Western Samaria from Hellenistic to Byzantine Times. A historical commentary". Em: Landscape and Pattern: an Archaeological survey of

Samaria 800 BCE-636 CE. BAR - British Archaeological Reports International Series 308, Oxford, 1986, p. 255-69.

APPLEBAUM, S. “Judaea in Hellenistic and Roman Times”. Em: Studies in Judaism in Late Antiquity, Vol. 40, Leiden, ed. J. Neusner, 1989, p. 1-8.

ARIEL, D. T. "Coins from the Synagogue at Dabiyye". Em: Atiqot, vol. 20. Jerusalém, 1991, p. 44-80.

ASTIN, A. E. “Roman government and politics, 200-134 B.C.”. Em: The Cambridge Ancient History, vol. VIII, Cambridge: Cambridge United Press, 1989, p. 163-196.

AVI-YONAH, M. The Jews of Palestine: a political history from the Bar Kokhba War to the Arab conquest. Oxford, Blackwell, 1961.

BEARD, M., NORTH, J. e PRICE, S. “Roman religion and roman empire”. Em: Religions of Rome. Cambridge. Cambridge University Press, 1998, p. 313-363.

BELL, D. W. Portraits and Propaganda: Faces of Rome. Providence, Rhode Island, Brown University, 1989.

BELLONI, G. G. “Divinità e culti in monete e in fonti varie”. Em: Religion (Heidentum: Romische religion, allgemeines forst). Berlim, Walter de Gruyter, 1986, p. 1844-1876.

BEN-DAVID, A. “Jewish Roman Bronze and Copper coins: Their reciprocal Relations in Mishnah and Talmud from Herod the Great to Trajan and Hadrian”. Em PEQ, 1971, p. 109-29.

BÉRARD, C. “Iconographie-Iconologie-Iconologique”. Em: Études de Lettres, v.4, Paris, 1983, p. 5-37.

BOWMAN, A. “Provincial administration and taxation”. Em: The Cambridge Ancient History, vol. X, Cambridge: Cambridge United Press, 2001, p. 344-370.

BRIGHT, J., História de Israel. São Paulo, Paulus, 1978, p. 570-576.

BURNETT, A. Coins. Londres, University of California Press, The Trustees of the British Museum, 1991.

CARRADICE, I. e COWELL, M. "The minting of Roman imperial bronze coins for circulation in the East: Vespasian to Trajan". Em: NC, Vol. 147, 1987, p. 26-50.

CASEY, P. J. "Coins and the site archaeologist". Em: Understanding ancient coins – an introduction for archaeologists and historians. Londres, B.T. Batsford Ltd, 1986, p. 69-114.

CHEUNG, A. “The political significance of Roman Imperial coin types”. Em: SM, 48 n°. 191, 1998, p. 53-61.

COLBERT DE BEAULIEU, J. -B. Traité de numismatique celtique. I. Méthodologie Des ensembles. Centre de Recherches de Histoire Ancienne. Vol. 5, Série Numismatique. Paris, Les Belles Lettres, 1973.

CORNELL, T.J. “The roman conquest of Italy”. Em: The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 B.C.). Londres: Routledge, Routledge History of the Ancient World, 1995, p. 345-368.

DA SILVA, A. J., “A História de Israel na Pesquisa Atual”. Em: FARIA, J. de F. (org.), História de Israel e as pesquisas mais recentes. Petrópolis, Vozes, 2003.

DEPEYROT, G. Le Bas-Empire roman, economie et numismatique. Paris, 1987.

DESIDERE, P. “La romanizzazione dell’Impero”. Em: Storia di Roma II, 2. Torino: Giulio Einaudi editore, 1991, p. 577-627.

DILL, S. “Isis and Serapis”. Em: Roman Society from Nero to Marcus Aurelius. Nova Iorque, The World Publishing Company, 1956, p. 560-584.

DUNCAN-JONES, R. Money and government in the Roman empire. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

DUNCAN-JONES, R. Structure and scale in the Roman economy. Cambridge, Cambridge University, 1992.

EHRHARDT, C.T.H.R. “Roman coins types and the Roman public”. Em: JNG, vol 34. 1985, p. 41-54.

EHRlich, E. L. A concise history of Israel. Londres, Darton, Longman & Todd Ltd., 1962.

ESHEL, H. “A coin of Bar Cokhba from a Cave in Wadi el Mackuk”. Em: INJ, Vol. 9. Jerusalém, 1988, p. 51-54.

FISHWICK, D. “An ‘Altar’ coin in Heidelberg”. Em: Ancient coins of the graeco-roman world. The Nickle Numismatic papers. Ontário, Canadá, Wilfrid Laurier University Press, 1984, p. 159-164.

FLORENZANO, M. B. B. Retratos e propaganda ; faces de Roma. Brasília: Banco Central, 1989.

FLORENZANO, M. B. B. “Monetary iconography and forms of government”. Em: Symposium Portraits E Propaganda; Face of Rome. Papers Providence: Brown Univ, 1989.

GABBA, E. “Rome and Italy in the second century B.C.”. Em: The Cambridge Ancient History, vol. VIII, Cambridge: Cambridge United Press, 1989, p. 197-243.

GALLINI, C. “Che cosa intendere per ellenizzazione. Problemi di metodo”. Em: Dialoghe di Archeologia. Anno VII, 1973, p. 175-191.

GALVÃO, C. R. e FLORENZANO, M. B. B. “A paisagem rural na Palestina romana: Apolônia e a Planície do Sharon em época helenística e romana”. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, v. 12, 2002, p. 81-122.

GALVÃO, C. R. e FLORENZANO, M. B. B. “Paisagem rural na Palestina Romana: instrumentos de trabalho”. Em: Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, n. 17, jul. 2003, p. 13-22.

GITLER, H. e LEMAIRE, A. “The levant: Phoenicia and Palestine in the Persian Period”. Em: A survey of numismatic research 1996-2001. Madrid: International Association of Professional Numismatics, 2003, p. 151-175.

GITLER, H “Coins”. Em: Jewish quarter excavations in the old city of Jerusalem. Vol. II. Jerusalém: Israel exploration society, institute of archaeology, hebrew university of Jerusalem, 2003, p. 453-492.

GODDARD, J. "Some unpublished Roman imperial coins". Em: NC, vol 147, 1987, p. 168-171.

GOODENOUGH, E. R. Jewish symbols in the Greco-roman period. Nova Iorque e Toronto, 1965.

GOODMAN, M. State and society in Roman Galilee, AD 132-212. Nova Jersey, 1983.

GOODMAN, M. The Ruling Class of Judaea: the origins of the Jewish Revolt against Rome, AD. 66-70. Cambridge University Press, 1993.

GRABBE, L. L., Judaism from Cyrus to Hadrian. Volume II: The Roman Period, Minneapolis, Fortress Press, 1992.

GRANT, M. Roman Imperial money. Londres, Nelson, 1954.

GRANT, M. Roman history from coins: some uses of the imperial coinage for the historian. Cambridge, University Press, 1958.

GREENE, K. "Coinage and money in the Roman Empire". Em: The Archaeology of the Roman Economy. Londres, 1986, p. 45-66.

GRIMAL, P. La formacion del imperio romano: el mundo mediterraneo en la edad antigua. Mexico: Siglo Veintiuno, 1991.

GUARINELLO, N. L. Imperialismo greco-romano. São Paulo: Atica, 1987.

GUARINELLO, N. L. “Poder e política no império romano”. Em: História no ano 2000: perspectivas Bauru, SP : EDUSC, 2000, p. 157-158.

GUARINELLO, N. L. “Cidades-Estado na antigüidade clássica”. Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi, orgs. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-47.

HAMBURGER, H. “Coins of the Caesarea Maritima”. Em: ATIQOT - Journal of The Israel Dept. of Antiquities, Volume I, Jerusalem, 1955, p. 115-138.

HANNESTAD, N. Roman art and Imperial policy. Aarhus, Jutland Archaeological Society Publications, nº 19, 1986.

HANSON, W. S. “Forces of change and methods of control”. Em: Dialogues in roman imperialism, JRA, suppl.23. Portsmouth, Rhode Island, 1997, p. 67-80.

HARL, K. W. Coinage in the Roman Economy, 300 BC. to AD 700 (Ancient Society and History). Johns Hopkins Univ. Press. 1996.

HARL, K. W. Civic Coins and Civic Politics in the Roman East A.D. 180-275. Berkeley, 1987.

HENGEL, M., Judaism and Hellenism. Studies in their Encounter in Palestine during the Early Hellenistic Period I, Londres, SCM Press, 1981.

HENGEL, M.; MARKSCHIES, C. The ‘Hellenization’ of Judaea in the First Century after. Londres: SCM Press, 1989

HERZ, P. “Caligola. Patere e propaganda”. Em: BollNum, vol. 10. 1988, p. 7-20.

HILL, P. "Buildings and Monuments of Rome as coin-types. Addenda. Em: NC, vol 147, 1987, p. 51-64.

HINGLEY, R. ‘Resistance and domination: social change in Roman Britain’, Em: D Mattingly (ed) Dialogues in Roman imperialism: power, discourse and discrepant experiences in the Roman empire. Journal of Roman Archaeology Supplementary series No. 23. Portsmouth, Rhode Island, USA. 1997, p. 81-102.

HOHLFELDER, R. L. "Caesarea Maritima in late antiquity: an introduction to the numismatic evidence". Em: Ancient coins of the Graeco-Roman world. The Nickle Numismatic Papers., Ontario, Canadá, 1984, p. 261-285.

HOPKINS, I. W. J. “The city region in Roman Palestine”. Em: PEQ, 112, 1980, p. 19-32.

HORSLEY, R. Jesus and the spiral of violence: popular jewish resistance in Roman Palestine. Nova Iorque, Fortress Pr, 1992.

HUSKINSON, J. “Looking for culture, identity and power”. Em: Experience Rome: culture, identity, and power in the roman empire. Londres e Nova York: Routledge, 2000, p. 3-28.

HUSKINSON, J. “Élite culture and the identity of empire”. Em: Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire. Londres e Nova York: Routledge, 2000, p. 95-124.

ISAAC, B. e OPPENHEIMER, A. “The revolt of Bar Kokhba, scholarship and ideology”. Em: JJS, Vol. 36. 1985, p. 33-60.

ISAAC, B. e ROLL, I. Judaea in the Early Years of Hadrian's Reign. Tel Aviv, Latomus, 1979.

JOHNSON, P. "O judaísmo". Em: História dos judeus. Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 87-169.

JOHNSTON, A. 'The so-called pseudo-autonomous Greek Imperials', Em: American Numismatic Society Museum. Notes 30, 1985, p. 89-112.

JONES, A.H.M. "The urbanization of Palestine". Em: JRS, 21, 1931, p. 78-85.

KANAEL, B. "Ancient Jewish coins and their historical importance". Em: BA 26, 1963, p. 38-62.

KINDLER, A. "Numismatic remarks on Jewish minting at the end of the Second Temple Period. I. Half and Quarter and the monetary policy during the last year of the Jewish War". Em: Jerusalem in the Second Temple Period; Abraham Schalit Memorial Volume. Jerusalém, Yad Ben Zvi, 1980, p. 271-282.

KINDLER, A. "Coins and remains from a mobile mint of Bar Kokhba at Khirbet-el-Aqd". Em: INJ, vol. 9. Jerusalém, 1988, p. 46-50.

KINDLER, A. e STEIN, A. A Bibliography of the city coinage of Palestine from the 2nd century B.C. to the 3rd century A.D. Oxford, BAR, 1987.

KINDLER, A. "The status of cities in the Syro-Palestinian Area as Reflected by their coins". Em: INJ, 6 -7, 1982/3, p. 79-87.

KINDLER, A. A bibliography of the city coinage of Palestine: from the 2nd century BC . to the 3rd century AD. Oxford, BAR, 1990.

KIPPENBERG, H. G., Religião e formação de classes na antiga Judéia, São Paulo, Paulus, 1988.

KLONER, A. e TEPPER, Y. The hiding complexes in the Judean Shephela. Tel Aviv, Israel Exploration Society, 1987.

KOLB, F. La ciudad en la Antigüedad Madrid, Gredos, 1992.

KORMIKIARI, M.C. N. "O cavalo nas moedas púnicas: um ensaio de interpretação". Em: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia MAE/USP, São Paulo, 9, 1999, p. 111-125.

KORMIKIARI, M.C. N. Norte da África autóctone do século III ao I a.C. : as imagens monetárias reais berberes. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

KRAAY, C. M. Archaic and classical greek coins. Londres, Methuen & Co. Ltd., 1976.

KREINDLER, H. "The Application of SEM for Authentication of an Important Find of Year Five Shekels of the Jewish Year". Em: INJ, vol. 9. Jerusalém, 1988, p. 36-45.

- LACROIX, L.** Études d'archéologie numismatique. Universidade de Lion, Publicações da Biblioteca Salomon Reiaich, Diffusion de Bocard, 1974.
- LAURENCE, R.** "The image of the Roman City". Em: CAJ, Vol. 10, Nº 2, 2000, p. 346-348.
- LÉVÊQUE, P.** O mundo helenístico, Lisboa, Edições 70, 1987.
- LEVINE, L. I.** Roman colonies in Southern Asia Minor. Oxford, 1967.
- LEVINE, L. I.** Caesarea under Roman rule. Leiden, Brill, 1975a.
- LEVINE, L. I.** Roman Caesarea: An Archaeological- Topographical Study. Jerusalem, 1975b.
- LINTOTT, A.** Imperium Romanum: politics and administration. Londres, Routledge, 1993.
- LISSARRAGUE, F.** L'autre guerrier: archers, peltastes, cavaliers dans l'imagerie attique. Paris, La Découverte, Rome: École Française de Rome, 1990.
- LISSARRAGUE, F.** "Autour du guerrier". Em: La Cité des Images – Religion et Société en Grèce Antique. (org.) F. Nathan. Centre de recherches comparées sur les sociétés anciennes, Paris, Institut d'archéologie et d'histoire ancienne Lausanne, 1984.
- LODS, A.** "La rencontre du judaïsme et de la civilisation gréco-romaine". Em: La Religion d'Israël. Paris, Brodard et Taupin Coulommiers, 1939, p. 211-245.
- LOMAS, K.** "Roman Imperialism and the city in Italy". Em: Cultural Identity in the Roman Empire. Londres e New York, Routledge, 1998, p. 64-78.
- LÖNNQVIST, K.** "A Re-attribution of the king Herod Agrippa I Year 6" Em: LibAnn, 47, 1997, p. 429-40.
- LORBER, C. C.** "Greek Imperial coins and Roman propaganda: some issues from the sole Reign of Caracalla. Part 2". Em: SAN, vol. 16, nº 4. 1986, p. 71-76.
- MACLAREN, J. S.** Turbulent times?: Josephus and scholarship on Judaea in the first century CE. (J. sp. Supplement Series, 29), Sheffield Academic Press, 2001.
- MARSHALL, F.** "Projeto Apollonia - histórico, resultados e perspectivas científicas". Em: Anos 90. v.17, Porto Alegre, 2003, p. 113 - 130.
- MARTINI, R.** "Cronologia delle emissioni orientali di Marcus Antonius". Em: RIN, vol. 89. 1987, 69-100.
- MATTINGLY, D. J.** "Dialogues of power in the Roman Empire". JRA, suppl.23. Portsmouth, Rhode Island, 1997: 7-23.
- MATTINGLY, D. J.** "Being roman: expressing identity in a provincial setting". Em: Dialogues in roman imperialism, JRA, vol. 17, Portsmouth, Rhode Island, 2004, p. 5-25.

MENDES, N. M. - Romanização: a interação entre os espaços urbano e rural no sul do Algarves. Comunicação apresentada na FIEC 2004. Ouro Preto.

MENESES, U. T. B. de "Fundação de cidades e o imaginário urbano: releitura de Tito Livio". Em: Classica: Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. São Paulo, v.1 , 1989, p. 141-150.

MESHORER, Y. "The god Pan playing the flute on a coin struck in Paneas". Em: Tazlil forum for music research and bibliography. Haifa, The Emily Museum and Library for Music, 1971, p. 76-77.

MESHORER, Y. "A coin hoard of Bar Kokhba's time". Em: IMJ, vol. 4. 1985, p. 43-50.

MESHORER, Y. "Hoard of coins from the time of the Jewish War against Rome". Em: Michmanin (Bulletin of the Reuben and Edith Hecht Museum, University of Haifa), vol. 2. 1985, 43-45.

MESHORER, Y. "The coins of Ascalon". Em: Ascalon 1 (Society for the Heritage of Ascalon). 1990, p. 242-62.

MILDENBERG, L. "A Bar Kokhba Didrachm". Em: INJ, vol. 8. 1984-1985, p. 33-36.

MILDENBERG, L. "The Bar Kokhba war in the light of the coins and document finds". Em: INJ, vol. 8. 1984-1985, p. 27-32.

MILLAR, F. El imperio romano y sus pueblos limitrofes : el mundo mediterraneo en la edad antigua. México, Siglo Veintiuno, 1988.

MILLAR, F. The Roman Near East 31 BC – AD 337. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001.

MOMIGLIANO, A. Os limites da Helenização. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1991.

NOLLOMONT, J. "La première révolte de Judée. Em: Vie num, vol. 34. 1984, p. 106-115.

NORTH, D. "The influence of Greek mythology on Roman foundation myths and their portrayal on Roman coins". Em: MoJNum, vol. 12. 1987, p. 42-49.

ORRIEUX, C., Les papyrus de Zenon. L'horizon d'un grec en Egypte an III^e siècle avant J. C., Paris, Macula, 1983.

PASTOR, J. Land and economy in ancient Palestine. Londres, Routledge, 1997.

PATRICH, J. "Coins from the Northern Church". Em: Y. Tsafir, J. Patrich, R Rosenthal et al. Excavations at Rehovot-in-the-Negev. Vol. 1. The Northern Church. Qedem, Vol. 25. Jerusalém, 1988.

PATAI, R. "The Goddess Asherah,". Em: JNES 24. 1965: 37-52.

- PAUL, A.** O judaísmo tardio - história política, São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- PERA, R.** “Tipi Dionisiaci in Sicilia e Magna Grecia”. Em: JNG, Vol. 1, 1985, p. 33-70.
- PERETTI, A.** “Dati storici e distanze marine nel Periplo di Scilace”. Studi Classici e Orientali, Roma, n. 38, 1988, p. 13-137.
- PÉREZ, C.** Monnaie du pouvoir. Pouvoir de la monnaie. Une pratique discursive originale: le discours figuratif monétaire (1er s. av. J.-C - 14 ap. J.-C.), Annales Littéraires de l’Université de Besançon, 332. Histoire ancienne, vol. 71. Paris, 1986.
- PERRING, D.** “Spacial organization and social change in Roman towns”. Em: Urbanism in western Asia Minor. Portsmouth, Rhode Island, Journal of Roman Archaeology 2001, p. 9-33.
- PICARD, O.** "Images des dieux sur les monnaies grecques". Em: Religion, mythologie, Iconographie. Roma: École française de Rome, Palais Farnèse, 1991, p. 223-233.
- POUILLY, J.** Qumrã. Textos escolhidos. São Paulo, Paulus, 1992.
- PRÉAUX, C.**, Le Monde hellénistique. La Grèce et l’Orient (323-146 av. J.-C.) I-II, Paris, Presses Universitaires de France, 1987/1988.
- PRICE, M. J.** Coins and their cities: Architecture on the ancient coins of Greece, Rome, and Palestine. Detroit, Wayne State Univ. Press, 1978.
- QEDAR, S.** "Two lead weights of Herod Antipas and Agrippa II and the early history of Tiberíades. Em: INJ, vol 9. Jerusalém, 1988, p. 29-35.
- RABBAN, A.** "Caesarea and its Harbour". Em: HadArch, Part 93. 1989, p. 55-59.
- RAHMANI, L. Y.** "Roman Miscellanea - an Ashkelonian libra weight". Em: IEJ, vol. 39, Nos. 1-2. 1989, p. 64-70.
- REBUFFAT, F.** “Les Enseignes sur les Monnaies d’Asie Mineire”. Em: BCH, supplément 31. Atenas, École Française d’Athènes, 1997, p. 1-32.
- RICH, J. e SHIPLEY, G.** “Fear, greed and glory: the causes of roman war-making in the middle Republic”. Em: War and Society in the Roman World. Londres e Nova York: Routledge, 1993: 38-68.
- RICHARDSON, J.** 'The administration of the empire'. Em: CROOK, J.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (edd.), Cambridge Ancient History IX (second edn, Cambridge 1994), p. 564-98.
- RICHARDSON, J.** “*Imperium Romanum*: empire and the language of power”. Em: Journal of Roman Studies, 1991, p. 1-12.
- RICHARDSON, J.** “The administration of the Empire”. Em: The Cambridge Ancient History, vol. IX, Cambridge: Cambridge United Press, 1994, p. 564-598.

RODAN, S. Marine Tyche-Fortuna: the goddess of the city, luck and chance in the coastal cities of Eretz-Israel. Em: CMS NEWS - University of Haifa Center for maritime studies. Haifa, n. 26, 1999, p. 36-46,

ROMANOFF, P. Jewish simbols on ancient jewish coins. Filadélfia, 1944.

ROLL, I. The Roman Roads to Caesarea Maritima. Nova Iorque, E. J. Brill, 1996, p. 549-558.

ROLL, I. e OREN, T. Apollonia-Arsuf. Final report of the excavations. Tel Aviv, Ah' shav Publishers, 1999.

ROSTOVTZEFF, M. I. Historia social y económica del mundo helenístico. Madrid, Espasa-Calpe, 1967.

ROSTOVTZEFF, M. I. História de Roma, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

SACCHI, P. Storia del mondo giudaico, Torino, Società Editrice Internazionale, 1976.

SAULNIER, C.; PERROT, C. Histoire d'Israel III. De la conquête d'Alexandre à la destruction du temple (331 a.C.-135 a.D.), Paris, Du Cerf, 1985.

SAULNIER, C., A revolta dos Macabeus, São Paulo, Paulus, 1987.

SCHÜRER, E., Storia del popolo giudaico al tempo di Gesù Cristo (175 a.C.-135 d.C.) I, Brescia, Paideia, 1985.

SMALLWOOD, E. M. The jews under Roman rule from Pompey to Diocletian: a study in political relations. Leiden, Brill, 1981.

STAHL, Z. The coins in the land of Israel in the Roman period. Tel Aviv, Liderman Publications, 1986.

STERN, M., "Greek and Latin Authors on Jews and Judaism I", Jerusalem, The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1976, p. 14.

SUTHERLAND, C.H.V. "The purpose of Roman Imperial coins types". Em: RN, vol. 25. 1983, p. 73-82.

TAMEANKO, M. Monumental Coins: buildings & structures in ancient coinage. Iola, Wiscousin: Krause Publications, 1999.

TROMBETTA, S. "A Palestina, dominação romana, resistência e interação cultural". Em: O cotidiano e sua representação nos mosaicos das províncias romanas da Gália, norte da África e Palestina. Tese de Doutorado. São Paulo. 2004.

VERMES, G. Os manuscritos do mar Morto, São Paulo, Mercuryo, 1991.

VIDAL-NAQUET, P. “Flávio Josefo y Masada”. Em: Los Judios, la memoria y el presente. Buenos Aires, Fondo de cultura económica de Argentina, 1996, p. 49-76.

WHITTAKER, C. R. “Imperialism and culture: the Roman initiative”. Em: JRA, suppl.23. 1997, p. 143-163.

WILL, E., Histoire politique du monde hellénistique II, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 1982.

WILLIAMS, M. H. “Jews and Jewish communities in the Roman empire”. Em: Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire. Londres e New York, Routledge, 2000, p. 305-334.

WILLIAMS, M. H. The Jews among the Greeks and the Romans. A Diasporan Sourcebook. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

WINKES, R. Portraits and Propaganda: Faces of Rome. Providence, Rhode Island, Brown University, 1989.

YEGÜL, F. K. “Memory, metaphor, and meaning in the cities of Asia Minor”. Em: Romanization and the city. Ed. por Elizabeth Fertress, Portsmout, Rhode Island, 2000: 133-153.

ZE'EV, S. The economy of Roman Palestine. Londres, Routledge, 1994.

ZIOLKOWSKI, A. “*Urbs direpta*, or how the romans sacked cities”. Em: War and Society in the Roman World. Londres e Nova York: Routledge, 1993, p. 69-91.

GRUPOS POLÍTICO-RELIGIOSOS JUDAICOS

Saduceus:

Desde o tempo de Salomão a família de Sadoc passou a fornecer os sumos sacerdotes para o serviço do Templo. Sob Salomão o sumo sacerdote Abiatar foi deposto e substituído por Sadoc.

Com a reconstrução da comunidade judaica pós-exílica, o sumo sacerdote adquiriu, além da função religiosa, grande importância política, exercendo poderosa influência sobre a nova comunidade que girava essencialmente ao redor do Templo e do culto.

Os saduceus, ligados originariamente ao sumo sacerdote Sadoc, não se limitavam, entretanto, na Palestina do século I d.C., à classe sacerdotal, sua maior parcela. A aristocracia leiga, proprietária das terras palestinas, também compunha o partido dos saduceus. Portanto, gente a quem interessava ao extremo manter o "status quo", a situação. Partido que vivia afastado do contato com o povo e era muito influente no século I d. C. Os saduceus eram um partido nacional liberal da elite aristocrática.

Conservadores em questões políticas: qualquer mudança no sistema vigente poderia acarretar-lhes prejuízo. Colaboravam com o poder romano, desde que este não interferisse nas questões religiosas e nem ferisse seus interesses pessoais.

Conservadores em questões religiosas: apegados à Lei escrita, não lhe admitindo nenhuma atualização, releitura ou acréscimo. Rejeitavam a visão dualista dos grupos apocalípticos (bem/mal; recompensa/castigo etc). Para os saduceus, Deus criou o mundo, mas o responsável pelas próprias ações é o homem, que tem plena liberdade de escolha. Com a morte, termina definitivamente a vida do indivíduo: negam a ressurreição dos mortos e a recompensa ou castigo no além (cf. Mc XII,18-27). Negam igualmente anjos e demônios (cf. At 23,8).

Convém observarmos aqui a prudência necessária no julgamento a respeito dos saduceus. Eles desapareceram do mapa com a destruição do Templo e de Jerusalém em 70 d.C. E ficamos sem notícias diretas suas: só os conhecemos através de grupos anti-saduceus, como os escritos neotestamentários e rabínico-farisaicos. Notícias, portanto carregadas de polêmica. Haveria, na Judéia do século I d.C. cerca de 10 mil saduceus, segundo alguns estudiosos do assunto.

Os saduceus, descendentes de Sadoc, segundo se supõe, conseguiram, na época dos Macabeus, que estes moderassem sua luta contra os estrangeiros e assumissem atitudes mais colaboracionistas. Esta maior influência da cultura helenística dentro da família Hasmonéia, acrescido ao fato de que tais governantes assumiram indevidamente as funções de comando no sacerdócio, provocou divisões (Cf. SCHÜRER, 1985, p. 35-37).

Assideus:

Assideus é a forma grecizada do hebraico hassidim, os "piedosos". 1 Mc. II, 42 diz que "a partir daí, uniu-se a eles os grupos dos assideus (hê synagôgê ton assidáíôn), que eram israelitas fortes, corajosos e fiéis à Lei". Os assideus discordaram dos saduceus, e passaram para a oposição. Era um grupo que lutava ao lado dos Macabeus para libertar o país, desde o tempo de Matatias.

"Os assideus consideravam os Macabeus hipócritas porque estes se contentavam com a liberdade de culto restituída e com a segurança político-militar, e porque, ao contrário dos primeiros, não queriam provocar, eles próprios, aquela reviravolta do mundo, tão ardentemente esperada pelos assideus".

Os assideus surgiram em círculos sacerdotais-apocalípticos, embora compreendessem, igualmente, grupos de leigos. Um escrito assideu nosso conhecido é o livro de Daniel, possivelmente surgido em 164 a. C. Mais tarde, houve uma ruptura no movimento assideu, originando, da parte leiga, os fariseus, e da parte sacerdotal, os essênios (Cf. SCHÜRER, 1985, p. 38-40).

Fariseus:

"Fariseu" vem de perushim, termo hebraico que significa "separado". Normalmente acredita-se que eles eram assim denominados por se manterem orgulhosamente separados do 'am ha'arez, ou seja, do povo simples que não observava devidamente a Lei. Este aspecto é real e válido, mas não é o único.

Historicamente, os fariseus surgiram entre os anos 160 e 150 a.C., como grupo dissidente do movimento assideu que tinha forte coloração apocalíptica.

"Isto aconteceu porque, depois da morte de Judas Macabeu em 160 a.C., os fariseus se recusaram a compartilhar com os outros assideus a persistente expectativa do próximo tempo

do fim e apoiaram, por isso, a política religioso-nacional dos Hasmoneus que, sem seguirem ideais apocalípticos, garantiam a liberdade da religião judaica".

Portanto, perushim pode ser tomado também no sentido de "dissidentes" e se deve sublinhar o aspecto fundamental: até o século II d.C. os fariseus não aceitaram as idéias apocalípticas dualistas, realizando uma política bem mais realista. Esperavam a realização do reino de Deus neste mundo, sem lançar as suas expectativas para o fim dos tempos e sem esperar eventos extraordinários, frutos de intervenção divina.

Sob Alexandre Janeu (103-76 a.C.) houve sério conflito entre os fariseus e os Hasmoneus, devido à função do sumo sacerdócio. Conflito que só se resolveu sob o governo de Salomé Alexandra (76-67 a.C.), que deu mais importância aos fariseus. A partir daí eles dominaram o Sinédrio e se adaptaram bem ao domínio romano, enquanto conservaram sua grande influência junto ao povo.

Após a destruição de 70 d.C., os fariseus assumiram totalmente o judaísmo, como únicos e legítimos intérpretes das tradições do povo de Israel.

"A posição dos fariseus em face da Lei pode ser definida como democrática, porque a respeito dela várias interpretações poderiam ser propostas".

Uma posição totalmente diferente dos saduceus fechados na Lei escrita. Os fariseus aceitaram a atualização da Lei e observaram, ao lado da Torá escrita, uma Torá oral: a tradição posterior desenvolvida acerca das normas jurídicas. Daí o fato e a acusação de estarem sempre girando ao redor da Lei, que somente oprime o homem enquanto se complica, ao invés de libertá-lo. Embora não se deva esquecer: a interpretação farisaica da Lei é bastante liberal face à correspondente visão dos outros grupos.

Por ser mais aberto e realista do que os grupos apocalípticos é que o farisaísmo é chamado de "hipócrito": tanto pelos essênios quanto pelos cristãos. Mas é como ocorre no caso dos saduceus: não se pode supervalorizar estes juízos polêmicos, especialmente aqueles presentes nos evangelhos (cf. Lc 18,9-13). Também eles confiam na misericórdia divina e não são assim tão auto-suficientes (cf. SPEIDEL, K., *O julgamento de Pilatos*, São Paulo, Paulus, 1979, p. 35-36).

Os fariseus distinguem 613 preceitos na Lei, e através de uma casuística elaborada, detalham minuciosamente sua aplicação. Os preceitos mais importantes são, para eles, a observância do sábado, da pureza ritual e o pagamento do dízimo. Acreditam na imortalidade da alma, e no seu julgamento após a morte, assim como na ressurreição corporal e na existência de anjos.

Segundo Flávio Josefo, havia na Judéia cerca de seis mil fariseus.

Encontramos, com freqüência, nos evangelhos, a fórmula "escribas e fariseus". Os escribas são os mesmos "doutores da Lei", também citados pelos evangelhos, e estão assim associados aos fariseus porque pertencem em sua grande maioria a tal partido. São os escribas que, além de copiarem a Lei, estudam-na profundamente e têm a função de interpretá-la para o povo (Cf. SCHÜRER, 1985, p. 40-42).

Essênios:

No final de 1946 três jovens beduínos da tribo dos ta'amireh, que pastoreavam seus rebanhos em um oásis próximo ao Mar Morto, na Palestina, descobriram acidentalmente alguns manuscritos antigos dentro de uma gruta.

Divulgada a notícia da descoberta de preciosos manuscritos bíblicos anteriores à era cristã - quando os mais antigos textos do AT que possuíamos datam de 900 d.C. -, seguem-se, em meio a muitas controvérsias e dificuldades, a busca de novos manuscritos nas muitas grutas da região e as escavações das ruínas de Qumran, situadas aproximadamente a 1 km a noroeste do Mar Morto⁸¹.

No total, cerca de mil documentos são recuperados em 20 grutas no deserto de Judá, entre os anos de 1946 e 1966. Destes, em 11 grutas próximas às ruínas de Qumran, são encontrados 11 manuscritos mais ou menos completos e milhares de fragmentos de mais de 800 manuscritos em pergaminho e papiro. Escritos em hebraico, aramaico e grego, cerca de 1/3 dos manuscritos são cópias de livros bíblicos, sendo o restante livros apócrifos, trabalhos exegéticos e escritos da comunidade que vivia em Qumran de 135 a.C. a 68 d.C. Acredita a maioria dos estudiosos que esta comunidade era formada pelos essênios, grupo judaico radical que saiu de Jerusalém por estar em conflito com o governo dos Macabeus.

Os manuscritos mais ou menos completos são lidos, traduzidos e publicados pelos especialistas até os anos 1970. Mas, os milhares de fragmentos muito danificados de mais de 500 manuscritos encontrados na gruta 4 oferecem sérios problemas.

Para trabalhar nestes fragmentos é constituída em 1952 uma equipe internacional no Museu Arqueológico da Palestina, em Jerusalém Oriental, pertencente, na época, à Jordânia.

⁸¹ Todos os detalhes desta descoberta podem ser lidos em LAMADRID, A. G., *Los descubrimientos del mar Muerto. Balance de 25 años de hallazgos e estudio*, Madrid, La Editorial Católica, 1973, p. 15-106; FRANK, H. T., *A descoberta dos manuscritos*, em SHANKS, H. (org.), *Para compreender os manuscritos do Mar Morto*, Rio de Janeiro, Imago, 1993, p. 3-20; VANDERKAM, J. C., *Os manuscritos do Mar Morto hoje*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1995, p. 1-30.

O chefe da equipe é o dominicano francês R. de Vaux, que também comanda as escavações de Qumran. Com ele trabalham prioritariamente especialistas de Harvard (USA), Oxford (Inglaterra) e École Biblique (Jerusalém). Todos cristãos, pois o governo da Jordânia veta a entrada de judeus no grupo. J. D. Rockefeller Jr., magnata americano, financia os trabalhos.

Mas com a morte de Rockefeller e a anexação de Jerusalém Oriental por Israel em 1967, o projeto perde o compasso. A comunidade acadêmica reage, exigindo mais agilidade na publicação e defendendo o livre acesso aos manuscritos, o que até recentemente havia sido negado. Em meio a muita polêmica, agora com uma equipe ampliada e dirigida por um judeu, só em 1993, sob os auspícios da Israel Antiquities Authority, é que sai a edição completa em microfichas de todos os manuscritos do Mar Morto: *The Dead Sea Scrolls on Microfiche. A Comprehensive Facsimile Edition of the Texts from the Judaean Desert*, edited by Emanuel Tov with the collaboration of Stephen J. Pfann, Leiden, E. J. Brill-IDC, 1993.

Os habitantes de Qumran não se autodenominavam "essênios". Nos manuscritos o nome mais utilizado para indicar o grupo é yahad, "comunidade", que só na 1QS⁸² aparece mais de 60 vezes. A Regra leva este título, como aparece em 1QS I,1.

A Regra da Comunidade tem dois anexos, um dos quais é chamado de Regra da Congregação, sendo o termo 'adah, "congregação" outra autodenominação do grupo de Qumran. 1QSa⁸³ usa-o 21 vezes. Além destes dois termos, os qumranitas se auto designam também como 'asah, "conselho" (1QS I,8.10;2,25 etc), sod, yasod, mosad, "assembléia", "sociedade" e harabbim, "os numerosos", "os muitos". Além de "os santos", "resto", comunidade da "nova aliança" e outros semelhantes.

Na organização interna da comunidade de Qumran observa-se a predominância dos sacerdotes (= filhos de Aarão) sobre os leigos, como exemplifica 1QS IX,7-8 .

O órgão supremo de governo da comunidade, com poder judicial e executivo é a "assembléia dos numerosos" (môshab harabbim), descrita em 1QS VI, 8 -13. Essa Assembléia reúne-se para discutir a Lei, os negócios da comunidade, acolher ou rejeitar novos membros, ouvir as acusações contra os culpados de alguma transgressão etc. Mais restrito que essa grande assembléia é o "Conselho da Comunidade", composto por doze leigos e três sacerdotes.

⁸² 1QS é a sigla para: Regra da Comunidade – Escritos de Qumran.

⁸³ 1QSa é a sigla para: Preceito do Messianismo - Escritos de Qumran.

Os documentos falam também das comunidades-base que são compostas por dez membros, e nas quais deve haver um sacerdote para aconselhar e um especialista na Lei para instruir os companheiros.

O responsável por toda a comunidade é o mebaqer, "inspetor" (1QS VI, 12.14.20), às vezes chamado de paqid, "presidente". Ele é o administrador dos bens da comunidade, e aquele que ensina e guia. Ele preside a assembléia geral. Há também o maskîl, "instrutor", dedicado à formação espiritual.

O sistema de admissão na comunidade é bastante rigoroso. O candidato, que deve ser israelita, passa inicialmente por um rigoroso exame feito pelo líder da comunidade "quanto a seu entendimento e a seus atos". Se for considerado apto, ele é instruído nas regras da comunidade e vive como um deles durante um ano, mas fora da comunidade.

Após esse ano, caso seja aprovado pela assembléia, o candidato ingressa na comunidade, mas durante um ano inteiro não participa de suas refeições comuns nem da comunhão de bens. É um tempo de aprendizado, certamente guiado pelo "instrutor". Ao término desse segundo ano, inicia o candidato um terceiro ano no qual entrega seus bens ao tesoureiro da congregação e continua sua formação, mas ainda sem participação integral. No fim desses três anos, se aceito pela assembléia, o candidato passa a participar integralmente da comunidade, com direito às purificações rituais, banquete, voz e voto nas assembléias e comunhão de bens.

Em dois séculos de existência da comunidade devem ter vivido ali cerca de 1.200 pessoas. A partir das ferramentas encontradas e das instalações escavadas sabe-se que eles cultivavam a terra - no estabelecimento agrícola de Ain Feshka, ao sul das ruínas - faziam cerâmica, curtiam peles e copiavam manuscritos. Além disso, 1Q VI,2-3 diz que eles comiam juntos, rezavam juntos e deliberavam juntos.

A quebra da ordem interna, pela desobediência às regras da comunidade, era duramente punida. As penalidades iam desde 10 dias de punição - com simples exclusão de rituais da vida comum - até a expulsão definitiva da comunidade. Os crimes mais graves eram a transgressão de qualquer ponto da Lei mosaica, o uso do nome de Deus, a calúnia contra a congregação e a obstinação continuada de alguém no erro, mesmo após muitos anos de vida comunitária⁸⁴.

⁸⁴ As penalidades estão elencadas em 1QS VI-VII. Cf. VERMES, 1991, p. 19-20. As penalidades mais rigorosas certamente surgiram com o crescimento da comunidade na época da perseguição de João Hircano I aos fariseus. Este crescimento deve ter dificultado a fidelidade aos objetivos originais. Cf. POUILLY, 1992, p. 30-45.

Os essênios não viviam apenas em Qumran. Muitos habitavam cidades e aldeias da Palestina, espalhando-se por todo o país em "acampamentos", como diz o Documento de Damasco. É possível até que o movimento essênio seja anterior ao surgimento da comunidade de Qumran, que talvez represente apenas um de seus ramos (Cf. SCHÜRER, 1985, p. 44-46).

Zelotas:

Havia na Palestina um conflito de cunho sócio-econômico. Os camponeses sofriam sob o peso dos impostos. A população urbana vivia, em parte, desempregada. A maior causadora de tudo isto era a dominação romana.

Contra tal situação começaram a lutar alguns grupos que passaram à clandestinidade, refugiando-se nas montanhas e praticando ações guerrilheiras contra os romanos e seus colaboradores judeus.

O historiador Flávio Josefo designa tais grupos de zelotas. Este termo vem de zelotés, de zelos, que significa "fervor", "zelo". Os zelotas são portanto "os homens tomados pelo zelo da causa de Deus e do seu povo, dispostos a levar este mesmo zelo até às últimas conseqüências", comenta GONÇALVES O. L., *Cristo e a contestação política*, Petrópolis, Vozes, 1974, p. 98. Os zelotas surgiram ou na época do censo de Quirino, nos anos 6-7 d.C., ou na época de Calígula (37-41 d.C.)/Cláudio (41-54 d.C.).

Os zelotas apoiaram-se basicamente na idéia de que somente Deus é soberano, só Deus é o rei e o senhor de Israel. Portanto, guerra aos invasores romanos. Claro que, além disso, havia razão de sobra, simplesmente em termos políticos, para que os judeus desejassem sua independência.

Junto com os zelotas são citados os sicários, um grupo determinado de guerrilheiros que se caracteriza por usar um punhal curto e curvo chamado sica. Consta que os sicários surgiram na época de A. Félix, que governou a Judéia de 52 a 60 d.C. Os sicários atacavam seus adversários em ações rápidas e espetaculares, assassinando gente importante para desestabilizar o regime. Gente que ocupava cargos de destaque no governo, ou também os donos de terra que só tinham a lucrar com o domínio romano.

Durante décadas, os zelotas sustentaram uma guerrilha desesperada contra os romanos, mas acabaram presos e crucificados. A revolta que culminou na grande derrota e destruição dos judeus no ano 70 d.C. foi a última cartada dos zelotas.

Alguns estudiosos levantam a hipótese de que Simão, o zeloso, Tiago e João (Boanerges = "filhos do trovão") possam ter sido zelotas. Também a inscrição colocada na cruz de Jesus seria uma indicação de que Pilatos o teria culpado de zelotismo. Mas até hoje não se chegou a nenhum resultado mais concreto (Cf. SCHÜRER, 1985, p. 48-50).

TÍTULOS E HONRAS NA CUNHAGEM ROMANA

AVG.: Augustus ou Augusta (governante superior, título conferido ao Imperador/Imperatriz). Quando se encontrava no poder, ao mesmo tempo, dois Augustus, o “G” final duplica: AVGG.

ARM.: Armeniacus (conquistador da Armênia).

BRIT.: Britanicus (conquistador da Bretanha).

CAESAR, CAES. ou C.: Caesar (herdeiro do trono).

CENS. ou CENS. PER.: Censor Perpetuus (chefe magistrado; era quem determinava o tamanho do senado; cargo vitalício).

COS. ou C.: Consul (um dos dois chefes magistrados): título do mais alto responsável na época republicana, posteriormente retomado pelos imperadores.

DAC.: Dacicus (conquistador da Dácia).

DICT.: Dictator (na República, um título conferido durante os tempos da emergência).

DIVI, DIVO ou DIVA: Divine (aclamado uma divindade).

D.N.: Dominus Noster (‘Nosso Senhor’).

F. ou FIL. ou FILI: Filius ou Filia (filho ou filha do Imperador).

GERM.: Germanicus (conquistador da Germânia).

IMP.: Imperator (supremo comandante do exército).

IMP.: Imperator (título honorífico do Imperador)

NOB.: Nobilissimus ou Nobilissima (nobre).

N. C., NOB. C., NOB. CAES. ou NOBIL C.: Nobilitas Caesar ("Herdeiro real").

OPTIMO ou OPTIMO PRINCIPI: O melhor governante, o maior de todos os príncipes.

PART.: Parthicus (conquistador da Partia).

PERP.: Perpetuatae (pra sempre ou pra toda a vida).

P.F.: Pius Felix (Piedoso e Feliz): Título dos Imperadores do século III.

P. M., PON. M. ou PONT. MAX.: Pontifex Maximus (título religioso do Imperador (a partir do qual se instituiu o “Sumo Pontífice” como título do Papa)).

P. P.: Pater Patriae (Pai da Pátria): título concedido pelo senado ao Imperador.

PRINC. IVENT.: Princeps Iuventis (jovem príncipe).

S.C.: (Senatus Consulto = com o acordo do Senado): esta abreviação encontra-se nos bronzes do Alto Império, porque o Senado era responsável pela cunhagem das moedas de bronze.

S.P.Q.R.: (Senatus Populus Que Romanus = o Senado e o povo de Roma)

TR. P., TR. POT., TRIB. P., TRIB. POT., TRIB. POTEST. ou TRIBUN. POTEST.: Tribunicia Potestate (Tribunista Potestas = Poder Tribunício: título usado pelos Tribunos do povo, antigos representantes das classes pobres. As letras TRP são usualmente seguidas de um número que indica quantas vezes foi conferido pelo Imperador, o poder tribunício) o título é renovado anualmente).

TÍTULOS NA CUNHAGEM IMPERIAL GREGA

AVGVSTVS:	SEBASTOS	CEB ΣEB
CONSVL:	EPATOS	ΥΠΑΤOC
DIVO:	THEOS (DEUS)	ΘEOΣ, ΘEOC
FELIX:	EUTYCES	EYTY
IMPERATOR:	AUTOCRATOR	AVT, AVTK
NOBILISSIMVS:	EPIPHANES	ΕΠΙΦ
PIVS:	EUSEBES	EYC
TR. P.:	DEMARC. EX.	ΔΗΜΑΡΧΕΞ

GLOSSÁRIO NUMISMÁTICO⁸⁵

Apresentamos a seguir alguns termos numismáticos – e seus significados – empregados com frequência na elaboração do nosso repertório de tipos monetários. Os seguintes Dicionários Numismáticos foram consultados:

- FREY, A. R. Dictionary of Numismatic Names. Nova Iorque, Barnes + Noble, 1947.
- DOTY, R. G. The Macmillan Encyclopedic Dictionary of Numismatics. Nova Iorque, Macmillan, 1982.
- FOLGOSA, J. M. Dicionário de Numismática. Porto, Fernando Machado, 1969.

ANVERSO: face principal da moeda. Na antiguidade, batido com o cunho dormente (fixo), portanto, em geral, aparece ligeiramente convexa.

BORDO: superfície da moeda que une as faces pelos respectivos limites, nela pode ser impressa uma serrilha ou uma imagem.

CAMPO: superfície da moeda não coberta pelo tipo monetário ou pelas legendas.

CONTRA-MARCA: pequenos símbolos, siglas, iniciais ou letras isoladas. São marcas monetárias destinadas a identificar o local onde a moeda foi cunhada, o gravador dos cunhos ou ainda o responsável por aquela determinada emissão.

CUNHAGEM: ato de transformar o metal seja a prata, o ouro ou o bronze, em moeda. Em nosso catálogo empregamos também “cunhagem” genericamente para designar a produção monetária de alguma cidade ou autoridade.

CUNHOS: duas peças metálicas de dureza superior à do disco metálico, cada uma das quais gravada, na superfície impressora, com a iconografia e epigrafia em incuso correspondente ao tipo monetário de uma das faces da moeda a ser cunhada. Uma vez que as cunhagens ocorrem com os discos metálicos colocados em posição horizontal, temos um cunho superior (troquel

⁸⁵ Inspirado na tese de doutorado de Maria Cristina Nicolau Kormikiari. *Norte da África autóctone do século III ao I a.C.: as imagens monetárias reais berberes*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000 e na tese de doutorado de Maria Beatriz Borba Florenzano. *Cunhagens e circulação monetária na Magna Grécia e Sicília durante a expedição de Pirro (280-272 a.C.)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

ou mordente), e um cunho inferior (pilha ou dormente). O cunho inferior é fixo, onde se apóia o disco (flan), enquanto o superior é móvel (podendo ser usado por percussão ou por pressão mantida durante um curto período).

DENOMINAÇÃO: o funcionamento regular de qualquer sistema monetário implica na identificação dos numerários de maneira compatível com a linguagem corrente. As denominações podem ser baseadas no valor, no peso, em características físicas (módulo, cor, etc.), em motivos tipológicos, em elementos das inscrições, no nome da autoridade emissora, em títulos usados pela autoridade emissora, na identidade dos responsáveis pela cunhagem, na origem ou no destino do numerário.

EMISSÃO MONETÁRIA: conjuntos de séries monetárias diferentes, e também o ato de fabricar e liberar para a circulação estes mesmos conjuntos. A produção de moedas é resultante de um decreto oficial que estabelece a quantidade e qualidade do metal, a quantidade de moedas a serem fabricadas, o peso de cada uma, as denominações, etc. A emissão pode, portanto, ser constituída por peças de valores diferentes – em geral, valores que mantêm uma relação simples entre eles e com um tipo semelhante – sendo que a mesma peça pode ser produzida por várias campanhas simultâneas de fabricação, em várias oficinas ou por campanhas sucessivas em uma ou várias oficinas. A emissão é, desse modo, um conjunto com várias matrizes que se revelam através de indícios mais ou menos explícitos: a oficina, a data, o valor, modificações de tipo, de efígie, de legenda, etc. A sucessão de emissões se reconstitui através do auxílio de dados provenientes das próprias peças ou de documentos disponíveis.

EPIGRAFIA MONETÁRIA: são as legendas, letras, monogramas e símbolos que aparecem nas moedas. Os símbolos que incluímos na epigrafia monetária são aqueles cujos significados estão desvinculados do significado dos tipos principais das moedas.

EXERGO: espaço entre a imagem principal, posta no campo, e a orla, embaixo. Normalmente separado do resto do campo por um elemento linear, é freqüente o seu uso para a colocação de tipos secundários.

LEGENDA: qualquer tipo de inscrição, normalmente abreviada. Pode ser colocada em qualquer espaço da moeda. Em geral, encontra-se no campo monetário.

METAL: a escolha do metal ou liga (na Antiguidade a liga natural electrum, composta de ouro e prata, em partes variáveis, foi muito utilizada) depende, sobretudo em moedas com valor intrínseco, não fiduciárias, de considerações econômicas, intimamente relacionadas com o percurso previsto para cada numerário. Depende também de considerações tecnológicas, na medida em que nem todos os materiais se revelam satisfatórios para a amodação, e na medida em que exista a disponibilidade do metal desejado. A preparação dos metais monetários nunca é isenta de substâncias contaminantes. Estas ficam sempre presentes, mesmo em quantidades mínimas, e são detectáveis através de análises químicas. Fornecem indicações acerca dos processos metalúrgicos usados e sobre a origem das matérias primas consumidas em algumas oficinas. Na Antiguidade, os metais e ligas utilizados preponderantemente foram o electrum, o ouro, a prata, o bronze, o chumbo e o cobre.

ORLA: beirada da face da moeda, normalmente delimitada, nas moedas da Antiguidade, por linha circular. A orla é ligeiramente elevada, em geral, para proteger o desenho principal do desgaste, pode conter iconografia e/ou inscrições.

PADRÃO MONETÁRIO: sistema de pesos em que são batidas as diferentes denominações de uma emissão monetária.

PESO: a medida de uma moeda era, na Antiguidade, o seu peso. As determinações destes têm como objetivo análise intrínseca dos exemplares examinados; dos sistemas monetários em que esses exemplares se integram; e dos sistemas ponderais que vigoravam em certas épocas e áreas geográficas.

RECUNHAGEM: reaproveitamento de uma moeda já cunhada e que já circulou, como disco monetário na fabricação de outra. Estudos recentes vêm demonstrando que as recunhagens foram frequentes na Antiguidade. O estudo das recunhagens, quando estas deixam entrever os tipos monetários subjacentes, é muito importante no estabelecimento da seqüência cronológica das moedas.

REVERSO: face oposta à principal. Na Antiguidade, batido com o cunho móvel (troquel).

SERIE MONETÁRIA: conjuntos de moedas (fabricadas em série), que possuam em comum características gerais bem definidas, tanto metrológicas (relativas ao peso, isto é, ao padrão ponderal) como tipológicas. Assim, moedas que, apesar de possuírem uma mesma denominação e um mesmo valor intrínseco ou legal, possuam tipos, pesos ou módulos diferentes, não pertencem a uma mesma série. Por outro lado, moedas compartilhando as mesmas normas gerais, mesmo diferenciando-se em pormenores (resultantes de irregularidades de fabrico ou em razão de inclusão de contra-marcas), pertencem a uma mesma série.

SISTEMA MONETÁRIO: na Antiguidade, era metalista. Isto é, a definição dos valores do numerário metálico obedecia, em regra, o respectivo valor intrínseco de cada série monetária. As exceções (quando o valor intrínseco não correspondia exatamente ao valor nominal) ocorriam em momentos de crise econômica e política.

SISTEMA PONDERAL: composto por moedas de diferentes valores (portanto, diferentes metais), mantendo entre si relações simples. Na Antiguidade, o sistema duodecimal e sexagesimal impuseram-se, razão do grande número de operações simples que ele permite com números inteiros.

TIPO MONETÁRIO: conjunto de representações figuradas ou não impressas no anverso e no reverso de uma moeda. São elementos constitutivos do tipo monetário as figuras representadas, os símbolos, as legendas, as letras, os monogramas, as marcas de valor, o ornato da orla.

TIPO PRINCIPAL: imagem e/ou legenda em destaque em cada face da moeda (anverso e reverso). Costuma cobrir o campo como um todo.

TIPO SECUNDÁRIO: imagem e/ou legenda que se liga ao tipo principal. Pode complementar o tipo principal, fornecer informações suplementares, cumprir finalidades meramente decorativas. Aparecem tanto no campo quanto no exergo.

GLOSSÁRIO DE TERMOS USADOS NAS DESCRIÇÕES DAS MOEDAS

AMON: Alexandre, o Grande, quando de sua conquista do Egito, fez uma peregrinação ao grande templo e oráculo de Amon, o deus egípcio do Sol que os gregos identificaram com Zeus. Sabendo que os egípcios acreditavam que os primeiros faraós egípcios eram filhos de Amon, Alexandre pensou em usar essa estratégia para legitimar sua dominação sobre o Egito.

APEX: touca branca, feita com a pele de animal consagrado, e que era utilizada pelos sacerdotes da Roma Antiga.

APHLASTON: *acrostolium* para os romanos. Instrumento usado para medir a força e direção do vento que era colocado na popa do navio.

APLUSTRE: ornamento de popa de navio.

ÁQUILA: águia; estandarte da legião romana.

ASPERGILLUM: aspersório de água sagrada.

AZAGAIA: lança curta de arremesso, javelin.

BÁCULO: bastão com a extremidade superior arqueada.

BIGA: carro com dois bois.

CÂNTARO: vaso grande e bojudo com uma ou duas asas, de barro, para líquidos.

CISTA: cesta ou caixa de madeira.

CLÂMIDE: manto grego.

CORONA CÍVICA: coroa de folhas de carvalho.

CORNUCÓPIA: chifre sagrado para diversas civilizações, atributo da abundância, e símbolo da agricultura.

DIÓSCUROS: são dois irmãos gêmeos chamados Castor e Pólux; são filhos de Zeus. São dois heróis jovens, dois combatentes. O primeiro é sobretudo guerreiro, o segundo pratica a arte do boxe. Nas lendas romanas surgem como participantes na batalha do lago Regilo, ao lado dos romanos, e são eles que vão anunciar a vitória da cidade, fazendo beber seus cavalos na fonte de Juturna, no Fórum.

DIPHROS: um baquinho simples com as pernas torneadas.

DOSSEL: uma espécie de ‘sombriinha’ utilizada a princípio pelos reis persas, representa status e poder real.

ÉGIDE: escudo, defesa, proteção.

GALÉ: antiga embarcação de guerra.

HIMAÇÃO: versão grega da toga romana. Um manto espesso, retangular e longo, usado sobre as outras roupas pelas mulheres ou sozinhos pelos homens, com uma das pontas em volta de um braço.

KALATHOS: espécie de chapéu que simboliza a fecundidade, pois representa uma cesta para abrigar cereais.

LABARUM: estandarte especial sobre o qual Constantino mandou colocar uma cruz e as iniciais de Jesus Cristo.

LEBES: tipo de vaso utilizado pelos romanos em contexto cerimonial.

LITUUS: bastão augural.

MANGUAL: ferramenta agrícola muito utilizada na Antigüidade.

MODIUS: vasilha para medida de grãos.

PALLADIUM: estátua de Palas Atena dada a Dardanus – o construtor da cidadela de Tróia – para proteger a cidade.

PALUDAMENTUM: manto usado pelos comandantes militares e mais tarde pelos imperadores romanos.

PARAZONIUM: adaga larga, de formato triangular, utilizada por oficiais romanos da alta hierarquia do exército romano, geralmente do status senatorial.

PÁTERA: prato largo e raso usado para sacrifícios.

PHIALE: vaso largo e chato que era usado para ferver líquidos e era também usado para o derramamento de libações,

PLETRO: varinha de marfim com que os antigos faziam vibrar as cordas da lira.

SIMPULUM: colher, concha cerimonial.

SISTRUM: chocalho de metal. Instrumento musical usado nas festas de Ísis no Egito.

SITULA: balde.

TAINIA: objeto para prender cabelo

TRIDENTE: cetro mitológico de Posidão ou Netuno, terminado por três dentes. Foi utilizado por vários povos como símbolo tradicional do Poder Marítimo e do Poder Naval.

VEXILLUM: estandarte romano.